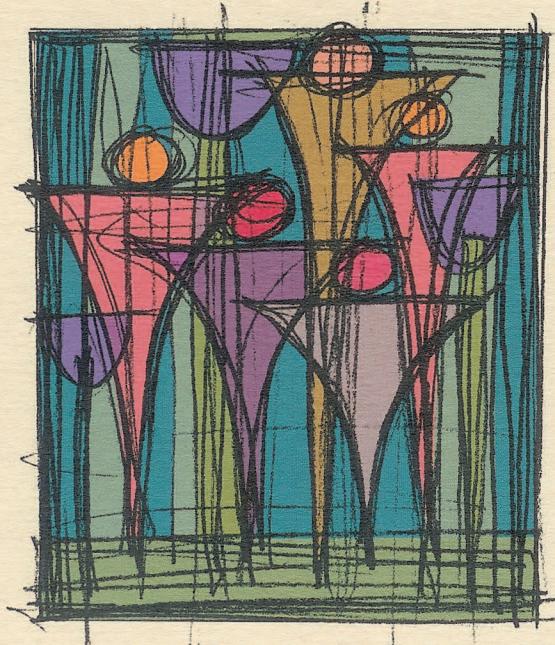


MILTON SANTOS E O BRASIL



Maria A. Brandão (Organizadora) – Ana Clara T. Ribeiro

Armen Mamigonian – Atílio A. Boron

Carlos Walter Porto Gonçalves – Fernando Pedrão

Joel Rufino – Jorge Gaspar – Leila Christina Dias

Manuel Correia de Andrade – Maria Adélia A. de Souza

Maria Ângela Faggin P. Leite – Muniz Sodré – Paul Claval

Pedro de Almeida Vasconcelos – Ruy Moreira

Sylvio Bandeira de Mello e Silva – Wagner Costa Ribeiro



EDITORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

COM ESCRITOS INÉDITOS
DE MILTON SANTOS

Milton Santos e o Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Milton Santos e o Brasil / Maria Brandão (organizadora) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Pensamento Radical)

Bibliografia.

ISBN 85-86469-99-8

1. Ciências Sociais - Brasil 2. Geografia - Brasil - História 3. Geografia - Estudo e ensino - Brasil 4. Geografia - Filosofia 5. Intelectuais - Brasil 6. Santos, Milton (1926-2001) I. Brandão, Maria. II. Série.

0 4 - 0 5 8 8 C D D - 9 1 0 . 0 1

Índices para catálogo sistemático:
1. Geografia : Filosofia e teoria 910.01

Maria de Azevedo Brandão (Organizadora)
Ana Clara Torres Ribeiro – Armen Mamigonian
Atílio A. Boron – Carlos Walter Porto Gonçalves
Fernando Pedrão – Joel Rufino
Jorge Gaspar – Leila Christina Dias
Manuel Correia de Andrade – Maria Adélia A. de Souza
Maria Ângela Faggin Pereira Leite – Muniz Sodré
Paul Claval – Pedro de Almeida Vasconcelos – Ruy Moreira
Sylvio Bandeira de Mello e Silva – Wagner Costa Ribeiro

Milton Santos e o Brasil

Território, lugares e saber



Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente) – Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora) – Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Flamaron Maués

Editora Assistente
Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial
Viviane Akemi Uemura

Revisão
Marcos Marcionilo
Maurício Balthazar Leal

Editoração eletrônica
Augusto Gomes
Enrique Pablo Grande

Ilustração da capa
Mário Pizzignacco

1^a edição: abril de 2004

Tiragem: 3 mil exemplares
Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Na Internet: <http://www.fpa.org.br>
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2004 by Editora Fundação Perseu Abramo
ISBN 85-86469-99-8

*A Marie-Hélène Tiercelin Santos,
geógrafa e companheira*

Sumário

Apresentação

Maria de Azevedo Brandão, 9

Seminário Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber, 13

Conferência de abertura

Milton Santos e o pensamento radical

Paul Claval, 17

I

Lugares dos saberes: diálogos abertos
Ana Clara Torres Ribeiro, 39

Mas, se o lugar nos engana, é por conta do mundo
Maria Ângela Faggin Pereira Leite, 51

Milton Santos: da escassez ao saber
Muniz Sodré, 57

Técnica, território e poder na obra de Milton Santos
Leila Christina Dias, 65

Manifesto por uma geografia nova
Maria Adélia A. de Souza, 75

II

Milton Santos: poética e política
Maria de Azevedo Brandão, 83

Milton Santos: a formação de um pensador universitário crítico
Armen Mamigonian, 115

Milton Santos: o limite do intelectual de classe
Joel Rufino, 131

A geografia nova de Milton Santos (1975-2001)
Pedro de Almeida Vasconcelos, 139

A universidade e os espaços do pensamento crítico
Ruy Moreira, 155

III

Globalização e geografia em Milton Santos
Wagner Costa Ribeiro, 165

Técnica, território e poder
Jorge Gaspar, 179

Duas fábulas perversas:
a aldeia global e a livre mobilidade do trabalho
Atílio A. Boron, 189

Processos planetários e fronteiras móveis
Carlos Walter Porto Gonçalves, 203

Fronteiras móveis, um imperativo do capital
Fernando Pedrão, 217

A mobilidade das fronteiras
Manuel Correia de Andrade, 231

Tentando definir Salvador em um contexto de globalização
Sylvio Bandeira de Mello e Silva, 239

Obra publicada, 247

Anexos

1. “O papel ativo da geografia: um manifesto”

Estudos Territoriais Brasileiros, Laboplan-USP, 253

2. Nota autobiográfica de Milton Santos, 1952 (fac-símile), 263

3. Carta a Gusmão Pinto, 11/9/1979 (fac-símile), 274

4. Carta a Gusmão Pinto e Mercedes, 16/8/1980 (fac-símile), 276

5. Carta a Gusmão Pinto e Mercedes, 19/9/1980 (fac-símile), 277

6. Carta a Gusmão Pinto e Mercedes e Mariana, 2/10/1987 (fac-símile), 278

7. Transcrição dos anexos 2 a 6, 279

8. Carta ao Dr. Spiridião Faissol, presidente da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 3/1/1981, 286

9. Carta à coletividade geográfica solicitando subsídios para atuação na comissão de consultores do Ministério da Educação, 25/4/1981, 288

10. Memorandum aos membros da comissão do MEC sobre problemas do ensino e pesquisa em geografia, 290

11. Carta a Zahar Editores, 12/10/1981, 293

12. Fac-símiles de projetos, esboços e rascunhos de Milton Santos, 295

13. Caderno de fotos, 300

Apresentação

Esta coletânea reúne os trabalhos resultantes do seminário “Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber”, realizado em Salvador de 17 a 19 de julho de 2002, promovido pela Fundação Perseu Abramo e pela Universidade Federal da Bahia. O seminário, originalmente pensado sob o título “Território, lugares e saber”, vinha sendo projetado por um grupo de colegas, alunos e amigos de Milton Santos com a intenção de motivar o interesse pela discussão das questões teóricas e metodológicas por ele tratadas, bem como dos problemas que se põem sobretudo perante o Brasil e a América Latina hoje, tanto no quadro internacional como sob perspectivas culturais, sociais e políticas internas. A intenção era situar o pensamento de Milton Santos na tradição radical; registrar posições teóricas e metodológicas presentes em sua obra, bem como a relação entre saber e ação transformadora; expor os principais temas e questões em seu trabalho que se apresentam como contribuições críticas à compreensão da realidade brasileira, latino-americana e mundial e assinalar a importância dada por Milton Santos aos problemas que cercam a cultura, o papel do intelectual e seu compromisso social hoje.

Em meio a esse processo, fomos comunicados da intenção da Fundação Perseu Abramo (FPA) de promover, na Bahia, o seminário “Milton Santos e o Brasil”, visando a produção de mais um dos volumes de sua série de publicações sobre intelectuais que contribuíram mais significativamente para a interpretação da sociedade brasileira. Dessa dupla origem – o projeto inicial e a intenção da FPA – resultou um encontro que, de certo modo, alterou em dois sentidos o foco da proposta da Fundação: sem omitir a preocupação com o autor e sua

obra, ocupou-se diretamente menos do Brasil, mas em compensação aprofundou-se em dois campos do maior interesse de Milton Santos: a questão do saber e do método e sua contribuição teórica para a interpretação dos processos do mundo contemporâneo.

Para isso destacamos conceitos fundamentais tanto à análise das contribuições de Milton Santos como à compreensão de seu tempo e do Brasil de hoje. Daí a chamada para as noções de território, lugares e saber. Como assinalou Milton Santos, período histórico e crise superpõem-se em um mesmo momento hoje, de tal maneira que, em lugar das crises de transição que costumeiramente antecedem e encerram os diferentes períodos históricos, a crise é, ela mesma, forma do período atual. Uma das consequências é que mergulhamos em um mundo de fronteiras essencialmente móveis. Não mais velhos e novos mapas mundiais, senão um desfazer-se e fazer-se de outros limites, em que se juntam e separam coisas e homens, natureza e cultura, sob um ritmo antes insuspeitado. Essa nova densidade temporal faz do acidente e da ruptura uma das qualidades do presente. Por outro lado, poder e precariedade, opulência e privação marcam tragicamente o mundo contemporâneo.

Essas questões ocuparam centralmente a obra de Milton Santos e, sob sua liderança, o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) promoveu vários seminários, entre eles um encontro internacional – “O novo mapa do mundo” (1992) –, o seminário “Território, globalização e fragmentação” (1993), um segundo encontro internacional – “Lugar, formação socioespacial, mundo” (1994) –, e um encontro nacional – “Globalização e território brasileiro” (1995). Colegas e sobretudo alunos produziram, sob sua inspiração, uma significativa bibliografia nessa área. De sua parte, Milton escreveu sistematicamente sobre o tema desde o final dos anos 1970, a começar pelo seu balanço crítico da geografia naquele momento em *Por uma geografia nova* (1978), até sua síntese teórica *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996).

Se tais temas são hoje cada vez mais críticos, do ponto de vista do destino das sociedades contemporâneas não são menores suas implicações sobre a epistemologia das ciências humanas, a compreensão do espaço geográfico e da diversidade humana, as potencialidades e possibilidades da cidadania. Pensar sobre elas é a grande contribuição

de Milton Santos ao Brasil. Não que ele não tivesse se ocupado do Brasil. Inicialmente estudou-o a partir da Bahia, contrastou-o depois com outros países e refletiu teoricamente sobre a situação dos mesmos a partir de uma perspectiva mundial. Pensar essas questões,vê-lo como intelectual e aprender um pouco de seu exemplo são as motivações dos textos aqui reunidos.

Além das comunicações apresentadas no seminário de 2002, incluem-se nesta coletânea textos escritos por autores convidados, mas que não puderam comparecer ao encontro, outros, por participantes que os entregaram posteriormente, e o texto inspirado por Milton Santos, de cuja redação ele participou – *O papel ativo da geografia: um manifesto* (2000), Estudos Territoriais Brasileiros, Laboplan-USP –, incluído entre os anexos que integram este volume.

Finalmente, é meu dever registrar a colaboração das professoras Ana Clara Torres Ribeiro, Maria Adélia A. de Souza, Ângelo Serpa e Eliza Pinto de Almeida, na complementação de informações e em sugestões durante a composição deste volume, bem como o empenho da equipe editorial da Fundação Perseu Abramo em viabilizar esta edição com extraordinário cuidado, selecionando ilustrações, certificando-se das referências bibliográficas e mesmo sugerindo pequenas revisões em alguns trechos dos materiais publicados.

Maria de Azevedo Brandão
Salvador, dezembro de 2003

Seminário

Milton Santos e o Brasil

Território, lugares e saber

Programa

17 DE JULHO

Salão Nobre da Reitoria

Abertura – 19:30 horas

Conferência – 20:00 horas

Milton Santos e o Pensamento Radical

Paul Claval – Universidade de Paris – Sorbonne

18/19 DE JULHO

Auditório da Faculdade de Direito

18 DE JULHO

Mesa-redonda – 8:30 horas

Técnica, território e poder

Jorge Gaspar – Universidade de Lisboa – Portugal

Leila Dias – Universidade Federal de Santa Catarina

Moderador – *Luiz Soares Dulci* – presidente da Fundação Perseu Abramo

Relator – *Pedro Vasconcelos* – Universidade Federal da Bahia

Mesa-redonda – 14:00 horas

Lugares, saber e cidadania

Maria Adélia A. de Souza – Universidade Estadual de Campinas

Muniz Sodré – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Ângela Faggin Leite – Universidade de São Paulo

Ana Clara Torres Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Moderador – *Wagner Costa Ribeiro* – Universidade de São Paulo

Relatora – *Anete Leal Ivo* – Universidade Federal da Bahia

19 DE JULHO

Mesa-redonda – 8:30 horas

Processos planetários e fronteiras Móveis

Atílio Boron – Universidade de Buenos Aires

Manuel Correia de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco

Carlos Walter Porto Gonçalves – Universidade Federal Fluminense

– UFF

Fernando Pedrão – Universidade Salvador – UNIFACS

Moderador – *Délvio Pinheiro* – Universidade Federal da Bahia

Relator – *Sylvio Bandeira* – Universidade Federal da Bahia

Mesa-redonda – 14:00 horas

Universidade e pensamento crítico

Ruy Moreira – Universidade Federal Fluminense

Joel Rufino – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Armen Mamigonian – Universidade Federal de Santa Catarina

Moderador – *Luciano de Almeida Lopes* – Universidade Federal da Bahia

Relatora – *Creuza Lage* – Universidade Federal da Bahia

REALIZAÇÃO:

- Fundação Perseu Abramo
- Universidade Federal da Bahia
- Instituto de Geociências – Departamento e Mestrado em Geografia
- Faculdade de Arquitetura
- Centro de Recursos Humanos
- Universidade do Estado da Bahia
- Universidade Católica do Salvador
- Universidade Estadual de Feira de Santana
- Universidade Estadual do Sudoeste

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Ana Fernandes, Anete Leal Ivo, Creuza Lage, Emiliano José, Euda M. C. Caldas, Guiomar Germani, Jânio L. Santos, Luciano Lopes, Márcia Virgínia Bonfim, Maria de Azevedo Brandão, Neyde M. S. Gonçalves, Osvaldo Laranjeira, Raquel de Matos C. do Vale, Sandra Regina Martins, Selma Paula M. Batista, Sônia Marize Tomasoni, Terezinha Maria Costa Sá, Walmir França, Walter Garrido e Zezéu Ribeiro

COORDENAÇÃO:

Maria Auxiliadora da Silva – Universidade Federal da Bahia

COLABORAÇÃO:

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), CAPES, CNPq, Engenho Novo, Diretório Acadêmico de Geografia da Universidade Católica do Salvador, Diretório Acadêmico de Geografia da UFBA, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação – Universidade Federal de Santa Catarina e Sinpro.

DATA:

17-19 de julho de 2002

LOCAL:

Salão Nobre da Reitoria e Auditório da Faculdade de Direito
Universidade Federal da Bahia,
Campus Canela, Salvador

Milton Santos e o pensamento radical

Paul Claval

Université de Paris-Sorbonne
União Geográfica Internacional

Introdução

Desejo falar do prazer de estar aqui, em Salvador, para o seminário “Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber”. É para mim uma grande honra abrir este evento. Quero agradecer aos organizadores e mais particularmente à professora Maria Auxiliadora da Silva e a Marie-Hélène Tiercelin Santos, pelo favor que me fazem.

Encontrei pela primeira vez Milton Santos 30 anos atrás, no período da publicação de *Cidades do Terceiro Mundo*. Depois, nos encontramos praticamente todo ano, seja em Paris, seja no Brasil. Tive sempre um grande prazer em falar com ele. Gostava da sua imensa cultura nos domínios da filosofia, da história e da geografia e das informações as mais recentes de que ele sempre dispunha sobre os problemas do mundo atual. Os anos de exílio foram muito duros para ele e Marie-Hélène, mas deram-lhe um conhecimento direto da Euro-

pa, da África, da América do Norte e da América do Sul. Deram-lhe também a oportunidade de encontrar geógrafos, filósofos, sociólogos e homens políticos em vários países. Milton manteria depois relações com todos eles. Por intermédio de seu irmão, Nailson, Milton tinha notícias recentes provenientes das Nações Unidas.

Quando encontrei Milton, gostei também da sua exigência de justiça: ele sempre teria uma sensibilidade de esquerda. Admirei a sua energia, a sua paixão pela vida. Isso explicou a sua coragem diante da doença, nos últimos anos da sua vida.

A exigência crítica em Milton Santos

Milton Santos sempre foi um apaixonado da justiça social e da liberdade. Ele não teve o desejo de desenvolver um saber científico puro; sempre se recusou a se isolar numa torre de marfim. Em *Espaço e método*, explicou a sua atitude de geógrafo militante:

“Como a situação atual é física e moralmente insuportável para uma enorme massa de indivíduos, cabe pensar na hipótese de urgentemente atender aos mais clamorosos sofrimentos da população e aguardar que a História, ao ser feita, permita um caminho onde cada passo não seja para agravar ainda mais as carências e aumentar as condições. Seja como for, a situação atual deve ser erradicada o quanto antes” (*Espaço e método*, 1985, p. 81).

Milton Santos foi, desde jovem, um radical, com aspiração pela mudança e inspiração revolucionária.

Tomou uma parte essencial de suas idéias das leituras de Marx. Mas Milton Santos sabia que o pensamento de Marx datava do século XIX. Os seus princípios guardavam uma certa validade, mas, num contexto diferente, os seus ensinos tornaram-se diferentes.

Milton sempre tirou uma parte essencial da sua inspiração do marxismo, mas nunca se ligou à ortodoxia marxista, ou a uma ou outra forma de doutrina marxista.

O pensamento crítico e o tratamento do espaço: um problema difícil

A reflexão que Milton desejou desenvolver deveria aparecer ao mesmo tempo como crítica e construtivista: deveria revelar, por detrás da realidade que sempre aparecia como um dado objetivo, as linhas e os traços de uma realidade outra e mais profunda. Foi esta a parte crítica da abordagem científica que ele buscou criar.

Essa parte não basta para desenvolver programas e planos para mudar o mundo. Uma epistemologia construtivista tira da visão crítica os elementos a utilizar para reconstruir o mundo; ela propõe princípios para combiná-los de maneira coerente.

O problema das epistemologias críticas e construtivistas vem da dificuldade de levar em conta o espaço. E fácil dizer: “desigualdades insuportáveis existem; uma parte importante da população não tem acesso à escola ou aos serviços médicos. Para resolver esses problemas, temos de redistribuir a renda!”.

É a proposta da maioria dos movimentos revolucionários! Mas não basta redistribuir a renda! Necessita-se também da construção de escolas e hospitais, da formação de professores e médicos. A locação dos novos fixos é também importante, como as modalidades de afetação dos novos professores ou médicos. De nada serve construir escolas se os professores se recusam a trabalhar nelas.

O pensamento radical não faz normalmente referência aos problemas espaciais. O exemplo mais conhecido é a obra de Karl Marx. Existia, em seus livros de juventude, uma reflexão original sobre as relações cidade/campo e sobre o papel do comércio internacional no desenvolvimento do capitalismo. Como foi demonstrado por Henri Lefèvre no livro *La pensée marxiste et la ville* (Paris, Casterman, 1972), as referências a problemas espaciais, relativamente numerosas na *Ideologia alemã*, tornaram-se mais raras na *Contribuição à crítica da economia política*, e desaparecem totalmente no livro 1 de *O Capital* para dar ao marxismo a sua significação revolucionária.

No século XX, tornou-se claro que a ausência de reflexão sobre os problemas espaciais constituía uma fraqueza para o marxismo. Depois da Revolução de Outubro, na Rússia, os sovietes não dispunham de um programa de planejamento para a realização da revolução. A única

idéia clara era a supressão das contradições entre cidade e campo, mas o único meio para atingir esse objetivo foi a eletrificação dos campos. Essa idéia fora emprestada do anarquista Piotr Kropotkin. A fórmula de Lenin: “O que é o comunismo? Os sovietes nas fábricas e a eletricidade nos campos” não deveu nada ao marxismo: a primeira parte era política (“os sovietes nas fábricas”), e a segunda, anarquista (“a eletricidade nos campos”). Esse exemplo mostra claramente as lacunas e fraquezas do marxismo clássico no domínio dos problemas espaciais. Elas explicam uma grande parte das dificuldades do socialismo real na União Soviética e nos países do Leste.

No século xix, o socialismo “científico” não era a única forma do pensamento crítico. O socialismo utópico concedia um papel muito importante ao espaço; jogava com o espaço, mas não levava em conta o peso da distância ou os constrangimentos do meio ambiente. O seu objetivo era propor a construção mental sedutora de um mundo novo. Sua realização podia começar logo, por aqui. O socialismo utópico ignorava o problema das escalas da realidade: o resultado foi a idéia segundo a qual a revolução podia progredir de um lugar para outro, sem mudança preliminar das estruturas globais.

As duas famílias de pensamento radical do século xix foram incapazes de tratar de forma satisfatória a dimensão espacial dos problemas sociais. Durante o século xx, essa fraqueza tornou-se cada vez mais incômoda nos países socialistas e no Terceiro Mundo. A necessidade de uma outra forma de pensamento radical impôs-se no fim dos anos 1960.

Foram alguns pensadores, fossem sociólogos, como Henri Lefèvre, fossem geógrafos, como David Harvey, que se dispuseram a enfrentar este problema. Milton Santos foi um deles. Sua contribuição à espacialização do pensamento radical aparece como uma das mais originais e profundas.

Como conferir uma dimensão espacial ao pensamento crítico e radical

O pensamento radical trata fundamentalmente da realidade social. É esta que ele procurou mudar, e não as leis físicas da gravitação, da resistência elétrica ou do magnetismo! É a razão por que o fator espacial era geralmente esquecido.

O espaço aparecia, na maioria das formas do pensamento radical, como um elemento fora da realidade social – um elemento perturbador. Ele aparecia também como um dado puramente empírico. Nesse contexto, introduzir o fator espacial abria caminho para tendências conservadoras. O espaço era sempre o fator que impedia e tornava impossível a realização dos programas libertadores.

Para dar ao fator espacial um papel na teoria crítica e construtivista, as estratégias dos sociólogos e geógrafos foram diversas:

Para a maioria dos autores radicais dos anos 1970, a solução era a mais simples: o modelo centro/periferia explicava a exploração das zonas periféricas pelas áreas centrais.

Henri Lefèvre valeu-se da distinção proposta por François Perroux entre três níveis de espaço: 1. o espaço geográfico, este das forças físicas, do relevo, do clima, da vegetação; 2. o espaço econômico, onde as distâncias e os custos de transporte têm um papel essencial; 3. o espaço-plano, dos sujeitos econômicos, dos governos, dos empreendedores.

David Harvey preferiu permanecer mais perto do marxismo clássico. É por meio das formas materiais tomadas pelo capital que este se diferencia e que rigidezes apareciam.

A reflexão de Milton Santos sobre as perspectivas radicais no domínio espacial se desenvolveu desde o fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Ela foi alimentada por leituras feitas desde os anos 1960: apoiou-se em autores como Maurice Godelier, Peter Haggett, David Harvey, Karel Kosik, Thomas Kuhn e François Perroux, e numerosos outros sociólogos, geógrafos, filósofos, a maioria de língua francesa.

Milton Santos conhecia os trabalhos sobre o modelo centro/periferia, e os de Henri Lefèvre e David Harvey, mas sabia também de suas limitações. O esquema centro/periferia não se aplica da mesma maneira no tempo do capitalismo clássico e hoje. Cinquenta anos atrás, os países já industrializados opunham-se à industrialização do Terceiro Mundo. Desde os anos 1960, satisfizeram-se em montar as fábricas de tecnologia baixa e média nos países onde a mão-de-obra permanecia barata.

Milton Santos conhecia, como David Harvey, o papel dos fixos na formação das paisagens e na organização do espaço, mas queria uma interpretação geográfica mais profunda.

Também sabia, como François Perroux ou Henri Lefèvre, que a compreensão da ação humana tinha de levar em conta a intencional-

lidade humana, mas, para ele, não bastava cobrir todo o domínio da abordagem geográfica.

O trabalho feito por Milton Santos para fundar a geografia sobre bases críticas e construtivistas foi mais largo e mais abrangente que o de seus contemporâneos.

As escolhas fundamentais de Milton Santos

A reflexão de Milton Santos sobre a refundação crítica da geografia começou no fim dos anos 1960. Ela se traduziu, nos anos 1970 e 1980, pela publicação de uma série importante de artigos. Os mais significativos deles foram reunidos e publicados num pequeno livro, *Espaço e método* (1985). A tradução francesa, *Espace et méthode* (1989), foi mais ampla, com uma segunda parte nova sobre “O presente como espaço”.

Cada um dos artigos de *Espaço e método* era breve. O objetivo de Milton Santos era apresentar ao público conceitos claros e regras metodológicas simples. Ele não insistia muito na justificação teórica de suas posições.

A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção foi publicado dez anos mais tarde, em 1996. Os temas gerais do livro são próximos dos de *Espaço e método*, mas com um aparelho crítico muito rico, inúmeras referências e um exame original de toda a literatura técnica, sociológica ou geográfica, sobre o espaço, a técnica, a noção de totalidade e as relações espaço–tempo.

O conceito de técnica e seu significado geográfico

Técnica e meio

Uma das dificuldades das abordagens críticas tradicionais vinha de sua recusa de levar em conta o papel do espaço. A razão dessa recusa provinha das concepções então predominantes do espaço, marcadas pela dualidade entre espaço físico e espaço social. Era para fugir dessa dualidade que a reflexão teórica ignorava o espaço.

Milton Santos procurou uma solução para essa dificuldade mediante o desenvolvimento de uma concepção original do meio como técnica, ou da técnica como meio.

A definição de espaço proposta é simples: “Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas” (*Espaço e método*, 1985, p. 6).

O espaço não aparecia para Milton Santos apenas como um suporte. Estava cheio de seres, de organizações sociais e de fixos. O elemento “natural era o meio ecológico”. Compreender a natureza do meio ecológico aparecia como um problema central:

“O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano.

“As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos” (*Ibidem*, p. 6).

O fundamento da concepção da ação já está situado no lado humano do complexo que é o espaço: é criado em parte pelo trabalho humano. Mas há mais. O meio ecológico aparece também como um meio humanizado porque sempre reflete o impacto das técnicas:

“O meio ecológico já é um *meio modificado*, cada vez mais é *meio técnico*. Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ já é ‘natureza segunda’” (*Ibidem*, p. 8).

Técnica, historicidade e espaço

O estudo da técnica e de sua significação geográfica – isto é, de sua contribuição à gênese do meio ecológico das sociedades humanas – aparece mais ampliado, mais rico, no capítulo 1 de *A natureza do espaço*. A idéia central não muda, mas apóia-se sobre o exame de uma literatura muito importante. Milton Santos tira vantagem mais particularmente do conceito de “objetos técnicos concretos”, desenvolvido por Gilbert Simondon, e da idéia da *naturalização do objeto concreto*:

“É o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente. Essa discussão dever ser

aproximada da idéia de Simondon de *naturalização do objeto concreto*, isto é, sua completa imisão no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico. Esse meio tecnogeográfico só é possível, a seu ver, em virtude da inteligência do homem e sempre sugere a presença duma função inventiva de *antecipação*. Essa antecipação não se encontra, diz ele, na natureza, nem nos objetos técnicos já constituídos" (*A natureza do espaço*, 1996, p. 34).

Desde o momento em que a conceituação do meio ambiente como meio técnico se impõe, uma dimensão temporal passa a existir na ação. É este certamente o resultado mais original da abordagem técnica do problema do espaço e do meio.

“A evolução milenar do meio técnico conduziu a um processo cuja primeira extremidade era representada pela confusão geográfica entre a produção, a circulação, a distribuição e o consumo, nas primeiras fases da história humana. Na outra extremidade, essas quatro instâncias da produção estão geograficamente dissociadas e aparentemente desarticuladas. É a fase atual” (*Espaço e método*, op. cit., p. 43).

Técnica e lugar

Mas o papel da técnica aparece ainda mais largo, mais amplo: “As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala dum lugar, quanto à escala do mundo” (*A natureza do espaço*, op. cit., p. 47).

O que parece importante é a idade histórica das técnicas:

“Há uma idade científica das técnicas, a data em que, num laboratório, elas são concebidas. Mas isso pode ter apenas importância para a história da ciência. E, ao lado dessa idade científica, há uma idade propriamente histórica, a data em que, na história concreta, essa técnica se incorpora à vida duma sociedade” (*Ibidem*, p. 47).

E Milton Santos continua:

“[Vistas na perspectiva da história universal], as técnicas aparecem

como algo absoluto e abstrato, apesar de sua empiricidade.

“É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida [...]. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas [...]. Essas técnicas particulares [...] são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua construção material, é diverso do ponto de vista da técnica. São todas essas técnicas da vida que nos dão a estrutura do lugar” (*Ibidem*, p. 48).

Por meio da concepção do espaço como criação da técnica, Milton Santos evita a sua naturalização, que explica a interpretação de seu papel como conservador na maioria dos trabalhos críticos. Mas o laço entre espaço e técnica tem outras consequências para a geografia.

Fluxos e fixos, sistemas de objetos e sistemas de ações

Milton Santos hesitou, nos anos 1970, sobre a forma de utilizar a sua concepção da técnica. Tentou construir a sua análise sobre a oposição fixos/fluxos – mas essa visão não deu um papel suficiente ao homem, à sociedade. No começo dos anos 1980, Milton Santos mudou a sua interpretação: “Uma outra possibilidade é a de trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial, de outro, as relações sociais” (*Ibidem*, p. 51).

Donde a definição proposta:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (*Ibidem*, p. 51).

E sobre a situação contemporânea, ele continua:

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado de ações igualmente imbuídas de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (*Ibidem*,

p. 51).

Essa concepção faz do espaço um híbrido: por conseguinte, não se pode trabalhar, na geografia, com conceitos puros. Milton exprime essa idéia por meio da noção de forma-conteúdo:

“A cada evento, a forma se recria. Assim a forma-conteúdo não pode ser considerada apenas como forma, nem apenas como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizam as funções de que ele é portador [...].

“A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (*Ibidem*, p. 83).

Uma consequência dessa definição é mostrar que

“paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima” (*Ibidem*, p. 51).

A noção de totalidade e seu papel na geografia

Universalidade e totalidade

A filosofia se utiliza de categorias gerais que têm um conteúdo espacial: as de universalidade e de totalidade. A globalização do mundo atual dá um conteúdo concreto à palavra “universal” – mas Marx já era consciente das relações entre o universal e a abertura de um mercado mundial.

A noção de totalidade desempenhou um papel ainda mais importante na evolução do pensamento geográfico. Ela aparecia como central na obra de Carl Ritter, e permanecia presente nas publicações de Vidal de la Blache. Para Milton Santos:

“O que nos interessa é o fato de que, a cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no siste-

ma espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado de sua relação com os demais elementos do todo" (*Espaço e método*, *op. cit.*, p. 9).

O papel da totalidade vem disso: a realidade tem duas dimensões – uma dimensão global, que lhe dá sua significação, e uma dimensão local, que lhe dá o seu aspecto concreto.

“A totalidade do real, implicando um movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética. Seu estudo requer o conhecimento das estruturas componentes que o reproduzem, quer simultaneamente, quer separadamente” (*Ibidem*, p. 58).

A conceituação da totalidade que Milton Santos desenvolve tem as suas raízes na filosofia de Hegel:

“O que Hegel descreve como a Fenomenologia do Espírito é a metamorfose da idéia em Objeto e do Objeto em Idéia através da experiência. Segundo Hegel, ‘o espírito torna-se um objeto, pois o espírito é o movimento de se tornar outra coisa para si mesmo e, depois, sublimar esse estranhamento’ (HEGEL, *Preface to Phenomenology...*). O que chamamos totalidade é a idéia hegeliana. A fenomenologia é a transmutação do real-abstrato em real-concreto. E vice-versa. Essa metamorfose é permanente, porque a totalidade está em perpétuo movimento” (*A natureza do espaço*, *op. cit.*, p. 98).

Há diversas consequências dessa concepção da totalidade.

Verdade, totalidade e particular

Não se pode apreender a verdade por meio das evidências sensíveis: uma parte dela, a mais importante, se localiza em outra escala. Ela pode ser apreendida só depois de uma reconstituição da realidade em sua globalidade.

A distinção entre o real-abstrato e o real-concreto foi sempre uma chave do pensamento crítico, porque ela sempre oferecia a

possibilidade de refutar o testemunho dos sentidos, buscando outros aspectos empíricos mais conformes às dimensões globais do real. Tal distinção explica também o risco, para o pensamento crítico, de negar completamente a realidade empírica: ela se torna então pensamento totalitário.

A totalidade como latência e a atualização do real

Para a geografia, a visão da totalidade introduz uma visão do real onde o global e o real têm sempre um papel igual e complementar:

“Então o mundo se dá como uma latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se *in extenso*, isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então o Real possível, possibilidades reais, e não idéias. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma nova técnica ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada.

“A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Particular. Levando o Universal ao Lugar, cria uma particularidade. E esta sobrevive como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassado pelos novos movimentos” (*Ibidem*, p. 99).

Totalidade e papel do lugar

A complementaridade necessária entre o global e o local explica o papel do lugar. Nesse domínio, Milton Santos precisa:

“A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os consideramos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente..., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e local-

mente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região e lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico” (*Ibidem*, p. 131).

É o lugar que permite a atualização do real:

“Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades” (*Ibidem*, p. 107).

Totalidade, totalização e história

A totalidade não é uma realidade estatística:

“A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial, é a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço” (*Ibidem*, p. 96).

A reflexão de Milton Santos sobre o espaço o levou a uma concepção abrangente da geografia. A disciplina tinha um poder crítico, porque ela não se limitou a uma leitura empírica dos fatos. A noção de totalidade introduziu um fundo, um último plano. A geografia não se pode encerrar nem no estudo do local, dos lugares, nem no estudo do global. O estudo do lugar teve, num certo sentido, a precedência, porque foi por intermédio dele que o Real possível atualizou-se. Ao mesmo tempo, o global teve outra forma de precedência, porque ele foi portador das possibilidades concretamente historicizadas e geo-

grafizadas no lugar.

A conceituação do espaço como meio técnico deu também à geografia uma dimensão temporal essencial.

A geografia de Milton Santos não foi uma reflexão epistemológica sem consequências práticas. Ela abriu novas perspectivas a essa disciplina: a curiosidade para as técnicas, o papel do universal e também o dos lugares, e a dialética entre essas escalas.

Milton Santos e o meio técnico-científico-informacional

Para Milton Santos, o desenvolvimento da sociedade passou por fases sucessivas.

“[Dos fins do século xv até hoje] haveria cinco períodos:

- 1- o período do comércio em grande escala [...];
- 2- o período manufatureiro (1620-1750);
- 3- o período da Revolução Industrial (1750-1870);
- 4- o período industrial (1870-1945);
- 5- o período tecnológico” (*Espaço e método*, *op. cit.*, p. 23).

Durante os 25 últimos anos de sua vida, a compreensão do período tecnológico foi uma das tarefas maiores de Milton Santos. Ele escreveu em 1972:

“[O período tecnológico] é o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos [...]. A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas [...]” (*Ibidem*, p. 27).

Milton Santos já estava consciente do papel das comunicações:

“Por meio das comunicações, o período afeta a humanidade inteira e todas as áreas da terra [...]. As novas técnicas trazem como nunca antes a possibilidade de dissociação geográfica das atividades.

“A esse fenômeno podem se acrescentar muitos outros: [...] as novas

formas de industrialização, como a internacionalização da divisão do trabalho; e a chegada do capital e da tecnologia dos países adiantados para usar uma força de trabalho barata lá onde ela vive, isto é, nos países dependentes" (*Ibidem*, p. 28).

Mais tarde, nos anos 1980, Milton Santos deu mais destaque ao papel das tecnologias da informação. Tirou vantagem dos trabalhos sobre a fase fordista e a fase pós-fordista da evolução industrial: falou daqui em diante de meio técnico-científico-informacional:

“Da informatização pode ser dito que é um novo modo dominante de organização do trabalho, graças ao seu papel na circulação física das mercadorias e na regulação dos circuitos produtivos e dos estoques [...].

“Controle centralizado e organização hierárquica conduzem à instalação de estruturas não-igualitárias, já que a informação essencial é exclusiva e apenas transita em circuitos restritos” (*A natureza do espaço*, *op. cit.*, p. 147).

Com o novo sistema técnico-científico-informacional, a unidade técnica da terra se torna realidade. Com a rapidez das viagens e a instantaneidade das comunicações, existe uma unicidade dos momentos.

“Paralelamente à unicidade das técnicas e à unicidade dos momentos, devemos, também, considerar a existência de uma unidade do motor da vida econômica e social em todo o Planeta, representada, emblematicamente, pela emergência de uma mais-valia no nível mundial e assegurada [...] pela existência sistemática de grandes organizações, que são os grandes atores atuais da vida internacional” (*Ibidem*, p. 163).

Para compreender a evolução atual da organização do espaço, é bom estabelecer uma distinção entre informação e comunicação. A informação abre possibilidades. Não depende das atitudes das pessoas implicadas no processo.

“As relações [...] informacionais podem ser indiferentes ao meio social ambiente” (*Ibidem*, p. 206). A comunicação difere da informa-

ção pura porque ela se instala como “práxis intersubjetiva ou práxis transindividual” (*Ibidem*, p. 205).

“As relações técnicas e informacionais podem ser ‘indiferentes’ ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são, ao contrário, uma resultante desse meio social ambiente. As [...] primeiras são mais dependentes da materialidade, da tecnosfera, as últimas, da psicosfera [...]” (*Ibidem*, p. 206).

E Milton Santos comenta:

“Com as formas modernas da informação, a tendência atual é a de que os lugares se unam verticalmente, e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais!” (*Ibidem*, p. 206).

Milton Santos insiste muito sobre esse resultado: para controlar o capitalismo global, a mobilização horizontal entre os lugares é o único meio de luta.

“No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza, e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência prática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (*Ibidem*, p. 258).

E Milton Santos precisa:

“A ordem busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.

“A ordem global serve-se de uma população de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos *pelo* território e *como* território, regidos pela interação.

“No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade. [...] A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a *informação* [...]. No segundo caso, prima a *comunicação*” (*Ibidem*, p. 272).

Milton Santos conclui: “Por enquanto, o lugar [...] é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas” (*Ibidem*, p. 206). Ou ainda:

“No plano global, as ações [...] constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações.

“A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o Mundo, mas também o confronta, graças à sua própria ordem” (*Ibidem*, p. 266-267).

Desse modo, existe uma possibilidade de opor-se à lógica do sistema técnico-científico-informacional, usando as possibilidades que ele oferece para a sua própria fiscalização.

O caso do Brasil

O que significam os espaços nacionais no período atual?

“Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios.

Eles preferem um espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos.

“Eis por que os territórios nacionais se transformam *num espaço nacional da economia internacional* e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional” (*Ibidem*, p. 194).

Foi essa mudança que Milton Santos escolheu estudar no seu último livro: *O Brasil. Território e sociedade no início do século xxi*. Foi, de algum modo, a conclusão de seu itinerário radical.

“A união entre ciências e técnica que, a partir dos anos setenta, havia transformado o território brasileiro, revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação a partir do período da globalização e sob a égide do mercado” (*O Brasil*, p. 52).

“É a irradiação do meio técnico-científico-informacional [...] que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul, ou constituindo manchas e pontos no resto do país” (*Ibidem*, p. 53).

Num certo sentido, *O Brasil* deveria ser a narrativa de uma catástrofe, a da conquista do país pelo capital global – uma história grave e um pouco triste. Mas o texto de Milton Santos se caracteriza por uma certa alegria, um certo lirismo. A modernização do Brasil era desejável. Ela era necessária. O sucesso dessa mudança não tem só aspectos negativos para o Brasil. Milton Santos nunca foi um oponente da modernização. Ele pertencia à geração para quem o desenvolvimento econômico do país parecia um problema essencial.

O Brasil conseguiu, durante os 30 últimos anos, uma modernização que lhe dá a possibilidade de resistir a certos aspectos da globalização. Sem uma modernização bem-sucedida, a afirmação de uma especificidade brasileira não seria possível.

Mas existe também em *O Brasil* uma componente pessimista:

“O quadro que estamos buscando retrair não estará completo se não fizermos menção ao fato de que a emergência da globalização diminui ainda mais a preocupação com a cidadania, já que a figura do cidadão quase sempre é confundida com a de consumidor” (*Ibidem*, p. 305).

Na sua última obra, sinto que Milton Santos estava dividido entre o otimismo de um homem que sempre acreditou no progresso e o pessimismo gerado pela desigualdade entre as forças globais do capital internacional e as resistências locais.

Conclusão

Quais são as lições do pensamento radical desenvolvido por Milton Santos?

1- Uma exploração completa de toda a literatura filosófica, sociológica, econômica e geográfica sobre o espaço: é sua contribuição à história e à filosofia das ciências.

2- O desenvolvimento de interesses novos sobre a técnica, o papel da informação, a modernização das redes bancárias etc.

3- A descoberta de uma nova estratégia para fiscalizar e mudar o processo – necessário – de globalização: a ação horizontal que une os lugares e evita o triunfo total da lógica vertical da globalização.

I

Lugares dos saberes: diálogos abertos

Ana Clara Torres Ribeiro
IPPUR/UFRJ, bolsista do CNPq

“La semilla es la metáfora original: cae en el suelo, en una hendidura del terreno, y se nutre de la sustancia de la tierra.”¹
(Octavio Paz, *Corriente alterna*)

Lugar e saber

Por meio do recurso à idéia-conceito de *lugar*, têm sido desenvolvidas análises críticas da modernidade que ensaiam a substituição do conceito de espaço que orientou tantas modernizações responsáveis por destruição de culturas e formas alternativas de organização da vida coletiva². Já por meio da idéia-conceito de *saber* manifesta-se a frente

1. A semente é a metáfora original: cai no solo, em uma fenda do terreno, e se nutre da substância da terra.

2. “O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto” (BERNARDES *et alii*, 2000, p. 1).

de investimentos reflexivos voltada ao diagnóstico dos efeitos nocivos da tecnociência, associada ao esmaecimento da pauta humanista e da produção científica que, abrigada nos códigos do racionalismo ocidental, nega o diálogo com o senso comum. Assim, *lugar* e *saber* são verdadeiros nortes reflexivos, posicionados no presente ⇒ futuro.

Estas idéias-conceitos inscrevem-se em disputas que, evidenciadas no presente, sinalizam possíveis rumos para a ação social. Correspondem a verdadeiras ferramentas para a elaboração de projetos voltados ao desvendamento de relações sociedade–espaço conduzidas por rationalidades alternativas. Sem dúvida, Milton Santos legou-nos veios e veredas para o pensamento crítico, por intermédio de um extraordinário mapa teórico-empírico tensamente posicionado na fronteira entre a certeza e a incerteza, já que é nesta fronteira que germinam as forças de transformação da realidade imediata. Este mapa nutre a instrução e a imaginação, abrigando tanto leituras apaziguadas, que se contentam com o conhecimento, como leituras disruptivas, que se movem pelo anseio da criação e da aplicação socialmente útil do conhecimento.

Aliás, quantas competitivas rationalidades fermentam entretecidas numa noção, conceito ou categoria? Como buscar a neutralidade, desvestindo conceitos dos projetos e sonhos que sustentaram a sua proposição? A escrita, como a fala, realiza uma intervenção no presente, movida por largas heranças intelectuais e por elementos da experiência única de cada indivíduo. Como compreender de outra forma a valorização de *lugar* e *saber* no pensamento de Milton Santos?

Ética da condição e ética da responsabilidade

Lugar e *saber* são idéias-conceitos e, também, idéias-projetos. Na obra de Milton Santos, indicam experiências e expectativas que, desdobradas nos espaços opacos (antagônicos aos espaços iluminados do agir operacional e do *marketing*), propiciam a resistência social (SANTOS, 1994). Indicam contextos propícios à descoberta de temas que, com prioridade, devem ser incorporados à pesquisa socialmente comprometida. *Lugar* e *saber* são, desta maneira, idéias que conversam com a renovação desejada para a geografia, com os deveres do intelectual público e o valor atribuído à ação. Orientam a busca do sujeito da

transformação e de um modelo cívico que favoreça a real experiência da cidadania.

Aparecem, também, como referências para o combate à globalização perversa, desenraizadora, mimética e voraz:

“O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalaram para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados [...] Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, *a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa*” (SANTOS, 2000) (grifos da autora).

É por meio de formulações como esta que *saber* e *lugar* são articulados à teoria crítica do espaço, que se afirma afastada de rotinas acadêmicas e que se deixa envolver pela radicalidade da carência e da fala do *outro*.

Do ângulo da política, a proposição de conceitos (idéias e projetos) envolve a sua subordinação aos princípios da ética da responsabilidade, como orienta Max Weber (1970 [1919]), com o mesmo rigor que, do ângulo da ciência, a proposição de conceitos exige a orientação ética da condição de cientista. No presente, marcado pela mútua influência entre tecnociência e pensamento único, encontram-se rompidas barreiras institucionais que, até há algumas décadas, preservavam o espaço-tempo específico da ciência e aquele que é próprio da política. A desinstitucionalização e a apropriação mercantil, sem peias, do conhecimento conjugam-se à perda de significados da ação política formalizada pela modernidade, produzindo desesperança mas, também, oportunidades de manifestação de formas de agir e pensar transformadoras.

Estes são tempos que expressam o amadurecimento de ameaças reconhecidas por Max Weber já nas primeiras décadas do século passado. Trazem a possibilidade de crescente obscurantismo. Não apenas aquele que se manifesta de imediato como autoritarismo, mas também

o que se apresenta na roupagem do misticismo, fazendo recuar tanto a ciência como a política, estas verdadeiras matrizes da modernidade que podem conduzir, se transformadas, a formas mais justas de realização da vida coletiva. Na face trágica da crise contemporânea, não acontecem a luta pela justiça social e o aprendizado de realidades, mas, sim, o acovardamento da razão e da vontade e, em decorrência, a anomia e a barbárie.

É no âmago desta crise societária que se torna necessário re-fazer os papéis da ciência e da política e o sentido das suas relações, impedindo subalternidades espúrias entre esferas da vida social, que propiciam falsas legitimidades. Trata-se, efetivamente, de garantir uma rigorosa conjugação de valores éticos, que possibilite mudanças morais orientadas para a radicalização da democracia e, portanto, para a garantia de soberania, autonomia, igualdade e liberdade³. A força da presentificação, permitida pela renovação da base técnica da vida coletiva, desafia, com novos meios e agentes, conquistas e rebeldias. É necessário, nesta conjuntura, opor obstáculos à banalização da experiência social, à mercantilização da cultura e à onipresença da ação instrumental, que atordoam percepções e desorientam projetos.

Lugares, contextos

No atual período histórico⁴, têm sido fortemente alteradas as relações entre produzir conhecimento e fazer política. Na ação hegemônica, predominam o pensamento operacional e pragmático, assim como a redução dos ideários democráticos aos ritos formais da política. Um

3. Recordemos palavras de Max Weber: “Nada se fez até agora com base apenas no fervor e na esperança. É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia – tanto no campo da vida comum como no campo da vocação. Esse trabalho será simples e fácil, se cada qual encontrar e obedecer ao demônio que tece as teias da sua vida” (*op. cit.*, p. 52) (grifo no original).

4. “A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises [...] Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração de tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações” (SANTOS, 2000, p. 33).

novo e transformador diálogo entre ciência e política precisaria romper os pactos de poder que sustentam esta ação. Neste diálogo, torna-se essencial reconhecer contextos que propiciem formas alternativas e generosas de sistematização dos recursos. Este reconhecimento impõe a absorção analítica da complexidade e o advento de uma mentalidade propositiva que, ao absorver singularidades do espaço herdado, compreenda o universal e o teor das tarefas associadas à afirmação do humanismo concreto (SANTOS, 1987).

É nesta ambiência reflexiva que Milton Santos propõe a valorização do *lugar* e, também, do *saber*:

“O conhecimento de outros lugares, mesmo superficial e incompleto, aguça a curiosidade. Ele é certamente um subproduto de uma informação geral enviesada, mas, se for ajudado por um conhecimento sistêmico do acontecer global, autoriza a visão da história como uma situação e um processo, ambos críticos. Depois, o problema crucial é: como passar de uma situação crítica a uma visão crítica – e, em seguida, alcançar uma tomada de consciência. Para isso, é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: *obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro*. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia” (SANTOS, 2000, p. 116) (grifos da autora).

Neste trecho, reconhece-se a radicalidade reflexiva que apenas a filosofia permite alcançar e o olhar atento para conteúdos do espaço banal.

Emerge, na passagem citada, a irredutibilidade da liberdade aos comandos da economia, o que exige investimentos em teoria. Afinal, como sugere Alain Badiou, com referência a Lacan: “Pode-se admitir que toda teoria consiste em localizar o vazio que autoriza a verdade; localizá-lo, fazer sua álgebra e sua topologia” (1994, p. 60). Por outro lado, na passagem citada de Milton Santos, orientações usuais da ciência e da política são refeitas pelo valor atribuído à experiência vivida, aquela que é desenhada pelos passos dos homens lentos (SANTOS, 1994), estes verdadeiros desbravadores de recursos na espacialidade que é antagônica aos seus desígnios e à satisfação de suas necessidades mais urgentes.

A existência é mestra dedicada e insistente. No vanguardismo político e acadêmico, que se distancia dessa fonte de saberes, manifesta-se impotência propositiva nos difíceis caminhos a ser percorridos nas lutas por justiça social. Assim, na conscientização que se descola da pedagogia do existir, os modelos e as fabulações (SANTOS, 2000) impõem-se, em geral, sobre as vozes dos lugares, desterritorializando e desenraizando aprendizados, que são essenciais à presença de novos protagonistas e ideários na definição do futuro desejável. Desta maneira, *lugar e saber* encontram-se implicados nos projetos que visem à territorialidade cidadã, resistente à alienação territorial originada da apropriação antidemocrática de recursos, apoiada na psicosfera (SANTOS, 1996, p. 203) construída pela propaganda. Nas palavras de Maria Adélia de Souza:

“Os lugares são reveladores, basta atingi-los. Essa ruptura manifesta nos lugares pela alegria que, apesar de tudo, eles irradiam, deve ser também compreendida não como a visão forjada pelo mundo (o da globalização), de incerteza e caos: nos lugares busca-se furiosamente a liberdade” (1997).

Acontece, nos lugares, a resistência ao localismo que destina aos pobres a cidadania restrita e limitada. Neles, também é possível reconhecer rugosidades impeditivas das localizações ansiadas pela ação hegemônica, o que alimenta a noção de território que deverá substituir a que orienta esta ação. Como afirma Eridan Passos, com base em Boaventura de Souza Santos (2001),

“[...] não existe globalização genuína, mas a globalização bem-sucedida de determinado localismo. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. Vivemos num mundo tanto de localização como de globalização” (PASSOS, 2002, p. 63).

Existe tensão analítica e política, portanto, entre as noções de *local* e *lugar*. O local pode ser lido como o nicho ou o alvo de ações desenhadas noutras escalas. Já o lugar abriga, além de consequências destas ações, enigmas, carências e projetos do existir. Não se trataria, realmente, de propor uma oposição absoluta entre estas idéias-concei-

tos, mas de indicar que *local* e *lugar* correspondem a sensibilidades analíticas e políticas distintas. O local traz referências à heteronomia, enquanto o lugar é portador de anseios de autonomia. Complementam-se, portanto.

É nos lugares, cujos limites desobedecem à escala da ação do Estado ou das firmas, que a horizontalidade costurada por práticas de cooperação anula, ou refrata, vetores da verticalidade dominante:

“Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual” (SANTOS, 1996, p. 206-207).

Existe, deste ângulo, um conhecimento do lugar a ser obtido, que depende de conceitos que incorporem a natureza do prático inerte local e que se abram a múltiplas vozes no desvendamento de possíveis futuros. O lugar é, então, uma determinada manifestação da tecnicidade exigida pela sobrevivência, de um ativismo da reprodução e de uma resistência do singular e do diverso.

Assumindo tarefas conceituais associadas à valorização do lugar, Milton Santos reposicionou a categoria território na teoria crítica do espaço, alertando para a sua relevância na ação política (SANTOS, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Para a resposta às exigências do presente, o território precisaria ser compreendido como território usado, isto é, como acúmulo de tempos correlacionado à indissociabilidade entre forma e conteúdo. O recurso a esta categoria permite compreender que o lugar é o cotidiano mas, é, ao mesmo tempo, os futuros nele contidos, inclusive os que foram negados no passado. Assim, o lugar é materialidade e socialidade mas, também, o conjunto dos eventos que as atingem e transformam, por determinações oriundas de diferentes escalas:

“Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*; e este é tanto

o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (BERNARDES *et alii, op. cit.*, p. 2) (grifos no original).

Saberes, emoções

Talvez o lugar possa ser compreendido ainda mais como região, desde que relido pela problemática filosófica e política do sujeito⁵. Como indaga Milton Santos:

“A territorialidade é um atributo do território ou dos seus ocupantes? Vivo o meu cotidiano no território nacional ou no lugar? Essas perguntas me parecem importantes porque estão ligadas ao que eu chamaria de saber da região em contraposição ao saber do *expert* internacional” (1999, p. 21).

As fronteiras do lugar não são rígidas. Ao contrário, são móveis como móvel é a articulação do prático inerte aos desideratos da ação social. Desta forma, à unificação de lugares que corresponde às exigências do agir hegemônico cabe contrapor a unicidade que é sistematizada pelas estratégias e táticas de sobrevivência. É esta unicidade, possibilitada pela energia social dos lugares, que pode revitalizar a sociedade civil, retendo o produtivismo que orienta a leitura dominante do espaço.

O *lugar* é uma expressão da vontade organizadora, que excede as diretrizes administrativas das organizações. Na construção social de lugares, encontram-se envolvidas, como diria Michel de Certeau (1998), diferentes artes do fazer. Entretanto, a valorização destas artes, assim como a sua memória, é geralmente impedida pelo ritmo da vida social, por exigências de atualização de conhecimentos e pela sobrecar-

5. Esta proposta encontra apoio no livro de Milton Santos *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Neste livro, são tratadas a geografia geral e a geografia regional no que concerne às suas exigências específicas de coerência teórica e metodológica: “[...] é essa originalidade regional que acima de tudo se procura. No entanto, como a pesquisa regional não pode progredir sem os progressos da ciência geral, o único caminho a percorrer é o de uma abstração medida, prudente, que leve em conta as realidades já estudadas objetivamente” (1978, p. 13).

ga da informação sem análise. Surge, portanto, a tendência à anulação de saberes, que altera conteúdos da relação sociedade-espço:

“[...] os eventos apagam o saber já construído exigindo novos saberes.

Quando, como nos dias atuais, os eventos são mais numerosos e inéditos em cada lugar, a reinserção ativa [...] depende cada vez menos da experiência e cada vez mais da descoberta” (SANTOS, 1996, p. 264).

Nestas circunstâncias, ocorrem dramáticas perdas e, também, possibilidades de inovação radical, inclusive a que se dá pela associação de novos projetos aos fragmentos da memória liberada pela aceleração do mundo.

Neste ponto de clivagem, traçado pela destruição que caracteriza a atual fase do capitalismo, o impulso em direção ao novo retém a ação realmente transformadora? A dissolução de saberes pode ser compensada pelo descarte de práticas impeditivas de verdadeiras descobertas? Estas perguntas só podem ser respondidas pela pesquisa que trabalhe a dialética entre saber e conhecimento e que apreenda, como propôs Milton Santos, a face ativa do território. Pela territorialidade, manifesta-se o saber, eivado de conhecimentos pretéritos, que se aproxima das verdades físicas e do confronto, que é diário, entre fisionomia, paisagem e essência das relações sociais.

Trata-se, portanto, de aceitar que o saber é o noturno e, tantas vezes, o invisível e o não-dito, da construção de lugares (CERTEAU, *op. cit.*). O saber é, também, um manto progressivo da ação, tecido no contrato da existência e não por meio da adesão acrítica ao decisionismo (BOSOER e LEIRAS, 1999), esta real doutrina da política hoje praticada. O *saber* é a força dos lugares, da mesma forma que o *lugar* é a seiva de diferentes saberes. Ambas as idéias (conceitos e projetos) correspondem à tenacidade do existir, à insistência do fazer vida, à riqueza do agir realmente experimentado. São idéias que conduzem, sem separá-los para além do que a ética exige, conhecimento e ação política, e que, ao trazerem concretude à luta por cidadania, obrigam o repensar de relevantes fenômenos sociais. Afinal, como ainda lembra Milton Santos, “[...] a datação do mundo faz com que tenhamos sempre que estar revendo conceitos” (1999, p. 25).

A função dos conceitos não é sempre a mesma, na medida em que se alteram a totalidade refletida e os sentidos da ação social. Antigas

palavras ganham novos conteúdos e novas palavras são encontradas para designar experiências banais. Aliás, a interdisciplinaridade é instável, num mundo em que a velocidade da mudança manifesta-se como hipertexto, em conjugação com a inércia como destino outorgado à maioria. Neste período, existem obrigações irredutíveis com relação ao trabalho com a linguagem. Deste trabalho dependerá tanto a preservação da memória como a ampliação de conteúdos da democracia. Como propõe Octavio Ianni:

“Quando se abalam os quadros sociais e mentais de referência, embarralham-se os territórios e as fronteiras, as nações e as nacionalidades, as línguas e as religiões, as culturas e as civilizações. Esse o clima em que se torna necessário e urgente dar-se conta de que a linguagem é um momento essencial da cultura e da comunicação, do entendimento e da fantasia, do exorcismo e da sublimação” (2000, p. 222).

Referências bibliográficas

BADIOU, Alain (1994). *Para uma teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Trad. Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

BERNARDES, Adriana *et alii* (2000). “O papel ativo da geografia: um manifesto”. *Estudos Territoriais Brasileiros* – Laboplan, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, apresentado ao XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, julho.

BOSOER, Fabián e LEIRAS, Santiago. (1999). “Posguerra fría, ‘neodecisionismo’ y nueva fase del capitalismo”. In: BORON, Atilio A.; GAMBINA, Julio e MINSBURG, Naum (orgs.). *Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina*. Buenos Aires, Clacso.

CERTEAU, Michel de (1998). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Vozes.

IANNI, Octavio (2000). *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PASSOS, Eridam (2002). “Globalização, pós-modernidade e a questão política”. In: LEÃO, Adroaldo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coords.). *Globalização e direito*. Rio de Janeiro, Forense.

PAZ, Octavio (2000). *Corriente alterna*. México, Siglo Veintiuno Editores.

SANTOS, Boaventura de Souza (2001). “As tensões da modernidade”. Texto veiculado no site do 1º Fórum Social Mundial (Porto Alegre, janeiro).

SANTOS, Milton (1978). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Hucitec.

____ (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

____ (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec.

____ (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

____ (1999). “O território e o saber local: algumas categorias de análise”. *Cadernos IPPUR*, Vol. XIII, n. 2.

____ (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

____ e SILVEIRA, Maria Laura (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

SOUZA, Maria Adélia de (s/d). “O lugar de todo mundo: a geografia da solidariedade”. Salvador, 1º Encontro Internacional de Geografia da Bahia (conferência).

WEBER, Max (1970 [1919]). *Ciência e política: duas vocações*, Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix.

Mas, se o lugar nos engana, é por conta do mundo

Maria Ângela Faggin Pereira Leite
Universidade de São Paulo

“É pelo lugar que vemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora...
Mas, se o lugar nos engana, é por conta do mundo.”
(Milton Santos, *Fim de século e globalização*)

Não é possível responder ao desafio de homenagear Milton Santos senão com a tentativa de entender sua obra, entendimento sempre surpreendente e que só pode ser alcançado pela constante revisão de nossa forma de ver o mundo, da tensão permanente entre objeto e sujeito sob o comando, mas não sob o domínio, do empírico.

O objetivo do trabalho intelectual de Milton Santos foi sempre o de produzir idéias e realidades que reafirmassem valores sociais. Há, como pano de fundo de sua obra, a busca incessante da verdade, da transcendência do que é apenas aparente e, por isso, certamente, sua

influência se estende a inúmeras áreas de conhecimento, entre elas a arquitetura. E, dentro da arquitetura, o paisagismo.

Nessa extensão, o primeiro ponto de contato é a cidade, objeto que só pode repensar-se ao pensar o mundo, porque sua única possibilidade de transformação é por meio de intervenções que, mesmo singulares, devem trazer em si uma totalidade capaz de revelar a união solidária entre o mundo e seus lugares. Objeto múltiplo, diretamente afetado pela crescente complexidade do conhecimento, a cidade exige, para essa tarefa de transformação, exatamente o olhar transdisciplinar que sustenta as propostas de Milton Santos.

Já a forte visualidade da paisagem indica, como prioridade, além do caminho transdisciplinar, o diálogo conceitual. Mas um conceito elaborado para uma disciplina ou uma área do saber raramente é um conceito para as outras áreas do saber. Na maioria das vezes é uma metáfora que as outras áreas decifram com base em um código próprio e hermético. Devemos, portanto, geógrafos e paisagistas, encontrar, não um conceito comum, tarefa quase impossível, mas, talvez, linhas de convergência que nos permitam promover uma primeira ligação entre nossas disciplinas, empenhadas em entender o sentido das ações humanas.

A tendência do paisagismo de enfatizar o empírico como explicação privilegiada para esse sentido encontrou em Milton Santos uma resistência inesperada: o empírico, para ele, leva a generalidades empobrecedoras e apenas os sistemas explicativos podem dar conta do singular, do único, do particular. Se, por um lado, é o singular que interessa para o campo de atuação do paisagismo, são, por outro, os sistemas explicativos que permitem compreender o processo de produção da paisagem e as peculiaridades das relações sociais que, simultaneamente, influenciam e são influenciadas pelas intervenções projetuais dos paisagistas.

As desigualdades, heterogeneidades, diversidades e complementaridades do lugar seriam, então, linhas de convergências que poderiam nos conduzir ao entendimento solidário do mundo e seus lugares. Porque é no lugar que o espaço e o tempo mundiais são indissociáveis e onde a configuração única do sistema técnico e do sistema de ações revela, na incessante e recíproca transformação de idéias em objetos, a solidariedade entre os processos sociais e as formas da paisagem. Nossa convergência estaria, também, na procura da interação entre

as formas visíveis da paisagem e a trama, parcialmente invisível, da estrutura social que, instável e dinâmica, redefine constantemente os valores da paisagem, condicionando a atuação da sociedade.

Essa enorme quantidade de variáveis em jogo demandava um esforço de síntese, síntese esta que, para Milton Santos, era dada pelo espaço, construção social, conjunto indissociável do sistema de ações e do sistema de objetos. Estábamos, assim, unidos pelo espaço e a questão a colocar, então, nas suas palavras, era a de sua própria natureza,

“formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem dinamismo e funcionalidade... Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano” (SANTOS, 1996b, p. 85-86).

Paisagem não é espaço

O espaço é um sistema de valores e a paisagem, um sistema de objetos. Mas os objetos, em si, não têm valor: seu valor é dado por ações que determinam e confirmam sua existência. É partindo de uma certa forma de produção de objetos e de uma certa disposição de objetos que podemos ajudar, ou não, na produção de um sentido para as ações humanas, na reafirmação dos valores sociais.

Parece fora de dúvida, então, que nem o espaço, nem a paisagem podem ser estudados com base nos objetos que os compõem, como se tais objetos tivessem vida própria ou pudessem explicar-se por si mesmos, pois isso os tornaria autônomos, obscurecendo os saberes sociais pelas imposições da técnica. Milton Santos insistia, porém, que os objetos são importantes, pois sua materialidade sobrevive aos modos de produção que lhes deram origem, ou aos momentos desses modos de produção (*Ibidem*, p. 85). E alertava, sempre, sobre nossa tendência, no paisagismo, de tomá-los como atores, isto é, como vetores de mudança.

“Objetos são construções perfeitas e, por isso, duros e insensíveis às transformações. Sua racionalidade técnica nos desencoraja a vislumbrar, a partir deles, possibilidades de mudança” (SANTOS, 1996a, p. 34).

Mas os objetos, hoje, têm, mais do que antes, um papel importante na produção das ações, e a maneira pela qual dispomos esses objetos técnicos, perfeitos, altamente carregados de ideologia, para obter um resultado idealizado, apresenta-se na nossa mente antes de se dar na história, o que nos permite pensar o mundo sem olhar para o lugar. O lugar torna-se, assim, opaco e, por isso, exigente de um sofisticado e cada vez mais indecifrável discurso explicativo.

“Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos assim nos tornamos ignorantes” (SANTOS, 1994, p. 91-92).

Não é possível, então, conhecer o mundo por meio das ações, nem dos objetos e nem dos discursos, mas apenas por intermédio do visível, do lugar, da paisagem, desse “fragmento da realidade total que temos diante de nós, desse *a priori* de que partimos para conhecer a realidade total” (SANTOS, 1996a, p. 36).

A paisagem seria, assim, a parte do espaço que percebemos e que nos permitiria entendê-lo. Sensível como visualidade, a paisagem é uma apreensão surpreendente do real que, ao ganhar visibilidade, e só então, nos indica intervenções e formas de organização que melhor podem contribuir para concretizar as alterações desejadas pela sociedade, para dar um sentido às ações humanas, para permitir ver o espaço humano em perspectiva.

A razão e a emoção

Ver o espaço humano em perspectiva significa entender como formas e objetos determinados pela necessidade da razão qualificam-se socialmente, libertando-se de suas rígidas determinações para indicar-nos um futuro desejado. A transversalidade do lugar e, por consequência, da paisagem envolve a consideração tanto da racionalidade de seus objetos quanto das formas de sociabilidade que eles incentivam ou

desencorajam. Para isso, devemos distinguir, claramente, escala de atuação e escala de compreensão.

Se, na escala da atuação, a paisagem, essa construção transtemporal, transversal, duradoura, não é produto unicamente da disposição de objetos valorizados pelo simples fato de terem sido desenhados por especialistas, de forma análoga, na escala da compreensão, o paisagismo é um modo de entendimento do espaço que transcende o projeto, embora dele se utilize como forma de conhecimento da realidade. Sua finalidade última é a discussão dos benefícios que o projeto traz, não para a qualidade urbana, mas para a sociedade, e sua contribuição maior está em procurar evitar a segregação social oferecendo possibilidades concretas de envolvimento das pessoas na determinação de seus lugares de vida.

Numa sociedade como a brasileira, que se pauta pela discriminação como norma de comportamento, de relacionamento e de estruturação, a crítica da paisagem deve, necessariamente, transcender a crítica de suas formas para evidenciar o potencial que ela apresenta como indutora de certos comportamentos e relações sociais. O que se deve buscar e manter nas cidades é o valor concreto que a sociedade atribui aos seus lugares de vida, e não valores abstratos de objetos que, concebidos como respostas racionais a situações ideais, terminam por relacionar-se apenas entre si, formando nos discursos um conjunto perfeito, mas inexistente. E é essa busca de perfeição que anula, no lugar, o saber e, por consequência, a cidadania. Por isso Milton Santos nos advertia de que, nas cidades, não deveríamos sentir medo dos bandidos que nos espreitam nas esquinas, mas sim dos responsáveis pelo pensamento parcial e mutilado dos problemas urbanos e pela proposição de soluções técnicas para suas questões sociais.

Produto da tensão permanente entre o lugar e o espaço, essa visão subversiva do real, apoiada no movimento, na mudança constante do objeto e do sujeito, que atravessa toda a obra de Milton Santos, nos deixa, afinal, apenas uma certeza: é preciso duvidar das categorias de análise existentes para controlar o engano a que o mundo nos induz.

Esse longo caminho, ainda por percorrer, começa no seu pensamento, nos seus lugares impregnados pelo cotidiano e pelo mundo, na sua materialidade exacerbada que, contraditoriamente, é capaz de nos revelar a dimensão plural da emoção. Não por meio dos objetos,

perfeitos demais para contê-la, nem como decorrência do refinamento das técnicas ou do cultivo dos valores estéticos. Mas na busca de um sentido para as ações humanas, de uma razão para os lugares no mundo, de uma consciência do mundo nos lugares, porque “o mapa do mundo são vários, mas o mundo é um só” (SANTOS, 1994, p. 183).

Referências bibliográficas

SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo, Hucitec.

_____(1996a). *Da paisagem ao espaço: uma discussão*. In: Anais do II ENEPEA, p. 34.

_____(1996b). *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec.

Milton Santos: da escassez ao saber

Muniz Sodré
Universidade Federal do Rio de Janeiro

É fato observável no panorama intelectual brasileiro que os mais marcantes especialistas nas disciplinas das ciências humanas e sociais terminam encaminhando-se para um tipo de reflexão que oscila entre o ensaísmo filosófico e o trabalho empírico-metodológico de uma área temática específica. São conspícuos os nomes de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro com suas obras de explicação geral do Brasil. Mais recentemente se destacaram autores como Celso Furtado, Roberto Da Matta e Milton Santos. Este último, academicamente notabilizado por suas pesquisas e suas contribuições teórico-metodológicas, tornou-se conhecido do grande público por textos e posições de natureza ético-política.

Milton Santos era geógrafo, importante nome da geografia humana e econômica. Já há muito tempo a interdisciplinaridade se fazia metodologicamente visível em seu trabalho, como bem atesta *O espaço dividido*, uma original interpretação das mudanças geográficas — mas ao mesmo tempo econômicas, sociais e políticas — de

um certo número de países do dito Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial (cf. SANTOS, 1979). As teorias até então habitualmente utilizadas para se interpretar a evolução urbana e regional, assim como a realidade da pobreza, recebem aí uma correção exemplar, desde o ponto de vista dos fenômenos concretos, contextualizados. Fica claro que o saber geográfico não é externo à realidade socioeconômica.

Nesse texto, Milton Santos chama a atenção para o fenômeno – na época pouco trabalhado pelos analistas sociais brasileiros – do “colonialismo interno”, que o pensador pós-modernista francês Paul Virilio viria depois a chamar, a propósito do papel das Forças Armadas nacionais, de “endocolonização”. Para o geógrafo, os espaços internos “colonizados” tornam-se tributários de zonas favorecidas pela concentração industrial, financiando o seu crescimento por meio da remessa de excedentes de capitais e mão-de-obra. Cabe à modernização tecnológica do Terceiro Mundo promover a filiação direta desse endocolonialismo ao colonialismo externo, “responsável pela seleção das regiões capazes de polarizar e das firmas ou indivíduos capazes de se beneficiarem com essa polarização” (*Ibidem*, p. 231).

Por seu cuidado político com as questões da pobreza, Milton mostra-se um observador atento das transformações tecnológicas, que sabe serem apanágio dos países de centralidade capitalista internacional e, daí, razões sobredeterminantes para a subordinação e o empobrecimento de regiões periféricas. Ele não tarda a se dar conta da profunda afetação do homem tradicional, mas também da especificidade disciplinar da geografia, pela magnitude da evolução tecnológica, que desembocaria na revolução cibernetica.

Como ressalta Finkielkraut,

“de agora em diante, o homem tem lugar sem que o lugar possa pretender exercer sobre ele a menor influência. Sua presença na terra não é mais uma destinação de residência [...] Graças à saída do jogo da topologia por efeito da tecnologia, a experiência humana, humana demais, da vizinhança dá lugar à embriaguez olímpica de uma eqüidistância universal. O homem não é mais vernacular, é planetário. Seu entorno imediato não é mais local, e sim digital. Ele estava ligado a um território, agora está conectado a uma rede e não tem que praticar autoctonismos” (FINKIELKRAUT, 1996, p. 40).

Este é um tipo de lógica em que a geografia parece perder o sentido. Não apenas a geografia, aliás, também a história ou todo e qualquer tipo de saber não estritamente afim à nova configuração das relações sociais e às novas condições de domínio do capital na sociedade contemporânea. Não só as formas dominantes de mudança social, participação e poder foram deslocadas por novos dispositivos e estruturas, mas principalmente os saberes correspondentes ao antigo paradigma, em que o trabalho ainda não havia sido inteiramente superado pelo capital e ainda era visível dentro do sistema de produção. Com o deslocamento e sua inevitável ideologização tecnológica, produz-se o obscurecimento cognitivo das condições concretas de vida das populações tendencialmente marginalizadas pelo sistema.

Diante desse quadro geral, intensificado pelos processos metanacionais no âmbito da economia, da cultura e da sociedade – recobertos por designações como globalização, mundialização e planetarização¹ –, Milton Santos debruça-se sobre as possibilidades vernaculares da economia e do conhecimento. O termo “vernacular” diz respeito aos aspectos agregadores do fato territorial, local e singular. “O que globaliza separa: é o local que permite a união”, diz ele.

O conceito de local, o de um espaço em que o cidadão desenvolve cotidianamente as suas atividades vitais, pode equivaler ao de comunidade, desde que não se entenda a dimensão comunitária como um retorno nostálgico de formações sociais antigas, e sim como uma rearticulação do local com a multiplicidade espacial da sociedade em via de globalização, orientada por pressupostos de conhecimento comum, consumo compartilhado e instituições participativas. A “outra globalização”, de que fala Milton Santos, mesmo sem o apelo nominal à comunidade, inclui a dimensão comunitária como parte de um processo de redefinição vernacular da cidadania, em que o fato separador ou desagregador da globalização, isto é, a dissimetria hierarquizada do conhecimento científico-tecnológico, possa ser reinterpretado e transitivamente incorporado ao modo de produzir e gerir local pelo indivíduo humano, reposto no centro do processo de desenvolvimento.

1. Para as diferenças conceituais entre estes termos, cf. DREIFUSS, René (1999). “Tendências da globalização”. *Tempo Brasileiro*, n. 139, p. 97-172.

É assim que Milton se volta para pensar a vida humana como atmosfera afetiva e cognitiva, portanto como um *ethos* que agraga valor à existência por meio da experiência. O que é a experiência? É o que há de criativo e constituinte em toda ação. Ao desbravar uma mata e construir uma casa com suas próprias mãos, o homem faz a experiência originária de um território, isto é, de um espaço por ele marcado, ganhando a autoridade de quem foi sujeito de uma ação e pode dela falar transitivamente. Em outras palavras, de modo operativo e diretamente relacionado a um complemento real-histórico.

Autoridade implica fala e narrativa, máxima e provérbio. A experiência encontra o seu correlato não no conhecimento baseado apenas no argumento racional, mas na autoridade do sujeito de um saber que nasce da precariedade e da escassez. Na verdade, isso ocorre mesmo na produção ultra-racional do conhecimento. A diferença é feita pela preponderância da falta de saber e de recursos que caracteriza o mundo da vida nas regiões economicamente mais carentes e empobrecidas do planeta.

A escassez faz-se, assim, um dado importante no pensamento social de Milton Santos. Para ele,

“a experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo. Por isso, constitui um instrumento primordial na percepção da situação de cada um e uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência” (SANTOS, 2000, p. 130).

É que, à medida que as fontes de escassez se multiplicam, por pressão de um tempo globalista, criador de desejos insatisfeitos por meio do mercado e da publicidade, produz-se a cada dia uma nova escassez.

Milton Santos tem a perfeita consciência da importância da aceleração temporal, da velocidade, como um dado ao mesmo tempo técnico e político da racionalidade hegemônica responsável pela produção de bens, serviços e idéias, que constitui a base primeira da produção de carências e escassez. Essa temporalidade acelerada é primordialmente política por ser humana, isto é, por corresponder ao tempo humano da modernidade, fabricado por postulados técnicos sobre objetos do nosso universo.

Como bem se sabe, na modernidade ocidental, o objeto técnico torna-se progressivamente autônomo sob influência das circunstâncias de sua origem e tende a levar uma pseudovida própria, com leis particulares de auto-regulação e de desenvolvimento. A materialidade das coisas conserva a presença contínua de uma intencionalidade, a fabricação e o uso em determinadas circunstâncias de mercado, que condiciona o aparecimento da velocidade como valor de criação tecnológica e de vida humana.

Para Milton Santos, as técnicas e a velocidade criam desigualdade e, paralelamente, necessidades, já que não se pode satisfazer a todos numa ordem de distribuição dissimétrica do produto. Sintetiza:

“A situação contemporânea revela, entre outras coisas, três tendências:

1. uma produção acelerada e artificial de necessidades;
2. uma incorporação limitada de modos de vida ditos racionais;
3. uma produção ilimitada de carência e escassez” (*Ibidem*, p. 129).

Nisso, entretanto, ele vê uma positividade intelectual, já que a insatisfação gera a demanda de explicações para a falta, enriquecendo o pensamento. Isto vale tanto para os consumidores privilegiados como para os pobres, existencialmente definidos pela escassez. Explica:

“[...] Mas como sua presença na vida de todos os dias é o resultado de uma metamorfose também permanente, o trabalho acaba por ser, para eles, o lugar de uma descoberta cotidiana e de um combate cotidiano, mas também uma ponte entre a necessidade e o entendimento” (*Ibidem*, p. 131).

Trata-se de um dado epistemicamente positivo porque dá margem, a nosso modo de ver, à *experiência*. E esta implica um agir direto, imediato, corporal sobre o mundo. *Ex-per-ientia* — a palavra latina diz “provir de algo”, “andar através”, “transitar”. O saber humano é sempre radicalmente um *pathei mathos*, isto é, ensino/aprendizagem pelo sofrimento, porque na transitividade de seu percurso se experienciam as paixões de uma caminhada que exclui toda possibilidade de certeza. Ao contrário da ciência, a experiência não faz da certeza a sua base.

Na Antiguidade, o agente coletivo da experiência era a *doxa* (o senso comum, o conjunto das opiniões e da sabedoria popular),

enquanto o da ciência era o *noûs*, o intelecto racional, separado da experiência comum. É esse agente racionalista que se impõe na sociedade tecnocientífica de hoje, redefinindo a temporalidade humana — cujos aspectos relativos à duração constituem um dado elementar e imediato da consciência — a partir dos postulados sobre objetos do nosso universo psicotécnico, onde parece desaparecer a experiência. Aqui predomina aquilo que Jean Baudrillard chama de “o experimental”, ou seja, a substituição do real clássico e do imaginário por protocolos da ciência e da forma-teste, que verificam o funcionamento social de modelos e códigos operacionais.

Sob o domínio do experimental, a experiência parece desaparecer. O exemplo-clichê é do turista que fotografa a Notre-Dame e vai contemplá-la em casa: o sujeito da inexperiência vive de imagens, dos simulacros que possui e coleciona. Ora, experiência, no sentido forte da palavra, é algo que só se pode *fazer* e nunca *ter*. Em outras palavras, a experiência implica um aqui e agora da situação em que se identifica um problema e se produz uma relação direta com ele, visando ultrapassá-lo. A ação transformadora é de fato constituída pela experiência.

A preocupação de Milton Santos caminha, nesse aspecto, no mesmo sentido da especulação do francês Michel de Certeau, para quem

“a racionalização científica e técnica das sociedades europeias diminui progressivamente o valor e a rentabilidade do trabalho de produção direta. Ela o substitui pela automatização e o marginaliza. Desvia a massa do trabalho humano para a preparação, a organização ou o controle da produção. Privilegia o saber” (CERTEAU, 1995, p. 196).

Esse saber é estruturalmente excludente dos não-favorecidos por princípios seletivos centrados em idade, condição social, lugar de moradia e qualificação educativa. Desse processo fica de fora um número crescente de trabalhadores articulados em torno da produção industrial tradicional, assim como a gente empobrecida de origem rural.

Milton Santos não apostava, entretanto, na derrota dos excluídos e indaga-se sobre o papel atual dos pobres na produção do presente e do futuro. Começa distinguindo pobreza de miséria:

“A miséria acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, ou quase, da pessoa. A pobreza é uma situação de carência, mas também

de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível” (SANTOS, 2000, p. 132).

Neste ponto, o pensamento do geógrafo alinha-se com o daqueles que preconizam outras formas de vida, outros processos de produção e distribuição em que atuem, ao lado de formas político-participativas dos excluídos, as modalidades econômicas da redistribuição e reciprocidade. Evidentemente, aproximamo-nos aqui da zona movediça das utopias, porque o que se termina sugerindo é um novo patamar civilizatório, com um novo tipo de Estado, que não jogue com a exclusão tanto econômica como cultural e psíquica dos indivíduos.

Mas para ele não se trata realmente de utopia, uma vez que esses outros processos já acontecem na multiplicidade dos saberes de sobrevivência, gerados pela escassez estrutural, apenas “sem entendimento sistêmico do sistema do mundo”. Assegura:

“Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades. Na condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento” (*Ibidem*, p. 133).

Por outro lado, da parte de especialistas em processos sustentáveis de desenvolvimento local firma-se cada vez mais a consciência de que esse tipo de desenvolvimento pressupõe um novo paradigma, que inclui fatores produtivos endógenos, resgate da cidadania ou maior representação de segmentos sociais excluídos, consideração do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, políticas territoriais negociadas etc. Trata-se de um tipo de conhecimento voltado para a formação de capital social.

Esse conhecimento, que supõe ampla participação coletiva e, evidentemente, uma nova intelectualidade pedagógica (Milton Santos apostava fortemente na responsabilidade dos intelectuais), adviria principalmente da experiência dos pobres em sua tomada de consciência e luta. A experiência é, aí, essencialmente histórica, o que equivale a

dizer *política* como livre-agir da comunidade no tocante às decisões de seu destino.

A epistemologia da escassez encontrará o seu complemento real-histórico na ação auto-affirmativa daquela entidade que Raquel Paiva chama *comunidade gerativa*. Entenda-se: não uma predicção ética sobre um agrupamento de indivíduos solidários (ou seja, não o objeto do “comunitarismo”), mas a experiência criativa de um grupo autoconsciente da carência e afirmativo de sua soberania.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de (1995). *A cultura no plural*. Campinas, Papirus.

FINKIELKRAUT, Alain (1996). *L'Humanité perdue. Essai sur le XX^{ème} Siècle*. Paris, Seuil.

SANTOS, Milton (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.

_____ (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.

Técnica, território e poder na obra de Milton Santos

Leila Christina Dias
Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar deste seminário. Considero uma honra e um privilégio estar aqui para analisarmos juntos o pensamento do professor Milton Santos, que representa contribuição à geografia e à produção de uma teoria social crítica. A riqueza teórica e metodológica de sua obra é um permanente convite a seguir em frente, pela abertura de possibilidades para a compreensão dos problemas colocados hoje aos cientistas sociais.

Largamente inspirada nas idéias de Milton Santos, a pesquisa que venho desenvolvendo nos últimos anos incorporou a variável informação para compreender a gestão do território pelas grandes organizações e a emergência de um sistema urbano diversificado. As hipóteses formuladas pelo professor mostram toda sua pertinência quando confrontadas com o material empírico. De fato, a possibilida-

de do conhecimento simultâneo das ações empreendidas em lugares distantes deu livre curso a todo um jogo de novas interações. As inovadoras técnicas de informação e de comunicação permitiram o aproveitamento das virtualidades de cada lugar, ampliando a divisão territorial do trabalho.

Nos últimos anos, a busca do entendimento do processo de constituição de um meio técnico-científico-informacional no território se tornou, na verdade, uma tarefa coletiva, levada a cabo por aqueles – orientandos formais ou não – que nas formulações de Milton Santos encontram material fértil para reflexão e elaboração de suas pesquisas¹.

Esta apresentação está dividida em duas partes. Na primeira, buscarei mostrar como a temática desta mesa está inscrita num debate mais amplo – que, não sendo propriamente novo, permanece muito atual – sobre a técnica e sua capacidade virtual de criar condições sociais inéditas, de transformar os territórios, de homogeneizar os espaços. Teriam as técnicas o poder de ditar as formas da sociedade? Carregariam em si mesmas o germe do futuro da sociedade?

No prefácio de *Elementos para uma história das ciências*, Michel Serres sugere que “nenhuma ciência permanece única, reconhecível e coerente, mesmo a médio prazo, ao longo de uma duração em que ela própria se bifurca e flutua” (1995, p. 11). Penso que é possível trazer a mesma formulação para compreendermos o movimento do pensamento de Milton Santos. Como homem do seu tempo, ele esteve sempre, e cada vez mais, buscando. Em tal perspectiva, no lugar de procurar uma linha contínua, na segunda parte da apresentação pretendo identificar os lugares de convergência e de bifurcação, onde se situam os problemas e as insatisfações diante de um certo número de questões. Mas que questões? Escolhemos tratar algumas e não outras, e nossa escolha é historicamente datada: interessam-nos seus escritos desde a sua volta ao Brasil, especialmente a partir dos anos 1980.

Sobre fluidez e velocidade

Durante vários séculos, o tempo necessário para cruzar o espaço permaneceu quase constante: entre 1500 e 1840, a velocidade das carru-

1. A obra *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI* reúne algumas dessas pesquisas.

agens e dos barcos a vela era de 16 km/h (HARVEY, 1992, p. 220). No século XIX, a consolidação e a sistematização de progressos realizados anteriormente introduziram inovações técnicas voltadas para a redução das barreiras espaciais: estradas de ferro, telégrafo e telefone. A rapidez da compressão do tempo-espacômetro foi, progressivamente, engendrando a imagem do encolhimento do mundo: entre 1850 e 1930, as locomotivas a vapor já alcançavam, em média, 100 km/h; os barcos a vapor, 57 km/h (HARVEY, 1992, p. 220). O século XX conheceu uma aceleração do ritmo da inovação em vários campos.

“A invenção do circuito integrado, cujo primeiro protótipo foi criado em 1958 por um engenheiro da Texas Instrument, permitiu que a informação circulasse sob uma forma binária e sobretudo que fosse armazenada e tratada logicamente². Da mesma forma, a invenção do *laser*, em 1961, foi o ponto de partida das pesquisas tecnológicas sobre as fibras ópticas, cujo uso engendrou um crescimento exponencial da capacidade de transmissão das informações” (DIAS, 1996, p. 115-116).

Avanços na engenharia de sistemas elétricos passaram a permitir a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias e, graças à associação das técnicas de telecomunicações às de tratamento de dados, as redes de telecomunicações adquiriram potência muito maior – as distâncias se contraem e se anulam pela instantaneidade das transmissões, e as informações produzidas a cada segundo são tratadas e encaminhadas em tempo cada vez mais reduzido – tal é o sentido dos bits, kilobits e megabits.

As novas redes de telecomunicações – como no passado o telégrafo e o telefone – constituiriam a resposta “técnica” contemporânea à necessidade de tornar mais veloz e mais fluido o processo de circulação de fluxos financeiros, ordens, mensagens, dados.

O debate sobre as relações entre a técnica e a sociedade, entre a técnica e o território não é novo. Ele vem sendo marcado por discursos freqüentemente prospectivos, segundo o pressuposto de uma causalidade linear entre o desenvolvimento técnico e as mudanças sociais e espaciais.

2. A informação no sentido técnico é uma noção que designa ao mesmo tempo uma medida e um símbolo: ela toma a forma de unidade elementar denominada “bit” (contração de “binary digit”) e simbolizada por 0 e 1.

Em 1905, alguém escreveu, referindo-se aos Estados Unidos: “Com um telefone em casa, um carrinho no celeiro e uma caixa de correio rural na carteira, o problema de como manter os rapazes e moças nas fazendas está resolvido” (SOLA POOL, 1979, p. 11). Os anos passados mostraram o erro dessa previsão: se naquela época 34% da força de trabalho americana estavam nas fazendas, nos anos 1970 somente 4% da força de trabalho permaneceriam lá.

O desenvolvimento extraordinário das redes de transportes e de telecomunicações na segunda metade do século XX parece favorecer e multiplicar as teses do determinismo tecnológico. Nossa hipótese é que uma das raízes desse pensamento encontra-se no século XVIII, quando o projeto iluminista procurou levar a idéia de racionalidade a todos os campos da vida humana. Na primeira metade do século XIX, o termo *rede* apareceu como conceito-chave da escola de Saint-Simon, que defendia a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais e utilizava a rede para evocar a relação entre as comunicações e o crédito. Insistindo nas estreitas relações entre a rede de bancos e a rede de transporte, o projeto sansimoniano compartilhava um paradigma de causalidade que impregnou o pensamento científico e político sobre as redes ao longo do século XX (DIAS, 1995).

Para não cairmos aqui na armadilha do paradigma sansimoniano, é importante considerar que a rede não constitui o sujeito da ação. Contudo, o pensamento contemporâneo nem sempre resiste a essa tentação. Em trabalho recente, Jean-Marc Offner mostra como Manuel Castells – em *A sociedade em rede* – desconsidera os aspectos institucionais da organização dos serviços públicos que determinam em grande medida a morfogênese das redes. Segundo Offner, Castells projeta as redes num universo de auto-regulação, sucumbindo ao determinismo tecnológico que ele pensa combater (OFFNER, 2000).

Em *A natureza do espaço*, as idéias de Milton Santos são muito esclarecedoras para esse debate. Ele propõe que estamos, sim, diante de uma busca voraz de mais fluidez, o que engendra a procura de técnicas cada vez mais eficazes. Contudo, defende a idéia de que “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica” (1996, p. 219). Ora, isso faz toda a diferença em relação a muitas análises contemporâneas, que colocam o foco na rede – como metáfora explicativa – ignorando o conjunto das ações.

“Ela [a fluidez] não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinadas a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (SANTOS, 1996, p. 219).

A busca da formulação de conceitos claros para conceber o conhecimento e assim conceber o mundo em que vivemos atravessou a obra de Milton Santos por cerca de seis décadas. Tentaremos, a seguir, desenvolver o exercício de olhar uma pequena parte de sua obra – a mais recente – procurando identificar os lugares de convergência e de bifurcação, onde se situam os problemas e as insatisfações diante de várias questões.

Lugares de convergência e de bifurcação

A trajetória intelectual de Milton Santos foi marcada pelo desejo – explicitado na introdução do livro *A natureza do espaço* – de produzir um sistema de idéias que fosse, “ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia” (1996, p.15). Para ele, descrição e explicação são inseparáveis. Qual é o objeto do trabalho do geógrafo? Primeira questão aberta. Devemos pensar sobre o que é a geografia ou sobre o espaço geográfico? Aqui aparece a primeira bifurcação:

“Discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto. Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não ao contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. Falar em objeto sem falar em método

pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de *dentro*, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo” (SANTOS, 1996, p. 16).

A partir da noção de espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos (a materialidade) e de ações (a sociedade), Milton Santos fala da necessidade de reconhecer as categorias analíticas, entre as quais “estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido, ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (SANTOS, 1996, p. 19). Assinala também a relevância da questão dos recortes espaciais – região, lugar, redes e escalas.

Como unir espaço e tempo? Segunda questão aberta, segundo a bifurcação: o tempo aparece separado do espaço? Ou é possível avançar na busca da união espaço-tempo? Em *A natureza do espaço*, Milton Santos desenvolve a idéia de que “se queremos unificar tempo e espaço, se pretendemos que possam ser mutuamente includentes, o tempo deve ser, também, empiricizado” (1996, p. 44).

“Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo” (SANTOS, 1996, p. 44).

O território é concebido como “superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados e usados, hoje, segundo tempos diversos” (SANTOS, 1993b, p. 5). Tempo hegemônico ou tempo das grandes organizações e do Estado de um lado, e tempo dos atores não

hegemônicos ou “hegemonizados” de outro lado. Nesse movimento, lugares diversos e tempos diversos “se unem, hierarquicamente, no que, paradigmaticamente, pode ser chamado de um espaço mundial e um tempo mundial” (1993b, p. 5).

Como tratar o período atual? Eis uma nova bifurcação. Milton Santos insiste na necessidade da construção epistemológica, na tarefa de distinguir metáfora e conceito e assim compreender a estrutura do mundo de hoje. Em *Pensando o espaço do homem*, ele mostra como a ciência, a pesquisa pura e aplicada, a tecnologia e a mídia constituem os pilares de uma nova fase da história da humanidade – o período técnico-científico (SANTOS, 1982, p. 11). Alguns anos mais tarde, ele defenderia a tese de que estávamos diante da produção de algo novo – o meio técnico-científico-informacional, porque,

“Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e localização, eles já surgem como informação; e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata” (SANTOS, 1996, p. 190).

O espaço se tornou mais fluido – informações são processadas e transmitidas instantânea e simultaneamente para vários pontos do planeta. O fato de estar o lugar virtualmente aproximado de qualquer outro lugar levou alguns autores a postular a tese da dissolução do espaço. Geógrafos e outros cientistas sociais passaram a repetir a tese de Paul Virilio:

“A contração das distâncias se tornou uma realidade estratégica de consequências econômicas incalculáveis, pois ela corresponde à negação do espaço [...] a localização geográfica parece ter definitivamente perdido seu valor estratégico...” (1977, p. 131 e 133).

Numa entrevista concedida à revista *Margem*, Milton Santos introduz um dado esclarecedor nesse debate, mostrando que Virilio “não trabalha o espaço da mesma forma que nós. O espaço de Virilio

é o espaço da guerra” (1993a, p. 12). O que fazer, então, com essa metáfora, “na medida em que nossa matéria-prima é o espaço banal e este não se extinguiu com a aceleração contemporânea, mas apenas mudou de qualidade?”, questiona Milton Santos em outro trabalho (1993b, p. 1).

A história do capitalismo se caracteriza por sucessivas tentativas de aniquilar o espaço. Contudo, a diminuição das barreiras espaciais não implica, como vimos, negação do espaço, muito menos sua homogeneização, sob pena de estarmos cometendo mais um equívoco: o de reduzir o espaço à noção de distância.

“O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do ‘meio associado’ asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização” (SANTOS, 1996, p. 37).

Território usado foi a expressão criada por Milton Santos para formar uma nova idéia, que permitisse pensar o real como objeto de pesquisa e de intervenção: pensar o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Esse problema é o que a noção de território usado introduz.

A busca de entender o que é o mundo permeia a obra de Milton Santos, tornando-a verdadeiramente universal. Seus escritos levam a marca da generosidade – trazem lições de método, insistem na necessidade do compromisso teórico – e assim redescobrem o real significado dos objetos e das ações.

Referências bibliográficas

DIAS, Leila C. (1995). “Redes: emergência e organização”. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

_____. (1996). “Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro”. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). *Brasil: questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.

OFFNER, Jean-Marc (2000). ““Territorial Deregulation”: Local Authorities At Risk From Technical Networks”. *International Journal of Urban and Regional Research*, volume 24 (1), mar.

SANTOS, Milton. (1982). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1993a). “Espaço, mundo globalizado, pós-modernidade”. *Margem*, 2. São Paulo, Educ.

_____. (1993b). *Tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos?* xvii Encontro Nacional da Anpocs.

_____. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

_____. (2000). “O papel ativo da geografia, um manifesto”. *Território*, n. 9.

_____. e SILVEIRA, Maria Laura (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século xxi*. Rio de Janeiro, Record.

SERRES, Michel (org.) (1995). *Elementos para uma história das ciências. Da Babilônia à Idade Média* (vol. 1). Lisboa, Terramar.

SOLA POOL, Ithiel de (1979). “Os efeitos sociais do telefone”. In: CLARKE, A. C. et alii. *O telefone: ontem, hoje e amanhã*. Brasília, Telebrás.

VIRILIO, Paul (1977). *Vitesse et politique*. Paris, Galilée.

Manifesto por uma geografia nova

Maria Adélia A. de Souza
Universidade de São Paulo

O *Manifesto sobre o papel ativo da geografia* (ver Anexos, p. 253), assinado por Milton Santos e seus alunos e tornado público em uma reunião anual da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizada em Florianópolis em julho de 2000, até hoje não teve da comunidade científica a atenção merecida. Não se trata de um manifesto corporativo de alguns poucos geógrafos, mas de um grito revolucionário, um apelo ao novo, um apelo para que a sociedade, no seu território, seja considerada uma totalidade.

Infelizmente, na segunda discussão do *Manifesto* no anfiteatro da História no respectivo prédio da USP perdeu-se uma oportunidade singular de diálogo produtivo, pois contava-se ainda com a presença do próprio Milton Santos. Pelo contrário, guardo deste evento uma das mais tristes cenas já produzidas na academia: o enfrentamento de um grande autor, determinado a não descer ao nível do debate deselegante e improíncio, colocado na posição de réu e não, como merecido, na de

um pensador dos problemas do mundo contemporâneo e das questões de acesso aos seus processos cruciais. Aquele foi um dos mais feios espetáculos a que assisti em toda a minha vida acadêmica. Não uma troca de idéias, mas a manifestação de um militantismo sem qualidade, em que só faltou submeter-se a votação um conjunto de categorias e critérios para a compreensão do mundo atual por meio da renovação necessária e urgente da epistemologia de uma disciplina que, como nunca, se faz necessária à compreensão dessa contemporaneidade. Conhecendo Milton Santos, tenho certeza de que ele preparava, a seu modo, uma resposta àquele deprimente debate, chamando seus interlocutores para uma discussão elegante e rigorosa, como só ele sabia fazer.

Os dez pontos abordados pelo *Manifesto* chamam a atenção para o *aqui* e o *ali* de um mundo cada vez mais conhecido pelas técnicas disponíveis, possibilitando como nunca o conhecimento do outro distante e intangível, mas que se apresenta tragicamente pouco inteligível àqueles privados do domínio político dessas técnicas. O espaço geográfico não é palco, como foi bradado agressivamente contra o autor naquele mediocre debate por aqueles mesmos que se apressam hoje em transformá-lo em objeto, participando de inaugurações de prédios, escolas e ruas que levam o seu nome. Melhor seria se lessem e usassem corretamente sua obra! Mas conhecemos sobejamente o destempero da antropofagia!

Participei, como primeira interveniente da mesa-redonda daquele fatídico evento, e tive minha palavra cassada dez minutos após o início, pois defendia o *Manifesto*. Cobrei de Milton o fato de não ter assinado aquele texto, o que, segundo ele, era desnecessário, pois eu não havia feito outra coisa, nestes últimos quase 40 anos, a não ser difundir e participar com ele da construção da geografia nova. Naquela noite, prometi a Milton que escreveria sobre aquele lamentável evento, aquela demonstração de fragilidade de certos segmentos da academia brasileira hoje, em particular da geografia que ainda se faz e da dificuldade da maioria daqueles que citam Milton Santos sem comprehendê-lo de perceber a notoriedade que esse intelectual ainda está por alcançar. Sua obra ainda pouco lida e compreendida, mas fundamental e complexa, ainda está por ser assimilada e discutida pela maioria dos geógrafos e outros cientistas sociais brasileiros. Este meu texto e esta oportunidade me permitem cumprir o prometido ao saudoso amigo.

Mas o que é o *Manifesto*? Ele está anexado a este livro. Basta lê-lo. Mas explicito aqui a minha leitura desse importantíssimo documento. Antes de tudo, para citar Milton e compreendê-lo, é preciso entender esse documento, que, longe de um simples improviso, é síntese de um pensamento construído com base em um trabalho marcado por excepcional consistência e responsabilidade. É preciso compreender a sua propositura de que a geografia é uma filosofia das técnicas e que o espaço geográfico é uma instância social. Como objeto da geografia, o espaço geográfico é uma abstração, uma totalidade que pode ser estudada a partir de categorias de análise: forma, função, estrutura e processo. Exatamente por isso não é palco: palco é a paisagem, isto que vemos aqui, concretamente, esta materialidade palpável, perceptível até onde a vista alcança. Mas poucos conseguem dar este salto qualitativo do ponto de vista da disciplina e insistem em ver o mundo da perspectiva de um período histórico anterior a este denominado por ele de *técnico, científico e informacional*.

É fundamental mergulhar na essência e na natureza do funcionamento do presente para entender essa propositura; deixar o século XIX, com seu tempo social lento, e mergulhar no século XXI com seu tempo acelerado que junta o *aqui* e o *ali*. Esta é a possibilidade de empiricização do mundo que, sem dúvida, exige uma mudança epistemológica da geografia. Os que descrevem as paisagens, esse trabalho morto, não são geógrafos. A proposta de Milton é que a geografia dê conta do presente sob a ótica do futuro. *Neste período histórico, finalmente o futuro é âncora, não apenas o passado*. Como ele sempre insistia, a geografia é uma ciência do presente. Se tais colocações não são entendidas, como então assimilar seu período popular da história, que sucede o período técnico, científico e informacional? Esta sua síntese de absoluta crença no futuro da humanidade e na possibilidade de o povo construir e liderar o movimento da história? Revolucionário e incompreendido (ainda) autor!

Mas voltemos ao *Manifesto*. Este preâmbulo é apenas para introduzir o leitor no processo de vida desse autor, cuja obra seminal tem tudo para expandir-se. Apesar disso, como dizia ele, a posteridade deixa um vácuo para que a perplexidade se faça presente. Tomara que ela seja seguida de um surto ético e que a leitura de Milton Santos ilumine as consciências geográficas ainda voltadas para o trabalho morto das

paisagens aparentes. Tomara que o futuro vença o presente! Somente assim a história se fará melhor.

O *Manifesto* chama a atenção, antes de tudo, para o papel ativo da geografia, ou seja, a possibilidade que têm os geógrafos de intervir, com seu labor, nos processos de transformação da sociedade. Aí reside o ponto essencial da revisão epistemológica da geografia. Em segundo lugar, chama a atenção para algo essencial e que define o *corpus* de uma disciplina: seu objeto. Propõe que o objeto da nossa disciplina seja o *espaço geográfico*, esse *indissociável sistema de objetos e ações*. E insiste em que a expressão dessa indissociabilidade é o *território usado, espaço banal, espaço de todos os homens*. *O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo*.

Essa proposta epistemológica nos permite hoje captar o movimento do mundo. Trata-se, portanto, de algo novo, a geografia do movimento, que dá conta do presente. Recurso de método essencial para aprofundarmos as interdisciplinaridades, por exemplo, entre a história e a geografia, tão requisitadas por Fernand Braudel.

Ponto alto do *Manifesto* é o alerta que seus signatários fazem ao processo de fragmentação da geografia, empobrecendo-a e mais: colocando-a à disposição dos interesses hegemônicos. Agindo assim fragmentada, essa geografia fragmenta uma totalidade, o espaço geográfico, que se torna econômico, turístico, antropológico. Alerta-nos o *Manifesto* que, assim fragmentada, nossa disciplina torna-se cada vez mais dispensável nos currículos escolares. A especialização da geografia é dada pela impossibilidade que muitos ainda têm de lidar com a totalidade, portanto a necessidade que têm de atender às políticas de mercado. Mas isto não é mais geografia! Desnecessário advertir aqui o quanto o mercado invadiu nossa disciplina, seja por meio da feitura dos SIGs, da questão ambiental, do planejamento, do turismo, para citar apenas alguns.

Entretanto, hoje mais do que nunca a geografia pode também estar a serviço dos homens pobres e lentos, que resistem nos lugares do mundo. Para ser agente, ela aproxima-se cada vez mais da política. Daí a necessidade de lidar com a totalidade. Claro está, evidentemente,

que nos referimos a uma dada concepção política, aquela que considera todos como seu objeto e não apenas alguns; uma política a serviço da humanidade, e não apenas do mercado e da acumulação.

Daí a importância da lida com o *território usado*, onde agentes hegemônicos e hegemonizados, como insiste o *Manifesto*, se enfrentam. Para os primeiros, o território é tomado como recurso. Porém, para os segundos, o território é abrigo. Daí a riqueza de estratégias que o formatam para o sobreviver. Sobreviver é estar no futuro. Os pobres vivem no futuro. Por isso são esperanças do mundo.

O *Manifesto* foi sem dúvida um recurso utilizado por Milton Santos para nos conamar, a seu modo e por intermédio da geografia, para experimentar o novo, adquirir a coragem de ler, ousar, respeitar a pluralidade de idéias, defendendo com unhas e dentes aquilo em que acreditamos. Este era o rigor de Milton. Respeitar idéias e ações, mesmo quando não concordamos com elas, mantendo-nos absolutamente críticos e, com isto, realizando o que é fundamental para o avanço do pensamento: jamais perder a oportunidade do diálogo. Toda idéia é algo a ser recebido com alegria, apesar da discordância, algo a ser pensado e criticado responsávelmente. O *Manifesto*, parece-me, é um apelo a tudo isto. É para ser recebido e pensado, jamais condenado sem análise. Em realidade, ele é um convite à reflexão, não apenas no âmbito da geografia, mas sobre a vida, sobre o mundo, sobre nós mesmos.

Este é o otimismo revolucionário de Milton Santos e de seu *Manifesto*, que eu recebo e subscrevo, ao tempo em que conclamo todos a conhecê-lo melhor e a firmá-lo também.

II

Milton Santos: poética e política*

Maria de Azevedo Brandão
Universidade Federal da Bahia

“... somente as obras que revelam ao leitor o que ele pensava há muito ‘sem saber’, que o fazem consciente das implicações de sua própria visão do mundo, podem guardar, através do tempo, sua influência e sua ação.”
(Lucien Goldmann, citado por Milton Santos¹)

Retalhos costurados

O trabalho de Milton Santos está entre duas vertentes em tensão e diálogo: a poética e a política – em substantivo. É entre elas que é possível compreender sua escrita, sua voz, seu testemunho. Não falo em obra – o texto escrito –, pois não quero a noção de coisa feita, concluída e

(*) A pedido da autora, este texto não apresenta as citações destacadas por meio de recuos (Nota do Editor).

1. GOLDMANN, L. *Marxismo, dialética y estruturalismo*. Buenos Aires, Ediciones Calder, 1968, p. 40-41. *Apud* SANTOS, M. *Por uma geografia nova...* (1978), nota 1, p. 1.

fechada, mas a idéia do fazer, sem pretender aqui interpretar ou avaliar sua contribuição substantiva – teórica, interpretativa, política inclusive. Este há de ser sempre um território aberto à análise paciente e lúcida e à crítica disciplinada e criativa, aquelas que se hão de reger sob o rigor da epistemologia e do método e na experiência do real. Nem me ocupo da gênese de suas posições, sobre o que ele próprio fornece os dados, nas inúmeras referências e notas registradas em seus textos. Colocando-me, por assim dizer, de fora, quero destacar o fazer do seu trabalho como exemplo e desafio. Com isso, espero chamar a atenção para duas dimensões centrais a todo saber responsável e sublinhar o combustível daquilo que ele costumava reclamar, com os olhos, daqueles que lhe quisessem também ouvir pelo olhar: a perplexidade perante a realidade e suas representações. Não estará aí o fundo de sua maiêutica, na tarefa a que se propôs e com que se deliciou, de pensar e fazer pensar?

Ao escrever como quem participa de uma conversa comum, tento mostrar, especialmente ao leitor jovem ou novo no pensar com alguém que, ao escrever – como Milton –, quer ser ouvido, o prazer e a importância da paixão intelectual e do conhecimento como compromisso político *lato sensu*; ou seja, a lição de trabalho de um intelectual por projeto. Vou preferentemente a suas entrevistas – pela capacidade de síntese que elas exigem e pela espontaneidade que contêm –, a introduções e prefácios de alguns de seus livros – pelo que são de discursos secundários, isto é, posfácios, escritos a partir do pensamento momentaneamente congelado na palavra escrita – e a crônicas de um tempo atrás, de um Milton de certo modo ainda livre da censura acadêmica. Creio que assim poética e política, análise e crítica expõem-se com mais vida, sem as concessões à retórica dita científica, ainda necessária à legitimação da obra e, por aí, à autoridade também necessária ao autor que se quer fazer ouvir no mundo de hoje. Nem por isso avanço mais do que os primeiros passos em um caminho que exige muito de objetividade, disciplina e, como sempre, para qualquer ato de criação, generosidade. É o que fica para quem aceite o desafio de percorrer, ele próprio, leitor, um trabalho intelectual por prazer e projeto.

O que se segue é uma espécie de depoimento feito de retalhos costurados, às vezes segundo a ordem do fazer, outras segundo a ordem da linguagem, com que vou propondo uma rota através da qual

vejo mover-se o autor, no possível pela via do desejo, portanto da *poésis*, parte essencial do caminho do saber como projeto. Para isso, pontuo este trabalho com falas suas de linguagem mais coloquial que encontro, sabendo da falta de muitas outras, cuja pesquisa me paralisaria por agora. Creio que isso tornará mais fácil ler seus textos mais duros e, talvez com precedência e maior percepção analítica, os textos mais recentes e de linguagem cada vez mais livre e literariamente mais cuidada, como *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996). É para eles que Milton se dirige com uma produção que ultrapassa crescentemente os limites convencionais da geografia e mesmo de outras ciências sociais e da natureza – esta última sendo cada vez mais transformada e re-significada pelo homem.

Minha rota poderá talvez não fazer plena justiça à sua própria, mas a vantagem é que eu – não geógrafa, nem filósofa – não lhe tomo a palavra para reescrevê-la a meu gosto². O que talvez me redima seja o fato de que uma das coisas que Milton Santos mais tenha a ensinar seja a capacidade poética que lastreia o seu trabalho e a determinação com que o conduz; trabalho que tem tanto a disciplina e o rigor de um monumento egípcio, tomando uma metáfora a respeito da Unity Church (1905-1907), de Frank Lloyd Wright no Oak Park, Illinois, Estados Unidos (LAMPUGNANI, 1986, p. 364), como a explosão emocional, no diálogo, nas crônicas de mais jovem, nas introduções e prefácios – posfácios – e cada vez mais nos escritos e falas depois da volta ao Brasil. Aí, para citar um outro brasileiro, ele se torna um Villa Lobos das “Bachianas Brasileiras” e lembra também a exuberância plástica de um Gaudí do Parque Güell. Nenhum é só universal ou nacional, só razão ou emoção. Por intenção e por prazer, a minha escolha aqui é ir por este último rumo.

2. Uso tanto quanto posso a palavra de Milton Santos, neste texto como também em notas de rodapé, não apenas como referência, mas como apoio e complemento necessário. Para orientação do leitor, registro o ano e a fonte de cada citação, indicando-as pelo ano da 1^a edição, embora as páginas registradas sejam as das edições por mim utilizadas (ver relação das fontes citadas). No caso das entrevistas, indico, sempre que possível, o ano da realização e não o da publicação. Nas referências bibliográficas, seus textos e entrevistas estão na ordem de produção ou realização e não da edição usada para elaboração deste texto. A exceção faz-se nos casos para os quais não foi possível obter a informação pertinente. Estão entre colchetes os apostos introduzidos por mim nas citações feitas (M. A. Brandão).

Milton Santos (1926-2001) vem de uma família urbana, integrante, principalmente pelo lado materno, de uma pequena classe média de origem africana e composta inclusive de “brancos”, puros ou não, estabelecida em Salvador, bem relacionada; pais cultos, professores que serviram em várias regiões da Bahia. Numa dessas estadas de trabalho fora da capital, em Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, nasce Milton, seu primeiro filho. “Não completei, naquela localidade, o meu primeiro ano de existência. Vindo para Salvador, os meus progenitores lograram transferir-se para cadeiras na Vila de Itapira, hoje cidade de Ubaitaba, então pertencente ao município de Rio de Contas (hoje Itacaré [município desmembrado de Rio de Contas]), onde se demoraram cerca de dois anos. Fomos então para Alcobaça, pequena cidade praieira do extremo sul do estado...”³. Em 1937, vem para Salvador, faz o exame de admissão ao ginásio no Instituto Bahiano de Ensino, e permanece na capital baiana até depois de iniciar o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia (1944-1948)⁴.

Tenho a suspeita de que alguns poderão achar que eu exagero ao tratar o trabalho de Milton com uma linguagem que às vezes se aproxima da retórica reservada à apreciação da obra de arte e com “desproporcionais” contrapontos com “nomes” e obras “consagradas” na cultura eurocêntrica. Por que o faço? Exatamente por isso. Primeiro pelo vago limite emocional de subsolo entre qualquer criação cultural e depois por também suspeitar que as escalas das “glórias” mundiais e nacionais são geopoliticamente determinadas. Milton Santos é um autor em uma ciência pouco valorizada na esfera acadêmica, vindo de um lugar menor na escala de prestígio da vida intelectual do país, de origem modesta e “de cor”, e sobretudo uma personalidade desviante dos padrões esperados a partir de “seu lugar” social e geográfico – Brasil, de início Bahia. É preciso nos acostumar com essa idéia maior.

3. Cf. Nota autobiográfica manuscrita, Salvador, 1952, integrante do Acervo Thales de Azevedo.

4. Ver “Obra publicada” no final deste livro (p. 247). Uma síntese biográfica e bibliográfica até parte de 1996 pode ser encontrada na coletânea em sua homenagem organizada por Maria Adélia Souza, *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*, 1996. Outra lista bibliográfica mais recente está em *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*, 2002. Vale observar que certas informações sobre o período pré-1964 nem sempre coincidem com a nota autobiográfica citada, nem com outros documentos e depoimentos de contemporâneos. Há também alguns artigos publicados com problemas semelhantes (M. A. Brandão).

A voz de Milton Santos

Recordando Milton Santos, ocorre-me um texto antigo de Susan Sontag, num artigo sobre o controverso crítico anarquista americano Paul Goodman, em vários aspectos tão pouco semelhante a ele, mas não distante de algumas de suas virtudes como intelectual. Ela diz algo que eu pensaria de Milton, com iniludível justez: “A voz de Paul Goodman afetava tudo que ele escrevia com interesse, intensidade... O que ele escrevia era uma mistura excitante de rigidez sintática e felicidade verbal; ele era capaz de redigir frases de uma pureza maravilhosa de estilo e com uma vivacidade enorme no uso da linguagem, e também capaz de escrever tão relaxada e desajeitadamente que se poderia imaginar que o estava fazendo propositalmente. Era a sua voz, quer dizer, sua inteligência e a poesia de sua inteligência encarnada, que me mantinha uma aficionada fiel e apaixonada... [Goodman possuía] um sentimento intrépido sobre o que é a vida humana, uma superexigência e um alento de paixão moral” (SONTAG, 1986, p. 11-13).

Sem dúvida Milton Santos pensava e escrevia-*falando* com uma “rigidez sintática e felicidade verbal” que lhe converteram em um escritor em grande estilo e não menos em um *causeur* fascinante. No rastro de seu gosto pela prosa com métrica e musicalidade que até o fim costumava buscar, é ele quem diz, sem rodeios, ao referir-se a seu tempo de estudante na Bahia: “[...] tentávamos imitar a métrica de Gilberto Freyre e de Jorge Amado, [...] reproduzir a prosa dos dois, que era muito musical. Até hoje busco pôr uma música no que eu escrevo, quando tenho tempo. Quando não tenho, vai como vai” (*Território e sociedade*, 2000, p. 88).

Ao pensar-*falando*, com sua métrica e sua musicalidade, lastreava-lhe entretanto uma teatralidade estratégica, por meio da própria voz, seja na condição de homem privado ou na de *homem público*, para usar uma noção da Bahia de seu tempo, que ele gostava de assinalar (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 117). Sedutor, mesmo nas observações mais platônicas, mais irônicas ou mais técnicas, Milton seria capaz de somar, ao olhar que também falava, uma veemência apenas paralela aos seus ímpetos de indignação moral. Foi assim na crítica ao jornalismo sensacionalista e torpe, ao quase desaparecimento do editor exigente e criador (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 144; *Território...*, 2000, p.

95; Entrevista em YÁZIGI, 1996, p. 419; *Espaço...*, 1993, p. 175), à produção universitária “gastro-intestinal” (*Território...*, 2000, p. 95-96; Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 144-145), ao encapsulamento da ciência e do cotidiano pela ideologia, ao consumismo e à deformação imposta à cultura popular pela mídia comercial e politicamente não comprometida com a sociedade no seu todo. Enfim, a tudo contra o que reclamou e por tudo por que exortou. E seria íntimo, o olhar também falando, cúmplice, a voz serena – musical – na definição da amizade: “a amizade é tudo, isto é, querer bem e falar um pouquinho mal etc.” (*Território...*, 2000, p. 82), ou nas tantas vezes repetida, entre os amigos, jocosamente e exigente de si, que não queria “a prosperidade mas a posteridade”.

Esse projeto começa ao amanhecer. Milton descobre a geografia ainda menino, no tempo do ginásio, com seu professor de geografia humana e o encontro com a obra de Josué de Castro. Começa a ensinar geografia em 1946, como professor substituto, e torna-se titular da cadeira em 1947 no Instituto Bahiano de Ensino, onde ele próprio estudara. Registra, já em 1952, as associações a que estava filiado e os congressos que acompanhara até então: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Centro de Estudos Etnográficos, Associação Municipal da Bahia, Associação Bahiana de Imprensa, Sociedade Brasileira de Geografia (sócio correspondente), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); três reuniões anuais da AGB – v (Belo Horizonte, 1950), vi (Nova Friburgo, 1951) e vii (Campina Grande, 1952) (Nota autobiográfica, 1952).

Através de colegas, professores de Geografia, “[...] descubro a França... É quando começo a ler os geógrafos franceses, comprando seus livros aqui na Livraria Francesa. Eles me mandavam os livros e, a partir de cada obra recebida, descobria o livro anterior que eu devia ler” (*Território...*, 2000, p. 90)⁵. Anos depois, ele informa que “[...] freqüentava sistematicamente aqueles cursos de especialização do Conselho

5. No seu fascínio pela geografia, Milton já dizia há anos que “essa disciplina é uma das que melhor podem ajudar os institutos universitários no cumprimento do seu papel mais relevante, quero dizer, a contribuição que devem dar à resolução harmoniosa dos problemas coletivos, [...] medidas que atribuam, ao grosso da população, as possibilidades de também intervir, diretamente, na formação da riqueza coletiva, mas de modo que, como resultado, o bem-estar venha a ser repartido com maior número” (“A nova geografia”, 1958).

Nacional de Geografia. [...]. Foi aí que conheci a AGB”. Em 1956, atende ao Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, e faz o curso que se segue ao congresso, organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, com professores sobretudo franceses (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 132 e 133).

Três momentos

Conheci Milton Santos pelo final dos anos 1950, freqüentando o Seminário de Antropologia, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia⁶, mas tive pouco tempo de contato direto com ele, desde o exílio e mesmo com a volta ao Brasil, quando várias condições o levaram ao Rio de Janeiro e depois a São Paulo. Recordo essa experiência marcada por três cortes muito nítidos, inclusive quanto à sua presença no país e ao seu trabalho, pelo que ela me ensinou, e poderá ensinar a outros, sobre ele. De início, foi no final de 1958, começo de 1959, quando, chegado do doutorado em Estrasburgo, ele montava o Laboratório de Geomorfologia da Universidade e eu me preparava para estudar fora. Era um Milton espécie de *armador*, com um agudo sentido de oportunidade, mobilizando colegas e alunos para produzir, escrevendo em *A Tarde*, dirigindo a Imprensa Oficial do Estado e publicando o possível de trabalhos seus e de terceiros sobre a Bahia.

Nessa época, até 1964, com o prestígio de *A Tarde* e de sua própria posição no jornal⁷ e com uma extraordinária acuidade quanto

6. Inicialmente, o coordenador do seminário, professor Thales de Azevedo, que já conhecia Milton Santos do jornal *A Tarde*, convida, talvez por sua influência, para a sessão de 16 de agosto de 1957, a Jean Tricart, da Universidade de Estrasburgo, com quem Milton trabalhava em uma consultoria para o governo da Bahia. Depois, é Milton quem propõe uma comunicação junto com Tricart e colegas seus sobre “Estudos de áreas geográficas e humanas”, em 6 de setembro seguinte. De volta do doutorado, já diretor do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia e catedrático de geografia humana da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, Milton faz sua primeira comunicação individual no seminário “As ciências sociais e a geografia humana na França”, em 14 de agosto de 1958. Cf. Seminário de Antropologia. Faculdade Filosofia, Universidade da Bahia. *O ensino da antropologia na Bahia*. [Salvador]: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

7. Em 1949, Milton faz concurso para catedrático do Colégio Municipal de Ilhéus, Bahia, com a tese *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1948) e começa “a colaborar em caráter efetivo em *A Tarde*..., assinando a crônica ‘Bilhetes de Ilhéus’, [colaboração] ampliada na seção Sul do Estado” (cf. Nota autobiográfica manuscrita [1952]), e depois, sob contrato, como membro da redação, de 1º de janeiro de 1956 a 3

ao ambiente que o cercava, Milton participa crescentemente do mundo político local⁸. É nesse período que, em missão do jornal na visita de Jânio Quadros a Cuba, antes da posse deste, ele se destaca entre as personalidades cogitadas para a representação diplomática do Brasil na África e acaba sendo nomeado subchefe da Casa Civil da Presidência, representando o presidente na Bahia. Depois da queda de Jânio, ocupa a presidência da Comissão de Planejamento Econômico do Governo do Estado, enquanto mantém-se ligado a *A Tarde* e à vida universitária. Veio então o golpe militar de 1964. Ele se exila e, na França, começa a concentrar-se apenas no projeto da vida universitária.

Mais tarde, num segundo momento, ele na Venezuela, com meu convite para participar de uma mesa-redonda na 28^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1976, em Brasília⁹, encontro um Milton no uso de sua teatralidade estratégica, diante de um auditório cheio, consciente do reconhecimento de sua obra fora do Brasil. Ele vinha com um nome feito, vários livros publicados, a passagem por diversas universidades como professor ou pesquisador visitante ou como conferencista, e por consultorias junto à Organização Internacional do Trabalho (oit), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Havia concluído *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, editado em primeira mão na França em 1975¹⁰, já tinha uma presença significativa em periódicos de prestígio nas ciências sociais, sobretudo em geografia,

de abril de 1964 (cf. Calmon, 1996, p. 62), quando é detido imediatamente depois do golpe militar do mesmo ano.

8. "Quando eu me formei em direito e estava indo para Ilhéus, ele [Ernesto Simões Filho] me entregou a representação do seu jornal *A Tarde* em Ilhéus. Eu tinha uma coluna assinada no jornal sobre os fatos de Ilhéus, o que me deu uma enorme força política na região do cacau. Digamos que daí é que surgiu o meu envolvimento com a política; não com a política estudantil, mas com a política adulta, através do jornalismo que eu exercei até 1964 e que me ajudou a galgar várias posições na política baiana" (Entrevista em Geosul, 1989, p. 127).

9. Também participaram dessa mesa Paul Singer, Elza Berquó, Rômulo Almeida, Gabriel Bolaffi e Anthony Leeds. Mas a dificuldade de contato com Milton na Venezuela fez demorar a confirmação de sua presença. Por isso seu nome não consta no programa da reunião e o financiamento de sua viagem ao Brasil foi feito com recursos obtidos na Bahia. Em 1978, Milton volta à SPBC – 30^a Reunião, em São Paulo, a convite de Eva Blay, USP, e em 1979 – 31^a Reunião, em Fortaleza, a convite de Tereza Frota Hagquette, Universidade de Federal do Ceará.

10. Esse livro tem uma edição em 1978 no Brasil e outra em 1979 na Inglaterra.

e fazia sua segunda visita ao Brasil desde o exílio¹¹. Finda a sessão, depois de uma exposição sobre a urbanização no Terceiro Mundo, ele estava cercado de gente, e lembro-me do espaço conquistado nos jornais do dia seguinte, em sua primeira apresentação, não só em uma das mais concorridas reuniões da SBPC ainda sob o regime militar, mas também à imprensa do sul do país.

Pouco tempo depois, no segundo semestre de 1977, ao tentar reintegrar-se à vida brasileira passando alguns meses na Bahia, conheci o Milton coloquial, pontuando jocosamente as características da cultura baiana, relembrando antigos conhecidos, procurando velhos amigos, silenciosamente ciente do preço que lhe cobraria uma sociedade provinciana e autoritária como a Bahia o ser um intelectual independente. Havia também a insegurança e o cansaço de vários anos em sucessivas mudanças (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 135-136), que lhe impediam de ter o seu lugar¹². Sua resposta a tudo isso foi trabalhar intensamente em sistematizar idéias lentamente amadurecidas ao longo dos anos – alguns trechos já prontos e redigidos – em um corpo unitário que constituísse os fundamentos de uma geografia crítica. Surge daí *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978), um texto denso, cortês e serenamente irado, submisso à árida retórica da produção acadêmica. Apesar de composto sobre “anos a fio de trabalho”, ele avisaria que seus resultados poderiam vir a ser “modestos”, diante da dificuldade da tentativa de construção de “um sistema global, [até então tentado na Geografia apenas] na obra magistral de Max Sorre” (p. 3). Este é o seu primeiro livro escrito no Brasil depois de 1964, primeiro também da série que culminaria com *A natureza do espaço...* (1996), não mencionados artigos e outros textos publicados, sobretudo fora do país, em direção ao tema, desde *L'espace partagé...* (1975).

11. Em 1975, a convite de Manoel Berlink, Milton Santos dera um curso na Universidade de Campinas.

12. Nos anos fora do Brasil, Milton Santos passara pelas universidades de Toulouse, Bordeaux, Paris, Toronto, U. N. Engeniería de Lima (Peru), U. Central de Venezuela, U. Zulia (Venezuela), Columbia University N.Y., U. Dar es Salam (Tanzânia), pelo MIT – Massachusetts Institute of Technology em Cambridge, Estados Unidos, além de missões técnicas em órgãos internacionais.

Milton contava então, de certo modo, com o clima criado na AGB, com um movimento do qual ele fora uma das referências, pela reorientação da geografia feita no Brasil (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 142). Mas logo percebe a fragilidade da repercussão mais ampla desse movimento (*Ibidem*, p. 142) e, com o seu sentido de oportunidade, sente a urgência de publicar quanto antes *Por uma geografia nova*...: “sabendo que o Brasil é um país oral, onde as circunstâncias fizeram com que as pessoas leiam pouco, eu diria que para ser lido depois, teria que ser conhecido antes. E assim foi” (*Ibidem*, p. 142).

Sua definitiva reintegração ao Brasil demoraria ainda. Sem maior interesse em reintegrá-lo, por parte da Universidade Federal da Bahia, e sobretudo, cônscio das limitações da vida fora de um centro com maiores recursos culturais, ele passaria dois anos em São Paulo, em consultoria obtida pela professora Maria Adélia de Souza, da USP, junto ao governo do estado, depois mais de três anos como professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se finalmente professor titular, por concurso, da Universidade de São Paulo a partir de 1983. Em 1981, quando o convidei a montar um ciclo de seis simpósios sobre “A crise mundial e a questão nacional” na 33^a Reunião Anual da SBPC, ele já era extremamente relacionado por todo o país. Milton não exitou e, do Rio, mobilizou meio mundo e ainda me ajudou a recrutar alguns participantes para um outro ciclo proposto por mim – sobre “As grandes concentrações urbanas brasileiras” –, além de sugerir membros de outras mesas-redondas promovidas por meio de iniciativas partidas da Bahia¹³. Vale registrar aqui que talvez pela primeira vez o tema do cotidiano¹⁴ veio à praça pública, numa das reuniões mais provocativas da SBPC.

13. No conjunto, e com o apoio significativo da hoje presidente de honra, então secretária-geral da SBPC, professora Carolina M. Bori, convidamos à Bahia para os dois simpósios, entre outros. Severo Gomes, Ignácio Rangel, Antonio Houaiss, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Beluzzo, Décio Munhoz, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Francisco Weffort, Walnice Galvão, Roberto Schwarz, Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis, Hélio Ramos, Ladislau Dowbor, Alberto Passos Guimarães, Francisco F. Versiani, Sulamis Dain, Hésio Cordeiro, Silviano Santiago, Ana Clara Torres Ribeiro, Muniz Sodré, Rubem G. Oliven, Eduardo Diathay Bezerra de Menezes, Gilberto Velho, José Álvaro Moysés, Maria Herminia Tavares de Almeida, Wanderley Guilherme dos Santos, Antônio Otávio Cintra, Acácio Werneck, Gabriel Bolaffi, além de Rômulo Almeida e Fernando C. Pedrão, baianos de algum modo vindos de fora, pela experiência em trabalhos fora do Brasil. Cf. SBPC. *Programa* [33^a reunião anual]. São Paulo: 1981, p. xii-xv.

14. Cf. Simpósio “O cotidiano e a crise”. SBPC, *op. cit.*, p. xv.

Três escritas

Revendo esse itinerário e lendo agora um pouco mais de seus trabalhos, descubro algo de sua estratégia política, que se reflete na obra publicada, e me faz ver sua escrita passar por três momentos. O primeiro corresponde a uma fase não plenamente acadêmica – sem que isso lhe seja um demérito –, que se estende além do doutorado na França, mesmo que já professor há anos no ensino médio, e depois somando ao ofício de jornalista o ensino universitário. Nesse período, ele usa de uma liberdade por assim dizer ingênua, porque talvez insuspeitada, que lhe permite escrever textos que são mais crônicas, meio ensaios, literariamente cuidados. É o período dos artigos para o jornal *A Tarde*, a exemplo de alguns enviados da França (1957-1958) e reunidos em *Marianne em preto e branco* (1960)¹⁵.

Nessa fase, Milton não esconde sua motivação estética: “estamos na Provença diante da qual Van Gogh pôde um dia pintar esses ‘magníficos terrenos vermelhos plantados de vinhas, tendo ao fundo o lilás das montanhas. E as paisagens... com os alvos cimos, contra um céu tão luminoso quanto a neve, exatamente como as paisagens do inverno do Japão’. Mas, é ainda cedo para tomar contato com o quadro que Cézanne traçou dessa bela porção da França Mediterrânea: ‘Tetos vermelhos sobre o mar azul,...a silhueta dos objetos que se levantam, não apenas em preto e branco, mas em azul, em vermelho, em cinzento, em violeta’...” [aspas internas no original, sem indicação bibliográfica]. E vai, a falar dos cultivos novos: “Essa paisagem de *huerta* lembra um bonito brinquedo de armar, parcelas regulares enquadrando múltiplas tonalidades de verde”. Na África Ocidental Francesa, em Bamako, capital do Mali, ele se extasia: “O mercado é um espetáculo para os olhos. No edifício reservado aos legumes, hortaliças e frutas, é de ver a *feerie*, riqueza de nuances do verde das folhas, os tomates, as mangas vermelhas, amarelas, as outras tantas frutas africanas. As mulheres que as vendem estão vestidas com os tecidos multicoloridos, xales

15. *Marianne em preto e branco* (1960) reúne crônicas sobre Paris e sobre suas excursões pelo interior da França, “branca”, e pela África Ocidental Francesa, “preta”, durante o doutorado em Estrasburgo (1957-1958), algumas publicadas na época em *A Tarde*, Salvador. Daí a discrepância entre a data da maioria dos textos citados (1957-1958) e do prefácio e da edição do livro (1960).

e mantos de elaboração artesanal enfeitados com ricos balangandãs, colares, pulseiras e argolas do mais puro ouro do Níger ou do precioso âmbar" (*Marianne...* 1957-1958, p. 29, 108, 109).

Mas já no prefácio (1960) do mesmo *Marianne...*, escrito depois da volta de Estrasburgo, ele anuncia um segundo momento, ao desculpar-se por frustrar certos leitores por "não encontrar nas páginas que seguem o gênero da narração de viagens que prefere ou a que está acostumado... Minha condição de jornalista e geógrafo... se, de um lado, aliou a curiosidade das coisas ao desejo de as interpretar, [é bem possível que leve a] admitir que fui um temerário, abordando com leveza assuntos sérios" (p. 5). Milton se engana: essa leveza não é do ser jornalista ou do ser geógrafo, mas da disponibilidade poética em si e para a construção política, que apanha, entre outras, a imagem de movimento daquilo que ele definiria mais tarde como *território*, visto de uma colina nos arredores da Avignon: "eloquentes esses muros de pedra, pacientemente arrumados por gerações e gerações de agricultores, zelosos e amantes do seu palmo de terra, de sua eira de solo raso e pobre, nas encostas de montanhas abruptas! Como falam esses moinhos parados!" (*Marianne...*, 1957-1958, p. 29).

O segundo momento vem de cheio ao voltar à França como exilado, em que crescentemente escreve no que chamaria mais tarde de "facultês"¹⁶, na busca de um lugar para ser ouvido, com uma retórica da qual ele timidamente escapa, talvez até sem querer, mas pela tensão poética que se impõe de dentro, em alguns prefácios e introduções. Ou talvez pela proximidade com os dados de uma realidade que o agredia, como no ciclo dos textos sobre a cidade nos países do Terceiro Mundo¹⁷. Mas ele ainda reprime aquela "poesia de sua inteligência encarnada", para usar a expressão de Susan Sontag, até mesmo no literariamente bem cuidado *O espaço dividido* (1975), a síntese com que faz o trânsito daquele ciclo à interlocução entre uma disposição analítica cada vez mais inteira e a realidade mundial, a condição das comunidades nacionais, o cotidiano, a vida de todos nós.

16. "A gente já escreve numa língua própria, que é o facultês, e às vezes escreve numa língua ainda mais restrita, que é o coleguês. A gente escreve para ser apreciado pelo colega que vai nos julgar, que vai nos dar promoção. Isso é uma prisão muito forte". Entrevista em *Caros Amigos* (1998).

17. Ver, por exemplo, a abertura e a linha retórica geral de *Geografía y economía...* (1973).

O terceiro momento se anuncia com o que ele próprio assinala como um risco, em *Por uma geografia nova* (1978), que é a proposta de fazer uma crítica da geografia em direção à construção de uma teoria social. Mas esta é apenas a promessa do que se inauguraría com *Pensando o espaço do homem* (1982), reforçando-se em *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (1994) e revelando-se mais plenamente em *A natureza do espaço* (1996). *Por uma geografia nova* é ainda um texto mais para a academia, não por fraqueza, mas pela consciência de que só a partir daí seria possível ser ouvido fora, a céu aberto (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998), principalmente aqui, onde esse livro teve sua primeira edição. Em seguida, talvez pelo contato direto com o Brasil e também com outros países da América Latina, que lhe oferecem, na prática universitária, um diálogo mais largo e o começo da conquista de um público além-universidade, ele cresce na liberdade de escrever cada vez mais falando, com a “métrica e musicalidade” apreciadas desde o tempo de estudante. Mas também com a convicção, aprendida da leitura de Josué de Castro, de que “a elaboração do discurso [...] é a forma de chegar mais adiante” (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998), para ir além da “produção da idéia” (*Território...*, 2000, p. 13).

Em ser pintor e não vidreiro

Os artistas de profissão em geral sabem, por ofício, que seu trabalho é ver além do visível. Os acadêmicos, raramente. A frase de um dos pioneiros do cubismo, Juan Gris, é emblemática: “aquele que, ao pintar uma garrafa, pensa em expressar sua matéria melhor que em um conjunto de formas cobertas de cor merece ser vidreiro e não pintor”; e Chagall insiste em que “vemos a natureza como algo rotineiro. O artista há de vê-la e pintá-la como algo fantástico e fabuloso” (*apud* CRESPO, *Como pintar marinhas*, p. 30 e 36). Mas estes são também os mandamentos de raiz de qualquer poética, criação artística propriamente dita, construção científica ou política, que a ciência instalada – “established” – tantas vezes ignora. Milton o expressaria ao insurgir-se contra uma geografia-ideologia, num mundo de produção científica em que o método ficara “aquérm da descoberta” (*Pensando o espaço do homem*, 1982, p. 26). E pronuncia: “a paisagem não é muda [mas,

lugar da fetichização], dela não temos direito senão a uma aparência” (*Ibidem*, p. 23). “O geógrafo [...] está condenado a errar [...] se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas...” (*Metamorfoses...*, 1988, p. 57).

Com crescente ânimo, investe duramente contra a ideologia, segunda natureza que recobre e embebe cada vez mais os objetos no mundo contemporâneo: “ali mesmo, onde moro, freqüentemente não sei onde estou... Vivemos em um mundo exigente de um discurso necessário à inteligência das coisas e das ações... Sem discurso, praticamente não entendemos nada” (*Técnica, espaço, tempo...*, 1994, p. 20). “O dramático é que o discurso se instalou nas coisas. Não está separado das coisas, nem das situações. Por exemplo, em dado momento falava-se das finanças e se imaginava – isso há poucos anos – que as finanças não eram a economia real. Será que não o são? Hoje, o que se diz é que tudo depende das finanças. Se estas forem mal, nada mais é possível. Nem falar, portanto, em bem-estar social, cidadania, solidariedade... Será que é mesmo assim? Será o dinheiro a única razão admissível?” (*Território...*, 2000, p. 14). “Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal” (*Ibidem*, p. 9).

Milton propõe-se um outro discurso, como o de um quadro, conforme a advertência de Juan Gris ou Chagall, e pinta o mundo à Picasso, Portinari, Van Gogh, Tarsila do Amaral, discurso de subsolo, atento à latência do real, inclusive já de muito, quando frente ao dom suntuoso e impaciente de uma Paris servida a ele ao vivo pela primeira vez. E vai, duplamente poeta, na forma e na imagem oferecida: “Quem conhece Paris dirá se eu minto. Ela se dá a todo o mundo, mas guarda os seus segredos. [...] é tão feminina e graciosa como as belas e incomparáveis mulheres que andam como garças pela Rua da Paz [...]. Há cidades que se entregam como amantes de um dia, a quem se dá as costas, depois, para nunca mais voltar. Há outras que não se entregam jamais. Paris é *coquette*, mas exige uma lenta conquista [...], sua graça é secreta: é uma questão de sensibilidade” (*Marianne...*, 1957-1958, p. 72-73).

O fantástico como real

Mas a regra para a geografia, como também para a antropologia, a sociologia, ou o que quer que seja, entre as diferentes frações da ciência como instituição social, há de ser aquela para a mesma Paris: “Para entender Paris, amar Paris, é preciso trazer dentro de si mesmo aquela disposição [poética] antecipada que formamos, no coração e na mente, aquelas formas – tão bem estudadas desde a filosofia do tempo dos gregos – às quais adaptamos as realidades que tocamos ou mesmo pressentimos: idéias, pessoas, coisas e lugares” (*Marianne...*, 1957-58, p. 72).

E se não for Paris, e se não vem dos anos finais da década de 1950, mas de um pouco adiante, e se for o Baixo Sul, as terras e águas litorâneas em seguimento à Baía de Todos os Santos, na Bahia, porque não ver com assombro e delícia a paisagem irmã de outros recôncavos?: “a montanha caindo escarpada sobre o mar; a paisagem dos manguezais; as barras movediças, as praias extensas; a luxuriante e multicolorida vegetação; e, sobretudo, essa mistura de mar e terras de cujo cruzamento surgiram, aqui como lá, tantos núcleos urbanos instalados, uns no cocuruto dos montes e outros anichados na parte mesma em que cessa, com a maré mais alta, aquela luta entre o oceano e os rios” (“Os outros recôncavos”, 1963).

São os mesmos tatos, os mesmos travos, os mesmos gostos, parrelhos os aromas e as essências, os lenhos comuns: “Esses recôncavos [aquele – canavieiro e fumageiro – e estes – atlânticos e múltiplos] também se irmanam nas plantas que o homem encontrou, como o caju, a mandioca, o abacaxi, o abacate, o mamão, a goiaba e naqueloutras importadas da Ásia e da África pelas mãos de portugueses e africanos, como a jaca, o sapoti, o cajá, a manga, o abricó, a lima, a laranja, a tangerina, a fruta-de-conde, a jaca-de-pobre, a jabuticaba, a serigüela, o melão, a fruta-pão, o tamarindo, o cravo da Índia, o coco e a piaçava. E até mesmo as flores de todos os Recôncavos são as mesmas: a rosa, o jasmim, a violeta, o resedá, a sucupira, o jasmim selvagem [e os] lenhos da peroba, sucupira, cedro, louro, vinhático, maçaranduba, jacarandá e coração-de-negro” (*Ibidem*). Aqui, a paisagem re-conhecida é a paisagem sentida e se possível falada sob a sensualidade do prazer estético; na arte e na ciência também.

Qual o segredo? “Eu partia da região para a universidade e não de um artigo escrito para um ou outro, como hoje é comum. Grande parte dos trabalhos que a gente vê na faculdade é resultado da procura de demonstrar uma idéia fragmentada deste ou daquele autor importante ou da moda.”¹⁸ A verdade é que a leitura por Milton, da “paisagem”, nunca foi cientificamente ingênuo. Sobre a região de Aigues-Mortes, na França, ele observa: “Ah!, os horizontes sem fim da Camarga – terras deltaicas que o Ródano e o Mediterrâneo constroem há milênios, [...] uma visão telúrica que nos restitui às paisagens do Nordeste, uma mistura de grandioso e bravio, uma terra que é hostil à presença do homem e o homem lutando por domá-la. A Camarga [...], ainda não se despediu completamente da sua velha legenda, do seu fundo bárbaro” (*Marianne*..., 1957-58, p. 35). Na região de Lozère, na pequena aldeia de La Brousse, visitada em pleno inverno, “o acre cheiro do estrume verde não nos impressionou menos que a amável e bucólica promiscuidade em que viviam homens e bichos: jamais um *village* foi tão representativo e solidário com o gênero de vida do seu *terroir* [grifos do autor]” (*Ibidem*, p. 50).

Porém, mais tarde, Milton faria uma dupla advertência: “se eu não aperfeiçoar os instrumentos analíticos não chegarei a lugar nenhum, porque só o discurso não permite a análise. A construção teórica é diferente do discurso. A construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria. [Hoje,...] no meu modo de ver, essa busca teórica foi, de alguma maneira, atrofiada” (*Espaço*..., 1993, p. 171). E, em vista da “violência da informação” e da importância da retórica *lato sensu*, no mundo contemporâneo, ele assinala que, “na era da televisão, a geografia não tem futuro fora da produção de um sistema de idéias próprio ao entendimento do mundo” (Entrevista em YÁZIGI, 1996, p. 425).

18. “Eu creio que a outra forma [referência a sua ligação com *A Tarde*] de eu entrar na política [nos anos pré-1964] vem do fato de eu ter estudado muito a realidade baiana” (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 129).

Em ser político

Talvez pareça mais fantástico dizer que o Milton intelectual foi vis-
ceralmente político do que o dizer poeta. Mas foi. Desde menino; em
cada ato, em cada intuição. No reconhecimento da natureza da educa-
ção de casa: “tive uma educação que me levou a não saber o que era
o candomblé, da mesma maneira que me levou a jamais ter entrado
num campo de futebol – até hoje não conheço, aliás, um estádio. Você
[...] fala de negritude e ela está presente pela minha própria condição
física, mas ao mesmo tempo tive toda a educação para ser um homem
da corte, um homem da vida social plena” (*Território...*, 2000, p. 86).
“Em minha casa me ensinaram mais a olhar para frente do que para
trás, uma educação para mandar, para ser um homem que pudesse,
dentro da sociedade existente na Bahia, conversar com todo mundo”
(Entrevista em *Caros Amigos*, 1998). “A educação que me foi dada
não foi a de obedecer, foi para me preparar para fazer parte dos que
iam mandar. Como é que iria gostar de futebol? Não podia. Porque
havia o risco de você se perverter no caminho” (*Território...*, 2000, p.
76). Não terá sido desses pais determinados, instruídos e lúcidos que
ele aprendeu o que depois também ensinaria pela própria prática, ou
seja, o senso de oportunidade necessário ao êxito do projeto de vida
de cada um de nós?

Tanto quanto esse sentido de “fazer a hora”, sem esperar acontecer, como diz a canção de GeraldoVandré, é preciso a persistência e a disciplina. Isso, Milton sempre teve. “Na França [durante o exílio], eu passei dois anos estudando Economia e mais dois anos estudando Sociologia, ambos sistematicamente. Na África estudei Filosofia e Física, porque entendia que, para completar minha formação, era preciso fazer um investimento em outras disciplinas, o que está subjacente no meu livro *Por uma geografia nova*”¹⁹. Para quê? Para ser político em ser intelectual, engravidar-se do mundo pelo saber, para degustá-lo e entendê-lo, e no possível ajudar a mudá-lo e convidar a outros a que também descubram que poderão fazê-lo, com alento poético e

19. “Uma releitura desse livro vai mostrar o meu interesse pela Física, o que, aliás, fiz sozinho, lendo atabalhoadamente, para depois descobrir que o que eu deveria ler era Filosofia da Física, e que vai permitir, então, um trânsito mais fácil por categorias do marxismo” (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 140).

insidiosa paixão política: “Esse é o problema: opor à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as idéias que permitam mudar o mundo” (*Território...*, 2000, p. 10).

Já nas crônicas de viagem em 1957-1958, de Avignon, no sul da França, além dos traços aparentes do *décor*, não lhe escapa a observação sobre a nova vida agrária em nascimento sobre os restos da velha, “o contacto entre dois mundos; menos o casamento, que a luta entre duas concepções de vida, melhor diríamos, entre duas soluções oferecidas ao homem... É a velha Provença, que pouco a pouco muda de vestimenta” (*Marianne...*, 1957-1958, p. 27-28). E no mesmo espírito afirma, quanto ao Recôncavo: “o passado e o futuro se enfrentam. Caberá indagar se é possível, entre os dois, um casamento ou se a instalação de um pode representar o esmagamento do outro, com todas as consequências” (“Os outros recôncavos”, 1963). Essa, uma das questões primeiras rumo ao saber como projeto político, território da emoção e do significado, o fazer política, uma *poésis* política.

Que política? Para não confundir com a militância política rotulada e burocrática, tomo aqui a palavra de Sócrates, o atleta, também como intelectual: “Sempre achei que ação política tinha que ser apartidária. Tínhamos que juntar forças para tentar mudar o país. Estar juntos. Se lutasse por um partido especificamente, enfraqueceria o processo” (SÓCRATES, 2003, p. 21). Nisso Milton é enfático. Falando de sua participação na vida política antes de 1964, ele diz: “tudo isso eu excluí do meu currículo. Nele, a atividade política não consta” (*Território...*, 2000, p. 97). E vai mais longe: “Minha relação com o mundo negro é muito complicada. Essa história de vida, de alguma forma, me marca até hoje. É possível que tenham cobrado, mas ninguém ousa me cobrar porque eu vou dizer não. Eu não sou militante de nada, seja da política, seja do racialismo” (*Território...*, 2000, p. 85-86). O tema é recente em sua escrita, mas não se trata de uma demissão. Sobre a questão dita “racial”, “não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios [...] Trata-se, na realidade, de uma forma de *apartheid* à brasileira contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil” (*Ser negro...*, 2000).

Milton “insurge-se contra ‘as soluções encontradas no quadro do espontaneísmo, da caridade internacional ou inter-regional’ e contra os ‘emplastos localizados’”, diz Bernard Kayser (1996, p. 101), seu amigo-irmão, da Universidade de Toulouse. Mas é na função da inteligência que está o cerne da transcendência que cumpre ao intelectual trabalhar e à política conduzir²⁰. “este mundo opaco, tão comunicativo e tão fechado à visão dos outros, complica a tarefa do homem que está no Terceiro Mundo, que tem menos acesso a essas informações. Mas aumenta a responsabilidade de todo geógrafo, de todo cientista social” (*Espaço...*, 1993, p. 176). Hoje, “a brutalidade com que a informação inventa mitos, impõe mitos e suprime o que a gente chamava antigamente de verdade, essa violência da informação e das finanças, criou uma certa idéia tão forte do mundo atual que a gente fica desanimado diante da possibilidade de um outro futuro” (*Um encontro*, 1996). “Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, porque forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada. [...] Esse é o drama da globalização. É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro, desfazê-la na idéia, por meio da análise... E depois desfazê-la politicamente” (*Território...*, 2000, p. 9).

A tessitura do projeto

Milton Santos nunca escondeu a ambição por um saber transformador, pelo menos do próprio saber, mas não só! Em artigo escrito ainda durante o doutorado, ele reflete o clima de valorização da geografia na França dos anos 1950 e acrescenta seu ânimo demiúrgico: “Num mundo cada vez mais dominado pelas especializações e pela técnica, a missão do geógrafo é transcendente. Ele não é o técnico das generalidades, mas pretende atingir uma certa ‘filosofia das técnicas’ [aspas no original], recolocando os problemas no seu conjunto, observando o nexo que existe entre os dados de uma questão, enfim, oferecendo, com o auxílio das demais ciências, naturais e humanas, a síntese indispensável que

20. Certa vez, “tive de dizer a um ministro, em público, que ele tinha que ficar na reunião, ele queria sair e eu disse: ‘Não, o senhor tem que ficar’, porque o homem político não tem que receber a interpretação que é obtida pelo estudo através dos seus assessores” (*O retrato...*, 1988, p. 9).

estas, por definição mesmo, não são capazes de empreender” (*A nova geografia*, 1958).

E já no resumo da dissertação para o doutorado, escrito para a comissão examinadora (1958), ele avisava: “não saímos à procura de originalidades, [nossa objetivo é] oferecer uma contribuição à geografia urbana geral” (BRANDÃO, M. 1996). Com o tempo, a declaração de guerra: “a minha proposta é a revisão do que o mundo é, o entendimento do que o mundo é” (*Espaço...*, 1993, p. 173).

Por que a importância de pensar a técnica, expressa ainda de modo não analítico, já desde o doutorado? Porque, ele responderia mais tarde, “as técnicas é que trazem a definição da materialidade. Exagerando, diríamos que até a própria natureza poderia ser estudada do ponto de vista técnico – é um certo exagero, licença poética. E o evento, que é a sociedade, vai se encaixando nesses objetos. Temos então, de um lado, o tempo das ações e, de outro, o tempo da materialidade” (*Espaço...*, 1993, p. 182). Se, do trabalho do filósofo e do cientista, e não apenas do artista, se falasse em sinfonia, este seria um *adágio*, para chegar ao *allegro tranquillo* de todas as vitórias sobre nós mesmos, neste caso o entendimento por Milton dos requisitos de uma visão filosófica da técnica: “A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades); e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo” (*A natureza do espaço*, 1996, p. 20).

Quanto à noção de espaço, “preocupação dividida entre múltiplos especialistas”, e contra as ambigüidades e resistências de certos geógrafos, pela dificuldade de conceituá-lo para uma geografia que se ia tornando “viúva do espaço”, ele avança: “[a nós] interessa trabalhar sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço seria o conjunto dessas duas coisas. Isso daria uma visão de território, de paisagem, de lugar, e acrescentaria à visão dos outros cientistas sociais uma visão de materialidade que não constitui apenas um teatro da ação, mas é condição para a ação. O geógrafo interviria no processo de fazer a história, não [no] de interpretá-la. E o faria através de uma visão desse

processo interativo entre objetos que são hoje extremamente dotados de intenção [...]. De alguma maneira trata-se de voltar à idéia de paisagem, de lugar, mas voltar com uma outra forma de ver. Pois quando falo em objetos tenho que distinguir, tenho que saber o que é cada objeto, no que ele difere, para saber o que permite, o que autoriza, o que proíbe. Teríamos que voltar a buscar na Sociologia, na Psicologia, na Política, na Economia, a realidade das ações que são contemporâneas de um dado tempo. Imagino que seja esta a singularidade do geógrafo entre os outros cientistas sociais" (*O espaço...*, 1993, p. 177).

Entretanto, “falar sobre o espaço é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta. Falar simplesmente do espaço, sem oferecer categorias de análise, é também insuficiente” (*Metamorfoses...*, 1988, p.10). Trabalhando nessa linha, ele sintetizaria mais tarde o seu projeto: “Nosso desejo é a construção de um sistema de idéias que seja [...] ponto de partida para a apresentação de um sistema descriptivo e um sistema interpretativo da Geografia” (*A natureza do espaço*, 1996, p. 15). “Mas o que é uma boa descrição? Descrição e explicação são inseparáveis. Descrição é a vontade de explicação que supõe a existência prévia de um sistema (p. 16). Ora, é a partir do espírito de sistema que emergem os conceitos-chave que, por sua vez, constituem uma base para a construção, ao mesmo tempo, de um objeto e de uma disciplina (p. 17). Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas (p. 17). [...] Propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (p. 18).

Mas há um limite: “Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar. Todavia, transcender não é escapar. Para evitar essa transgressão, aqui a *démarche* é a oposta: no caso da transcendência, a regra da metadisciplina é a própria disciplina. A possibilidade de transcender sem transgredir depende estritamente de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é a superfície do real de que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação” (*A natureza do espaço*, 1996, p. 17 e 18).

Com a cabeça do Terceiro Mundo, mas não só

Como assinala Eduardo Yázigi, “no contexto da história um revertério não se dá a toda hora e nem permanece, como nova teoria, sem fortíssima sustentação contida em sua própria formulação. Queria saber contra o que, precisamente, Milton Santos se havia oposto, pois não se roem palácios de mármore com dentes de leite. Percebi então que o ponto de partida foi algo que se pode situar na mesma linha daquilo a que, em heurística, se dá o nome de *inversão lógica* e, em certos casos, de *deslocamento*. Ao fixar o olho na perspectiva do Terceiro Mundo, ou mundo emergente, se preferirem, assentado numa cultura específica do Brasil, Milton inverte o enfoque tradicional – o grande paradigma, como diz Thomas Kuhn. [...] É o descobrimento das Américas visto pelos índios ou as cruzadas vistas pelos árabes” (1996, p. 397).

É o próprio Milton Santos quem diz: “[de início,] minha presença na França foi muito importante na vontade de elaborar uma outra teoria da urbanização do Terceiro Mundo [...], uma outra forma de ver o Terceiro Mundo a partir de uma cabeça do Terceiro Mundo [...]. Dando aula na França, cheguei à conclusão de que aquilo que eu ensinava, lido na Escola Francesa, não me satisfazia [...], surgindo a vontade de criar uma outra forma de fazer geografia” (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 137 e 138). “Nós, ocidentais e brancos, admitimos a visão de Estado que vem da Europa, não temos a visão de um Estado de uma tribo africana” (*Espaço...*, 1993, p. 178-179).

Em diálogo com Gilberto Gil, ele acrescenta: “depois, passei a ter um interesse mais teórico, mais epistemológico. Isso coincide com a minha distância do Brasil, quando o objeto concreto de trabalho não estava presente, a possibilidade de informação reduzida. Há dois abrigos para os homens: um é a terra e o outro o infinito. Eu me abriguei nessa área mais de pensar o mundo, de pensar os lugares...”. Gil fala da Bahia e ele: “A Bahia é sempre o centro, mas eu creio que essa ruptura ocorre a partir do fim dos anos 70. Até os anos 70 eu estava na França. Não era minha terra, mas era um pouco minha terra. Depois eu tive que trabalhar nos Estados Unidos, no Canadá, na Tanzânia, na América Latina. É uma forma de desagregação, e a vontade de evitar a desagregação, essa retomada da unidade do homem, é que me jogou,

no caminho da filosofia, junto à minha ignorância crescente do Brasil. Acho que foi sobretudo isso" (*Um encontro*, 1996).

Em *A natureza do espaço* (1996), ele revela as questões que marcam sua “antiga insatisfação”. “A primeira tem a ver com o próprio projeto do trabalho do geógrafo [...] O *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. A discussão é sobre o espaço e não sobre a Geografia; e isto supõe o domínio do método. [...] Um outro tema de nossa insatisfação é a famosa união espaço-tempo [...] O tempo aparece na prática separado do espaço, mesmo quando é o contrário que se afirma. A idéia de período e de periodização constitui um avanço [além de outros], mas a questão constitucional continua sendo uma lacuna” (p. 16). Outra é a questão do lugar e do espaço.

A construção do edifício

Nesse “roer palácios de mármore”, diz Yázigi, mudanças como essas “se dão a partir de uma certa historicidade da criação: uma sinfonia não pode aparecer a qualquer momento e em qualquer lugar: antes já existia a estrutura do soneto, o instrumento musical, a invenção da partitura...” (1996, p. 401). Mas eu, leitora, quero saber: onde estão a estrutura do soneto, o instrumento, a partitura? Sim, porque não se fazem intelectuais em laboratório, mas sobre uma vontade cultivada e entre a disposição de conhecer o mundo e o acesso à transparência possível desse mesmo mundo, oferecida a partir de seus lugares mais iluminados pela informação e pela análise. No seu caso, a vontade cultivada vem de casa, a outra parte vem da vida, mas não só. Falando de suas viagens na França e na África, anos 1950, Milton registra os créditos do que aprendeu: É preciso “confessar que muito devo aos meus guias, num e noutro continente, a possibilidade de amarrar as observações da paisagem com dados e números [...], especialmente os professores Tricart e Julliard, [que] jamais se fatigaram de apontar os fenômenos marcantes das áreas percorridas. Nesse sentido este livro é também muito deles” (*Marianne...*, 1960, p. 5).

Mais adiante, ele diria: “[durante o exílio, em 1971-1972], fiquei sem ter para onde ir [...] e, aproveitando um convite que me havia sido feito no ano anterior por Lloyd Rodwin, então diretor do Departamento de Estudos Urbanos do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology),

eu fui como pesquisador. Penso que esse ano que passei no M.I.T. foi de extrema importância na minha afirmação ideológica. Cronologicamente, o primeiro grande momento dessa evolução ideológica foi a ida para a França para doutorar-me, o contato com a imprensa francesa que me deixou ver um outro mundo, a minha trajetória na política e as dificuldades [...] para fazer alguma coisa que fosse de interesse coletivo, porque eu não era um homem de esquerda científica, um esquerdista científico, mas era um homem de boa vontade, coisa que era própria de toda uma geração de intelectuais que ficavam entre o populismo e a esquerda. Nós éramos os jovens maduros dos fins dos anos 50, começo dos anos 60 e essa ida ao M.I.T. me permitiu ver a forma como se gestavam, se iam gerando, a partir dos intelectuais, as idéias-força de comando do mundo. O M.I.T. tinha de um lado aqueles que deram o pontapé inicial nas idéias que iam ser as idéias do “Clube de Roma” e no outro lado tinha Chomsky, o campeão das idéias contrárias e o portavoz dos intelectuais opositores à guerra do Vietnã. [...] Nessa estada no M.I.T. avancei na redação do meu livro *O Espaço Dividido...* (1975), livro que me custou uns oito anos de trabalho e que eu iria terminar na Universidade de Toronto, onde me foram dadas condições extremamente boas de trabalho” (Entrevista em *Geosul*, 1989, p. 136).

Por tudo isso, como outros de seus livros, *Por uma geografia nova...* é tanto crítica quanto crédito. Ele cita suas fontes, utiliza-as, critica-as e as re-conhece. É o primeiro de uma série de cinco livros projetados sobre “o espaço humano” (p. 3). Os títulos e a composição dos conteúdos nele prometidos podem ter mudado por força do próprio trabalho de avançar no tema e do mudar do próprio mundo, mas a palavra foi cumprida. E ele continua a registrar seus débitos. Em *Técnica, espaço e tempo...* (1994), por exemplo, diz que: “os resultados [...] apresentados muito devem a estímulos vindos de diversas fontes: convites para reuniões nacionais e internacionais, discussões com orientandos e com colegas etc. (p. 11). E no mesmo livro compromete-se com ir mais adiante: “É certo que um projeto mais ambicioso continua em nosso espírito, isto é, a produção de um livro deliberadamente concebido para enfrentar, de forma sistemática, o conjunto de problemas que aqui estão sendo tratados de modo aparentemente fragmentário, [...] atraso que] vem exatamente da dificuldade de transformar um projeto de pesquisa em um projeto de redação. Às vezes, quanto mais se pes-

quisa e se acumulam dados, inferências e idéias, mais se torna difícil encontrar a forma de expressão que, num dado momento, apareça como sendo capaz de incluir, de maneira hierárquica, todos os aspectos da problemática abordada” (p. 11).

O livro então desejado seria *A natureza do espaço* (1996), cuja pesquisa “atravessa... quase um quarto de século, arrastando com ela as consequências conhecidas neste gênero de exercício (p. 15). [...] O processo de redação também foi longo, ...ele se inicia em janeiro de 1994, quando me beneficiei de uma bolsa pós-doutoral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me permitiu fazer um estágio nos Estados Unidos e na França [e], durante o ano de 1995, [de] um estágio-sênior oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”. E insiste nos créditos de colegas, outras instituições e bibliotecas, de Marie Hélène Santos, geógrafa também, e do economista Milton Santos Filho (p. 11 e 13). “Quanto à interpretação da atualidade, sabemos, também, que, nestes tempos acelerados, o tropel dos eventos desmente verdades estabelecidas e desmancha o saber. Mas a moda avassaladora das citações frescas não pode eliminar os debates inspirados em idéias filosóficas cuja lição não é circunstancial” (p. 15).

Política, poética e retórica

Alguém dirá que “toda criatividade é necessariamente ruptura” (Cf. YÁZIGI, 1996, p. 397). Mas este caminho não é direto. Uma outra ruptura vem antes, ela passa pelo exílio, que não precisa ser territorial, mas interior; o que, no caso de Milton, foi as duas coisas, ao fazer da contingência de um a oportunidade do outro. Falando de seu “primeiro exílio”, a vinda aos 10 anos para o colégio interno em Salvador, onde seu pai ensinara, Milton registra a experiência íntima irredutível de ter que “aprender a pôr uma meia nos pés” (*Território...*, 2000, p. 74), não por lhe faltarem antes, em casa, as meias e o cuidado de fazê-lo vesti-las, mas como expressão do fato de ter sido “extraído da família”, do ar livre de Alcobaça, onde então trabalhavam seus pais, no litoral sul da Bahia, e de experimentar aquela e outras novas maneiras de lidar com seu corpo ainda menino. E recordar para si a opulência de sentir o tato, o aprendizado de um novo fazer em desamparo, a memória de uma experiência inaugural de desarraigamento e autonomia.

De seu segundo exílio, para o doutorado em Estrasburgo, Milton ressalta a importância da ruptura na revelação do diverso. Ao abrir *Le Monde*, ele se pergunta: “o mundo é aquele que eu escrevo ou este outro? Foi esse o meu primeiro grande choque, a primeira grande mudança na minha visão de mundo e, por conseguinte, da minha visão política” (*Território...*, 2000, p. 99). E o tema do exílio, da ruptura, volta mais outras vezes, como na observação positiva: “descobri a força de ser só... Quando você é só no mundo, você é sempre mais forte” (Entrevista em YÁZIGI, 1996, p. 425).

Mas, na produção intelectual como projeto, é a vertente poética que inflama a política. Milton refere-se ao impacto da obra de Josué de Castro sobre ele menino, porque Josué “tomava partido claramente pela noção do possibilismo, quer dizer, o homem capaz de, frente ao meio, mostrar-se forte e modificá-lo. [...]. Esse [...] aprendizado da generosidade, que aparece em Josué de Castro, essa vontade de oferecer uma interpretação não-conformista, isso cala no espírito do menino e do jovem, essa vontade de buscar outra coisa. Acho que ele teve sobre mim uma influência extremamente grande” (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998).

Por outro lado, se a experiência de ruptura é que produz a política, emoção e política projetam-se em poética, e também na procura da forma cuidada tão fundamental à política, uma retórica política que deve ser também uma espécie de poética. Na Bahia de seu tempo, “todas as atividades ditas populares eram desaconselhadas, de forma não explícita, na produção do homem de elite, do bacharel. E o que é o bacharel? É um sujeito que pode ser advogado, promotor, juiz, jornalista, político, diretor de hospital. Isso é o bacharel. E que aprende a falar, o que era uma característica do mando e da política, saber fazer frases, saber amarrar uma idéia com a outra” (*Território...*, 2000, p. 76). Daí sua admiração pela capacidade de Josué de Castro no domínio da palavra, na elaboração do discurso (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998), e a reiteração da mesma idéia mais tarde, sobretudo tão válida para hoje: “a retórica ganhou uma enorme importância..., e talvez por isso a gente deveria aprimorar o nosso discurso... Não basta pensar, tem de poder dizer” (*Ibidem*). “Uma coisa é você ter as idéias e outra é a forma de exprimi-las. O trabalho intelectual não acaba com a produção da idéia, há que se buscar as palavras que levem a perguntas... E são

poucos os que perguntam e muitos os que repetem. Então, é preciso escolher as palavras fortes que produzam o discurso da mudança” (*Território...*, 2000, p. 13).

Por fazer falar o território

Comecei este texto recusando a idéia de obra – coisa feita –, tentei escrever-falando de um trabalho de vida como um ato de criação em marcha, uma leitura inacabada, aberta à posteridade de que fala o seu autor. Mas não quero perder o fio da meada: é possível, por isso mesmo, pensar teórica e politicamente sendo poeta, mesmo quando se tenha que assegurar a autoridade da palavra por meio de uma retórica acadêmica ainda pesada e muitas vezes opaca ao cidadão comum. Ganha essa autoridade e voltando para viver o Brasil, Milton Santos foi rompendo com a liturgia da alta academia e retomou nossa língua cotidiana em sua riqueza plástica, insistindo, inclusive, na importância de uma outra retórica – para a política –, com “as palavras fortes que produzam o discurso da mudança” (*Ibidem*).

Passa por vários temas ligados ao seu projeto central de contribuir para uma estratégia metodológica de entender o mundo contemporâneo, e de entendê-lo mesmo, e fala do território, nosso território: “Como geógrafo, creio que o território brasileiro é o melhor observatório do que está se passando no país. [...]; o território revela também a incapacidade de governo, quer dizer, a não-governabilidade do país, porque o Brasil é um país não-governado. [...] São as grandes empresas que fazem a política. Isso se vê no uso do território brasileiro” (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998). Ironicamente, no Brasil de hoje “ficamos mais próximos das relações internacionais e mais distantes do mundo” (*Espaço...*, 1993, p. 171).

“Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como Celso Furtado quis falar a economia, o território também pode aparecer como uma voz... E uma boa parte dos brasileiros não se dá conta de que o país está, cada vez mais, sendo fragmentado, e numa fragmentação que não possibilita a reconstituição do todo. Porque o Estado nacional se omitiu, e o comando do território, naquilo que há de hegemônico, é entregue

às grandes empresas. Então, a reconstituição do todo nacional, que os franceses chamam de *lien social*, a solidariedade, não existe mais no Brasil" (Entrevista em *Caros Amigos*, 1998). Por isso, "o território brasileiro é esquizofrênico, [...] porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitária, ele se fragmenta, se fragiliza; de outro lado, descobre que esse processo não lhe convém. E talvez lhe falte descobrir qual é a lógica mais geral que permita a produção de um discurso novo. Primeiro acadêmico, quando possível também de mídia, e depois o discurso político" (*Ibidem*).

Isto, porque o mundo é "um conjunto de possibilidades e não apenas um conjunto de realidades [...] outros mundos poderiam ser criados a partir dos mesmos materiais" (Entrevista em YÁZIGI, 1996, p. 418 e 420). "a ordem universal freqüentemente apresentada como irresistível é, todavia, defrontada e afrontada na prática, por uma ordem local, que é sede de um sentido e aponta um destino" (*A natureza do espaço*, 1996, p. 22). É possívelvê-lo "se a gente se detém a pensar na maneira como o mundo está funcionando, na maneira como os pobres se apropriam da tecnologia [...] e estão encontrando e defendendo idéias aí pelo mundo afora e de que a gente fala pouco [...] O drama é que tudo isso vem com a morte da política, pois os partidos se recusam a ser políticos, e querem ser apenas eleitorais, mesmo os partidos de esquerda se recusam a discutir a sociedade a partir do que ela é" (*Um encontro*, 1996).

Vale aqui outra advertência sua, que aliás resume a íntima relação entre política e conhecimento, e no conhecimento, entre crítica e análise: "quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização mas não a construção. A crítica deveria suceder à análise, mas o que acontece, na maioria dos casos, é que a necessidade de ser crítico opera como se o analítico fosse dispensável. Isto também é um fator de atraso. Alias, é algo que atrasa também o trabalho dos partidos de esquerda, pois no Brasil estes partidos não são analíticos, são críticos" (*Espaço...*, 1993, p. 172). Igualmente, "a geografia crítica [...] não se pode contentar em ser apenas crítica. Para ser útil e utilizada, a crítica tem de ser analítica e não apenas discursiva" (*Metamorfoses...*, 1988, p. 9).

E mais, não é bastante estudar o particular, é preciso também ter em vista a totalidade (*A dimensão histórico-temporal...*, 1991, p. 167-

168). “Mesmo que se divida a geografia – em política, econômica, cultural –, não é possível trabalhar estes ramos sem o mundo. Não dá para trabalhar a geografia política, nem a econômica, ou cultural, sem o mundo. Muito menos a geografia crítica. O mundo globalizado é a grande novidade do nosso fim de século, e é uma alavancas para a mudança epistemológica de todas as disciplinas” (*Espaço...*, 1993, p. 179). E outra vez o elo entre teoria e política: “A idéia de bem comum – [...] deliberadamente confundindo-a com a noção de ética –, [...] supõe que reagrupemos, urgentemente, esses espaços formados de cacos: espaço econômico, espaço social, espaço cultural, espaço de fluxos, todas essas fragmentações [...] e reconsideremos a existência do espaço como um todo indissociável; esse espaço banal que era, no passado, a vocação dos geógrafos; o espaço do geógrafo” (Entrevista em YÁZIGI, 1996, p. 416-417).

Brinquedo de armar

Quem um dia falou de uma “paisagem de *huerta* [que] lembra um bonito brinquedo de armar...” (*Marianne...*, 1957-1958, p. 29) tem direito a dizer em um livro – *A natureza do espaço*, 1996 – que “deseja ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica...” (p. 20), que o saber é também um brinquedo de armar, brinquedo em ser prazer, armar em ser vontade: “Nossa secreta ambição, a exemplo de Bruno Latour, no seu livro *Aramis, ou l'amour des techniques* (1992), é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não será a ciência, tal como propôs Neil Postman ‘uma forma de contar histórias’? [POSTMAN, 1992, p. 154] Nesse processo, levados pelo investigador, alguns atores tomam a frente da cena, enquanto outros assumem posições secundárias ou são jogados para fora. O método em ciências sociais acaba por ser a produção de um ‘dispositivo artificial’ onde os atores são o que Schutz chama de marionetes ou homúnculos. Quem afinal lhes dá vida é o autor...” (SCHUTZ, 1945, p.157-158 e 18-19). E o leitor. Por que não?

Nesse jogo do desejo – mas também da intenção obstinada – que é pensar, por que não terminar com o próprio Milton, recordando o Recôncavo da Bahia, ou todos os recôncavos, com seus travos, seus

aromas e seus lenhos? Ou, antes, com o anúncio-esperança de “outros mundos”, como certa primavera em Paris, com a “surpresa de um sol inesperado. Não é mesmo a primavera! As árvores ainda estão nuas, não há verde, nem flores. É somente um anúncio. Agradeço à natureza a tolerância: [...] uma primavera que teima em chegar antes da hora. É preciso festejar de alguma forma” (*Marianne...*, 1957-1958, p. 59).

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Maria de Azevedo (1996). “Milton Santos: lugar, tempo, emoção”. *Caderno CRH*, n. 24/25. Salvador, Universidade Federal da Bahia, jan.-dez., p. 307-310.

CALMON, Jorge (1996). “O jornalista Milton Santos”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 62-64.

CRESPO, Francesc (1987). *Como pintar marinhas*. Barcelona, Parramon Ediciones.

KAYZER, Bernard (1996). “As raízes tolosanas de Milton Santos”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 98-101.

LAMPUGNANI, V. M. (org.) (1986). *Encyclopaedia of 20th-Century Architecture*. Londres, Thames and Hudson (Adaptação de original em alemão de 1963.)

LATOUR, Bruno (1992). *Aramis, ou l'amour des techniques*. Paris, La Découverte.

POSTMAN, Neil (1992). *Technopoly, the Surrender of Culture to Technology*. Nova York, Vintage Books.

SANTOS, Milton (1952). *Nota autobiográfica manuscrita, sem título*. Acervo Thales de Azevedo.

_____. (1958). “A nova geografia. Imagens da Europa”. *A Tarde*, Salvador, 19 abr.

_____. (1959). *O centro da cidade do Salvador*. Salvador, Universidade Federal da Bahia/Livraria Progresso Editora.

_____. (1960). *Marianne em preto e branco*. Salvador, Livraria Progresso Editora (textos de 1957-1958, alguns publicados em *A Tarde*, prefácio de 1960).

_____. (1963). “Os outros recôncavos”. *A Tarde*, Salvador, 30 nov.

_____. (1973). *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona, Oikos-tau.

_____ (1975). *L'espace partagé: Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris, Editions M.-Th. Génin, Librairies Techniques.

_____ (1978). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1991). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec, 3^a edição (1^a ed. 1982).

_____ (1996). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 4^a edição (1^a ed. 1988).

_____ (1989). “Entrevista com o Prof. Milton Santos”. *Geosul – Revista do Departamento de Geociências*, n. 7, ano IV – CCH, Florianópolis, Universidade F. Santa Catarina, primeiro semestre, p. 116-147 (Entrevistadores: Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira).

_____ (1991). “A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em Geografia”. Entrevista, 19 jun. In: SANTOS, M. *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, p. 163-168. Entrevistadora: Cláudia Cristina Somogyi.

_____ (1993). “Espaço, mundo globalizado, modernidade”. Entrevista. *Revista Margem*, n. 2, São Paulo, PUC-SP, nov. In: SANTOS, M. *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, p.169-188. Entrevistadores: José Mário Ortiz Ramos, Eliane Moraes, Douglas Santos e Maria Bueno C. de Paula.

_____ (1996). *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, Hucitec, 2^a Edição (1^a ed. 1994).

_____ (1996). Entrevista com Milton Santos, 2 ago. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 412-425. Entrevistador: Eduardo Yázigi.

_____ (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1996). “Um encontro [com Milton Santos]”. Entrevista. São Paulo, 1^o set. www.terravista.pt/copacabana/3103/artigos.htm ou www.gilbertogil.com.br. Entrevistador: Gilberto Gil.

_____ (1998). “O retrato fiel (legendas baianas)”. Entrevista. *Revista da Bahia*, n. 9, Salvador, jun. Entrevistadores: Linalva Maria de Souza e Gustavo Falcon.

_____. (1998). “Entrevista com o Prof. Milton Santos”. *Caros Amigos*, n. 17, São Paulo, ago. Entrevistadores: Marina Amaral, Sérgio Pinto de Almeida, Leo Gilson Ribeiro, Georges Bourdoukan, Roberto Freire, João Noro, Sérgio de Souza.

_____. (2000). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite.

_____. (2002). “Ser negro no Brasil hoje”. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, Publifolha, p. 157-161. (Artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, 9 jan. 2000.)

_____. (2002). *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, Publifolha. (Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. Coletânea de artigos publicados na *Folha de S.Paulo*, várias datas.)

SBPC – SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (1981). *Programa*. 33^a Reunião Anual, 8-15 jul. São Paulo, p. XII-XV.

SCHUTZ, Alfred (1987). “Sur les réalités multiples”. In: *Le chercheur et le quotidien*. Paris, Meridiens Klincksieck, p. 103-167 (original em inglês de 1945).

SÓCRATES (2003). “Papo-cabeça pra pensar. Entrevista com Sócrates Brasileiro de Oliveira”. *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, ano 5, n. 52, São Paulo, jul., p. 20-23.

SONTAG, Susan (1986). “Sobre Paul Goodman”. In: *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo, L&PM Editores, 1986 (ed. original em inglês, 1972), p. 9-14.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.) (1996). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1996). “Por ouvir dizer e por querer saber”. In: *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 26-34.

YÁZIGI, Eduardo (1996). “Milton Santos e a criatividade”. *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 396-425. (Incluída entrevista com M. Santos).

Milton Santos: a formação de um pensador universitário crítico

Armen Mamigonian
Universidade de São Paulo

Quando faleceu em junho de 2001, aos 75 anos, Milton Santos era o nome mais consagrado da geografia humana brasileira e um dos mais consagrados do mundo. Naquela ocasião, Aziz Ab'Saber assinalou que Milton Santos havia sido um filósofo da geografia, tendo reunido o conhecimento do mundo do seu tempo para pensar as necessidades do Brasil como intelectual comprometido com a sociedade e com os excluídos. Antonio Cândido lembrou que Milton Santos havia representado nas ciências humanas o que se pode chamar de ala combatente, como Florestan Fernandes, e nos seus trabalhos o rigor científico nunca havia sido obstáculo a uma consciência social desenvolvida e profundamente arraigada nos problemas do Brasil. Celso Furtado, por sua vez, afirmou que Milton possuía um pensamento muito rico e abrangente, maior do que de um cientista social, com amplitude de vista e percepção dos problemas maiores da sociedade (*Folha de S.Paulo*, 25 jun. 2001).

I

Milton Santos nasceu em 1926 na Chapada Diamantina, na cidade de Brotas de Macaúbas, primeiro posto de trabalho de seus pais, professores primários do ensino estadual, recém-formados na Escola Normal (Salvador). Para se ter uma idéia da importância da Escola Normal, deve-se lembrar que Anísio Teixeira e Nestor Duarte, entre outros, aí lecionaram no final dos anos 1920¹. Logo depois, a família seguiu para a zona do cacau (Itapira, hoje Ubaitaba), onde ficou alguns anos, mudando-se para Alcobaça, no litoral sul da Bahia, onde Milton fez as primeiras letras em casa, com seus pais, até os 8 anos². Em seguida, continuou a ter com seus pais aulas de álgebra, francês e boas maneiras até os 10 anos (1936), quando foi a Salvador como aluno interno do Instituto Baiano de Ensino, seu “primeiro exílio”, como costumava dizer.

Aliás, seus avós pelo lado materno se formaram na Escola Normal antes da abolição, lecionaram no Círculo Operário, entidade benéfica e cultural, e davam festas em casa, os saraus, reuniões literárias e musicais, para um amplo circuito de amigos, inclusive Ruy Barbosa. Por outro lado, os avós paternos, horticultores em fundo de vale irrigado da cidade de Salvador, conseguiram formar o pai de Milton Santos professor primário. Enquanto aluno interno, Milton recebia a visita de sua avó paterna, cheirando hortelã e outros temperos e de pés descalços. Ainda em Alcobaça, Milton acompanhava seus pais de férias a Salvador, em viagens da Empresa de Navegação Baiana, de dois em dois anos, reabecendo a convivência cultural, tão valorizada na época³.

1. SOUZA, A. L. *Baianos ilustres*. (1979). s. l., Ibrasa/MEC. Note-se que nos inícios dos anos 1920 era catedrático de português da Escola Normal Elias Figueiredo Nazareth, homem de cor, “muito polido”, conforme P. Madureira de Pinho (1984). “Afrânia Coutinho: recordações de colégio”. In: *Miscelânea de estudos literários; homenagem a Afrânia Coutinho*, Rio de Janeiro. Pallas/INL, 1984.

2. Como Ignácio Rangel, anos antes, quando seu pai serviu em diferentes comarcas no interior do Maranhão, ou ainda Jesus Soares Pereira, no interior do Ceará.

3. As informações sobre sua vida na infância estão no depoimento à *Geosul*, n. 7 (1989), inclusive sobre as viagens marítimas na linha que fazia de Nova Viçosa a Salvador, passando em Alcobaça, Prado, Porto Seguro e Ilhéus e que levavam quatro dias. Na mesma época, a Empresa de Navegação Hoepcke tinha linhas entre Laguna e Paranaguá e Florianópolis – Rio de Janeiro, também com inúmeras paradas, lembrando a navegação fluvial na Amazônia hoje em dia. *Portos e navegação no Brasil*, DNPB, 1940. Note-se que a convivência cultural em Salvador não era uma prática somente dos ricos, como na São Paulo daquela época, mas das

Assim sendo, mesmo morando em pequenas cidades da Bahia até os 10 anos, Milton foi sendo preparado por sua família para ser um cidadão de Salvador, a cidade civilizada por excelência, com suas escolas universitárias de alto padrão, onde poderia alcançar as alturas que haviam alcançado André Rebouças (1838-1898) e Teodoro Sam-paio (1855-1937), que se destacaram nacionalmente como modelos de ascensão intelectual, valorizados pelos baianos de origem africana. Aliás, seus próprios pais e avós haviam dado os primeiros passos nesta direção, a que destinavam Milton ainda mais do que eles.

À altura dos 10 anos de idade, Milton havia recebido o ensino primário mais completo que uma criança da época poderia ter recebido, assim como herdado de sua família, principalmente de sua mãe e de sua avó paterna, a energia, a coragem e a disciplina, mas também foi convencido a rejeitar a cultura afro-baiana popular, o futebol, o samba, as rodas de capoeira e o candomblé. Afinal de contas, uma parte da pequena burguesia negra intelectual de Salvador tinha de negar sua “inferioridade” racial e cultural, influenciada pela cultura “superior” branca dominante, da qual era parte integrante.

Milton iniciou seu “primeiro exílio” em Salvador, já que sua família permaneceu em Alcobaça, como aluno interno do Instituto Baiano de Ensino, aos 10 anos de idade (1936), tendo ali residido até 1946, quando já era aluno da Faculdade de Direito. Realizou seu curso ginasial de 1937 a 1941, o pré-jurídico de 1942 a 1943 e o curso de Direito de 1944 a 1948. Se, no dizer de Gilberto Gil, a Bahia lhe deu régua e compasso, cabe-nos perguntar o que Milton aprendeu em Salvador, naqueles anos cruciais da vida mundial e brasileira, e também qual era o contexto nacional e regional da época.

II

Primeiramente se deve sublinhar a observação de Celso Furtado sobre o pessimismo reinante nos meios intelectuais a propósito do Brasil nos anos 1920 e a mudança para um crescente otimismo a partir de 1930 (FURTADO, 1985; *Playboy*, abr. 1999). Na verdade, tratava-se de

classes médias de pequenas posses, com uma certa formação intelectual, o que persiste até hoje, de maneira atenuada, naturalmente.

um pessimismo exagerado, seguido depois de um otimismo também exagerado. O dinamismo e as iniciativas das primeiras décadas da República haviam se esgotado nos anos 1920, levando a visão pessimista ao auge, destacando-se, no dizer de Thales de Azevedo,

“as inconveniências do clima quente, a ‘inferioridade’ das raças que compunham nosso povo e os ‘deletérios efeitos’ da mestiçagem [, que] somaram-se em um determinismo deprimente ao regime escravocrata, às emoções da religião africana e a outros defeitos da nossa organização social para explicar a delinquência individual, o fanatismo religioso dos sertanejos, o banditismo, a alienação mental, as formas clínicas de certas moléstias e a psicologia da nossa gente”⁴.

A mudança em direção do otimismo podia ser notada na década de 1930 em Gilberto Freyre (*Casa grande & senzala*), elogiando a miscigenação racial, em Caio Prado Júnior (*Evolução política do Brasil*), constatando a capacidade política da classe dos senhores de escravos em conduzir a abolição de maneira lenta, gradual e segura ao longo de todo o século XIX, assim como na caracterização do brasileiro como “homem cordial” em Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*).

É curioso que nos primeiros anos da década de 1930 a recuperação da economia brasileira mal havia começado e era imperceptível, de modo que é mais correto explicar a mudança acima apontada de outra maneira: pelo entusiasmo criado pelo fim da República velha decadente (Revolução de 1930) e pela origem aristocrática dos intelectuais cidados e seus estudos no exterior, onde puderam descobrir o que havia de positivo nos brasileiros, como na conhecida passagem da surpresa que foi para Gilberto Freyre o desembarque alegre e alvorotado dos nossos marinheiros negros e mulatos num porto norte-americano.

4. AZEVEDO, T. (1964). *As ciências sociais na Bahia*. Salvador, Universidade da Bahia, p. 55. A. Guerreiro Ramos viu uma dose de sadomasoquismo na visão de Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), que descrevia o caráter do povo brasileiro como um misto de tristeza, luxúria, cobiça e romantismo, bem como na proposta de Macunaíma como típico herói brasileiro (Mário de Andrade). In: OLIVEIRA, L. Lippi (1995). *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. ufrj, p. 125. Manuel Bandeira, quando professor de literatura na Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1940, lembrava a visão pessimista que apontava o Brasil como tendo sido formado por “três raças tristes”.

Paralelamente ao novo nacionalismo comum a autores tão distintos quanto Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, havia neles posições políticas e ideológicas diversas, como ocorria em todo o Brasil, com a presença dos intelectuais tradicionais paralelamente aos jovens intelectuais radicalizados à direita (integralistas) e à esquerda (marxistas). A Bahia foi muito rica nos anos 1930 e 1940 em intelectuais e correntes político-ideológicas divergentes e conflitantes.

É interessante lembrar que alguns conflitos e divergências político-intelectuais da década de 1930 estavam resolvidos nas décadas de 1940 e 1950, pois a polarização passou a ser entre um ponto de vista nacional e as posturas neoliberais favoráveis aos interesses alienígenas. O nacionalismo vitorioso no primeiro governo Vargas, apesar das oposições liberais, esquerdistas e integralistas, havia se fortalecido durante seu segundo governo (1951-1954), e assim a fé no Brasil, a competência intelectual e o espírito público reuniram na sua assessoria econômica dois ex-integralistas baianos, Rômulo Almeida e Guerreiro Ramos, um marxista maranhense, Ignácio Rangel, e um positivista cearense, Jesus Soares Pereira, como membros proeminentes, todos severamente atingidos pelo golpe militar de 1964.

Além das referências acima esboçadas a respeito da visão dos intelectuais sobre o Brasil, o país vivia um fundo cultural originário de Portugal, composto de uma herança religiosa medieval popular, ao lado de uma formação estética de suas elites. No início do século XIX, acrescentou-se a cultura romântica francesa, acompanhada de elementos iluministas⁵. Estas três correntes se combinavam de diferentes maneiras: as camadas populares e as regiões interioranas eram mais religiosas, incluindo valores éticos, enquanto as áreas litorâneas e as classes ilustradas eram mais estetizantes e românticas⁶. Estas heranças

5. VIEIRA DE MELLO, M. (1986). *O conceito de uma educação da cultura*. São Paulo, Paz e Terra; BUARQUE DE HOLANDA, S. (1999). *Visão do Paraíso*. São Paulo, Brasiliense; WECKMANN, L. (1993). *La herencia medieval del Brasil*. México, Fondo de Cultura Económica.

6. Como regiões interioranas podemos apontar o sertão e o agreste nordestinos, Minas Gerais e seus prolongamentos migratórios e as áreas de pecuária do sul, sobretudo a campanha gaúcha. Intelectuais como Ariano Suassuna, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo expressaram este Brasil interiorano. Evidentemente cada lugar tem suas particularidades complexas, como a expressiva presença negra em Salvador ou o fato de Recife reunir forte dose de características sertanejas.

culturais persistem atenuadas atualmente e eram muito fortes na primeira metade do século xx, quando entraram em atrito com o avanço dos valores que acompanhavam a industrialização nascente, isto é, valores antigos como a coragem, a lealdade e o gosto pela cultura se viram desafiados por novos valores: o gosto pelo dinheiro, pelo sucesso e pela fama fáceis⁷.

Como se manifestava tudo isto na Bahia dos anos 1930 e 1940, anos da formação de Milton Santos?

III

A Bahia, como todo o Nordeste brasileiro, vivia nos anos 1930 e 1940 uma situação paradoxal, pois perdia velocidade econômica, mas sua vida política e intelectual era efervescente. Assim, grandes levas de trabalhadores braçais seguiam para São Paulo, mas muitos intelectuais iam ao Rio de Janeiro, para ocupar posições de destaque.

Rômulo de Almeida lembrou que as porcentagens da indústria da Bahia no conjunto nacional declinaram acentuadamente de 1920 a 1940 de 2,8% para 1,3% na produção, de 3,5% para 1,9% em capital aplicado, de 4% para 2,3% em força motriz e de 5,7% para 3% em número de empregados, conforme os censos do IBGE⁸. Esta situação de esvaziamento econômico, político e populacional, chamado de “enigma baiano”, preocupava políticos e intelectuais da época (AGUIAR, 1958).

7. O romantismo na Europa, aparentado ao socialismo feudal (Marx e Engels: *Manifesto comunista*), teve um surto no começo do século xix e novo surto no início do século xx e se preocupava, do ponto de vista político, com a relação indivíduo–sociedade, que estava em processo de deterioração sob o capitalismo crescente, isto é, o indivíduo estava sendo absorvido mecanicamente. J. Michelet (1798-1874), historiador francês, foi severo crítico da sociedade burguesa, e seu romantismo foi o culto ao “povo”, a vinculação do camponês à terra, desde as origens célticas, garantindo, mais que a monarquia, a continuidade histórica da França. Para muitos românticos somente povos que a civilização ainda não nivelara pareciam capazes de paixões e atos heróicos. José de Alencar, entre nós, com seu indigenismo, expressava essa tendência. Na primeira metade do século xx, M. Weber, T. Mann, J. Maritain, entre outros, criticaram a visão calculista do capitalismo como desagregadora da cultura e de seus valores éticos, tendo tido grande influência no Brasil, inclusive na Bahia naturalmente. Löwy, M. (1979) *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas; BOBBIO, N. (1986); *Dicionário de política*, Brasília, Ed. UnB; OLIVEIRA, L. Lippi de (1995). *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

8. ALMEIDA, Rômulo de (1958). “Traços da história econômica da Bahia no último século e meio”. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 169, fevereiro. Rômulo de Almeida foi um dos intelectuais que se destacou na Bahia, tendo ido ao Rio trabalhar na Confederação Nacional da Indústria e depois chefiar a assessoria econômica de Getúlio Vargas (1951-1954).

Na verdade, o processo já vinha de longe, já que a expansão cafeeira no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo havia criado um novo pólo agroexportador e a precoce industrialização dos portos litorâneos (1870-1900) de Belém e São Luís do Maranhão, ao norte, até Florianópolis e Rio Grande, ao sul, monopolizando as suas respectivas hinterlândias, reforçava a existência das ilhas econômicas até 1930, quando a revolução foi quebrando as fronteiras estaduais e ajudando São Paulo a destruir lentamente as indústrias têxteis das capitais litorâneas brasileiras.

Anteriormente, haviam ocorrido na Bahia outros processos econômico-sociais importantes. A decadência da cultura açucareira no Recôncavo acabou com a aristocracia rural mais antiga da Bahia e deu chance à ascensão dos antigos escravos à condição de plantadores independentes naquela área⁹, assim como à migração para além do Recôncavo de muitos ex-escravos que se tornaram posseiros policultores. Paralelamente, na cidade de Salvador, nos períodos de pressivos do século XIX, muitos escravos se tornaram negros de ganho e acabaram se instalando por conta própria no comércio, nos serviços e em artesanatos variados, inclusive como mecânicos e fundidores. Thales de Azevedo observou que no Brasil, em 1950, 25% dos negros trabalhavam por conta própria e 1% deles eram patrões, assim como 34% dos mulatos trabalhavam por conta própria e 2% deles eram patrões, e estas porcentagens seriam provavelmente mais altas na Bahia¹⁰. A significativa presença destes trabalhadores por conta própria em Salvador despertou a atenção de Milton Santos para a existência de dois circuitos econômicos: o inferior, composto de pequenos negócios

9. PINHO, J. W. A. (s.d.): *História de um engenho no Recôncavo*. S.l., s.e. O autor foi neto do Barão de Cotelipe (1815-1889). A antiga aristocracia rural transformou-se em aristocracia de toga, ocupando altos cargos administrativos e cátedras universitárias; WAITEL, L. (1938). *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, p. 322-324, destacou a inteligente rotação trienal de fumo, milho e mandioca nas áreas de Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas, realizada em pequenos lotes, por agricultores mulatos em maioria, com uso de adubos naturais.

10. AZEVEDO, T. (1975). "Africanos e negros no Brasil: uma síntese". In: *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, p. 26. Ver também, AZEVEDO, T. (1952). *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco. Negros e mulatos mecânicos e fundidores foram muito numerosos em Salvador até os anos 1950 e 1960 e foram absorvidos pela Petrobras, quando ela passou a operar em extração e refino e depois na petroquímica (depoimento de M. Azevedo Brandão). RANGEL, I. (1981). "História da dualidade brasileira". *Rev. Ec. Pol.*, n. 4.

locais, e o superior, equivalente a negócios capitalistas abrangendo fluxos distantes, idéia aprofundada posteriormente e muito importante para o conhecimento das cidades subdesenvolvidas¹¹.

A formação das “élites de cor” em Salvador, para usar a expressão de Thales de Azevedo, além da gênese do campesinato de negros e mulatos no Recôncavo e arredores, tem relação com a presença dos negros islamizados que se instalaram na Bahia em grandes proporções e com suas lutas constantes¹². Isto tem a ver com o pioneirismo dos estudos das especificidades dos negros pelos pesquisadores baianos na universidade e fora dela¹³. O espírito de altivez e rebeldia do povo baiano, bem como a força da sua intelectualidade, se manifestou com grande força nos anos 1930 e 1940.

Em Salvador, eram numerosas as rodas intelectuais, que reuniam amigos para conversas periódicas¹⁴, levando também em conta suas filiações partidárias no integralismo (Isaías Alves, Rômulo de Almeida, Guerreiro Ramos), no partido comunista (Armênio Guedes, Mário Alves, Jacob Gorender), ou no neoliberalismo, como os mais velhos (Octávio Mangabeira, Aliomar Baleeiro). Com o afundamento

11. Nesta linha de pesquisa de Milton Santos há intuição da temática em *O centro da cidade de Salvador* (doutorado em Estrasburgo, 1958), em *A cidade nos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, e o desenvolvimento completo em *O espaço dividido*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1978.

12. VERGER, P. (1968). *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du xvii au xix siècle*, Paris, Manton. Entre os numerosos movimentos rebeldes, é interessante lembrar *A primeira revolução social brasileira – 1798* de Ruy, A. (1942), II., Cia. Ed. Nacional.

13. R. Nina Rodrigues, como professor da Faculdade de Medicina da Bahia, já em 1896 comparou as religiões afro-baianas com as do Benin e do Daomé, na África. Manuel Querino (1851-1923), afro-baiano, foi outro pioneiro, tendo escrito, entre outros, *Costumes africanos no Brasil*, elogiado por L. Câmara Cascudo, e sido fundador da Liga Operária, freqüentada pelos artesãos de Salvador, sobretudo negros e mulatos. SOUZA, A. L. de (1979). *Baianos ilustres*. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural. Somente em meados do século xx a temática passou a atrair o interesse de universitários estrangeiros (D. Pierson e R. Bastide) e paulistas (USP).

14. Jorge Amado, por exemplo, se reunia na roda de Pinheiro Viegas, poeta satírico, freqüentada também por Edison Carneiro, Dias da Costa, Sosigenes Costa, entre outros, nos fins dos anos 1920 e inícios dos 1930, conforme A. Loureiro de Souza. Além das “rodas” existiam espaços maiores de encontro, como o café de Bernadete (sede do Partido Socialista), na rua Chile, freqüentado por intelectuais, entre eles Milton Santos, no final dos anos 1940, conforme SILVA, Maria Auxiliadora da (2001). “Milton Santos”. *Cadernos de Geociências*, nov., que assinala também o hábito das leituras de poesias, contos e romances para as crianças pelos membros mais velhos da família.

de navios brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreram explosões populares muito fortes em Salvador e que se estenderam pelo Brasil afora, levando ao ataque e a saques das firmas germânicas ou de seus descendentes (Suerdieck, Danemann) e pressionando o governo à ruptura com o nazifascismo. A seção baiana do PCB liderou estas manifestações, tendo se tornado nos anos seguintes a mais importante do Brasil¹⁵.

Milton Santos, por conta da pouca idade, não teve de escolher entre integralismo ou comunismo, mas também foi alcançado pelos choques políticos, inclusive sob forma de preconceito, na nova etapa da sua vida, agora em Salvador, o seu “primeiro exílio”.

IV

Como já se disse, Milton Santos herdou da família o gosto arraigado pelos estudos. Assim, quando se instalou em Salvador (1936), aos 10 anos de idade, como aluno interno do curso ginásial, longe dos pais, enfrentou bem o novo desafio, depois de ter sido aprovado em primeiro lugar no exame de admissão. A escola era freqüentada pelos filhos da classe média imigrante (espanhóis, judeus etc.), com ensino de boa qualidade, ministrado por professores que por vezes lecionavam nas faculdades da cidade. Pelo seu bom preparo, foi convidado, aos 13 anos, a substituir o professor de matemática nas suas faltas, na classe de 3º ano, na época em que cogitava cursar a Escola Politécnica, do que foi dissuadido discretamente pelos familiares, a partir da consideração da dificuldade excessiva de acesso, inclusive por razões de preconceito racial. O ambiente do ginásio era estimulante, como nas referências elogiosas feitas pelos professores¹⁶.

15. Depoimento de João Cunha a CARONE, E. (1982). *O PCB, 1922 a 1943*. São Paulo, Difel, vol. 1, p. 227-233, e sobretudo FALCÃO, J. (1988). *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Os quadros intelectuais mais importantes do PCB na época foram os estudantes da Faculdade de Direito.

16. O difícil acesso à Escola Politécnica da Bahia fica evidenciado na tabela das profissões de nível superior, conforme AZEVEDO, T. (1952). *Les élites de couleur*, *op. cit.*, p. 82. Os estímulos no ginásio aparecem no elogio do professor de português e poeta, que lhe disse: “Você não chegará nunca a Presidente da República, mas você será um Teodoro Sampaio” (*Geosul*, *op. cit.*). Antes de Milton, Guerreiro Ramos também havia começado a dar aulas particulares aos seus colegas, com 14 anos (OLIVEIRA, L. Lippi, *op. cit.*), o que lhe facilitava encomendar livros franceses.

Tendo optado por fazer o pré-jurídico, “deixou” a matemática para começar a lecionar geografia aos seus colegas retardatários, estimulado pelo professor O. Imbassahy, com o qual tomou conhecimento da obra recém-publicada de Josué de Castro *Geografia humana* (Porto Alegre, Livraria do Globo, 1938), que expunha em alto nível o debate possibilismo–determinismo. Depois de formado em direito e tendo se encaminhado para a geografia, manteve correspondência com o então famoso geógrafo pernambucano¹⁷.

Enquanto cursava o ginásio, Milton teve sua auto-estima reforçada pelos elogios de seus professores mais respeitados, pela confiança que lhe foi delegada para lecionar aos seus colegas e assim começar a ganhar seu próprio dinheiro, o que lhe permitia adquirir livros, estimulando seu espírito independente. Esta situação o levou a exercer liderança intelectual e política entre seus colegas, com publicação de pequenos jornais literários e participação em entidades estudantis. Mas, ao mesmo tempo, adquiriu consciência do preconceito racial em Salvador, pelas dificuldades de acesso à Escola Politécnica, e por sua marginalização, por iniciativa do PCB, da candidatura à presidência da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que ele havia organizado. Cioso dos seus méritos, Milton Santos afastou-se dos comunistas, bem como conseguiu liderar forças para derrotá-los na UEB, União dos Estudantes da Bahia (universitários), em 1945, fato inédito na época¹⁸.

O curso de direito foi uma etapa fundamental na formação intelectual de Milton Santos. A Faculdade de Direito da Bahia, herdeira

17. TELES DE CARVALHO, A. A. (2001). *Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira, 1934-1956*. Recife, UFPE, dissertação de mestrado. No primeiro livro de fôlego de Milton Santos, *Zona do cacaú* (1955), há o capítulo “Alimentação na zona canavieira”.

18. O preconceito racial atingiu mais fortemente os intelectuais afro-baianos, pois na Bahia a decadência da aristocracia rural do Recôncavo foi maior, levando seus filhos e netos a ocupar cargos públicos em Salvador e a ver com maus olhos os negros e mulatos que poderiam disputar as mesmas posições. Assim, A. Guerreiro Ramos leu na sua ficha policial em 1964, em IPM (inquérito policial militar) a que estava submetido, o registro de “mulato metido a sociólogo”, Gilberto Gil foi chamado de “negro boçal” por professor do tradicional Ginásio Marista de Salvador, assim como uma estudante de medicina podia ser mandada “para a cozinha, seu verdadeiro lugar” por arrogantes professores: OLIVEIRA, L. Lippi, *op. cit* e *Geosul*, n. 7. É interessante lembrar a relação entre a decadência da aristocracia rural brasileira e a transformação de parte de seus filhos em intelectuais críticos, como Caio Prado Júnior e Jorge Andrade em São Paulo, Nelson Werneck Sodré no Rio de Janeiro, Manuel Correia de Andrade e Chico de Oliveira em Pernambuco. As crises podem cegar, assim como podem abrir os olhos dos seres humanos da mesma camada social.

da rica tradição da Faculdade de Recife, era nos anos 1940 uma das melhores do Brasil. Para ingressar nela era preciso prestar exames de história da filosofia, história da literatura universal, história do pensamento econômico e político, geografia, português e latim. Não se tratava de um curso técnico, pois valorizava a formação geral e dava uma base humanística que nenhum outro oferecia na época. Os alunos sentiam que estavam num novo patamar, pois seus professores eram de alto nível intelectual e vários se tornaram conhecidos nacionalmente¹⁹.

Nestor Duarte foi o professor que mais impressionou e influenciou Milton, como tribuno, como homem de cultura e de caráter. Milton contava que Nestor Duarte, “em uma das aulas, abriu o debate e eu próprio lhe disse que ele estava falando mais alto e com mais vigor por ser professor”, como uma forma de protesto, o que levou à reação do professor: “Então você venha aqui para a minha mesa, mas não fique sentado, fique em pé em cima da mesa”. Nestor Duarte levava o exercício da liberdade do contraditório jurídico ao limite máximo²⁰.

A Faculdade de Direito ensinou a Milton o que era o padrão intelectual universitário e também lhe deu o preparo para o exercício do mando. Mas até o 2º ano do curso continuava residindo no Instituto Baiano de Ensino, onde ainda ministrava aulas de geografia. Naquela ocasião, a União dos Estudantes da Bahia teve sua sede invadida por alunos de extrema direita, visando impedir passeata estudantil, e assim Milton e outros líderes conheceram E. Simões Filho, diretor de *A Tarde*, que depois se tornou seu mestre de jornalismo, de política e de vida²¹.

19. Nestor Duarte (Introdução à Ciência do Direito), Aloísio de Carvalho Filho (Direito Penal), Orlando Gomes (Direito Civil), Luiz Viana Filho (Direito Internacional), Aliomar Baleeiro (Finanças), entre outros. Vários deles fizeram carreira brilhante na União Democrática Nacional (UDN), que em geral agrupava os neoliberais, tendo participado da última geração de políticos intelectuais que o Brasil produziu. Aliás, Luiz Viana Filho, estudioso, entre outros temas, da escravidão na Bahia, foi o último governador intelectual do seu estado, já sob os militares. SANTOS, M., depoimento à *Geosul*, *op. cit.*

20. Nestor Duarte (1902-1970) foi um intelectual democrata combativo, que fez carreira precoce e paralela de professor e político. Publicou importante e esquecida obra sobre a formação social brasileira ([1946] *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo, Cia Editora Nacional), em que discutiu questões referentes às especificidades do nosso feudalismo. Eleger-se deputado federal após a ditadura Vargas, apresentando em 1947 um projeto de reforma agrária no Congresso Nacional, temática que transformou em livro (1952). Foi líder da oposição ao governo Juscelino Kubitschek e líder do governo Jânio Quadros. Após 1964 foi um dos fundadores do Movimento Democrático Nacional (MDB), integrando seu diretório nacional. SANTOS, M., depoimento à *Geosul*, *op. cit.* e SOUZA, A. L., *op. cit.*

21. Depoimento de Milton Santos à *Geosul*, *op. cit.*

Durante o curso de direito, os alunos eram bombardeados pelas idéias neoliberais de desprezo pelo serviço público, mas Milton logo percebeu que seus professores nomeavam parentes e reservavam futuras vagas na própria faculdade, num jogo de nepotismo real, em choque com as “idéias” expostas. Dado seu espírito independente e considerando o mercado de trabalho bastante aberto, recusou-se a aceitar, depois de formado, convite do governador Octávio Mangabeira para trabalhar no funcionalismo público e resolveu prestar concurso para a cadeira de geografia do Colégio Municipal de Ilhéus, para onde foi em 1949, acrescido da representação do jornal *A Tarde* na Zona do Cacau, por decisão de E. Simões Filho.

Naquele momento, a formação de Milton Santos estava quase completa. Na verdade, faltava se formar geógrafo e conhecer mais intimamente os meandros da política. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundamental na primeira tarefa e o convívio com E. Simões Filho indispensável na segunda.

V

E. Simões Filho foi um dos mais brilhantes senhores feudais da política e do jornalismo da Bahia. Com longa experiência de derrotas e de vitórias, refinou a sabedoria e a fidalguia no trato com ricos e pobres. Conhecendo o poder da imprensa, procurava usá-lo, dentro de determinados limites, em benefício do interesse público da Bahia, exercendo um certo tipo de populismo à moda antiga²². Escolhia seus redatores principais com a rigorosa preocupação de qualidade intelectual e de caráter, outorgando-lhes grande dose de liberdade de

22. É provável que Guerreiro Ramos tenha, pioneiramente, se inspirado em alguns políticos nordestinos (E. Simões Filho, João Pessoa e outros) e nacionais (G. Vargas) para usar a expressão populismo na análise política brasileira. Os pesquisadores da USP e da UFRJ vieram depois, como nos estudos sobre os negros brasileiros.

23. E. Simões Filho (1886-1957) fundou em 1913 *A Tarde*, até hoje importante jornal da Bahia. Foi intelectual e político, tendo sido ministro da Educação do segundo governo Getúlio Vargas. Tinha temperamento vivo, tão a gosto da cultura nordestina, como ficou patente na resposta a provocações dos adversários que gritavam “Morra Simões Filho”, no aceso da luta, e que tiveram de escutar prontamente “Morra Simões Filho, mas viva a Bahia”. SOUZA, A. L., *op. cit.* Note-se que Maria Auxiliadora da Silva, *op. cit.*, considera que Milton Santos usou a experiência de *A Tarde* para criar o clima de funcionamento do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia, imbuído como Simões Filho do espírito

opinião. Estimulava e criava um clima de camaradagem, colaboração, fidelidade, coragem e combatividade, que o aproximava, assim como seus auxiliares, da figura de Dom Quixote²³.

Milton Santos ficou em Ilhéus de 1949 a 1952, exercendo o magistério, pesquisando a geografia da Zona do Cacau e remetendo regularmente colaborações ao jornal *A Tarde*, o que o tornou poderoso na região. Nos cursos de férias para professores no IBGE tomou conhecimento da AGB, que passou a freqüentar desde 1950, em Belo Horizonte, onde teve sua comunicação rejeitada, como ocorreu no ano seguinte. Acostumado a enfrentar dificuldades, voltou às pesquisas e assim seu trabalho foi aprovado na terceira tentativa. Além da edição baiana, *Zona do Cacau* foi incluída na coleção Brasiliiana em 1955, sob o apadrinhamento de Aroldo de Azevedo, chefe da geografia paulista. Foi sua primeira grande vitória como geógrafo.

O Encontro da União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro em 1956²⁴ permitiu o contato com Jean Tricart, o que levou a um relacionamento direto entre a Bahia e a Universidade de Estrasburgo, na França. Seu doutoramento em 1958 sobre *O centro da cidade de Salvador* colocou Milton Santos na ponta dos estudos de geografia urbana no Brasil, inspirando-se nas idéias de forma, função, estrutura e processo do espaço interno das cidades²⁵.

Tendo retornado a Salvador em 1953, intensificou sua colaboração jornalística como um dos editorialistas de *A Tarde*, além de ingressar na Universidade Católica. Com seu avanço nas pesquisas geográficas e com a força política do jornal, assumiu funções importantes na administração pública, como diretor da Imprensa Oficial (governo Juraci Magalhães) e chefe da Secretaria de Planejamento (governo Lomanto Júnior). Durante o governo Jânio Quadros, foi seu subchefe do gabinete civil e seu representante na Bahia, forçando o Banco da

missionário, romântico e iluminista de promoção da cultura e do bem público. Note-se, por outro lado, que depois do golpe militar ACM continuou a recrutar quadros intelectuais do PCB, mas num ambiente de decadência e degenerescência do feudalismo estadual.

24. Milton Santos assistiu, como muitos outros geógrafos brasileiros, ao curso de "Altos estudos geográficos" ministrado por P. Deffontaines, P. Monbeig, A. Cailleux, K. Troll, P. Birot e O. Ribeiro.

25. TRICART, J. ([s. d.]. *L'habitat urbain*. Paris, cdu), mudou os rumos da geografia urbana, levando a ênfase ao estudo da estrutura interna das cidades. No IBGE recebeu atenção especial de Lysia Bernardes, mas permaneceu desconhecido tanto na USP quanto na UFRJ.

Bahia e os demais a devolver aos plantadores de cacau o excesso de divisas obtidas com a variação cambial, assim como a concessionária estrangeira de eletricidade a devolver aos usuários o excesso cobrado nas contas. O quixotismo que acompanhou Milton Santos a vida toda se manifestou aí de maneira excepcional.

Amado e odiado, teve de impetrar mandado de segurança para fazer o concurso de livre-docência em geografia na Universidade Federal da Bahia, mesmo depois de ter sido presenteado pelo reitor Edgar Santos com o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Alegando que havia tido trabalhos rejeitados, que prejudicava o poder do eixo Rio–São Paulo na entidade e que era negro, alguns geógrafos aos quais começava a fazer sombra tentaram, sem sucesso, impedir em 1962 sua eleição para a presidência da Associação dos Geógrafos Brasileiros²⁶. Mas o seu “segundo exílio” veio rápido e colocou a Milton Santos a gigantesca tarefa de tentar renovar a teoria da geografia, tornando-o em escala mundial o nome mais importante da geografia humana na segunda metade do século xx.

VI

Milton Santos foi responsável pela produção de dois dos livros mais importantes sobre a teoria da geografia: *Por uma geografia nova* (1978) e *A natureza do espaço* (1996). É difícil dizer qual deles terá maior efeito sobre a produção das pesquisas na ciência geográfica. Tivemos oportunidade de apontar a importância excepcional do núcleo do pensamento de Milton Santos em *Por uma geografia nova*, destacando a descoberta do paradigma de formação socioespacial como básica para a geografia humana (MAMIGONIAN, 1996).

A idéia de formação socioespacial foi amadurecendo lentamente no pensamento de Milton Santos, inicialmente a partir das idéias de J. Tricart de análise do espaço geográfico, que teve oportunidade de aplicar pela primeira vez no seu estudo sobre *O centro da cidade de*

26. Após seu retorno ao Brasil, Milton Santos foi visto pelos geógrafos da “jovem guarda” como eclético e indigno de reassumir a presidência da AGB. Após sua consagração internacional, aqueles mesmos geógrafos, não tão jovens hoje, tornaram-se seus fanáticos papagaios de pirata. Estes geógrafos fazem hoje um grande esforço, apoiados nas pós-graduações, na CAPES, no CNPq etc., de constituição de um novo mandarimato, sob pressão da burocratização e da escassez de recursos, cada vez mais loteados entre si.

Salvador. Mais adiante, suas leituras de Lenin (*Quem são os amigos do povo*) levaram à explicitação da teoria da formação social, seguidas do acesso às análises concretas sobre a Rússia (Lenin) e Guiné-Bissau (Amilcar Cabral), além das leituras de debates do conceito (Althusser, Sereni, Luporini). Igualmente importantes foram as comparações entre os distintos ritmos de penetração do capitalismo na Venezuela e na Tanzânia (SANTOS, 2000).

A natureza do espaço não é uma simples continuação de *Por uma geografia nova*, não só por incorporar a idéia de revolução científica e tecnológica da sociologia soviética (P. Fedoseyev, R. Richta), também adotada no Brasil por Theotônio dos Santos, como também por afastar os conceitos de forças produtivas e relações de produção. É como se Milton Santos tivesse preferido a idéia de território à idéia de formação social, visando resolver a falta de estudos teóricos sobre o espaço. Mas cabe-nos perguntar se não são idéias que se completam.

É no debate sobre globalização que se percebe a radical diferença entre uma geografia combativa produzida na periferia e outra colonizada, produzida no centro do sistema e para servir aos seus interesses. Em Milton Santos há um combate radical ao imperialismo, sendo a globalização a sua etapa suprema, tão diferente da visão açucarada de D. Harvey (*Condição pós-moderna*) que nega a existência das relações centro-periferia. Milton Santos teve a coragem de apontar a China e a Índia como países inseridos de forma ativa na chamada globalização e afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista”²⁷.

É possível concluir que hoje no mundo é nas regiões atrasadas e nos países atrasados que é viável a sobrevivência dos intelectuais com raízes nacionais e populares como Milton Santos, pois a tendência ao pensamento único e a perda do espírito crítico levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

Referências bibliográficas

AGUIAR, M. Pinto de (1958). *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador, Comissão de Planejamento Econômico.

27. SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, e *Informe FFLCH* –1999-2001.

FURTADO, C. (1985). *A fantasia organizada*. São Paulo, Paz e Terra.

MAMIGONIAN, A. (1996). “A geografia e a formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, M. Adélia de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. (2000). *Território e sociedade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Milton Santos: o limite do intelectual de classe¹

Joel Rufino
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pode-se dizer que a trajetória desse geógrafo (1926-2001), formado em direito e vocacionado desde menino para a função intelectual, foi uma caminhada do acadêmico ao político. “Todas as disciplinas convergem para o político”, costumava dizer nos últimos tempos. Não que o jovem Milton Santos não tivesse feito política (já no tempo de estudante secundarista ou na aproximação com Jânio Quadros, a quem representou na Bahia, em seguida à sua renúncia, com a nova administração estadual), ou que não tivesse percebido o caráter político das disciplinas a que se dedicou – o direito, a filosofia, a geografia, a economia. É que não reconheceu, quando jovem, a função política dos produtores do saber acadêmico que tanto prezou.

1. A pedido do autor, este texto foi elaborado a partir de duas partes por ele fornecidas, no que tivemos a cooperação, na revisão final, da professora Ana Clara Torres Ribeiro. O presente texto foi submetido ao autor, que autorizou a publicação (M. Brandão).

Sua crítica da universidade não foi, portanto, radical até pelo menos o retorno (1977) do exílio na França (em 1964, após a prisão, o cônsul francês o ajudara a articular sua saída para a França, onde foi recebido pela Universidade de Toulouse).

Milton Santos, que, por ironia, só foi ouvido além-universidade quando lhe restavam poucos meses de vida, se inscreve na linhagem de Josué de Castro, Monteiro Lobato, Darcy Ribeiro – intelectuais irados, no dizer desse último. Felizmente, Milton Santos gozou dessa forma de reconhecimento preciosa aos intelectuais engajados que é prestarem atenção ao que propõe.

Pensador da geografia, Milton Santos ajudou a politizar, por dentro, uma disciplina que nascera com a marca colonial, submetendo-a à *vontade de explicação*, primeiro dos países pobres e, em seguida, dos pobres dentro dos países pobres. De início, criticou o caráter metropolitano da geografia para, em seguida, sistematizar uma contribuição teórica. Politizar a geografia significou tornar o território, agora nitidamente distinto do espaço, *campo inteligível* da luta social². Para isso, e sem receio de cunhar palavras e expressões, Milton Santos poria em circulação antigas e novas categorias. Procurou contribuir para fazer da geografia uma ciência social efetiva, casando o geral e o particular, a função e a forma, o natural e o social, o abstrato e o concreto, o lógico e o histórico³.

Na decifração da sociedade insistia na importância do lugar, noção complexa. Pode-se dizer, sumariamente, que em seus textos *lugar* define-se pelo encontro de duas coordenadas, uma vertical, dada

2. “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam [...] Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social.” SANTOS, Milton (2000). *Território e sociedade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 22-23.

3. “Cada vez mais as idéias de lugar e de localização, antes irmãs gêmeas, aparecem como divorciadas. Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcada pelas mesmas características geográficas e freqüentemente guardando o mesmo nome herdado. Isso é o seu lugar físico. Sua localização, isto é, seu lugar econômico e social (e político), está mudando, segundo uma lei que é a da nação como um todo. No caso brasileiro, tal mudança, rude e perversa, freqüentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local.” SANTOS, Milton (2002). *O país distorcido*. São Paulo, Publifolha, p. 22.

pelo sistema-civilização capitalista, e outra horizontal (que ele também denomina *espaço banal*), dada pelas formas de sociabilidade cotidianas e pela cooperação. *Lugar* não é um fragmento do espaço, como supõe o senso comum, mas a sua totalidade em movimento, que se afirma e se nega no evento, modelando um subespaço do espaço global. O lugar produz-se na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular⁴. *Lugar* permitiria a Milton Santos afirmar, entre outras conclusões, a necessidade de superação do economicismo que orienta a leitura da escassez, da desigualdade e da pobreza ao reconsiderar a categoria classe em particular para o caso brasileiro, definida pela sociologia acadêmica, até aqui, do ponto de vista econômico. E, por sinal, uma das críticas *públicas* mais veementes de Milton Santos, nos últimos tempos, vinha sendo ao economicismo dominante em nossa ciência social. Classe lhe parecia uma enteléquia, verdade essencial, mas de pouca valia explicativa⁵. No *lugar*, “residência da significação”, no dizer de Maria Brandão⁶, é que se dão o poder, o desejo, o afeto, a informação – a cultura, em suma. No lugar, portanto, eu diria, nascem os processos culturais autônomos com relação ao mercado e ao Estado. Com a categoria lugar a geografia pode ingressar no debate político contemporâneo.

Mas onde a categoria *lugar* se mostrou, nos termos do autor de *A natureza do espaço*, mais fecunda foi na consideração do mundo que o capitalismo contemporâneo criou. Na história da humanidade, os objetos e as ações, embora distintos, sempre estiveram juntos (assim

4. Milton Santos assume aqui as definições de M. L. Silveira e Ana Fani A. Carlos.

5. “Na vida de todos os dias, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também, sua dinâmica interna, na qual, de um modo ou de outro, todos agem sobre todos. [...] Talvez por aí se recuperem elementos de análise que substituam ou auxiliem o uso de noções como classes sociais etc.” *Ibidem*, p. 122.

6. “Em favor do lugar”. In: SOUZA, M. Adélia (org.) (1996). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p. 107.

7. “De fato, somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes. O resto da humanidade, em todos os países, vive e produz de uma outra maneira. [...] Essa velocidade exacerbada, própria a uma minoria, não tem nem busca sentido, serve à competitividade desabrida, coisa que ninguém sabe para o que realmente serve, de um ponto de vista moral ou social. Fruto das necessidades empresariais de apenas um punhado de firmas, tal velocidade põe-se a serviço da política de tais empresas.” SANTOS, Milton (2002). *O país distorcido*. São Paulo, Publifolha, p. 163.

como a forma e o conteúdo). No mundo atual, porém, se tornaram inextrincáveis. Os objetos já nascem ideologizados⁷, como se aos diferentes planos do real tivéssemos de acrescentar mais este: um plano interior. Todo objeto tende, hoje, ao hibridismo – cerveja, por exemplo, como ouvi num botequim do Rio, é cultura.

Onde esse hibridismo se tornou mais visível? No *lugar*, acreditava Milton Santos. Com efeito, vista de longe, a sociedade atual parece dominada pelos fluxos do tempo globalizado, o tempo do computador, onde a escala do tempo se mede em milissegundos e cada segundo é utilizado como instrumento de medida, visando acelerar a rotação do capital em escala global: “Tá dominado, tá tudo dominado!”, diz um *rap* de grande sucesso. Mas de perto, nos lugares, se descobrem fatos e contradições insuspeitados, regulados pelo tempo natural ou do relógio.

Descobre-se, por exemplo, o homem lento, ou melhor, a experiência da lentidão, em seus vínculos com a experiência da pobreza e o conhecimento ativo do território. O ponto de partida para a proposição dessa categoria é a compreensão da aceleração contemporânea como política e não como técnica. Em seu estado absoluto, a técnica jamais foi efetivamente experimentada; ao passar da ciência para a história, a técnica relativiza-se. Por isso, a velocidade hegemônica atual e tudo que vem com ela não são imprescindíveis embora sejam apreciáveis, naturalmente, como articulação de ciência e de técnica. Não se trata de ignorar a modernidade veloz, atitude impossível, mas de combiná-la com arcaicidades lentas, conforme as circunstâncias e no interesse social de cada lugar. Não se trata também de ignorar a globalização, mas de não a tomar como realidade unívoca, uma vez que a inteligência dita global é monopólio de algumas instituições internacionais (a Organização das Nações Unidas – ONU –, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI –, as igrejas globais etc.) e o exercício do trabalho global é privativo de firmas multinacionais. Milton Santos, em diversas passagens, insiste em ser o Brasil uma combinação peculiar de modernidade e arcaicidade, o que não é original. Seria possível, por exemplo, dispor da maior velocidade tecnicamente possível e não a usar, uma vez que a velocidade máxima só interessa ao grande capital.

O que seria o regulador dessa velocidade? A cidadania. Por meio dela, poderiam emergir os projetos do homem lento. Por oposição ao

homem veloz, escravo do tempo veloz (“Quanto mais se afirmam essas diversas vertentes da cidadania [social, econômica e política] maior é a garantia de que a ‘velocidade’ pode ser limitada, ao mesmo tempo que os benefícios da modernidade encontram possibilidade de uma difusão democrática”⁸). Esse homem lento não é, porém, necessariamente, o homem politizado, ele se confunde em parte com o pobre – o homem do conhecimento prático, como diz Milton Santos noutra altura. *Lugar*, no mundo atual, é onde a cultura (informação, ideologia, arte, crenças) se torna *interior*, se torna cotidiano, inseparável dos objetos e fatos – daí, entre outras consequências, a função ampliada do intelectual⁹. Na atualidade, a ideologia, para só tomar um aspecto da cultura, passou a ser, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência. Inscrita na estrutura do mundo assim como nas coisas é um fator constitutivo da história presente¹⁰. É assim que os objetos contêm a intenção humana. A intenção torna-se interior aos objetos, assumindo eventualmente, pelo menos para os grandes objetos, a posição de plano anterior à sua apropriação, ao seu uso¹¹. Lugar, igualmente, permitiria a Milton Santos situar a telerrealidade como produtora de mais-valia e, por via de uma geografia interdisciplinar, propor a ampliação contemporânea da função do intelectual. No espaço e no lugar que redesenhou, revitalizando a geografia, o intelectual adquire responsabilidade maior do que tivera antes.

Milton Santos foi um intelectual combativo. Toda a sua obra, desde *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965) até *A natureza do*

8. SANTOS, Milton (2002). *O homem distorcido*. São Paulo, Publifolha, p. 165.

9. Em *Técnica espaço tempo*, buscando redefinir meio técnico-científico, divide-o em *tecnosfera* (resultado da crescente artificialização desse meio) e *psicosfera* (o resultado das crenças, dos desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo). Psicosfera é um outro nome do que chamo *plano anterior*, como se aos diferentes planos do real tivéssemos de acrescentar mais esse. Na civilização capitalista atual esse plano anterior é cada vez mais interior aos objetos [ver *A natureza...*, p. 204].

10. “Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de ‘realidade’ e ‘ideologia’. É assim que a história se faz.” SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996, p.102.

11. Uma objeção: os grandes objetos não se mostrariam no lugar, mas apenas os pequenos.

espaço: técnica e tempo, razão e emoção (1996), ainda que heterogênea e desigual, revela preocupações éticas e políticas. Não aceitava a geografia marginalizada do debate político nacional.

De volta ao Brasil, Milton Santos passou a considerar a universidade um lugar decisivo para entender o país¹² e, consequentemente, para elaborar estratégias a ser universalizadas pelos partidos políticos (que ele considerava indispensáveis à disputa política brasileira, mas não na forma atual). Diante de uma nação por concluir, e num contexto desfavorável, se torna filisteu (a expressão é minha) o professor que não assume a função de intelectual¹³. Milton Santos via essa baixa-estima como reação ao processo geral de globalização, não como uma idiossincrasia pouco explicável dos professores brasileiros¹⁴, tanto que o filisteísmo sempre viria de braços dados com a burocratização da universidade, certa tendência a transformar o professor em cumpridor de normas e regras, a sua *bedelização*; a norma, na sua opinião, é precisamente o oposto do trabalho intelectual¹⁵.

Há uma distinção entre saber e conhecimento que vale para os indivíduos isoladamente, para as instituições, para as disciplinas acadêmicas e para os países. Uma universidade só realiza a sua finalidade quando intercambia com outra. Por que a velha repartição da universidade em faculdades, escolas, institutos, centros de estudo e de pesquisa freqüentemente emperra a sua produção intelectual, senão porque os departamentos acabaram se fechando sobre si próprios como baias? Quanto ao pequeno prestígio científico que desfrutamos como país, se

12. Milton Santos foi reintegrado à Universidade da Bahia, em que se formara, apenas em 1995.

13. “Desse modo, um grave obstáculo a que se instale um processo de reflexão consequente é o contraste crescente, na Universidade, entre os seus grandes momentos e esse cotidiano tornado miserável pela ameaça já em marcha de uma gestão técnica e racionalizadora, que leva ao assassinato da criatividade e da originalidade.” SANTOS, Milton (1997). *Técnica espaço tempo*. São Paulo, Hucitec, 3^a edição, p. 26.

14. “Esse é o problema: opor à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as idéias que permitem mudar o mundo.” SANTOS, Milton (2000). *Território e sociedade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2^a ed., p. 10.

15. “Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo. Há, portanto, um novo totalitarismo que, todavia, se apresenta como um convite a fazer as coisas bem feitas, ordenadas. É um ritmo infernal que se impõe.” *Ibidem*, p. 11.

deve a sermos meros importadores de saberes, só excepcionalmente oferecendo aos outros o que é nosso saber específico. Milton Santos foi crítico duro dessa importação acrítica.

Há, por fim, um outro grave sintoma da crise da universidade que Milton Santos, como tantos observadores, também aflorou: o abandono do aluno. A tendência, em nosso caso, é a de os programas de pós-graduação determinarem os de graduação. Currículos, avaliação, bibliografia etc. da graduação acabam engessados pelos da pós-graduação. Obcecados pela sua pesquisa e questões teóricas, cabíveis apenas no nível acadêmico mais alto, mestres desprezam a graduação, tentando metê-la numa camisa-deforça. Organizados, assim, de cima para baixo, nossos cursos de graduação em ciências humanas se transformam em fábricas de frustrações. A razão de tudo isso – mas talvez Milton Santos não concordasse – está na função que se designa aos professores universitários: prestidigitadores socialmente do conhecimento, sem responsabilidade social. Muitas mazelas do nosso ensino universitário resultam desse niilismo a que chegou a maioria, talvez, de nossos professores, preocupados todo o tempo com salários, relatórios, prazos de pesquisa, gratificações e currículos.

Foi também de volta ao Brasil que Milton Santos enfrentou explicitamente o problema racial. A habilidade intelectual, especialmente valorizada na Bahia de 50 anos atrás, lhe havia assegurado um lugar tranquilo naquela elite intelectual e política. Primava pelo bem falar e bem vestir, o que permite, na tradição brasileira, “esquecer” a cor. Seu caso é semelhante ao de Guerreiro Ramos, que gozou de prestígio como sociólogo aí por 1960 – a diferença é que Guerreiro eventualmente podia passar por branco, Milton não. Ambos se recusaram a ver o negro como raça, um equívoco elementar que criticavam, uma prisão que somente interessava aos racistas. Recusando-se ao *racialismo* – crença na função heurística da raça, racista ou anti-racista – foram levados a categorizar o negro socialmente. Pode-se dizer que para ambos o negro era um lugar social, uma configuração criada por coordenadas como cor, situação social, patrimônio cultural, origem histórica, opção ideológica e, enfim, autodefinição. Desde este lugar, olhava teoricamente a questão do negro e se posicionava, quando provocado, sobre o racismo e a discriminação.

Milton Santos atingiu o limite da *consciência possível* desde o seu lugar social. Instrumentalizado desde criança para bem utilizar

as regras burguesas que o tornassem “alguém na vida” (numa cidade animista como Salvador, dizia nada ter sabido da *tradição dos orixás* até adulto), Milton se deixou acalentar por ilusões de classe – por exemplo, a de remissão dos negros pelos títulos e saber acadêmico e a de sua valia pela distinção pessoal. Alargou seus limites ao estudar sistematicamente e se aproximar de Marx e dos existencialistas, durante o auto-exílio europeu, mas a partir daí só avançaria se questionasse o edifício inteiro de suas *crenças*. Provavelmente percebeu isso, se aproximou nos últimos anos de intelectuais dos pobres, como aqueles *rappers* da periferia paulista.

A geografia nova de Milton Santos (1975-2001)*

Pedro de Almeida Vasconcelos
Universidade Federal da Bahia

Da vasta produção acadêmica deixada por Milton Santos, que contabiliza a publicação de mais de 40 livros e 300 artigos, serão comentados os principais textos editados a partir de 1975, tendo em vista o impacto que eles tiveram na transformação da geografia brasileira. Deve-se considerar ainda que a sua rica e original produção de noções, categorias e conceitos resultou num conjunto teórico articulado, que colocou a geografia nos limites de uma filosofia do espaço.

Este texto se apoiará, sobretudo, nas leituras anteriormente realizadas, nas entrevistas disponíveis e no livro editado em sua homenagem, em 1996, que conta com 65 depoimentos, além do seu *curriculum vitae*.

(*) Extrato de artigo publicado originalmente na revista *Afro-Ásia*, 25-26 (2001), 369-405.

O exílio e os estudos sobre o Terceiro Mundo

Em 1964, Milton Santos foi exilado, seguindo para Toulouse, França, dando início a sua carreira internacional. O exílio foi de fundamental importância para ele, pois, segundo suas palavras, “o fato de haver perdido a empiricidade do meu país é que me levou a essa preocupação teórica” (YÁZIGI, 1996, p. 425). Por outro lado, a sua estada no exterior foi excepcionalmente rica, tendo vivido experiências acadêmicas, em contextos bastante diversificados, tanto em países centrais, da Europa (França) e da América do Norte (Canadá e Estados Unidos), como em países periféricos, da América do Sul (Venezuela e Peru) e da África (Tanzânia), o que o levou a conviver com colegas de várias nacionalidades e a participar de congressos internacionais, o que enriqueceu também o seu domínio de várias línguas. Sua permanência no exterior também permitiu aprofundar seus estudos. Numa entrevista, revelou os autores estrangeiros que mais o influenciaram: na geografia, J. Trikart e P. George; na filosofia, J.-P. Sartre e Whitehead; na sociologia, Durkheim e Gurvitch, além de K. Marx (*Ibidem*, p. 412).

Entre a produção realizada no exterior, destaca-se a publicação, em 1975, de um dos seus livros mais importantes, *L'espace partagé*, resultado de mais de oito anos de preparação, já tendo publicado, em 1972 e 1973, artigos sobre esta temática. O livro foi depois traduzido para o português e o inglês. É dividido em quatro partes. Milton Santos informa, inicialmente, que busca uma teoria do espaço e da urbanização para o Terceiro Mundo (p. 9). A primeira parte introduz a questão dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. O circuito inferior, para o autor, seria constituído por “formas de fabricação de não ‘capital-intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (p. 31). A segunda parte é sobre o circuito superior; a terceira, a mais interessante, trata especificamente do circuito inferior. A última parte é mais complexa, pois é sobre o espaço dividido, sendo discutidos dois tipos de industrialização e dois subsistemas urbanos. Milton Santos se opunha ao conceito de setor informal, que contou com o apoio das agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (oit), mas que tratava parcialmente o problema.

No ano de 1977, Milton Santos editou dois números da importante revista *Antipode*, o primeiro, *Underdevelopment in the Third*

World: I, Socio-Economic Formation and Space, de fevereiro de 1977, e o segundo com o mesmo título e com os subtítulos *II, Mode of Production and Third World Urbanization*, e *III, Geography and Planning*, em dezembro de 1977, tendo contado com a colaboração de R. Peet (PEET, 1996, p. 164-168). O primeiro texto é considerado por Armen Mamigonian, como “o mais importante texto teórico de Milton Santos” (MAMIGONIAN, 1996, p. 198). De fato, trata-se da incorporação à geografia da categoria marxista de formação social, que será desdobrada posteriormente em formação socioespacial.

O retorno ao Brasil e os estudos teóricos e em escala global

Milton Santos voltou para o Brasil em 1977. Em 1978 participou da famosa reunião da AGB em Fortaleza, espécie de “divisor de águas” que mudaria os rumos da geografia brasileira com a entrada da corrente da “geografia crítica”, que punha em xeque o paradigma dominante, neopositivista. Nesse ano foram lançados quatro livros seus em português. O primeiro, um dos seus mais importantes, *Por uma geografia nova*, cujo subtítulo é revelador: *Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. O livro, que foi posteriormente traduzido em francês e espanhol, deveria ser o primeiro volume de uma série de cinco livros, e tornou-se um marco na geografia brasileira, revolucionando a disciplina estabelecida. É composto por três partes e conta com 18 capítulos. Na primeira parte, “Crítica da geografia”, Milton Santos faz uma revisão crítica da geografia clássica, da *New Geography* e da geografia da percepção, concluindo com um texto sobre a geografia como “viúva do espaço”, metáfora para indicar o abandono do espaço pelos geógrafos dessas correntes. Na segunda parte, “Geografia, sociedade, espaço”, ele afirma que o objeto da geografia é o espaço social (p. 115), define o conceito de espaço como “um conjunto de formas, [...] por uma estrutura representada por relações sociais [...] que se manifestam através de processos e funções” (p. 122). Na terceira parte, “Por uma geografia crítica”, menciona as noções de universalização perversa (p. 170) (que antecipa a de globalização); a de totalidade; a de formação social, que possibilitaria o estudo de uma sociedade precisa (p. 198); a do espaço visto como acumulação desigual dos tempos (p. 209) e a de tempo.

O segundo livro foi a tradução em português do seu livro editado em 1971 (*La métier du géographe en pays sous-développés*, Paris, Ophrys), com o título *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. O terceiro foi o livro *Pobreza urbana*, com uma rica bibliografia, lançado em concorrido seminário realizado em Recife, com o mesmo nome. O livro é dividido em duas partes. Na primeira, o autor trata da questão da pobreza de forma crítica, em cinco capítulos. O primeiro é sobre a dificuldade de definir a pobreza; o segundo critica as explicações parciais da pobreza urbana por meio da explosão demográfica e do êxodo rural, da falta de capital doméstico, da “cultura da pobreza” e o debate entre crescimento e desenvolvimento. O terceiro capítulo é sobre as questões da marginalidade e da bipolarização e trata dos dois circuitos da economia urbana. No quarto capítulo é efetuada a comparação entre o circuito inferior e o “setor informal”. O último capítulo trata das relações entre as teorias do desenvolvimento e a pobreza, concluindo com as questões do consumismo e do igualitarismo. A segunda parte é composta por uma bibliografia internacional, contando com o detalhado levantamento de 883 títulos. Finalmente, o quarto livro foi a tradução para o português de um título de 1975, *O espaço dividido*. O impacto dessas publicações na geografia brasileira foi enorme.

Em 1979 foram lançados três livros. *Economia espacial: críticas e alternativas* reúne as traduções de vários estudos realizados no período de 1970 a 1977. No último capítulo, denominado “A totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas geográficas”, o autor já discute as noções de estrutura, função, forma e processo (p. 163). O segundo livro é *Espaço e sociedade*, com dez capítulos, dos quais se destacam o primeiro, que é a tradução do importante artigo sobre a formação social, publicado na revista *Antipode*, vol. 1, n. 9, e o quinto, “A discussão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos”, que corresponde ao texto apresentado no Encontro da AGB, em 1978. O terceiro foi a tradução inglesa do seu livro de 1975, *The Shared Space: the Two Circuits of the Urban Economy and its Spatial Repercussions*. Ainda em 1979, Milton Santos publicou o texto “Do espaço sem nação ao espaço transacionalizado”, no livro editado por H. Rattner, em que teria elaborado a primeira formulação sobre o Brasil a partir do comando exercido por São Paulo sobre todo o território nacional (SANTOS, 2000b, p. 117).

Em 1980, Milton Santos publicou *A urbanização desigual*, que corresponde à tradução da quarta parte do livro *Les villes du Tiers Monde*, de 1971. No ano seguinte, foi publicada a tradução em português do seu curso de 1969, após atualização, com o título de *Manual de geografia urbana*, pela Hucitec, e, em 1982, foram publicados dois livros. O primeiro, *Pensando o espaço do homem*, é composto por três capítulos, com textos de 1977 a 1980, quando já trata das noções de “período técnico-científico” (p. 11), e das categorias forma, estrutura e função, momento em que cita o filósofo Henri Lefèvre (1984). No segundo, *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*, composto por dez capítulos, Milton Santos trata da noção de “metrópole incompleta”, ou seja, metrópoles que contariam com a maioria dos serviços essenciais, mas das quais estariam ausentes as indústrias de base e certos serviços (p. 37). Nesse ano ainda Milton Santos organizou um livro que teve muita repercussão, *Novos rumos da geografia brasileira*, formado por 12 capítulos, com textos de vários autores da corrente crítica da geografia, sendo dois do organizador. No capítulo sétimo, “Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia”, ele trata da necessidade do trabalho empírico, da incorporação da teorização, de ser contra o dogmatismo e contra o congelamento dos conceitos, e conclui destacando “real-total” como uma categoria essencial, ou seja, dever-se-ia partir do real para entender a totalidade, e por outro lado só a totalidade permitiria a correta noção da realidade. O capítulo 12 tem o mesmo título do livro, e traz a forte proposta de “construir um pensamento geográfico que, nascido no Brasil, seja universal” (p. 217). Todos os livros foram publicados pela mesma editora. Outro livro importante desse ano foi o editado por Ruy Moreira, com o título *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*, cujo primeiro capítulo foi escrito por Milton Santos, “Geografia, marxismo e subdesenvolvimento”, tradução do texto publicado na revista *Antipode*, vol. 6, n. 3, de 1974, no qual ele considera adequado o método dialético (p. 18), e também ataca a “revolução quantitativa” ocorrida na geografia, considerada como um “dogmatismo científico”.

Em 1985, Milton Santos lançou um livro eminentemente metodológico, *Espaço e método*, com nove pequenos capítulos. Inicialmente o espaço é considerado como um sistema de sistemas (p. 14). A noção de “meio técnico-científico” é discutida, e as de “estrutura, processo,

forma e função” são definidas como categorias do método geográfico (p. 49). Este livro foi posteriormente traduzido para o francês e o espanhol. Nesse ano foi publicada na França a tradução do seu livro de 1978, *Pour une géographie nouvelle*.

Em 1986, Milton Santos editou, na mesma coleção da Nobel, em conjunto com Maria Adélia de Souza, mais dois livros coletivos, o primeiro, *A construção do espaço*, com nove capítulos, sendo o oitavo de sua autoria, sobre os “Circuitos espaciais da produção: um comentário”, no qual o autor faz a análise de um modelo regional, aplicado na Venezuela. O segundo, *O espaço interdisciplinar*, formado por oito capítulos, foi escrito por autores de diversas disciplinas com interesse no espaço. Também em 1986 foi traduzida para o espanhol parte do livro do ano anterior, *Espacio y método*.

Em 1987, Milton Santos publicou o livro *O espaço do cidadão*, com 14 capítulos, tratando da questão da cidadania pelo ângulo da geografia (p. 2). Encontramos a noção de espaço como um conjunto de fixos e fluxos (p. 113), e a de território, visto como conjunto de lugares (p. 121). Destacam-se o capítulo quatro, “O espaço sem cidadãos” e o capítulo 13, “Espaço e cidadania”.

Em 1988, publica o livro *Metamorfoses do espaço habitado*, concebido como uma continuação de *Por uma geografia nova* (p. 9). O livro é composto por dez capítulos e o autor passa a tratar, sobretudo, de questões na escala mundial, apresentando as noções de mundialização perversa (p. 17), de globalização (p. 31), de paisagem como domínio do visível (p. 61) e de configuração territorial (p. 75). Foi destacado por um geógrafo espanhol o trecho de Milton Santos segundo o qual “la crítica tenía que ser analítica y no sólo discursiva” (PANADERO MOYA, 1996, p. 449). Esse livro foi traduzido para o espanhol em 1996.

Em 1989, Milton Santos realizou a conferência “Tendências da urbanização brasileira no fim do século xx”, no 1º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, na qual anteciparia os estudos que estava realizando e que seriam publicados no livro de 1993. Neste texto, publicado em 1984 e editado por Ana Fani A. Carlos, ele avança a noção de “flexibilidade tropical”, ou seja, flexibilidade em conseguir trabalho, em contraponto à flexibilidade oriunda do progresso tecnológico (p. 26). Nesse mesmo ano, foi publicada sua primeira entrevista importante, na revista *Geosul*, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 1990, foi publicado o livro *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, no qual começa a discutir a metrópole paulista. Com cinco capítulos, o primeiro é sobre o tamanho da cidade, a especulação e os vazios urbanos; o segundo é sobre a ocupação periférica e a reprodução do centro; o terceiro trata da interessante idéia da imobilidade relativa dos pobres (p. 90) e da fragmentação da metrópole, com destaque para a questão dos transportes; o quarto é sobre a crise fiscal e a metrópole corporativa; e o último trata das tendências e do futuro, quando comenta que, se os gastos públicos fossem mais socialmente orientados, e os salários não fossem tão baixos, parte dos problemas teria solução (p. 111). No mesmo ano, saiu a tradução espanhola do seu livro de 1978, *Por una geografía nueva*, e a versão francesa do livro de 1985, *Espace et méthode*.

Em 1992, ele organizou e presidiu o Encontro Internacional “O Novo Mapa do Mundo”, na USP, que contou com a presença de geógrafos de todos os continentes, e resultou na publicação de quatro livros, com um total de 112 trabalhos publicados.

Em 1993, ele publicou o livro *A urbanização brasileira*. Neste livro, uma obra de síntese com 13 capítulos, o autor examina a questão da urbanização mediante o uso de estatísticas comparativas. Destaca-se o uso dos conceitos “Meio técnico-científico-informacional” (p. 35), do par “tecnosfera e psicosfera”, resultantes do meio técnico-científico (p. 47), e o de “involução metropolitana” (p. 55), referência ao desenvolvimento mais rápido das cidades médias em relação às grandes metrópoles. Nesse mesmo ano, Milton Santos começou a editar os livros resultantes dos encontros internacionais, difundindo uma importante produção sobre a nova temática da globalização: edita com Maria A. de Souza, F. Scarlato e M. Arroyo quatro livros, sendo três em 1993. O livro *Fim de século e globalização* é composto por 26 capítulos, e tem como capítulo inicial o seu próprio, sobre “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”, que corresponde à conferência de abertura do encontro. O segundo, *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*, que conta com 25 capítulos, reunidos em torno da temática, e o terceiro, *Globalização e espaço latino-americano*, com textos voltados ao contexto latino-americano. O quarto livro, editado apenas em 1995, *Problemas geográficos de um mundo novo*, também com textos apresentados no seminário internacional.

No ano de 1994, publicou o livro *Por uma economia política da cidade*, como uma continuidade do livro de 1990, sobre a metrópole paulista. O livro é composto por cinco capítulos, sendo o primeiro sobre a primazia de São Paulo metrópole; o segundo, sobre São Paulo como metrópole internacional do Terceiro Mundo, no qual comenta a mundialização dos lugares (p. 17). O terceiro é sobre a questão da região que cresce mais que a metrópole, no caso o interior paulista; o quarto, sobre a involução metropolitana e a economia segmentada, e o quinto tem o mesmo título do livro.

Ainda em 1994, publicou *Técnica, espaço, tempo*, pela mesma editora, dividido em cinco partes, com 15 capítulos, com destaque para a discussão dos pares “globalização e fragmentação” (p. 35) e “sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 90), assim como a interessante noção de “tempo lento”, que seria o tempo dos socialmente mais fracos (p. 81). O livro se conclui com dois capítulos resultantes de duas entrevistas, uma das quais realizada em 1991. Nessa última entrevista, o autor criticou a utilização fixa dos conceitos marxistas (p. 172), comentou o papel do Estado e concluiu com a possibilidade de trabalhar com a noção de cotidiano (p. 184). Editou também, juntamente com Maria A. de Souza e Maria L. Silveira, o livro *Território, globalização e fragmentação*, resultado de seminário internacional realizado em 1993, composto por 23 capítulos, sendo o capítulo inicial de sua autoria, com o título “O retorno do território”, que corresponde à conferência de abertura, no qual introduz a noção de “território usado” como sinônimo de espaço habitado, juntamente com o par “horizontalidade e verticalidade”, discriminando os territórios como lugares contíguos e lugares em redes (p. 16). O lugar é visto “como a sede de resistência da sociedade” (p. 19).

Em 1996, Milton Santos publicou o seu livro mais importante, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, coroando seu pensamento teórico, resultante de um longo processo de estudos e reflexão. A obra recebeu o Prêmio Jabuti de 1997 como o melhor livro do ano em ciências humanas. O livro é composto por quatro partes. No prefácio, o autor informa que a redação teria sido iniciada em 1994, com pesquisas nos Estados Unidos e na França (p. 11). Porém, a pesquisa teria atravessado quase um quarto de século (p. 15). Logo na introdução, a noção de espaço é reafirmada como um conjunto

indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (p. 18). O espaço teria as seguintes categorias internas: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Por outro lado, os recortes espaciais seriam a região, o lugar, as redes e as escalas (p. 19). A primeira parte, “Uma ontologia do espaço: noções fundadoras”, é composta por três capítulos. No capítulo primeiro, são tratadas as questões da natureza e do papel das técnicas. No segundo, o espaço é analisado como sistemas de objetos e sistemas de ações, que substituem o antigo par formado por fixos e fluxos (p. 50). No terceiro capítulo, discutem-se a intencionalidade e a inseparabilidade entre a ação e o objeto, e a diferenciação entre espaço e paisagem, na medida em que o espaço, além das formas, inclui a vida que as anima (p. 83). A segunda parte, “Produção das formas-conteúdo”, é composta por três capítulos. O quarto capítulo trata da noção de totalidade, ou seja, a realidade em sua integridade (p. 94). O quinto trata da diversificação da natureza, ou mundo natural, comparada com a divisão territorial do trabalho, que é considerada como o motor do movimento da sociedade. No sexto capítulo o tempo, empiricizado, concreto, é analisado a partir dos eventos. Na terceira parte, “Por uma geografia do presente”, o autor começa pela análise do sistema técnico atual, no capítulo sétimo; segue uma discussão da produção da inteligência planetária, na qual inclui a globalização financeira, no capítulo oitavo. O exame dos objetos, das ações e das normas no momento atual é realizado no capítulo nono, e a passagem do meio natural ao meio geográfico, como meio técnico-científico, no décimo capítulo, no qual são discutidas desde a crise ambiental à tecnosfera e a psicosfera. A geografia das redes, resultado das técnicas atuais, é analisada a seguir, sendo comentados os tempos rápidos e lentos, o global e o local, no capítulo 11, seguido das horizontalidades, ou seja, os espaços de contigüidade, e as verticalidades, vistas como espaços de fluxos, no capítulo 12, e conclui com os espaços de racionalidade hegemônica, no capítulo 13. A última parte, “A força do lugar”, é composta por dois capítulos. O 14 trata das relações entre o lugar do cotidiano, e o último capítulo, o 15, é sobre a ordem universal e a ordem local. O autor conclui que a ordem global seria “desterritorializada”, na medida em que separa a ação, enquanto a ordem local se “reterritorializa” na medida em que é

o espaço banal (p. 272), ou seja, “cada local sendo objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (p. 273). O livro se conclui com uma respeitável bibliografia de 570 títulos. Este livro foi recentemente traduzido para o francês e o castelhano.

Para comemorar os 70 anos de Milton Santos, Maria Adélia de Souza organizou o livro *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*, lançado no encontro internacional com o mesmo título, que contou com 65 capítulos redigidos em sua homenagem por geógrafos e colegas de outras disciplinas. Outros autores enviaram textos, cada um dando seu depoimento sobre o autor ou sobre sua obra¹.

Outro livro, *Ensaios de geografia contemporânea*, foi editado, em 1996, por Ana Fani A. Carlos, reunindo trabalhos de estudantes de pós-graduação da USP, em homenagem a Milton Santos.

Ainda em 1996, foram lançados os livros *De la totalidad al lugar* e *Metamorfosis del espacio habitado*, cujo original é de 1988.

No ano 2000, Milton Santos publicou o livro *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. É um livro-manifesto, composto por seis partes e 30 pequenos capítulos, e se dirige ao público geral. A ênfase do livro é o papel da ideologia na atual globalização (p. 14). Na primeira parte, a globalização é tratada como uma fábula (fantasia), como uma perversidade, e é indicada a possibilidade de uma outra globalização, levada a cabo pelos subalternos. Na segunda parte, o autor trata do processo de produção da globalização, a partir das condições da unicidade técnica atual, da unicidade do tempo e da mais-valia universal, que funcionaria como motor único. Na terceira parte, é tratado o processo da globalização perversa, a partir da maneira como a informação é ofertada, do dinheiro como motor da vida econômica e social, da competitividade e do despotismo do consumo. Milton Santos propõe a noção de “globalitarismo”, ou seja, a combinação de globalização com totalitarismo, e ainda comenta a política dos estados e das empresas, e as diferentes formas de pobreza, resultantes do processo. A quarta parte é sobre o território do dinheiro e a fragmentação, na qual Milton Santos discute a compartimentação

1. Participaram da pesquisa para a montagem do livro, além de Maria Adélia de Souza, Milton Santos Filho, Maria Auxiliadora da Silva e George Benko: Souza, Maria Adélia de (org.). (1996). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, p.14.

e a fragmentação do espaço, as verticalidades e as horizontalidades e a esquizofrenia do espaço, por meio da presença das irracionais, mais numerosas que as racionais, sobretudo nas cidades (p. 115). Na quinta parte, são propostos limites à globalização perversa, sobretudo no que se refere ao papel mais atuante dos pobres e à metamorfose das classes médias. Na última parte, “A transição em marcha”, Milton Santos é mais otimista e considera a globalização como reversível, apostando na utopia de um novo mundo possível.

Nesse mesmo ano, foi publicada uma longa entrevista, em forma de livro, intitulada *Território e sociedade*, também muito rica em informações. Na primeira parte, “O território da geografia”, são discutidos temas como ecologia e natureza; técnica, teoria e utopia; metadisciplina, cidade e campo; os pobres e a ruptura. Na segunda parte, “O território da vida”, a discussão é sobre o percurso do entrevistado. Ainda no ano 2000, foi publicado *La nature de l'espace*, tradução do livro de 1996.

Finalmente, sua última publicação, *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*, é um alentado balanço sobre a sociedade e o território brasileiros, escrito em conjunto com Maria Laura Silveira, em que se buscou aplicar as categorias teóricas apresentadas em *A natureza do espaço* ao território brasileiro (SANTOS, 2000b, p. 116). Aqui se visa oferecer ao leitor comum uma interpretação geográfica e, aos estudiosos, um guia de trabalho (p. 11-12). O livro consta de duas grandes partes, com 14 capítulos e oito estudos de caso, em anexo. A primeira parte, “O território brasileiro: um esforço de análise”, é composta por nove capítulos. No primeiro capítulo é discutido o uso do território, sendo este entendido como “extensão apropriada e usada” (p. 19). No segundo capítulo os autores tratam da passagem do meio natural brasileiro para o meio técnico-científico-informacional. No terceiro capítulo, com o título “Construção do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade do território”, são comentadas as principais infra-estruturas implantadas no território brasileiro, assim como a questão da pesquisa e da tecnologia. O quarto capítulo é dedicado à questão da informação e do conhecimento do espaço geográfico. No quinto capítulo é discutida a reorganização produtiva do território, por meio das questões da “descentralização” industrial, da guerra dos lugares e das especializações territoriais, concluindo com

a abordagem da “região concentrada”, que corresponderia às atuais regiões Sul e Sudeste. O sexto capítulo trata dos atuais círculos de cooperação, como consequência dos circuitos espaciais de produção, e examina o abastecimento, o comércio e a topologia (localização) de 11 grandes empresas que atuam no território nacional. O sétimo capítulo, “Por uma geografia do movimento”, trata dos fluxos aéreos, ferroviários, rodoviários e aquaviários. O oitavo capítulo é sobre o atual sistema financeiro e a “financeirização” da sociedade e do território. No nono capítulo são tratados a distribuição da população, o consumo e os níveis de vida. A segunda parte, “Um esforço de síntese”, conta com cinco capítulos. No décimo capítulo é discutida a categoria “território utilizado”, que inclui, além da natureza, a ação humana, e que revelaria as ações passadas e presentes (p. 247). No capítulo 11, são examinados o passado e o presente do território brasileiro, ou seja, a história do território. O capítulo 12 é sobre as diferenciações do território com as discussões de espaços de rapidez e de lentidão, de espaços luminosos e opacos, de espaços que mandam e que obedecem, concluindo com a proposta de uma nova divisão do território brasileiro em quatro regiões (Região Concentrada, Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia) (p. 268). O capítulo 13 é sobre “Urbanização: cidades médias e grandes”, com a discussão dos atuais papéis das cidades médias e das metrópoles brasileiras. O capítulo 14 se intitula “Uma ordem espacial: a economia política do território”, no qual são sintetizados os resultados dos estudos efetuados sobre o território brasileiro, com questões sobre as divisões do trabalho superpostas, de um espaço corporativo a partir da lógica das empresas e do uso competitivo do território.

Um destaque pode ser dado à utilização da cartografia (82 mapas), que permite visualizar a espacialidade dos fenômenos examinados e que confirma a concentração espacial no Sudeste, sobretudo em São Paulo. A bibliografia, que conta com 202 títulos, é muito rica e atualizada, composta sobretudo de trabalhos sobre o Brasil. Oito estudos de caso são anexados ao trabalho, elaborados por Marcos Xavier, Cilene Gomes, Fabio B. Contel, Soraia Ramos, Eliza Almeida, Lídia Antongiovanni, Adriana Bernardes e Maria Angela F. P. Lopes, que mostram os resultados da orientação efetuada por Milton Santos, na USP, indicando a convergência temática alcançada.

Conclusões

Para concluir, um levantamento das principais noções, categorias e conceitos criados ou revisados pelo autor pode nos dar uma idéia da riqueza do referencial teórico produzido por Milton Santos e da sua inquietação intelectual: circuito inferior e circuito superior; configuração geográfica; estrutura, forma, função e processo; formação socioespacial; fixos e fluxos; horizontalidades e verticalidades, meio técnico-científico-informacional; psicosfera e tecnosfera; rugosidades; sistemas de objetos e sistemas de ações; território ocupado; entre outros. Além da questão teórica, é necessário destacar seu posicionamento político contra o pensamento único e a globalização e em defesa dos pobres e dos lugares subordinados.

Outro aspecto a destacar na carreira de Milton Santos é a do grau de reconhecimento nacional e internacional, representado no prêmio internacional Vautrin Lud, nos 14 títulos de doutor *honoris causa*, na participação em comitês de redação de revistas de vários países, assim como nos convites para realizar conferências e pesquisas em mais de 20 países, além de na participação como consultor em órgãos internacionais (SOUZA, 1996, p. 486-487).

Bibliografia selecionada de Milton Santos

1. *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays saus-développés* (1975). Paris, Editions Librairies Techniques M.-Th. Génin; *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1978). Rio de Janeiro, Liv. Ed. Francisco Alves; *The Shared Space: the Two Circuits of the Urban Economy in Underdeveloped Countries* (1979a). London, Methuen.
2. *Underdevelopment in the Third World: I, Socio-Economic Formation and Space. Antipode* (1977a), vol. 9, n. 1, Worcester, Massachusetts, Feb.
3. *Underdevelopment in the Third World: II, Mode of Production and Third World Urbanization; III, Geography and Planning. Antipode* (1977b), vol. 9, n. 3, Worcester, Massachusetts, Dec.
4. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978). São Paulo, Hucitec/Edusp; (1985). *Pour une géographie*

nouvelle. Paris, Publisud; *Por una geografía nueva* (1990). Madrid, Espasa-Calpe.

5. *Pobreza urbana* (1978). São Paulo, Hucitec.

6. *Economia espacial: críticas e alternativas* (1979b). São Paulo, Hucitec.

7. *Espaço e sociedade* (1979c). Petrópolis, Vozes.

8. “Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado” (1979d). In: RATTNER, H. (org.). *Brasil 1990, caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, p. 143-160.

9. *Pensando o espaço do homem* (1982a). São Paulo, Hucitec.

10. *Ensaios sobre a urbanização latino-americana* (1982b). São Paulo, Hucitec.

11. *Novos rumos da geografia brasileira* (org.) (1982c). São Paulo, Hucitec.

12. “Geografia, marxismo e subdesenvolvimento” (1982d). In: MOREIRA, R. (org.) *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis, Vozes, p. 13-22.

13. *Espaço e método* (1985). São Paulo, Nobel; “Espacio y método”. (1986). *Geocrítica* n. 65, Universidad de Barcelona, Septiembre; *Espace et méthode* (1990a). Paris, Publisud.

14. *A construção do espaço* (ed. com Maria Adélia de Souza) (1986a). São Paulo, Nobel.

15. *O espaço interdisciplinar* (ed. com Maria Adélia de Souza) (1986b). São Paulo, Nobel.

16. *O espaço do cidadão* (1987). São Paulo, Nobel.

17. *Metamorfoses do espaço habitado* (1988). São Paulo, Hucitec; *Metamorfosis del espacio habitado* (1996). Barcelona, Oikos-Tau.

18. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* (1990b). São Paulo, Nobel.

19. *A urbanização brasileira* (1993a). São Paulo, Hucitec.

20. *Fim de século e globalização* (ed. com Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Mónica Arroyo) (1993b). São Paulo, Hucitec-ANPUR.

21. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica* (ed. com Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Mónica Arroyo) (1993c). São Paulo, Hucitec-ANPUR.

22. *Globalização e espaço latino-americano* (ed. com Francisco C.

Scarlato, Maria Adélia de Souza e Mónica Arroyo) (1993d). São Paulo, Hucitec-ANPUR.

23. “Tendências da urbanização brasileira no fim do século xx” (1994a). In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Edusp, p. 17-26.

24. *Por uma economia política da cidade* (1994b). São Paulo, Hucitec, Editora PUC-SP.

25. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (1994c). São Paulo, Hucitec.

26. *Território, globalização e fragmentação* (ed. com Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira) (1994d). São Paulo, Hucitec/ANPUR.

27. *Problemas geográficos de um mundo novo* (ed. com Maria Adélia de Souza, Francisco Scarlato e Mónica Arroyo) (1995). São Paulo, Hucitec/ANPUR.

28. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996). São Paulo, Hucitec; *La nature de l'espace* (2000). Paris, L'Harmattan; *La naturaleza del espacio*. Madrid, Ariel.

29. *De la totalidad al lugar* (1996). Barcelona, Oikos-Tau.

30. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (2000a). São Paulo, Record.

31. *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos* (2000b). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

32. *O Brasil. Território e sociedade no início do século xxi* (em conjunto com Maria Laura Silveira) (2001). São Paulo, Record.

Bibliografia sobre Milton Santos

CARLOS, Ana Fani A. (org.) (1996). *Ensaios de geografia contemporânea. Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo, Hucitec.

PEET, R. (1996). “Milton Santos no exílio: os anos setenta”. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 164-168.

MAMIGONIAN, Armen (1996). “A geografia e a ‘Formação social como teoria e como método’”. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 198.

PANADERO MOYA, M. (1996). “Presencia de Milton Santos en La Man-

cha”. In: Souza, Maria Adélia de (org.) *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 449.

SOUZA, Maria Adélia A. (org.). (1996) *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec [65 depoimentos e *curriculum vitae*].

VASCONCELOS, Pedro de A. (1999). *Dois séculos do pensamento sobre a cidade*. Ilhéus, Editus [comentários dos livros de 1959, 1965, 1971, 1975, 1990, 1994].

YÁZIGI, Eduardo (1996). “Milton Santos e a criatividade”. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.) *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec.

Entrevistas

- Entrevista com o Professor Milton Santos. *Geosul*, n. 12/13 – 2º sem. 1991 e 1º sem. 1992 (Publicada originalmente no n. 7, 1º sem. 1989).
- “O mundo não existe”. Entrevista: Milton Almeida dos Santos. *Veja*, 16 nov. 1994.
- Um encontro [Gilberto Gil entrevista Milton Santos]. São Paulo, 1º de setembro de 1996. <http://www.gilbertogil.com.br/santos/entrevis.htm>.
- Entrevista com o Professor Milton Santos. *Caros Amigos*, n. 17, ago. 1998. (<http://www.cfh.ufsc.br/~imprimat/entrevista/milton-santos.htm>).
- Entrevista com Milton Santos. Pensamento em combate. Por C. Cordovil, *Revista Estratégias do Trabalho Escolar*, out. 1998. (<http://www.ced.ufsc.br/~turma787/entrevD1.htm>).
- “Ética enviesada na sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro”. *Folha de S.Paulo*, Mais, 7 mai. 2000. (<http://paulodimas.vila.bol.com.br/variedades/variedades-07.htm>)
- Entrevista a M. N. Moreira, “A Universidade se burocratizou”. *Jornal do Brasil*, 27 ago. 2000 (<http://www.ufop.br/uthora/milton.htm>).

A universidade e os espaços do pensamento crítico

Ruy Moreira
Universidade Federal Fluminense

“As cidades têm um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência. Por isso é um espaço da revelação.”

(Milton Santos, *O espaço do cidadão*)

“Há 25 anos atrás, empolgava-nos a assimilação da diferença entre o veraz e o não verdadeiro, entre a aparência e a existência, entre o ideológico e o real. Hoje a ideologia se tornou realidade, o que complica nossa tarefa de análise, porque se impõe à produção da história concreta dos homens a partir de um discurso único perfeitamente elaborado, e que se torna acreditável a partir do bombardeio das mídias, mas também a partir da chancela da Universidade. É desse modo que as lógicas do dinheiro se impõem ao resto da vida social. Assim, o dinheiro cria sua lei e a impõe aos outros, forçando mimetismos, adaptações, rendições, a partir de duas outras lógicas complementares: a das empresas e a dos governos mundiais.”

(Milton Santos, *O dinheiro e o território*)

O pensamento crítico entrou em caminhos enviesados. Nascido no espaço plural da igreja, da universidade e dos bares e cafés da cidade, perdeu-se no trajeto. Desencontrou-se do seu mapa. Por que rotas tem ele seguido? E onde pôs-se nele o pensamento crítico universitário?

Os espaços do pensamento crítico

O espaço crítico confundiu-se por muito tempo com os espaços livres da cidade. Limita-se hoje ao campo único da universidade. Dois empobrecimentos casados.

A universidade e a igreja são o berço da reflexão sobre o mundo. Vinculadas a este papel, não se põem para elas a tarefa de respostas práticas. Esta é função da ciência, primeiro; depois, da técnica. Espaço da reflexão crítica, que compartilhou por muito tempo com a igreja, a universidade coabita nesse tempo com os espaços da ciência e da produção da técnica, cruza e distancia-se deles. Nessa época de então, a universidade é o espaço do livre pensamento, esta a sua diferença do espaço da igreja, a ciência, o espaço dos sábios e as técnicas, o espaço dos homens práticos da vida econômica. Eis o que aproxima e demarca homens como Adam Smith, Isaac Newton e James Watt. Separados em seus distintos papéis no nascimento do mundo moderno, o primeiro dedica-se à formulação das normas éticas que regulam a vida econômica da sociedade, o segundo, às leis que governam o movimento físico dos corpos no universo e o terceiro, às regras que normatizam a arquitetura da máquina requisitada pela necessidade prática da indústria nascente.

A universidade coabita igualmente com a igreja. No espaço da igreja nascem as grandes cosmogonias, que vão inspirar no espaço das universidades o nascimento das doutrinas filosóficas. Pensamento metafísico e pensamento universitário aqui e ali se retroalimentando.

A urbanização acrescenta ao pensamento crítico os espaços públicos dos bares e da boemia. Publicizando a ação do pensar livre. As grandes obras literárias, de estética e da teoria social da modernidade têm aí seu berço. Fruto dos debates intermináveis que reúnem intelectuais, pintores, artistas e escritores nestes ambientes por horas intermináveis.

Quantos ensaios literários, quantas poesias, quantos romances, quantos panfletos, quantos artigos de jornais, quantos esboços de pin-

tura ou quantos argumentos de filmes e manifestos da vanguarda não tiveram seu começo nesses espaços profanos, de tal modo que é mais certo vermos daí saindo um Sartre, que do âmbito entranhadamente preso da universidade.

De certo modo, é a obra filosófica saída desses espaços laico-livres que polemiza com a dos espaços universitário e o escolástico da igreja.

Com a urbanização chega também a vida intelectual partidária, em grande medida uma vertente nutrida no burburinho dos espaços públicos. A literatura socialista e operária e a intelectualidade que a ela se vincula, um meio-termo entre a reflexão crítica metodologicamente rígida da intelectualidade acadêmica e metodologicamente mais crítica e livre da intelectualidade boêmia, têm o cheiro e o colorido desses amplos espaços. O ato de pensar as idéias que balizam a prática do movimento popular e temperam os embates dos contrários pelo projeto de transformação radical da sociedade nos bares, cafés e ateliês da intelectualidade engajada é o impulso que alimenta a obra intelectual aguda e refinada dos intelectuais partidários que atuam nas frentes dos espaços universitários e livres da cidade.

É assim que surge a diversidade a que nos acostumamos do pensamento crítico e seus entrecruzamentos, filha da praxidade do olhar múltiplo, contrastando o rigor formal do pensamento acadêmico e o mais livre e nem por isso sem método pensamento urbano boêmio.

A massificação do pensamento e a cultura do espaço público fordista

A massificação fordista altera a natureza e a configuração dessa vida crítica, afetando os espaços públicos e banalizando a ação intelectual. O texto e o periódico, avalizados e personalizados no contato e no contexto do embate público, dão lugar à cultura de massa de um espaço público privado da criação privada. A televisão é o novo intelectual e dissolve o jornal, o periódico e o livro como um ato de criação personalizada. As intervenções e ilações dos bares e cafés, a conversão em obras de escrita e arte dos seus debates, fio condutor das idéias, tudo se incorpora na cultura da mídia que a tudo niveliza e banaliza.

Reunindo milhares de pessoas, uma forma de vida intelectual difusa nasce e cresce por meio dos grandes *shows* de massa. Por sua

vez, o cinema e a televisão reúnem um mesmo personagem que aqui e ali aparece: o espectador-objeto repetidor e passivo.

Então, lentamente, já não se tem a freqüência aos bares e cafés. E nem mesmo se a permite: o uso desse espaço é tempo medido pelo que é pago. Tempo curto, não o tempo longo e curtido de quem embate e nesse termo escreve e reflete. Freqüentar um café não é mais um momento intelectual, e não é mais o intelectual quem o freqüenta.

Progressivamente, morre a vida intelectual dos espaços públicos. E não restam nem mesmo os espaços dos partidos políticos.

A morte da intelectualidade boêmia afeta a vida intelectual dos partidos. Já não há mais o oxigênio abundante e livre dos bares e cafés que inspira o espaço vivido do intelectual que experimenta seus primeiros ensaios e suas primeiras idéias, e neles injeta a força da originalidade a ser burilada no parâmetro orgânico e interno dos partidos. Falta-lhe a cachaça do bar, o chope e o bate-papo aparentemente jogado fora.

O pensamento crítico e a universidade

Uma catástrofe, portanto, então se instala. Primeiro fecham-se os espaços públicos dos bares, dos cafés, da boemia. Depois, os espaços dos ateliês e academias dos pensadores e artistas. Por fim, os espaços intelectualmente engajados dos partidos. Um a um, morrem as fontes e ambientes livres do pensamento crítico.

Filha da nova vida urbana, uma geração de intelectuais assim vai se formando. Uma intelectualidade fechada à sociedade e presa fácil do pedantismo. A intelectualidade acadêmica da universidade.

Com ela, um ritual de iniciados substitui a gestualidade aberta dos ambientes públicos: acadêmicos escrevem para ser lidos por acadêmicos. Institui a linguagem hermética e codificada de iniciados que substitui a prosa fluida e de generosidade solta da sociedade ainda não banalizada no urbanismo de consumo. E funda a universidade dos temas acadêmicos, tirados do cotidiano acadêmico para consumo acadêmico.

Nenhuma obra é então classificada de crítica sem o aval do código e do gosto desse cotidiano ritualizado. Só é produto de qualidade científica aquilo que traz a marca absoluta do selo acadêmico: o diploma e

a especialidade do iniciado universitário. De quando em vez, uma obra alcança os olhos e a graça do grande público dos espaços de massa.

Uma academia cada vez mais ciosa de seu exclusivismo então se forma, preponderando entre os intelectuais críticos com o tempo. É assim que o pensamento crítico acaba ilhado. E um belo dia descobre-se prisioneiro do pragmatismo técnico dos burocratas do Estado.

Que fazer, se escrever e pensar tornam-se objeto de uma prática cifrada, se praticar o ato de pensar fora da universidade tornou-se um suicídio: capitular, rebelar-se ou desfazer-se desse casulo?

Muitos são os que projetam socializar a universidade: se são os trabalhadores que a fizeram com o suor do seu trabalho, nada mais justo que pela abertura para a sua freqüentação dela eles se apropriem e abram-na para a sociedade. Outros tantos são os que desvinculam dela a reflexão e a práxis críticas, indo dedicar-se à criação da cultura nos ambientes populares de vida e do trabalho: são os centros culturais que assim se multiplicam.

Nada, todavia, reativa a criticidade viva dos espaços públicos extintos. O pensamento crítico não está onde está o povo, mas onde povo e espaços públicos boêmios combinadamente existirem.

A universidade-parceira-irmã-siamesa-da-universidade-empresa

Antes, o que parece vir como forma de universidade voltada para a sociedade é o projeto de universidade técnica da burocracia acadêmica ascendida à máquina do Estado.

Aqui, toma-se por princípio não o compromisso histórico da universidade com a reflexão crítica sobre o mundo, seu papel de encetar as visões que a conduzam às idéias maiores sobre o rumo dos homens e seus possíveis caminhos, mas a sujeição do fazer acadêmico ao propósito prático-produtivo do saber subsumido ao pragmatismo das empresas.

Em nome da eficácia e da eficiência prática, por fim, elimina-se e adultera-se todo o perfil histórico-reflexivo que faz o trajeto cristalizado da universidade.

Confundem-se todos os espaços do começo, fundidos no âmbito da técnica, num ato de dissolução que sucessivamente tudo subordina,

primeiro o saber à ciência, depois a ciência à técnica, por fim todo fazer intelectual ao projeto tecnocientífico de uma universidade sujeitada à ciência prisioneira da técnica.

Morto o pensamento crítico dos espaços da cidade, morre agora o pensamento crítico da universidade. E então a crise geral do pensamento se instala.

De volta ao olhar crítico da cidade

Uma crise do pensamento crítico domina assim esta virada de século. Não é todavia uma crise da universidade. Esta é o seu capítulo mais recente. A crise do pensamento crítico é a crise da cidade.

O fim da reflexão livre e espontânea dos bares e cafés da boemia, e, depois, da reflexão concebida e vinculada à práxis transformadora do pensar-fazer universitário, deixou sem rumo o pensamento crítico.

Penso residir aí a falta de perspectiva da esquerda. A própria vagueza prática, concreta e conceitual do que ela seja. Secadas suas fontes mais genuínas de origem, resta à esquerda copiar a academia, seus cacoetes, vícios, superlativos e código de linguagem. E vê-se enfim seca com ela.

Bem como a busca e proliferação das igrejas onde a massa popular, numa equivalência de encontro de um mundo intelectual que funda uma relação dita espiritual com o mundo do presente, como que a seu modo recria os espaços públicos da cidade vencida.

O fato é que com a urbanização do capitalismo avançado sumiu a cidade como espaço de vida e reflexão críticas. Não são mais os intelectuais boêmios que agitam os bares e os cafés, lugares aos quais se dirigiam em sua movimentação nervosa e efervescente para polemizar suas últimas idéias. Lugares intelectuais que sumiram. E, com eles, as revistas e os ensaios que alimentavam os ataques da intelectualidade *flâneuse*, o debate livre sem o qual a verdadeira vida urbana não existe. E sumiram a polêmica e a instigação aguda da imprensa partidária.

Sumiu a cidade como espaço da agitação viva, em suma. Ficou a cidade burocrática, do espaço banalizado e de massa.

Logo cai, vencido pela burocratização da vida pública, o fazer intelectual, capturado pelo dia-a-dia das aulas característico do *scholar* americano, cujos textos, lidos literalmente nas salas, são a origem de

muitos dos livros publicados pela inteligência universitária, teses acadêmicas vazadas num código de linguagem nem sempre inteligível pelos não-habitantes do *campus* universitário. Não raro, pelo financiamento das pesquisas pelas agências de governo.

Cai, vencida igualmente, a tentativa de levar a chama das forças vivas da sociedade para o interior das universidades (uma universidade da classe trabalhadora) ou da universidade para o interior da sociedade (os centros culturais animados pelos professores e estudantes universitários). Nem uma, nem outra logram superar a opacidade que toma conta da cultura e da inteligência a partir dos anos 1950 fordistas.

É preciso e urgente, pois, reinventar a cidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter (1976). *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

EHRENBURG, Ilya (1964). *Memórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 6 volumes.

GRAMSCI, Antonio (1968). *Os intelectuais e a organização da cultura na história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JACOBS, Jane (2000). *A vida e a morte da grande cidade*. São Paulo, Martins Fontes.

JACOBY, Russel (1990). *Os últimos intelectuais. A cultura americana na era da academia*. São Paulo, Trajetória Cultural/Edusp.

JANIK, Allan e TOULMIN, Stephen (1991). *A Viena de Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Campus.

LEFÈBVRE, Henri (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

NEEDELL, Jeffrey D. (1993). *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

_____. (1999). “O dinheiro e o território”. *Geographia* n. 1, revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói.

SCHORSKE, Karl (1988). *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo, Editora da Unicamp/Companhia das Letras.

SEIGEL, Jerrold (1992). *Paris boêmia. Cultura, política e os limites da vida burguesa – 1830-1930*. Porto Alegre, L&PM.

SENNETT, Richard (1988). *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

SWINGEWOOD, Alan (1978). *O mito da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Interciênciia.

III

Globalização e geografia em Milton Santos¹

Wagner Costa Ribeiro
Universidade de São Paulo

“O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas.”
(Milton Santos, 1993)

Globalizar o conhecimento e seu uso. Definir a inserção dos lugares em uma rede de relações humanas de modo a valorizar a singularidade em meio à totalidade. Viver um mundo mais solidário. Essas possibilidades de pensar, representar e propor relações humanas caminham na contramão da história. Infelizmente verifica-se a predominância da competição desenfreada por mercados e tecnologias, a busca incessante por recursos naturais e a intensa exploração do trabalhador, mesmo diante da diminuição de postos de trabalho.

1. Este artigo foi publicado originalmente em “El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, vol. 6, n. 124. Universidade de Barcelona, 30 set. 2002 (ISSN: 1138-9788). Acesso: www.eb.es/geocrit/sn/sn-124.htm.

Com sua obra, Milton Santos pertence ao grupo de intelectuais que buscam o pensamento crítico a esse estado da vida contemporânea. Em diversas passagens de seus livros e artigos, ele afirmou pretender construir um mundo diferente daquele em que vivemos. Este artigo aborda a interpretação do geógrafo brasileiro sobre a globalização, tratada em sua dimensão cultural, econômica e, por fim, solidária, promovendo um diálogo com outros autores que trataram do tema.

O que é globalização?

A difusão do termo globalização ocorreu por meio da imprensa financeira internacional, em meados da década de 1980. Depois disso, muitos intelectuais dedicaram-se ao tema, associando-a à difusão de novas tecnologias na área de comunicação, como satélites artificiais, redes de fibra ótica que interligam pessoas por meio de computadores, entre outras, que permitiram acelerar a circulação de informações e de fluxos financeiros. Globalização passou a ser sinônimo de aplicações financeiras e de investimentos pelo mundo afora. Além disso, ela foi definida como um sistema cultural que homogeneiza, que afirma o mesmo a partir da introdução de identidades culturais diversas que se sobrepõem aos indivíduos. Por fim, houve quem afirmasse estarmos diante de um cidadão global, definido apenas como o que está inserido no universo do consumo, o que destoa completamente da idéia de cidadania (Ribeiro, 1995). Porém,

“no debate sobre a globalização não temos encontrado análises que consideram os fragmentos que ela acarreta. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes, porém sem configurá-la com maior precisão” (RIBEIRO, 1995, p. 18).

A globalização é discutida, segundo as categorias tempo/espaço, no âmbito do sistema-mundo, na pós-modernidade e à luz dos conceitos de nação, mercado mundial e lugar. Tornada paradigma para a ação, a globalização se reflete nos Estados-nação, exigindo um protecionismo que em tese se contradiz com a demanda “livre e global” apregoada pelos liberais de plantão. Porém, ao olhar para o lugar, para onde as pessoas vivem seu cotidiano, identifica-se o lado perverso e

excludente da globalização, em especial quando os lugares ficam nas áreas pobres do mundo. Ao reafirmar o mesmo, a globalização econômica não consegue impedir que aflorem os outros, resultando em conflitos que muitos tentam dissimular como competitividade entre os Estados-nação e/ou corporações internacionais, sejam financeiras ou voltadas à produção. A globalização é fragmentação ao expressar no lugar os particularismos étnicos, nacionais, religiosos e os excluídos dos processos econômicos com objetivo de acumulação de riqueza ou de fomentar o conflito (RIBEIRO, 2001).

A obra de Milton Santos contribuiu para precisar o fenômeno da globalização. Mas o autor queria mais. Ele chegou a propor uma outra globalização, baseada na solidariedade, embora reconhecesse que ela afetou a cultura atual.

Globalização e cultura

Diferente do que afirmam alguns pesquisadores, que acreditam no estabelecimento de uma homogeneização da cultura, do sistema de valores, a partir da globalização, Milton Santos concebe que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1996, p. 273). Para ele, a importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locacionais, de modo a compreender suas possibilidades de interação com as ações solidárias hierárquicas.

É no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais. Mas nem todos pensam assim.

O sociólogo brasileiro Renato Ortiz (1994) afirma que existe uma cultura mundializada que se expressa na emersão de uma identidade cultural popular, cujos signos estariam dispersos pelo mundo. Como exemplos cita redes de alimentos e marcas de produtos de consumo que seriam facilmente identificadoras de um estilo de vida global.

A apropriação da cultura pela esfera do consumo foi analisada por muitos autores, como o francês Jean Baudrillard (1991), para quem a lógica do consumo está baseada no uso planejado de signos que destituem o objeto de finalidade, tornando-o simplesmente algo a ser comprado. Esse processo ocorre baseado na subjetividade, na

interiorização de valores externos aos consumidores, que acabam seduzidos por apelos da propaganda, definidora mesmo de uma nova subjetividade estimuladora da compra do bem divulgado por ela. Para Baudrillard,

“o objeto perde a finalidade objetiva e a respectiva função tornando-se o termo de uma combinatória muito mais vasta de conjuntos de objetos, em que o seu valor é a criação” (1991, p. 120).

Outro autor relevante na análise da cultura contemporânea é o professor de literatura Fredric Jameson, que afirma estarmos diante de uma completa estetização da realidade, resultado do mosaico pós-moderno lançado nas últimas décadas. Jameson demonstra preocupação com os efeitos desse processo na cultura, que tenderia a ser homogênea. Crítico de quem interpreta o mundo por essa via, escreve:

“Se tudo é estético, não faz muito sentido evocar uma teoria distinta do estético; se toda a realidade tornou-se profundamente visual e tende para a imagem, então, na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas de experiência” (JAMESON, 1994, p. 120-121).

O geógrafo David Harvey participa deste debate, polemizando com Baudrillard. Ele acredita que o francês exagera em sua representação do simulacro por meio das imagens que caricaturizam a sociedade dos Estados Unidos. Mas concorda com a subjetivação da cultura, marcada pela facilidade com que a informação chega às pessoas. Reafirmando idéias de Walter Benjamin, escreve que a facilidade de reprodução da “arte”, entendida como expressão da cultura, pode representar uma transitoriedade permanente, um novo estado de aprender a cultura e o consequente abandono da busca da singularidade na produção cultural. Harvey indica que não se pode esquecer que o capital também circula com o objetivo de ampliar-se nesse segmento da atividade humana, montando um imenso sistema de produção cultural baseado na produção de subjetividade por meio da propaganda. Isso leva a geografia de todos os lugares a cada lugar do mundo, reduzindo a geografia a um simulacro, como entende Baudrillard. Para Harvey,

“por meio da experiência de tudo – comida, hábitos culinários, música, televisão, espetáculos e cinema –, hoje é possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro. O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção” (1992, p. 270-271).

Para Santos, “o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos” (SANTOS, 1988, p. 89). Estes objetos culturais fazem com que

“a natureza conheça um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza” (SANTOS, 1988, p. 89).

A tecnificação a que se refere Santos permite o simulacro geográfico que Harvey discrimina. Ela configura um meio técnico-científico internacional “no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica” (SANTOS, 1991, p. 11), formando uma paisagem estética, em meu entendimento.

O que seria essa paisagem estética? Um tecido urbano que contém valores culturais transpassados pela afirmação do mesmo, que oprimem o singular, sintetizados, por exemplo, em formas urbanas reproduzidas a partir de modelos de arquitetura oriundos de países hegemônicos, uma das críticas às cidades contemporâneas, como aponta o

geógrafo espanhol Horacio Capel (2001). Isso é facilmente observável na paisagem de São Paulo, uma megaciudadade brasileira localizada em plena faixa tropical, na qual se identificam milhares de prédios envidraçados, tal qual preconiza a arquitetura de países temperados. Ora, os ambientes produzidos por tal concepção resultam extremamente quentes, gerando a necessidade do uso de aparelhos para resfriar o ar, aumentando o consumo energético. Seria muito mais simples edificar prédios segundo a boa arquitetura colonial brasileira, com seus tetos elevados e amplas janelas que permitem desde a entrada de luz natural, abundante nos trópicos, até a circulação do ar, para refrescar o ambiente. Mas o esteticismo a que se refere Jameson prevalece, e a paisagem paulistana aquece quem vive nela...

Globalização econômica

Neste aspecto, a contribuição de Milton Santos foi bem mais ampla que no caso anterior. Quando afirma, como consta na epígrafe deste artigo, que “quem se globaliza mesmo são as pessoas” (1993, p. 16), o geógrafo brasileiro dá pistas de como conduz sua reflexão sobre a globalização econômica. Ele está interessado no fluxo que o sistema de objetos, expressão que vai trabalhar em diversos livros, permite fluir e conduz, na forma de espaço geográfico.

Para Santos, o espaço geográfico é uma funcionalização da globalização (1994, p. 48). Ele é produzido de acordo com as demandas de quem o idealiza, para permitir suas necessidades fluírem. Para ele o espaço geográfico é um “conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (1994, p. 49).

O espaço geográfico viabiliza a globalização, dado que ele materializa três de seus pressupostos: “A unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor” (1994, p. 49).

A unicidade técnica é entendida como a capacidade de instalar qualquer instrumento técnico produtivo em qualquer parte do mundo. A convergência dos momentos é possibilitada pela unificação técnica, pela capacidade de comunicação em tempo real. Por fim, a unicidade do motor é a direção centralizada, exemplificada pela direção do mundo econômico e das finanças pelos executivos que atendem aos interesses

dos donos das empresas transnacionais e do sistema financeiro internacional. Estes temas são amplamente tratados pelo autor em sua obra *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996), na qual propõe “um sistema de idéias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia” (p. 15).

Muitos outros autores discutiram o tema da globalização econômica, porém desconsideraram a dimensão geográfica nos termos propostos por Santos. É o caso, por exemplo, de Harvey, que analisa o mundo contemporâneo por meio da criação de novos mercados financeiros, coordenados em escala global, permitindo a acumulação capitalista por meio de uma flexibilidade geográfica e temporal. Ele entende que, apesar disso, resta uma função importante ao Estado-nação, que,

“embora seriamente ameaçado como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isto implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos” (HARVEY, 1992, p. 181).

O geógrafo Edward Soja (1993) assinala que as mudanças no padrão produtivo mantiveram as desigualdades geográficas e a manutenção de lucros imensos por parte das transnacionais, como vem ocorrendo desde o segundo pós-guerra. Para Soja, isso reafirma a geografia por meio da emergência da espacialidade, da regionalização e do regionalismo, levando o capital a rever suas estratégias espaciais e locacionais, que podem ser facilmente apreendidas. Para ele

“A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos.

“Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e [pela] reestruturação capitalistas, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço” (SOJA, 1993, p. 210).

Esse entendimento é partilhado por outro geógrafo, Neil Smith (1988). Para ele, a combinação de desigualdades geográficas é inerente ao desenvolvimento capitalista, resultando no desenvolvimento desigual como produto e premissa para o capital. Assim,

“o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados” (SMITH, 1988, p. 221).

Santos entende que o desenvolvimento desigual e combinado é resultado de “uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade” (1996, p. 101).

Já o sociólogo brasileiro Otávio Ianni, interlocutor de Milton Santos, destaca que a sociedade civil ganhou uma dimensão mundial tratando de temas como

“direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação de massa, satélites e outros itens. Assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais que sempre pareceram nacionais, internos, logo se revelam internacionais, externos” (IANNI, 1992, p. 43).

Mas ele entende que ocorre um esvaziamento do Estado-nação pelo capital, que transforma “as sociedades nacionais em dependências da sociedade global” (1992, p. 44). Em outra obra, afirma que a globalização seria um novo paradigma (IANNI, 1995), pois gerou um modo de produção e um modo de gestão da política inovadores.

O professor Milton Santos discorda dos que viram um esvaziamento da função do Estado. Para o geógrafo brasileiro o que existe é um “mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado” (SANTOS, 1991, p. 13).

Porém, não deixa de reconhecer uma certa subordinação aos imperativos externos ao afirmar que

“os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos [...]. Cada momento histórico [...] acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos” (SANTOS, 1996, p. 131).

Para o geógrafo brasileiro Armando Correa da Silva, conhecer os recursos e potencialidades de um Estado-nação passam a ser vitais para a inserção no cenário da “globalização relacionada à esfera do capital” (SILVA, 1993, p. 77).

“O capitalismo se defronta com sua própria criatura, ou seja, quanto mais se mundializa valor, mais necessários se tornam os mecanismos nacionais e, mesmo, regionais, em alguns casos. A atual centralização descentralizada do globo tem algo a ver com isso. De uma parte, a centralização dá origem ao seu contrário: os movimentos separatistas e regionalistas. De outra, obriga à formação de grandes alianças territoriais, ampliando espacialmente os mercados” (SILVA, 1993, p. 77).

Esse rearranjo das relações sociais contemporâneas afirmado por Silva produz blocos de países como a União Européia, o Mercosul, o NAFTA, entre outros, que buscam ampliar o território apenas para a circulação de mercadorias, restringindo o fluxo de pessoas ao limite do desejável.

A retomada do papel do Estado é partilhada pelos geógrafos espanhóis Joan Font e Joan Rufí, quando escrevem:

“Poderia dizer-se que em muitos casos se assiste a uma *renacionalização* dos Estados. As formas que estes processos assumem podem ser muitas e mais ou menos explícitas, dependendo das circunstâncias de cada Estado e de qual seja o *adversário* ao qual se quer dar resposta: a globalização ou a, presumida ou efetiva, fragmentação interna” (FONT e RUFÍ, 2001, p. 90).

Para Santos, a tensão entre o local e o global é um fato que deve ser entendido por meio do papel da formação social nacional, que “funciona como uma mediação entre o Mundo e a Região, o Lugar. Ela é também mediadora entre o Mundo e o território” (1996, p. 270).

Na formação social nacional verifica-se uma fusão de acontecimentos, como expressa a seguinte passagem da obra do geógrafo brasileiro:

“Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo.

É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar” (SANTOS, 1996, p. 271).

A globalização solidária

Menos que ser contrário à globalização, o geógrafo brasileiro estava mais preocupado em construir um sistema teórico que permitisse elaborar outra maneira de congregar pessoas em escala internacional. Propunha a solidariedade como medida para a relação, que deveria ser praticada em prol da cidadania.

Já em meados da década de 1980, Santos apontava sua compreensão da cidadania. Distinguia os consumidores dos cidadãos, escrevendo:

“O consumidor não é cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos; a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes, e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo” (1987, p. 41).

Em suas palavras, encontra-se um posicionamento claro contra o consumismo que conduz o modelo de reprodução do capital. Ainda que tenha afirmado mais de uma vez que não gostava do tema, pode-se identificar também uma inquietação ambientalista em seu posicionamento claro contra o desperdício de material. E ele atacava ainda os consumidores de artigos da chamada indústria cultural, aqueles que imaginam estar fora do reino dos mortais haja vista estarem focados em bens imateriais, em manifestações do espírito por meio das artes e da informação.

Em sua argumentação não restava lugar entre os cidadãos nem mesmo para o eleitor, que

“não é forçosamente cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto” (SANTOS, 1987, p. 41).

Quem seria, então, o cidadão para Milton Santos?

“O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo” (1987, p. 41-42).

Poder projetar o futuro, vislumbrar perspectivas dignas da existência, poder expressar sua maneira de entender o mundo, por meio de crenças, manifestações culturais e práticas sociopolíticas, com qualidade de vida, isto é, habitando um ambiente agradável e sustentável, provido de água, calor e energia na medida adequada, com assistência médica e alimento de qualidade, são características que sintetizariam

o cidadão do mundo contemporâneo, em meu entendimento. Neste sentido, não há cidadão no mundo entre os que apregoam os valores da sociedade ocidental, ocaso e criação da cidadania.

Construir relações humanas baseadas na solidariedade era um desejo de Milton Santos. Ele propunha uma revisão da globalização, que deveria ser “mais humana” (2000, p. 20), sem descartar a base técnica que sustenta a globalização econômica e financeira: “A materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo” (SANTOS, 2000, p. 164).

Essa é a proposta do geógrafo baiano: alterar o uso da base técnica criada para a circulação de capital para veicular valores humanos, para permitir uma efetiva integração de laços culturais distintos que permitam a construção do “acontecer solidário”, como o definiu (SANTOS, 2000).

Enfim, Milton Santos queria um mundo diferente. Sua visão otimista do futuro é expressa no trecho abaixo:

“Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos [...] bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização” (SANTOS, 2002, p. 80).

Aproveitar a base material da existência é algo coerente com sua maneira de pensar. Já em 1978, em obra que marcou sua inserção teórica entre os geógrafos brasileiros, escrevia: “O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos” (SANTOS, 1978, p. 137).

São as rugosidades, as marcas do tempo por meio do trabalho que instituem uma base material difícil de ser rompida. Por isso o aproveitamento da inércia espacial, outro conceito de 1978.

Deste modo, as mudanças têm de vir pela política. Embora expressando otimismo, não perde a visão de geógrafo ao indicar que as mudanças não virão

“dos Estados Unidos ou da Europa. [Virão] dos pobres, dos ‘primitivos’ e ‘atrasados’, como nós, do Terceiro Mundo, somos considerados. Estas não podem vir das classes obesas. Estas não podem ver muito.

São os pobres os detentores do futuro. O problema de todas as épocas é saber como vai se dar a ruptura. E as rupturas se deram antes que todos soubessem como elas iam se dar...” (SANTOS *et alii*, 2000, p. 66).

Bibliografia

BAUDRILLARD, Jean (1991). *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.

CAPEL, Horacio (2001). *Dibujar el mundo: Borges, la ciudad y la geografía del siglo xxi*. Barcelona, Ediciones del Serbal.

FONT, Joan e RUFÍ, Joan (2001). *Geopolítica, identidad y globalización*. Barcelona, Ariel.

HARVEY, David (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.

IANNI, Octavio (1995). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IANNI, Octavio (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JAMESON, Fredric (1994). *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Editora UERJ.

ORTIZ, Renato (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.

RIBEIRO, Wagner Costa (2001). *A ordem ambiental internacional*. São Paulo, Contexto.

RIBEIRO, Wagner Costa (1995). “A quem interessa a globalização”. *Revista ADUSP*, n. 2, p. 18-21.

SANTOS, Milton (organização RIBEIRO, Wagner Costa) (2002). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*, São Paulo. Publifolha.

____ (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.

_____. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1993). “A aceleração contemporânea”. In: SANTOS, Milton *et alii* (orgs.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1991). “A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas”. *Terra Livre*, n. 9, p. 7-17.

_____. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

_____. (1978). *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec.

_____. *et alii* (2000). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SILVA, Armando Corrêa da Silva (1993). “O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho”. In: SANTOS, Milton *et alii* (orgs.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo, Hucitec.

SOJA, Edward (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Técnica, território e poder

Jorge Gaspar
Universidade de Lisboa

Discussão em torno de três conceitos interpenetrados

Técnica e território estão no âmago da geografia humana. É por meio do controle das técnicas – nos mais variados domínios – que uma comunidade integra uma civilização, que na definição de P. Gourou é o conjunto de técnicas que permitem a ocupação, o domínio e o ordenamento de dado território. E Milton Santos, na sua obra de síntese, *A natureza do espaço*, não só “recupera” os temas fundadores de Max Sorre, no que concerne à *técnica* como chave da explicação em geografia humana, como lembra o avanço que P. Gourou conseguiu, operacionalizando o conceito, integrando técnica – civilização – e paisagem: “O homem, esse fazedor de paisagens, somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas” (GOUROU, 1973, *apud* SANTOS, 1986). É importante sublinhar que, embora Milton Santos não aceitasse a perspectiva do geógrafo francês que dentro do possibilismo

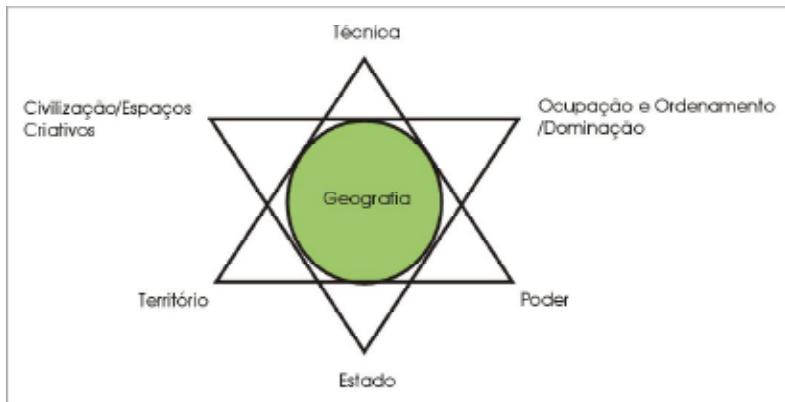
mais explorou a importância da técnica para a explicação em geografia humana, não deixa de chamá-lo ao confronto e de, criticando-o, contextualizar o seu contributo.

A lição de Milton Santos reside precisamente nas múltiplas janelas que o seu magistério não só permite, como força a abrir. É, como sempre ambicionamos, um pensamento evolutivo.

O tema desta conferência, “Território, lugares e saber”, é a demonstração de uma continuidade. O tema remete para o global, para a globalização e para o território, como também Milton Santos aproximou: o território local, mas que tem implícito o que está na agenda geográfica – os *territórios inteligentes* (o *saber*: as *learning regions*, as *creative cities*), que são a seqüência lógica da translação da abordagem global para a abordagem do lugar e do território. A passagem das inovações, dos conhecimentos técnicos, do global para o local, só é efetiva porque aqui se verificou um enraizamento e um “imbricamento”, facilitados pela existência de relações de proximidade. Relações que decorrem da coesão social (e cultural) e que, no fundo, estão no cerne do próprio conceito de território.

A globalização fragmenta multidimensionalmente o domínio territorial – no mesmo território configuram-se diversos espaços de poderes, que podem coexistir em tensão mais ou menos conflituosa, mas promover também sinergias, em “harmonias” conjunturais.

É no domínio do urbano que o fenômeno tem sido mais aprofundado – a fragmentação urbana dos espaços pós-modernos é muito “puxada” pela globalização: desde os padrões arquitetônicos aos espaços de



produção; da segmentação dos espaços de habitat e segregação social às complementaridades e sinergias que esse processo pode originar. Assim, nesse novo espaço “amebóide”, para recuperar a expressão de L. Mumford (MUMFORD, 1956), encontramos territórios diversos, por vezes sobrepostos, da cultura “estabelecida” à cultura *hip-hop*.

A globalização, apoiada nas novas tecnologias da informação e comunicação, tem idênticas consequências nos espaços rurais – cada vez mais complexas, resultado de diversificados processos de apropriação, que coexistem e podem entrar em choque. Os espaços rurais são, assim, cada vez menos os espaços de estabilidade – se é que alguma vez o foram.

Também Milton Santos só tardivamente abordou a questão do território, questão nem sempre resolvida:

“O Território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas” (SANTOS, 1996, p. 207).

Para Milton Santos há uma dialética do território, que se afirma mediante o “controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (SANTOS, 1996, p. 217).

Este é um conceito em que precisamos nos deter, de molde que o tornasse verdadeiramente operativo e não uma fonte de mal-entendidos.

Como muito bem o nota Maryvonne Le Berre, não se trata de um termo com raízes no vocabulário da geografia, mas recentemente tornou-se uma palavra-chave. “Por isso é desejável que o seu sentido seja o mais unívoco possível”(LE BERRE, 1992, p. 617).

Esta autora fala-nos de “transferências” (*transfer*) sucessivas do conceito: das sociedades animais → sociedades humanas primitivas → grupos *humanos hors norme* → sociedades humanas.

Segundo M. Le Berre, o termo só se generaliza entre os geógrafos no final dos anos 1970.

Por isso é necessário voltar ao trabalho pioneiro de Jean Gottmann sobre o significado de território, *The Significance of Territory*

(1973). O termo e o conceito de território vêm do latim e correspondem à envolvente de uma cidade. Aplica-se claramente à *cidade-Estado* da Antiguidade. Gottmann revela que é possível encontrar evidências da manutenção da relação entre território e poder, da Antiguidade aos nossos dias: “Os povos civilizados parece que desde cedo aspiraram à universalidade, mas sempre subdividiram o espaço entre si, cuidadosamente, de molde a distinguirem-se dos seus vizinhos” (cit. RAFFESTIN, 1980, p. 135).

Como sublinha P. Taylor, essa relação torna-se mais clara a partir de finais do século xv, com o nascimento da economia-mundo: o território é a terra que pertence a um Estado soberano. Assim, segundo este autor, o significado moderno de território está inteiramente associado ao conceito legal de saber (TAYLOR, 1993, p. 157).

O conceito de território implica uma apropriação, um ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social.

Para lá da materialização dessa apropriação-identificação, funda-se uma sacralização: o âmago territorial (a mais estrita pátria/mátria) corresponde ao espaço do sagrado, que, segundo Yi-Fu Tuan, tende a ser o *locus* do poder.

Claude Raffestin, em 1980, chamava já a atenção para as confusões em torno dos conceitos de espaço e de território, sublinhando que é necessário reter que o espaço tem anterioridade em relação ao território: “O território é gerado a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) a qualquer nível que seja” (p. 192). Também Henri Lefèvre (1978; *apud* RAFFESTIN, 1980) aponta um processo idêntico de criação de um território, a partir de um espaço.

Há assim uma convergência entre poder e construção do território:

“As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e por consequência as relações de poder, só pela sua decodificação podemos chegar à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, encontramos os atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. Com efeito, o estado está continuamente a organizar o território nacional através de novos recortes (delimitações), de novas implantações e de novas ligações” (RAFFESTIN, 1980, p. 137-138).

O tema e a sua dinâmica têm ainda mais espessura histórica, como mostrou P. Claval a propósito da “geografia do poder nas sociedades arcaicas” (CLAVAL, 1978).

O mesmo autor também coloca a questão do *poder*, do *território* e da *técnica* no plano restrito do domínio pela técnica da guerra, sendo particularmente elucidativa a sua abordagem da geoestratégia do nuclear (CLAVAL, 1994).

A União Européia – um território em construção

Organizar, ordenar o território, insere-se sempre em estratégias de afirmação sobre o território, de construção/reconstrução de novos territórios. O processo de *construção* da União Européia revela exemplos muito interessantes, evidenciando diferentes componentes técnicas, que são etapas na afirmação de novos poderes. Um passo importante foi, como desde a Antiguidade, o da “harmonização” de um sistema espacializado (que progressivamente se territorializa) de referenciação estatística: as NUTE (nomenclatura de unidades territoriais estatísticas) I, II, III, IV, que embora coincidam em grande medida com malhas que remetem para outras formas de afirmação do poder (município, província, região ou estado federado, Estado-nação), pela *uniformização de nomenclatura*, acabam por gerar uma assimilação dos conceitos e uma identificação com os nossos territórios (por comparação, por contraste, por observação).

Em simultâneo com a uniformização NUTE, vêm o desenho e a implementação de políticas que implicam uma segmentação territorial e, por último, o passo mais ambicioso, que já está lançado e que, apesar de algumas resistências, vai fazendo o seu caminho: o “Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário”(EDEC).

Mantendo a malha dos *Estados-nações* como base de implementação do *novo direito*, o direito comunitário, compreendendo o direito urbanístico (ou territorial), é pela via da *estatística* (o controle da informação) e da implementação do nível superior da *infra-estrutura* (a técnica que se desenvolve no espaço) que se faz o ordenamento, que se produz o novo território. Neste segundo domínio assumem a maior relevância as redes transeuropeias de infra-estruturas: auto-estradas, trens de alta velocidade, portos, aeroportos, gás natural, eletricidade.

Assim se está construindo a Europa – resposta à globalização: um novo poder, um novo território.

É neste contexto que se deve interpretar (inserir/colocar) algumas estratégias, que vão no sentido de acelerar o processo de construção de uma nova identidade, tais como as que procuram a “valorização” essencialmente ideológica (embora disfarçada de técnica) das regiões (os subespaços, como diria Milton Santos). Essa “valorização” levaria ao enfraquecimento dos Estados-nações, permitindo assim a mais rápida consolidação da União.

Só que, ao mesmo tempo que alguns acontecimentos políticos (Bálcãs e nacionalismos periféricos, por exemplo) vieram evidenciar os perigos de tais estratégias, a prática tem mostrado que nem sempre o nível de descentralização nesses subespaços (NUTE II) é o mais adequado para uma melhor eficácia do processo de harmonização do desenvolvimento territorial. Assim o mostram, por exemplo, os resultados de estudos apresentados no 6º relatório periódico relativo à situação socioeconômica e ao desenvolvimento das regiões da União Européia (COMISSÃO EUROPÉIA, 1999).

Outro fenômeno muito curioso é o que resulta da convergência de resultados de algumas análises, que mostram que, de uma maneira geral, o processo de integração européia, em vez de originar um declínio das cidades capitais de estado (por perda de capitalidade), tem revelado o seu reforço no contexto do território de cada Estado membro (cf. GASPAR, 1990, 1997, 2001; PAGETTI, 1998; ROZENBLAT, 1998).

Trata-se de uma questão a explorar em que se pode colocar várias hipóteses de trabalho, como por exemplo a de Jane Jacobs sobre os impactos nas capitais dos estados das economias do declínio – *Transactions of Decline* (JACOBS, 1984) – ou a de que o fato de se construir uma realidade de maior dimensão e poder (a União) gera uma mais forte capitalidade que é repartida (embora em proporções desiguais) pelas capitais dos vários Estados membros.

É também neste contexto que se coloca a questão do policentrismo, hoje na primeira linha da agenda do ordenamento do território na União Européia. O policentrismo, que começa por ser discutido como um conceito operativo em mesoescala, é hoje abordado numa perspectiva mais ampla: do espaço de toda a União, ao interior de áreas

urbanas, associando a um tempo os princípios da subsidiariedade e da capitalidade compartida.

Outro tema-chave no âmbito do EDEC é o das novas relações entre cidade e campo, se é que a questão ainda se pode colocar nestes termos (cf. LÉVI, 1994). Note-se que na construção de um novo território comum é necessário definir e promover novas parcerias que correspondam às novas realidades do *urbano* e do *rural*.

A relação entre centralização/descentralização do poder e suas consequências na produção/ordenamento do território devem ser sempre discutidas tendo como pano de fundo a questão das escalas: as espaciais e as temporais.

Um conjunto de decisões políticas que deram resultados num dado contexto histórico nunca poderá ser replicado e os eventuais ensinamentos dos ciclos longos não são apropriados para o curto ou o médio prazos.

Do mesmo modo, não é crível aplicar o modelo de gestão política do território de um Estado federal como a Alemanha a um país unitário e muito menor, como Portugal ou Irlanda.

O poder econômico, político e militar (o elo mais fraco) não é suficiente para *construir* um novo território. É indispensável a concretização da *coesão territorial*, para o que se desenham políticas de coesão econômica, social e cultural; políticas explicitadas nas ações levadas a cabo pelos fundos comunitários, que implicam de algum modo a evidência de solidariedades territoriais. Quanto à coesão cultural, ela se constrói não só por consequência da coesão econômica e social (ou dificulta-se se esta não se concretizar), mas também por outros mecanismos mais eficazes, como o da uniformização da distribuição alimentar e a de outros consumos, bem como o incremento dos movimentos de turistas no interior do território da União.

Uma nota ainda para a questão ambiental, que tem também várias escalas que se interagem e, embora pareça evidente a necessidade de uma política ambiental comum, é talvez o domínio em que a *solidariedade*, o sentir de pertença a um território comum, é mais difícil de conseguir: por um lado os ruídos (estrondos) da globalização têm eco (sentir) profundo em escala local e, por outro lado, a defesa de certos patrimônios comuns, espacialmente muito diferenciados, geram tensões e dificultam consensos. Desde a questão dos recursos piscatórios, à

proteção das aves migratórias, há um sem-número de pontos de discordia. Fenômenos idênticos observam-se ainda em escalas maiores, no interior de cada país ou até dos respectivos subespaços.

Assim, enquanto a globalização provoca como primeira reação a macrorregionalização (União Européia, NAFTA, Mercosul...), esta provoca a localização, sendo que a última se manifesta em diferentes escalas, que inclusive se podem encaixar: país, região, sub-região, município, lugar, local. Já assim o sublinhara Milton Santos: “a palavra lugar é, como outras do vocabulário geográfico, prenhe de ambigüidades, já que a região é também um lugar e a própria expressão região serve para designar extensões diferentes” (SANTOS, 1996, p. III).

Do mesmo modo, o geógrafo brasileiro confere ao lugar essa capacidade não só de defesa, como também de resistência:

“Por enquanto, lugar – não importa a sua dimensão – é espontaneamente a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas” (SANTOS, 1996, p. 206).

Nota final

Globalização, regionalização (macro) e localização são processos apoiados nos novos avanços tecnológicos – sobretudo os que decorrem do incremento das mobilidades (pessoas, mercadorias, informação) – que, no fundo, não põem em causa o território. As novas redes e as organizações em funcionamento arquipelágico não significam a abolição do território; pelo contrário, é através delas que se afirmam os poderes que ordenam e reordenam diferentes níveis territoriais: da escala planetária (organizações de Estados, corporações transnacionais, organizações não-governamentais globais) às escalas locais.

Há, assim, um despertar, uma descoberta de novas identificações territoriais, como no caso da União Européia ou da Península Ibérica, bem como a defesa das velhas pátrias (Portugal, Alvito) ou até de quase-pátrias, como no caso extraordinário que é a prevalência de *Macau*, um precipitado urbano num canto de lamas e águas pouco profundas, algures no Delta do Rio das Pérolas.

Sem este novo mundo em *rede*, em que todos vamos sentindo mais a nossa pátria Terra-Planeta, mas também a nossa pátria-terra-mãe (Mátria...), teria sido possível que um punhado de bravos tivessem levado por diante a utopia que era Timor Lorosae?

Sem este planeta global, em rede, o campeonato mundial de futebol teria permitido tal nível de afirmação de identidades nacionais – regionais? – de dentro para fora e de fora para dentro! A festa das diásporas, a festa das nações, em seus espaços multidimensionais.

Ao longo dos meus quase 40 anos de geógrafo, na tríplice função de professor, pesquisador e planejador, tenho verificado que de acordo com o domínio de um daqueles pilares a atitude política/de ação tende a variar quantitativamente.

Considerando apenas os casos em que prevalece uma necessária atitude crítica, por parte de qualquer dos três agentes, o pesquisador tende a ser o que assume um posicionamento mais pessimista (o que não significa derrotista); enquanto o planejador, até por dever de ofício, acredita mais no poder regenerador das estruturas, dos territórios, dos lugares.

Apesar das frustrações que acumulei ao longo dessas quatro décadas de trabalho no planejamento do território (da escala européia à escala do quarteirão), tenho uma reforçada convicção de que os estabelecimentos humanos, as cidades, as paisagens, a própria natureza, mesmo como metáfora, mantêm um elevado potencial de regeneração, que é de resto a única razão de ser para a utopia e para a ação. Ora, a geografia foi, desde os seus primórdios, uma disciplina (arte, ciência, técnica, filosofia) cujas leituras alicerçaram utopias e promoveram a ação. Creio que, ainda aqui, reside muito da lição de Milton Santos.

Referências bibliográficas

CLAVAL, P. (1978). *Espace et pouvoir*. Paris, PUF.

_____. (1994). *Géopolitique et géostratégie – La pensée politique, l'espace et le territoire au xx^{ème} siècle*. Paris, Nathan.

COMISSÃO EUROPEIA (1999). *Sexto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões da União Europeia*. Comunidade Européia, Luxemburgo.

GASPAR, J. (1990). “The New Map of Portugal”. In: HERBERT, M. &

HANSEN, J.-C. (eds.). *Unfamiliar Territory. The Reshaping of European Geography*. London, Gower.

_____. (1997). “Lisbon: Metropolis Between Centre and Periphery”. In: JENSEN-BUTLER, C.; SCHACHAR, A. & VAN WEESEP *European Cities in Competition*. Aldershot, Averbury, p. 147-178.

_____. (2001). “The Structuring Role of Urban System in Peripheral European Regions”. In: *Apontamentos de Geografia*, Série investigação (Pol.) n. 15, c.E.G., Lisboa.

GOTTMANN, J. (1973). *The Significance of Territory*. Charlottesville, University of Virginia Press.

JACOBS, J. (1984). *Cities and the Wealth of Nations*. New York, Random House.

LE BERRE, M. (1992). “Territoire”. In: BAILLY, A., FERRAS, R. PUMAIN, D. (dir.). *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica.

LÉVY, J. (1994). *L'Espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris, Press de La Fondation Nationale des Sciences Politiques.

MITCHELL, W. J. (1999). *e-topia*. Cambridge, Mass. The MIT Press.

MUMFORD, L. (1956). *The Urban Prospect*. New York, Harcourt, Brace & World.

PAGETTI, F. (1998): “La rete bancaria nel sistema urbano europeo”. In: BONAVERO, P. e DANSERO, E. (orgs.). *L'Europa delle regioni e delle reti*. Torino, Utet Libreria, p. 361-373.

RAFFESTIN, C. (1980). *Pour une géographie du pouvoir*. Paris, LITEC.

ROZENBLAT, C. (1998). “La mise en réseau des villes européennes par les entreprises multinationales (1990-1996)”. In: PUMAIN, D. & MATEI, M.-F. (orgs.) *Données urbaines 2*. Paris, Anthropos, p. 345-352.

SACK, R. D. (1980). *Conceptions of Space in Social Thought*. London, Macmillan.

_____. (1997). *Homo Geographicus*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

SANTOS, M. (1984). *Pour une géographie nouvelle*. Paris, Publisud.

_____. (1996). *A natureza do espaço-técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.

TAYLOR, P. J. (1985/1996). *Political Geography–World–Economy, Nation-State and Locality*. Harlow, Longman.

TUAN, Yi-Fu. (1977). *Space and Place: The Perspectives of Experience*. Minneapolis, Minnesota University Press.

Duas fábulas perversas: a aldeia global e a livre mobilidade do trabalho

Atílio A. Boron

Universidade de Buenos Aires
Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales

“A globalização é fábula” – assevera Milton Santos – “porque quando nos falam sobre a ‘aldeia global’ querem dizer que todos sabem o que se passa no mundo.” E acrescenta que é também “perversidade”, porque ao obscurecer a visão da situação, ao impedir que homens e mulheres adquiram real consciência dela, enaltece a ordem existente e dificulta a inadiável tarefa de sua transformação (SANTOS, 2000, p. 13-14).

Santos sabia perfeitamente bem que era preciso diferenciar conceitos de realidades. O fato de que estas se expressem sob a forma de fábula não nos autoriza a renunciar a pensar a realidade, mas sim, pelo contrário, nos obriga a fazê-lo cientificamente. Dado que a globalização é uma palavra crucial no discurso hegemônico de nosso tempo, o do neoliberalismo, impõe-se a tarefa de batalhar pelo conceito. Visto que, como Santos afirmava nessa mesma entrevista, “vivemos num mar de ideologias”, é preciso batalhar pelas idéias para refutar o senso comum que o neoliberalismo construiu laboriosa e

pacientemente com a ajuda de seus intelectuais, técnicos e políticos e disseminou por toda a extensão do planeta graças a seu domínio do “império da mídia” (p. 24).

Partindo dessas observações iniciais de Milton Santos, gostaria de me referir a certos pressupostos predominantes na ideologia da globalização – ou melhor, na fábula da globalização – que exaltam a livre mobilidade das mercadorias e dos fatores produtivos. Como já se sabe, esse é um dos axiomas fundamentais dos teóricos do neoliberalismo, congruente com sua visão dos mercados como âmbitos privilegiados onde encontram refúgio todo tipo de liberdades. A formidável penetração ideológica desse tipo de argumentos é de tais proporções que ele chegou a ser assumido, acriticamente, por dois autores do nível de Michel Hardt e Antonio Negri em seu último livro, *Império* (HARDT e NEGRI, 2002). Já criticamos *in extenso* seu argumento em um trabalho de recente publicação, no qual demonstramos a seriedade dos erros que caracterizam essa obra, razão pela qual não insistiremos agora em uma crítica global a ela (BÓRON, 2002). Concentrar-nos-emos, entretanto, em duas considerações fundamentais que dizem respeito ao núcleo duro da ideologia da globalização. Ou, para dizê-lo com as palavras do grande humanista brasileiro Milton Santos, discorreremos em torno a duas das muitas fábulas que o neoliberalismo ofertou a nosso tempo.

Uma aldeia global?

Esta é uma das fábulas mais difundidas pelo ideário neoliberal, e que se complementa maravilhosamente bem com outra, de natureza mais estritamente econômica, que garante que na nova economia global os fatores produtivos deambulam por todo o planeta atrás de uma otimização de seus rendimentos e remunerações.

A idéia subjacente à concepção da aldeia global é, segundo as palavras de Octavio Ianni, “a globalização das idéias, [dos] padrões e valores socioculturais, imaginários”. Pode, por isso mesmo, ser entendida também como uma “cultura de massas, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que criam o modo no qual uns e outros se situam no mundo ou pensam, imaginam, sentem e agem”. Na conformação da aldeia global, um papel fundamental é desempenhado pelos modernos meios eletrônicos de comunicação. Po-

tenciados pelo fenomenal desenvolvimento da informática, esses meios “rompem ou transpassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade” (IANNI, 1996, p.74).

Muito embora nosso autor assuma um enfoque que difere significativamente daquele proposto pelos ideólogos da globalização neoliberal, e esse é um dado fundamental, o certo é que existe em sua análise uma ênfase a nosso entender exagerada dos alcances reais da globalização e, muito especialmente, do papel dos meios eletrônicos e da internet nesse processo.

De início, digamos que existem alguns dados que deixam sombras sobre os alcances que esse processo de globalização supostamente teria. Em primeiro lugar, seria preciso levar em consideração que apenas 20% da população combinada da China e da Índia, que em seu conjunto somam pouco mais de um terço da população mundial, saíram alguma vez de sua aldeia de nascimento. Isto configura um dado suficientemente sólido para suscitar sérios questionamentos sobre a idílica imagem de um mundo global com agentes que se movimentam incessantemente por toda a geografia da terra e que se tornam partícipes da nova cultura global. Se somamos a esses dados os correspondentes às populações empobrecidas e majoritariamente agrárias do Sul da Ásia e da África Subsaariana, é razoável concluir que uma cifra provavelmente próxima ou levemente superior à metade da população mundial nunca transpôs os limites de sua comarca de origem. Inclusive nos Estados Unidos, país que usualmente se considera o coração da aldeia global, um estudo realizado há pouco tempo demonstrou que aproximadamente metade dos membros do Congresso daquele país nunca havia tirado passaporte, o que permite inferir que nunca tivessem abandonado seu país. Mesmo o atual presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, conhecia somente o Canadá e o México no momento do lançamento de sua campanha eleitoral. Em suma, há uma evidente tendência à “fabulação” nessa história da aldeia global, algo acerca do qual Milton Santos já nos havia advertido.

Em segundo lugar, existem outros dados que vão mais além da simples mobilidade geográfica e que implicam um radical redimensionamento das idéias a respeito da aldeia global. Com efeito, costuma-se afirmar que as comunicações já se desenvolveram a tal ponto que con-

seguiram gerar uma densa rede de vinculações que teriam quebrado o isolamento outrora característico das sociedades atrasadas. Nesse caso, o viés norte-atlântico (isto é, a tendência a generalizar para o conjunto do planeta o que é um traço característico dos capitalismos europeu e norte-americano) é mais do que evidente, como veremos a seguir.

- *Televisão*. A televisão é normalmente considerada o veículo fundamental da globalização e um dos instrumentos privilegiados na construção da aldeia global. Nos países desenvolvidos, a televisão encontra-se amplamente difundida: nos Estados Unidos, que está no topo da lista nesse aspecto, existem 806 aparelhos de televisão para cada 1.000 habitantes; no Canadá o número cai para 709 para cada 1.000 habitantes, e cai ainda mais no Japão (700 para 1.000), na Austrália (666 para 1.000) e na França (598 para 1.000). Como será que é essa realidade nos países do Terceiro Mundo? Bem, aqui, nós nos deparamos com uma queda fenomenal no que diz respeito à penetração da TV na sociedade: em Gana, por exemplo, só há 41 aparelhos de televisão para cada 1.000 habitantes; na Índia, com um total de mais de 1 bilhão de habitantes, são 64 aparelhos para cada 1.000 habitantes; 252 para 1.000 na China e, no paupérrimo Bangladesh, apenas 7 para 1.000. As cifras para a América Latina são de 345 aparelhos de TV para cada 1.000 habitantes na Argentina, 289 no Brasil, 277 no Chile, 193 no México, 122 na Guatemala e 80 em Honduras (PNUD, 1999, p. 53-56 [dados correspondentes a 1995-1996]). Conclusão: até que ponto a televisão é um veículo efetivo para a construção da aldeia global?

- *Telefones*. Uma visão sóbria demonstra, novamente, o caráter mitológico de grande parte do discurso neoliberal sobre a aldeia global. Nos capitalismos metropolitanos, há uma média de aproximadamente 600 linhas telefônicas para cada 1.000 habitantes. Porém, na periferia do sistema, as coisas mudam dramaticamente: em Gana há somente 4 telefones para cada 1.000 habitantes; na Índia há 15 aparelhos para cada 1.000 habitantes; 45 na China e apenas 3 em Bangladesh. As coisas melhoraram um pouco na América Latina, mas nem tanto: há 174 aparelhos para cada 1.000 habitantes na Argentina, 96 no Brasil, 156 no Chile, 95 no México e 31 na Guatemala e em Honduras (PNUD, 1999, p. 53-56 [dados também correspondentes a 1995-1996]). Relatórios

extra-oficiais indicam que pouco mais da metade da população mundial jamais efetuou nem recebeu nenhuma ligação telefônica. Podemos então falar, como fazem Castells e tantos outros, de uma “sociedade rede”? Como esses bilhões de pessoas que não possuem nem telefones nem aparelhos de televisão fazem para se comunicar?

• *Computadores pessoais*. Constituem o sustento da famosa “sociedade rede” e, para muitos – astutos publicistas neoliberais, observadores ingênuos, divulgadores etc.–, o fundamento último de uma nova fase marcada pelo advento de uma nova era de igualdade e eqüidade. Michael Hardt e Antonio Negri, por exemplo, consideram oportuno inscrever como epígrafe de um dos capítulos de *Império* uma afirmação de Bill Gates, segundo a qual “todos fomos criados iguais no mundo virtual” (HARDT e NEGRI, 2002, p. 304). As ressonâncias religiosas do discurso desses novos profetas são estrondosas. Todos iguais? Já vimos que não são todos os que têm acesso aos telefones e, por mais que Bill Gates e seus discípulos se esmerem em nos fazer acreditar no contrário, soa um tanto inverossímil que as massas empobrecidas do planeta, para as quais o aparelho em questão é um objeto relativamente estranho e inacessível e que, além do mais, habitam em barracos miseráveis sem sequer eletricidade ou serviços sanitários, possam dispor de computadores pessoais de última geração, conectados via satélite à internet e capazes de navegar no ciberespaço indefinidamente. Se na bucólica Suíça do segredo bancário existem 409 computadores pessoais para cada 1.000 habitantes e nos Estados Unidos, 362 para 1.000, na periferia as ilusões dos teóricos da “sociedade rede” se esvaem. Em Gana há apenas 1,2 computadores para cada 1.000 pessoas, na Índia 1,5, enquanto 3 chineses de cada 1.000 disputam entre si um computador. Em Bangladesh, a cifra é tão insignificante que não é sequer possível registrá-la. No quintal do centro imperial há uma certa melhoria, mas as coisas estão longe de ser o que se diz: no Chile há 45 computadores pessoais para cada 1.000 habitantes, 34 na Argentina, 29 no México, 18 no Brasil, 6 no Peru, e menos de 3 na Guatemala (PNUD, 1999, p. 53-56 [dados também correspondentes a 1995-1996]).

A conclusão que podemos extrair dessa breve análise é que, contrariamente àquilo que costumam afirmar os ideólogos da globalização

neoliberal, não é verdade que “as pessoas estão se conectando”. Existem algumas que se conectam, uma minoria rica e educada, enquanto a enorme maioria da população do planeta permanece desconectada. Gente que não só carece de aparelhos de televisão, telefones e computadores, mas que nem sequer tem acesso à eletricidade. Estudando esse drama em um país africano, William Wresch descreveu a realidade enfrentada por um nativo que tenta conseguir um emprego em Windhoek, a capital da Namíbia. Não há trabalho e a alternativa, após chegar a pé de sua aldeia, a mais de duas horas de distância caminhando, é permanecer em uma esquina da cidade junto a muitos outros, à espera de algum empreiteiro que queira contratar seus serviços para fazer qualquer trabalho. Este pode consistir em cavar um fosso, construir uma parede, descarregar um caminhão, erguer uma cerca. Se solicitado, ele faz tudo o que lhe é indicado sem questionar em nada as ordens que recebe. Ninguém lhe oferece nada para comer durante o dia todo e no local de trabalho não há banheiros. Ao anoitecer, recebe seu pagamento. Já teve sorte em poder trabalhar, de modo que aceitará o salário que lhe for dado sem um só gesto. Se continuar com sorte, poderá receber uns sete dólares pelo trabalho do dia todo; se não, receberá uns quatro. Será que ele pode procurar melhores oportunidades na “aldeia global”? Ele não tem dinheiro, nem educação, nem atendimento médico. Não pode comprar um dos pouquíssimos jornais que há na Namíbia porque isso consumiria 10% de seu salário diário, isto quando ele tem trabalho. Há televisão na Namíbia, mas poucos, muito poucos de seus vizinhos e amigos têm um aparelho. E, mesmo tendo, não adianta muito, porque quase toda a programação é transmitida em inglês, um idioma que ele não entende. Há apenas uma emissora de rádio que transmite programas em sua língua nativa, o *oshiwambo*, mas poucos têm aparelhos de rádio. A informação profissional e especializada o exclui, porque ele não tem uma profissão. Também não recebe informações das empresas e outras organizações, porque ele simplesmente não conta, é mão-de-obra facilmente substituível, abundante e barata. Seus amigos e colegas estão tão desamparados quanto ele, e falam uma linguagem tribal que pouquíssimas pessoas do mundo entendem. Qual pode ser o seu grande futuro no mundo da informação se suas chances de ver e utilizar um computador são remotíssimas? (WRESCH, 1996, p. 3-4). Não é necessário ser pessimista para saber que a maioria da população

mundial se encontra, com traços mais ou menos parecidos, na mesma situação que nosso aldeão da Namíbia.

Resumindo, tal como aponta um recente relatório do PNUD, o mundo da internet apresenta graves problemas de acesso e reproduz, de forma ainda mais marcante, as inequidades e injustiças características do capitalismo. Assim, a Ásia meridional, onde vivem 23% da população mundial, tem menos de 1% dos usuários de internet; adquirir um computador custa para o habitante médio de Bangladesh mais de oito anos de receita, contra um só mês de receita que custa para o estadunidense médio; 30% dos usuários de internet têm pelo menos um título universitário; só 17% dos usuários são mulheres no Japão e apenas 7% na China; apesar de o inglês ser falado por menos de 10% da humanidade, 80% de todos os *sites* da *web* se apresentam nesse idioma (PNUD, p. 6).

O mito da mobilidade do trabalho

Examinemos agora outra fábula: a da “livre circulação” dos fatores da produção no capitalismo global. Apesar de sua declarada adesão aos princípios comunistas e de suas alambicadas referências à tradição do materialismo histórico, Michael Hardt e Antonio Negri se apropriam de um preceito fundamental do neoliberalismo: a crença em que os fatores produtivos circulam livremente no cenário internacional. A cândida aceitação por estes autores de tal *ideologema* neoliberal revela, por um lado, a eficácia persuasiva alcançada por um verdadeiro *nonsense* elevado ao nível de verdade inapelável graças à hegemonia construída pelo capital financeiro e seus aliados. Tal hegemonia expressa toda sua madurez quando, em termos de Antonio Gramsci, consegue que as classes e camadas subalternas e, em geral, todos aqueles que supostamente se opõem ao *status quo* pensem com as categorias de seus adversários de classe. Nesse sentido, a capitulação ideológica de nossos autores diante do pensamento dominante é total. Mas, por outro lado, a aceitação de tais premissas revela igualmente uma questão substantiva, a saber: sua radical incompreensão do capitalismo contemporâneo. Inexplicavelmente obstinados no mito nada inocente de que os Estados nacionais estão próximos de sua completa desaparição – uma fábula que lamentavelmente também se popularizou na América Latina –, nossos

autores assumem, como se fosse a verdade revelada por um profeta, nada menos do que a opinião do ex-secretário do Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich, quando escreveu:

“[...] posto que quase todos os fatores de produção – o capital, a tecnologia, as fábricas e os equipamentos – atravessam sem esforço as fronteiras, a idéia mesma de uma economia [nacional] vai perdendo sentido... [No futuro] não haverá produtos ou tecnologias *nacionais*, nem empresas nacionais, nem indústrias nacionais. Já não haverá economias nacionais, pelo menos não no sentido em que compreendemos hoje esse conceito” (p. 147).

Custa acreditar que intelectuais do porte de Michael Hardt e Antonio Negri, especialmente este último, que no passado demonstrou um forte interesse pelos estudos econômicos, possam citar uma opinião como a precedente. Antes de mais nada, devemos observar que Reich fala astutamente de “quase todos os fatores da produção”, uma maneira elegante de evitar qualquer referência ao fato embarracoso de que existe um outro fator crucial da produção, a força de trabalho, que “não atravessa sem esforço as fronteiras”, tal como o prega insistentemente o credo neoliberal. Esta crença na livre mobilidade dos fatores produtivos encontra-se no núcleo fundamental da ideologia empresarial norte-americana, empenhada como está em embelezar as supostas virtudes dos mercados livres, ao mesmo tempo que condena qualquer tipo de intervenção estatal que não favoreça os monopólios e oligopólios, ou que introduza um mínimo grau sequer de controle popular ou democrático nos processos econômicos. Hardt e Negri parecem ignorar que Reich foi o secretário do Trabalho no primeiro mandato do presidente Bill Clinton. Tratou-se de um governo que presidiu um dos períodos mais dramáticos de reconcentração de rendas e riquezas em toda a história dos Estados Unidos, quando os assalariados assistiram ao desmantelamento de algumas das peças mais importantes da legislação social, e a precarização do trabalho chegou a níveis sem precedentes não só nos distritos rurais do Alabama e da Califórnia, mas também no Upper West Side de Manhattan, onde centenas de lojas elegantes recrutavam imigrantes ilegais para atender seus clientes pagando salários que se encontravam muito abaixo do mínimo legal, prestando assim uma

sentida homenagem às virtudes do livre mercado. A autoridade que Hardt e Negri citam em respaldo de suas opiniões foi nada menos do que um dos principais arquitetos desse desastre.

Em todo caso, para além dessa falta de apreensão, o certo é que a magnitude real do fenômeno do movimento internacional das pessoas tem sido grosseiramente exagerada pelos ideólogos da globalização neoliberal. Na “fábula” da aldeia global, é-nos assegurado que estamos diante da presença de um fantástico novo mundo povoado por grandes massas da população mundial em permanente movimento, que atravessam incessantemente as fronteiras nacionais e que decidem livremente o que fazer de suas vidas. Porém, como veremos a seguir, esta alusão ao nomadismo da multidão, tão importante na obra de Hardt e Negri, tem pouco a ver com a realidade.

Em primeiro lugar, porque a migração internacional tem dimensões muitíssimo mais reduzidas do que as normalmente sugeridas pelo discurso neoliberal. De acordo com um estudo do United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), “o número de pessoas (incluindo os migrantes por razões econômicas e os refugiados) que viviam fora de seus países de origem era próximo a um bilhão”, em meados da década de 1990. Isso é muito ou pouco? Na verdade, é muito pouco, pois representa menos de 2% da população mundial (UNRISD, 1995, p. 48). Sem desprezar, ademais, o sofrimento e o desenraizamento que tal processo implica, digamos, em decorrência do fato de que esses movimentos internacionais de população correspondem a uma fração marginal da população do planeta. Muito pouca gente se movimenta na famosa aldeia global.

Em segundo lugar, é preciso assinalar que, durante as últimas décadas, e coincidindo com o declinante dinamismo da economia capitalista mundial, as políticas imigratórias dos países avançados tornaram-se mais e mais restritivas. Isto tem sido verificado em sociedades que se autodefinem como “países de imigração”, como é o caso dos Estados Unidos, da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia e de Israel; nas velhas potências colonialistas que, até poucas décadas atrás, concediam a seus antigos súditos o direito à cidadania, a exemplo do Reino Unido, da França e da Holanda; e nos países que mantinham uma política de permitir entradas temporárias aos trabalhadores imigrantes, como os Estados do Golfo Pérsico, a Alemanha, o Japão e a Suíça.

Novos e mais restritivos critérios foram estabelecidos para a autorização da entrada de imigrantes. Combinado com o estabelecimento de cotas de imigração cada vez mais reduzidas, isso operou como poderoso dissuasivo contra a imigração legal.

Em terceiro lugar, é necessário destacar o fato de que, para além das restrições legais, tem ocorrido, sobretudo no mundo desenvolvido, um vigoroso ressurgimento do racismo, que age igualmente como poderoso dissuasivo das expectativas dos eventuais migrantes. Segundo um relatório do Parlamento Europeu, “na Europa acontece um ataque racista a cada 26 minutos” (UNRISD, 1995, p. 55). Ainda que não existam números relativos aos Estados Unidos, restam poucas dúvidas sobre a crescente violência desencadeada contra indivíduos suspeitos de representar um “outro” diferente e, portanto, ameaçador. A violência social praticada pelos grupos fundamentalistas, inclusive a própria violência policial, periodicamente retratada em sangrentos episódios cujo alvo é, invariavelmente, algum imigrante, são outros dos tantos exemplos de mecanismos *de facto* que desmentem o mito da livre circulação de pessoas.

À guisa de resumo: para a grande maioria dos imigrantes, a afirmação dos autores de *Império*, quando postulam que essas multidões podem passar sem esforços pelas fronteiras norte-americana ou européias, é uma cruel piada. A história desses imigrantes é de violência e morte, de dor e miséria, de sofrimento e humilhações. Como não entender que para qualquer trabalhador ilegal a expressão *la migra* – expressão pejorativa que faz alusão à polícia migratória dos Estados Unidos – seja algo aterrorizante? Por que não se interroga sobre a quantia que o imigrante teve de pagar para entrar ilegalmente nos Estados Unidos, sobre quantos de seus amigos morreram tentando, ou sobre o que quer dizer a palavra *coiote* na fronteira californiana? Tais esforços teriam sido de grande benefício para os autores, ao lhes permitirem captar com mais precisão os alcances, limitados, para não dizer limitadíssimos, da mobilidade do trabalho em um mundo supostamente “globalizado e sem fronteiras”.

Será que os adeptos da fábula neoliberal da aldeia global já ouviram falar nos imigrantes malsucedidos abandonados no deserto fronteiriço que separa o México dos Estados Unidos, que morrem calcinados pelo sol, mas certamente reconfortados pelas palavras de

Reich? Acaso podem eles ignorar o fato de que essa mesma fronteira gera a cada ano um número de vítimas humanas maior do que o infame Muro de Berlim ao longo de toda a sua existência? Seria também conveniente que perguntas similares às que fazemos aqui fossem formuladas aos imigrantes ilegais na França e no resto da Europa. Uma rápida folheada em alguns dos documentos do PNUD ou da Organização Internacional do Trabalho (OIT) teriam pougado Hardt e Negri de cometer erros maiúsculos como esse.

A aceitação de alguns dos pressupostos centrais dos ideólogos da globalização por parte de Hardt e Negri é extremamente preocupante. Sua crença no desaparecimento dos produtos, empresas e indústrias nacionais é absolutamente indefensável à luz da evidência cotidiana que demonstra a vitalidade, principalmente nos países desenvolvidos, de tarifas alfandegárias, barreiras não-tarifárias e subsídios especiais pelos quais os governos procuram favorecer de mil maneiras seus produtos nacionais, suas empresas e suas atividades econômicas. Nossos autores vivem em países nos quais o protecionismo tem uma força extraordinária e só pode ser ignorado por aqueles que se empenham em negar sua existência simplesmente porque ele não tem lugar em sua teoria. O governo norte-americano protege os habitantes de seu país da concorrência externa dos morangos mexicanos, dos automóveis brasileiros, dos tubos sem costura da Argentina, dos tecidos salvadorenhos, das uvas chilenas e da carne uruguaia, enquanto do outro lado do Atlântico os cidadãos europeus encontram-se seguramente protegidos pela “Fortaleza Europa”, que, ao mesmo tempo que prega hipocritamente as virtudes do livre comércio, fecha hermeticamente suas portas à “ameaça” originada pelas vibrantes economias da África, da América Latina e da Ásia.

Voltando ao caso das migrações internacionais, as dificuldades com as quais as autoridades mexicanas tropeçam à hora de obter a legalização da situação de milhões de compatriotas ilegalmente radicados nos Estados Unidos é de uma eloquência incontestável. Apesar da assinatura do Tratado de Livre Comércio que unifica as economias de Estados Unidos, México e Canadá, as minuciosas regulações que normativizam as relações econômicas entre esses três países não conseguem resolver a questão dos imigrantes mexicanos. Um dado decisivamente ilustrativo é oferecido pela distribuição temática e por

assuntos do Tratado: há quase 550 páginas destinadas a regular cuidadosamente tudo o que diz respeito aos fluxos comerciais e financeiros, os subsídios e as tarifas, os acordos em matéria tributária e as questões relativas à propriedade intelectual de marcas e patentes, mas apenas meia página destinada a formular uma vaga declaração em relação ao tema das migrações internacionais de trabalhadores. É simplesmente um tema negado, mencionado apenas como tributo à consciência social de nossa época, mas completamente carente da menor eficácia reguladora e completamente indiferente diante da opressão e dos abusos padecidos pelos trabalhadores ilegais nos Estados Unidos.

No fundo, e para sintetizar: a ditadura do capital exige total liberdade para os movimentos do capital e a mais completa autorização para atravessar as fronteiras dos Estados nacionais sem incômodo algum. Mas também exige, para perpetrar a desigualdade radical que caracteriza estruturalmente o capitalismo, a inamovibilidade da mão-de-obra. Ou que, quando esta tiver a ousadia de se mover e abandonar uma sociedade que a explora e dessangra, deva enfrentar as consequências de tal escolha com suas próprias precariedade e ilegalidade. Territórios fixos e rigidamente demarcados para os segundos, fronteiras porosas e permeáveis para o capital. Milton Santos o advertira claramente quando nos dizia que o território era o resultado das relações sociais e das lutas de classes.

Referencias bibliográficas

BORON, Atílio A. (2002). *Imperio & imperialismo*. Buenos Aires, Clacso.

HARDT, M. e NEGRI, A. (2002). *Imperio*. Buenos Aires, Piados.

IANNI, O. (1996). *Teorías de la globalización*. México, Siglo xxi/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la UNAM.

PNUD (1999). *Informe sobre desarrollo humano 1999*. Madrid, Mundiprensa.

SANTOS, M. (2000). *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

UNRISD (1995). *Estados de desorden. Los efectos sociales de la globalización*. Genebra, UNRISD.

WRESCH, W. (1996). *Disconnected. Haves and Have-nots in the Information Age*. New Brunswick, Rutgers University Press.

Processos planetários e fronteiras móveis: reflexões a partir da obra de Milton Santos

Carlos Walter Porto Gonçalves
Universidade Federal Fluminense, RJ

Em 2000 Milton Santos publicou um livro cujo título indica o caráter de manifesto: *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro/São Paulo, Record), como ele bem gostava de fazer. Em janeiro de 2001, realizava-se em Porto Alegre o 1º Fórum Social Mundial, onde desaguaram múltiplos movimentos sociais que começaram a ganhar visibilidade a partir de Seattle, Estados Unidos, em 1999.

O título do livro de Milton Santos bem poderia servir de síntese para toda essa nova onda de protestos sociais internacionais que tem no Fórum Social Mundial sua melhor expressão. Afinal, o próprio Fórum Social Mundial tem um claro caráter globalizado, indicando que a essa escala de análise está definitivamente ligado o destino dos povos de cada lugar do planeta. Não olvidemos que esses movimentos sociais que se articulam à escala mundial são movimentos inscritos local, regional e nacionalmente nessa teia contraditória por meio do que o

capitalismo, desigual e combinadamente, se desenvolve. Tudo indica que o monopólio das relações internacionais escapou do controle dos “de cima”, complexificando enormemente essas relações com a entrada de novos protagonistas – zapatistas, seringueiros, indígenas, campone-
ses (Via Campesina), afrodescendentes (quilombolas, *pallenques*¹, *hip hop*), mulheres, entre tantos outros (GONÇALVES, 2001). Definitivamente não são mais os Estados os únicos protagonistas que se apresentam no contexto das relações internacionais, embora tenhamos de incluir outros protagonistas menos honrados nessas relações, como os narcotraficantes, os traficantes de armas e as próprias grandes corporações capitalistas, que mantêm uma relação tensa e contraditória com os territórios e tudo o que eles implicam como relação entre população e direito num quadro espacialmente definido.

Milton Santos esteve, sobretudo nos últimos anos, envolvido com esses movimentos que operam em escala mundial, como, por exemplo, com a luta contra a volatilização do capital bancário² desencadeada pela Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), iniciada pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique* e que viria a se espalhar por todo o mundo com a proposta da Taxa Tobin e de que Milton Santos no Brasil era um dos principais articuladores. Registre-se que a ATTAC e o jornal *Le Monde Diplomatique* estiveram desde a primeira hora entre os articuladores do Fórum Social Mundial.

Muitos daqueles que estudam a obra de Milton Santos poderão identificar nessa prática política a coerência teórica desse geógrafo que, como poucos, conseguia articular ciência, ética e responsabilidade social. Basta observarmos que a ATTAC se desenvolveu a partir da luta contra o Acordo Mundial de Investimento (AMI), que colocava os Estados reféns das grandes corporações internacionais e que hoje é uma das principais propostas que circula na criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Portanto, o desafio prático continua para nós.

1. Nome atribuído aos territórios de liberdade dos negros na Colômbia, equivalentes aos nossos quilombos. A Constituição colombiana de 1991 reconhece o direito de essas populações terem seus territórios demarcados, tal como a nossa Constituição de 1988.

2. Distingo aqui, tal como fazia Lenin, o conceito de capital financeiro do de capital bancário. Tudo indica que o que se passa hoje é que o capital bancário deixou de ser capital financeiro na medida em que se descola da produção e vive do “corte de cupom”.

A seguir destaco alguns pontos fundamentais da obra de Milton Santos que nos levam a uma compreensão mais profunda das complexas relações que caracterizam o período atual que Milton Santos conceituara como meio técnico-científico-informacional.

O espaço geográfico como formação socioespacial

É conhecida e citadíssima uma afirmação de Marx de que o capital não tem pátria. Para um geógrafo, essa afirmação não pode passar em branco e sem uma análise mais detida. Afinal, o fato de o capital se mover pelo trabalho abstrato – tempo de trabalho socialmente necessário que subjaz no tempo do relógio que move a concorrência intracapitalista – que se materializa num símbolo abstrato – o dinheiro – indica exatamente que nos encontramos diante de uma contradição, posto que o capital envolve também o trabalho concreto de todos e de cada um; que o valor de uso fica subordinado ao valor de troca, assim como a riqueza fica subordinada à sua medida – o dinheiro. Enfim, o capital não pode prescindir da materialidade que constitui o espaço geográfico nosso de cada dia.

Uma das principais contribuições da obra de Milton Santos para as ciências sociais foi, sem dúvida, a de ter colaborado decisivamente para colocar o *espaço geográfico* no centro do debate acerca dos dilemas da sociedade contemporânea. E aqui vale ressaltar a desconcertante apropriação que faz de uma noção de François Perroux, a de *espaço banal*, para torná-lo um conceito científico com forte poder explicativo e impregnado de consequências ético-políticas. Afinal, esse conceito de *espaço banal* comporta a coexistência do diverso, onde co-habitam os objetos naturais³, os objetos técnicos, a informação e a comunicação, enfim, um espaço complexo que é distinto do espaço econômico, do espaço social ou de qualquer outro espaço temático de qualquer campo de conhecimento específico.

3. “Neste fim de século, a natureza, como realidade histórica, não existe por si só. Como espaço e como o planeta inteiro, a natureza é objeto do exercício das idéias do homem, do seu trabalho e das suas intenções e paixões. No pensamento do que o mundo representa para a humanidade, a natureza em si deixou de existir. Vejam o caso do turismo chamado ecológico. O mais remoto rincão da Terra, aquele que pareça menos conhecido, está hoje cheio de intenções; pode não ser objeto de domínio imediato do capital, pode não ser objeto de povoamento, mas é sempre objeto de intenções, e estas, num mundo globalizado, fazem parte da produção de uma política global” (SANTOS, 1998, p. 2).

“Enquanto outros especialistas podem escolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações [...] enxergando na materialidade esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (SANTOS, 1996, p. 257).

Assim, o *espaço banal* do nosso cotidiano, lugar da coexistência do diverso, tem de ser visto em suas conexões sistêmicas com a *totalidade*, para o que Milton Santos reinventou a categoria marxiana de *formação social*⁴ como *formação espacial* ou *formação socioespacial* (SANTOS, 1978a). Milton Santos assume sua dívida para com Marx – “que me ensinou muito”, como disse, sobretudo pelo método, mas nos alerta que devemos, por nós próprios,

“reencontrar os materiais, que não são os mesmos de Marx, mas os que me permitem produzir idéias do que existe no chamado mundo real. E assim voltamos ou chegamos à história, base imortal do método de Marx. E a história atual é muito mais sistematicamente palpável de que as anteriores, o que é uma chance para todos nós” (SANTOS, 2000b, p. 45).

Assim, o *espaço geográfico* de Milton Santos é um *espaço-tempo*, para o que a *periodização* se torna central enquanto fundamento teórico-metodológico. E aqui, mais uma vez, também a *periodização* se impõe, a um só tempo, como um imperativo científico e ético, à medida que somente a identificação do que é novo, do que é diferente, no bojo de um processo espaço-temporal, permite uma ação lúcida transformadora.

“Assim, quando um novo momento – momento de um modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do

4. Ou *formação econômico-social*. Na verdade, trata-se de um conceito criado por Vladimir Illich Ulianov (Lenin) em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* em 1898 e publicado no Brasil na Coleção “Os Economistas”, da editora Abril.

espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações, correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subseqüentes da produção” (SANTOS, 1978a, p. 139).

Foi essa firme preocupação metodológica com a *periodização* que permitiu a Milton Santos escapar das análises ideologizadas, tanto as afirmativas como as que se pretendiam críticas, acerca da globalização. Ali onde uns viam o fim da história e outros o velho e mesmo imperialismo, Milton Santos viu um período histórico em que novas situações se apresentavam.

Daí emergiu sua caracterização do período atual como *meio técnico-científico-informacional*, e no mesmo movimento desenvolveu sua caracterização do espaço geográfico como “um sistema de objetos e um sistema de ações” (SANTOS, 1994a; 1996; 2000a; 2000b; 2001).

Das novas configurações territoriais – da formação do capitalismo contemporâneo

É interessante observar que suas duas obras mais completas do ponto de vista teórico – *Por uma geografia nova* (1978a) e *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996) – nos trouxeram dois conceitos fundamentais para a caracterização do espaço geográfico: *formação espacial* (1978a) e *meio técnico-científico-informacional* (1996), sendo um o desdobramento do outro, conceitualizações essas que trazem, elas mesmas, as marcas do período histórico em que foram produzidas.

Na verdade, a *formação espacial* esteve na obra de Milton Santos fortemente ligada às suas preocupações com a questão nacional – “*formação social e realidade nacional*” (SANTOS, 1978a, p. 198) ou, ainda, quando considerava o “*Estado-nação como unidade geográfica de estudo*” (SANTOS, 1978a, p. 179-190).

Sua enorme preocupação com a questão nacional e com a questão do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento (pobreza), não o fez jamais, também nessa facilmente ideologizável problemática, se deixar levar pelo discurso nacionalista superficial. Ao mesmo tempo, e também aqui, vemos o quanto o marxismo, quando não tornado um

sistema doutrinário já pronto antes da análise da materialidade dinâmica do mundo, se mostra fértil na elucidação das questões contemporâneas⁵. Afinal, não só a marxiana *formação social* se torna *formação socioespacial*, como também o “*sistema de objetos e o sistema de ações*” se inspiram na dialética das forças produtivas e das relações de produção de Marx, num transcrescimento que procura ultrapassar a redução economicista que, diga-se de passagem, está muito mais presente nos marxistas do que em Marx⁶.

Milton Santos, que era tão severo com o modismo de substituir a análise *existencialista* (e não essencialista, como ele gostava de distinguir) pelo uso de metáforas, não deixava, todavia, de saber tirar proveito delas. Refiro-me aqui, em particular, ao uso que fazia da metáfora das *rugosidades* (SANTOS, 1978a, p. 138) que, com ele, ganhava um estatuto de quase-conceito pela operacionalidade explicativa e que bem esclarece o tema que ora tratamos. Assim, a *rugosidade*, expressão de clara inspiração geomorfológica, topográfica, adquire um sentido nada físico, sendo usada, no entanto, para nos lembrar da “*materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico*” e, assim, nos alertando que o *espaço geográfico* tem uma espessura, uma densidade sócio-histórica, enfim, o espaço geográfico não é externo aos processos sociais. Mais tarde isso ficará revelado na obra de Milton Santos com a valorização da categoria de *território* (SANTOS, 2000b, 2000c; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Aqui, com a metáfora da rugosidade, já começamos a vislumbrar que o capital pode não ter pátria, mas não pode prescindir de alguma forma de territorialidade. Destaquemos que o advento do capitalismo como modo de dominação e modo de produção (QUIJANO, 2000) está intimamente ligado à criação dos Estados nacionais moderno-coloniais (LANDER, 2000), fato para o qual Giovanni Arrighi e Perry Anderson já nos haviam alertado (GONÇALVES, 2002).

Quero destacar, ainda, que esse desdobramento da categoria de *formação social/formação espacial*, muito ligada à questão nacional (SANTOS, 1978a), para a categoria de *meio técnico-científico-informa-*

5. Poderíamos indicar como exemplo dessa fertilidade do marxismo a obra de outro geógrafo de grande circulação por toda a ciência social. Refiro-me a David Harvey. Ver, por exemplo, HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.

6. Bastaria lembrar que *O Capital*, mais do que uma obra de economia, é uma “contribuição à crítica da economia política”, que, aliás, é seu subtítulo.

cional e para sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1994a, 1996) se deve à permanente atenção à empiria e ao mundo no seu devir, o que proporcionou a Milton Santos captar essa enorme transformação por que passa o nosso mundo nos dias que correm. É que a *formação socioespacial* do capitalismo contemporâneo, como *meio técnico-científico-informacional*, desloca o lugar do Estado-nação na nova configuração geográfica e política. A política adquire, assim, um novo significado no mundo e na obra de Milton Santos à medida que

“as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra” (SANTOS, 1996, p. 65).

São as *verticalidades* que entram em tensão contraditória com o *espaço banal*, *locus* de co-habitação do diverso, na linguagem de Milton Santos, *horizontalidades* (1996, p. 223ss.), onde redescobre a “força do lugar” (SANTOS, 1996, p. 250ss.) e, poderíamos acrescentar, a força *dos* do lugar.

Devemos ressaltar aqui o paulatino deslocamento por Milton Santos da centralidade da economia – sem abdicar da contextualização sociogeográfica do econômico, escapando, assim, de uma geografia cultural tão em voga que não enfrenta essa questão – e a importância que ganha a dimensão do político em sua obra. Assim, os “*dois circuitos*” tão bem descritos e analisados a partir de *O espaço dividido* (SANTOS, 1979a) se dialetizam na tensão contraditória das *verticalidades* e das *horizontalidades*, assim como, pouco a pouco, a *ação* se amplia do planejamento e do planejador para considerar o papel protagônico dos movimentos sociais e dos “pobres” (SANTOS, 1996, p. 223ss.; 2001), no mesmo movimento em que o espaço vai, pouco a pouco, se tornando território (SANTOS, 2000a; 2000b; 2000c; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Na caracterização do novo período que ora vivemos, Milton Santos surpreende aqueles que são tentados a ver simplesmente a dominação do imperialismo em sua nova fase. Afinal,

“o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 1996, p. 254).

Ou ainda quando nos diz:

“O mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas ao seu uso. A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e a esperança” (SANTOS, 2000a, p. 168).

Ali onde a *verticalidade* – o poder dos “de cima”, o poder dos “de fora” – tenta comandar por meio de uma racionalidade instrumental que se quer cada vez mais veloz⁷, há uma *horizontalidade* em que se desenvolve uma contra-racionalidade, até pelo *tempo lento* dos que habitam e não somente passam ou que somente se interessam por uma única dimensão, a econômica, na verdade pelo lucro. Os *lugares* são *locus* da multidimensionalidade da vida, onde a convivência do diverso instiga cada um, posto que são abrigos que conformam as subjetividades de cada qual. Para isso Milton Santos nos propõe distinguir *informação* de *comunicação* como fundamental para compreendermos a tensão contraditória entre as *verticalidades* e as *horizontalidades*. Inspirado em A. D. Rodrigues, lembra-nos que

“podemos nos comunicar com o mundo que nos rodeia, com os outros, até mesmo conosco, sem procedermos à transmissão de quaisquer informações, tal como podemos transmitir informações sem criarmos ou alimentarmos quaisquer laços sociais. [...] Na experiência comunicacional intervêm processos de interlocução e de interação que criam,

7. Não olvidemos, como tão enfaticamente insiste Milton Santos, que os objetos técnicos, que cada vez mais povoam o nosso espaço geográfico de cada dia, são objetos impregnados de intencionalidade, são objetos in-formados.

alimentam e restabelecem os laços sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado em comum. ‘Comunicar’, lembra-nos H. Laborit, ‘etimologicamente significa pôr em comum’. Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, ‘pontos de vista mais ou menos compartidos’, em proporções variáveis, diz S. van der Leecew. Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens” (SANTOS, 1996, p. 253).

Eis que as *rugosidades* se apresentam com novas qualidades e os lugares e a comunidade de lugares que são os territórios adquirem toda a sua força, como se pode ver, seja em eventos como o 11 de setembro de 2001, seja na crise argentina, onde o corpo a corpo, seja o corpo de aviões se chocando com o corpo dos edifícios, seja o corpo da multidão batendo panelas, bloqueando rotas ou depredando bancos, mostra toda a tensão entre as *verticalidades* e as *horizontalidades*, entre os que agem a distância – a tele-ação que pressupõe a tele-visão e o sentir remotamente, sensoriamento remoto – manipulando informações e, de outro lado, as gentes comuns, os movimentos sociais e os pobres se *comun*-icando.

O fato de o capital não ter pátria não quer dizer que ele não se territorialize. Aliás, o que o capital tem buscado com as privatizações das empresas públicas não deixa de ser uma outra forma de territorialização, ampliando, assim, o escopo do espaço dominado pela acumulação privada das grandes corporações, ele que, numa fase anterior, teve na empresa pública e, portanto, na aliança com o Estado, sobretudo no setor das condições gerais de produção – energia, comunicações e transportes, siderurgia –, um outro padrão de acumulação (e de exploração e dominação). Considerando-se, como nos ensinara Marx, que o capital é uma relação social, ele comporta o seu contrário e tudo aquilo que domina – afinal, a natureza e o trabalho não são, por natureza, mercadorias.

Se o capital quer fluir pelo mundo sem fronteiras, o mesmo não ocorre com a natureza e com o trabalho. Para o trabalho, em particular, o capital cuida para que o Estado seja cada vez mais específico no controle

das fronteiras, num mundo onde se diz que tudo deve ser flexível e que tudo pode se movimentar livremente, onde até mesmo alguns vêem uma “sociedade em rede”, ignorando completamente o significado das fronteiras, dos territórios. Lembremos a esses que fronteira deriva de *front*, expressão militar que designa aquele espaço onde a guerra está sendo travada exatamente pelo controle do espaço. Definida a vitória pelo controle do espaço, o *front* transforma-se em fronteira e o espaço em território. A fronteira substantivada tende a esconder o *front* que a fez. Não há território sem sujeitos que o instituem. Portanto, todo território se faz por meio dos sujeitos sociais que o fazem. É preciso identificar as territorialidades que subjazem aos territórios.

Ao nos trazer à luz o significado do espaço geográfico e do território, Milton Santos nos remete ao *mundo real* e não simplesmente ao mundo do capital. Ao nos livrar da unilateralidade daqueles que sempre nos falam da “lógica do capital”, indica-nos que o que existe comporta, também, possíveis e, assim, a análise do ser-que-aí-está deve comportar também o vir-a-ser, e é isso que nos abre para o futuro, não pelo voluntarismo, mas pelo possível *inscrito no próprio mundo enquanto latência*.

“O essencial é saber que, entre as possibilidades que o mundo oferece a cada momento, muitas ainda não foram realizadas. Uma análise que pretenda ajudar a enfrentar o futuro deve partir desse fato muito simples: não se pode analisar uma situação apenas a partir do que existe. A análise de uma situação exige que consideremos também o que não existe, mas que pode existir [...] Como o futuro jamais é um só, é isso que nos pode unir na tarefa de pensar os futuros e escolher um. Como essa forma de analisar deve ser feita a partir de tudo o que existe, trata-se de uma forma *existencialista* de construção do pensamento”,

arremata Milton, numa clara inspiração sartriana, que tão bem caracteriza o seu pensamento (SANTOS, 1998).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry (1976). *Passagens da Antigüidade ao feudalismo*. Porto, Publicações Escorpião/Afrontamento.

_____ (1984). *Linhagens do Estado absolutista*. Porto, Afrontamento.

ARRIGUI, Giovanni (1994). *O longo século XX*. São Paulo, Contraponto/Unesp.

BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand.

BORON, Atílio. (2002). *Imperio/Imperialismo*. Buenos Aires, Clacso.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CLASTRES, Pierre. (1982). *Arqueologia da violência – Ensaios de antropologia política*. São Paulo, Brasiliense.

GARCIA LINERA, Álvaro. (2001). “Multitud y comunidad – La insurrección social en Bolivia”. *Revista Chiapas*, n. 11, 07-16. México, UNAM/Ediciones Era.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. (2002). “Milton Santos – Ciência, ética e responsabilidade social”. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido*. São Paulo, Publifolha.

_____ (2002). “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: CECEÑA, Ana Ester e SADER, Emir (orgs.). *La guerra infinita; hegemonia y terror mundial*. Clacso, Buenos Aires.

_____ (2001). *Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*, México, Siglo xxi.

_____ (2001a). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo, Contexto.

GUATARI, Felix (1982). *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. São Paulo, Brasiliense.

GUIGOU, Jean-Louis (1995). *Une Ambition pour le territoire. Amenager le temps et l'espace*. Paris, Laube-Datar.

HUMBERT, Marc (1991). “Perdre pour gagner? Thecnique ou culture, thecnique et culture”. *Espaces Temps* n. 45-46, p. 53-61.

LANDER, Edgardo (org.) (2000). *La colonialidad del Saber – Eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Clacso/Unesco.

LATOUR, Bruno (1989). *Nós jamais fomos modernos*. São Paulo, Ed. 34.

LEFF, Enrique (1994). *Ecología y Capital*. México, Siglo xxi.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1989). *O pensamento selvagem*. São Paulo, Papirus.

MARX, Karl e ENGELS, F. (1947). *The German Ideology*. Nova York, International Publishers.

MOSCOWICI, Serge (1972). *A sociedade contra a natureza*. Petrópolis, Vozes.

MANGABEIRA, Nancy (2001). *Da foz à nascente – O desafio do Rio*. São Paulo, Cortez.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael (2001). *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.

POLANYI, Karl (1978). *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus.

PRIGOGINE, Illia e STENGERS Stengers, Isabele (1984). *A nova aliança. Metamorfose da ciência*. Brasília, Ed. UnB.

QUAINI, Massimo (1982). *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____(1983). *A construção da geografia humana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

QUIJANO, Anibal (2000). “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, E. (org.). *La Colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires, Clacso/Unesco.

RAFFESTIN, Claude (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

SANTOS, Boaventura de Souza (1996). *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento, 8^a ed.

_____(1997). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 3^a ed.

_____(2000). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 3^a ed.

SANTOS, Milton. (1965). *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____(1971). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Hucitec.

_____(1978a). *Por uma geografia nova – Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo, Hucitec.

_____(1978b). *Pobreza urbana*. Recife/São Paulo, Hucitec/Mestrado em Planejamento Urbano – UFPE.

_____(1979a). *O espaço dividido – Os dois circuitos da economia*

urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

_____. (1979b). *Espaço e sociedade.* Petrópolis, Vozes.

_____. (1979c). *Economia espacial – Críticas e alternativas.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1980). *A urbanização desigual – A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.* Petrópolis, Vozes.

_____. (1982). *Pensando o espaço do homem.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1985). *Espaço e método.* São Paulo, Nobel.

_____. (1987). *O espaço do cidadão.* São Paulo, Nobel.

_____. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1990). *Metrópole corporativa fragmentada – O caso de São Paulo.* São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Nobel.

_____. (1993). *A urbanização brasileira.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1994a). *Por uma economia política da cidade.* São Paulo, Hucitec/PUC-SP.

_____. (1994b). *Técnica, espaço, tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo, Hucitec.

_____. (1998). *O professor como intelectual na sociedade contemporânea.* Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe), Águas de Lindóia/SP.

_____. (1999). “O dinheiro e o território”. *Revista GEOGRAPHIA*, Ano 1, n. 1, Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF, Niterói.

_____. (2000a). *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro, Record.

_____. (2000b). *Território e sociedade.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. et alli. (2000c). *O papel ativo da geografia – um manifesto.* Laboplan – Florianópolis-SC, USP.

_____. e SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil – território e sociedade no início do século xxi.* Rio de Janeiro, Record.

SOJA, Edward W. (1993). *Geografias pós-modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica.* Rio de Janeiro, Zahar.

THOMPSON, Edward (1998). *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo, Cia. das Letras.

Fronteiras móveis, um imperativo do capital

Fernando Pedrão

Universidade Federal da Bahia,
Universidade Salvador – UNIFACS

Territorialidade e história

A questão da estabilidade ou da mobilidade das fronteiras é um tema essencial da análise das transformações das sociedades modernas. Falamos de fronteiras entre Estados nacionais e de fronteiras entre povos, já que não podemos excluir dessa discussão a situação daqueles povos que se encontram em território incerto ou que, simplesmente, estão impedidos de estabilizar um território autônomo. A prática dos países europeus de intervirem em qualquer parte do mundo segundo seus interesses, hoje copiada pelos Estados Unidos, obriga-nos a qualificar a noção de fronteira, para reconhecer que há fronteiras mais sólidas e mais eficientes que outras.

Os conflitos do mundo de hoje, nos planos de relações entre as sociedades mais poderosas e de relações delas com os demais países, mostram a atualidade deste questionamento. As grandes potências

continuam a refazer o mapa político do mundo, agora passando por cima das instituições criadas por elas próprias. Assim como o mapa da África foi refeito pelos impérios coloniais, quando de sua entrada e também de sua saída do continente, e o mapa do Oriente Médio tem sido recomposto continuamente, desde 1917, revela-se uma diferença fundamental entre as nações que dispõem de territórios constantes, ou que têm estado ao abrigo de intervenções sobre seu território, e aquelas que têm exercido poder militar, velado ou explícito, para intervir na territorialidade das demais. O colonialismo ressurge, sob nova linguagem, recorrendo à suposta legalidade, tal como o fez quando usou o Tratado de Viena como referência legitimadora de um uso unilateral de poder. A hegemonia norte-americana assume um papel de interventora, que aprofunda essa diferença entre as fronteiras estáveis e as móveis e entre as fronteiras com fossos e cercas – tal como a própria fronteira norte-americana – e as que são linhas de relacionamento.

Desde então, com o auxílio geralmente involuntário da mídia, passou-se a visualizar o território como uma injunção do poder nacional legitimado. As potências hegemônicas vêem seu próprio território como sujeito a leis internas, enquanto se consideram na condição de intervir no território das demais nações. A capacidade de manter território torna-se um dado da consistência nacional.

Neste contexto da realidade da política da força, a questão da territorialidade é a da discussão social do espaço, ou seja, é onde o espaço deixa de ser uma categoria do conhecimento, como quis Kant, para ser uma manifestação da situação das nações no mundo moderno. A historicidade do território em Hegel torna-se um aspecto essencial da polaridade polêmica entre a visão histórica dialética e a do realismo crítico. Diante dessa exibição de força, que significa o contratualismo que legitimou o Estado burguês? O mundo do pós-contratualismo é, também, o ambiente de outro unilateralismo, que simplesmente desconsidera os freios éticos da organização internacional (SANTOS, 1999).

O mundo moderno está formado por espaços nacionais aparentemente invariantes, entretanto sujeitos a pressões conduzidas pelos interesses do capital e pelas condições dos trabalhadores, que se deslocam em busca de emprego. A invariância do território reflete uma equação de poder duradoura, mas não há caso algum na história em que os territórios não tenham estado sujeitos a pressões que podem alterá-los.

Por isso, a aparente ingenuidade da geografia organicista, que parece desconhecer essa polêmica, reflete uma determinada visão historicamente situada, revelando-se instrumental à reprodução do poder desigual que sustenta o novo colonialismo. Tal geografia supõe um mundo constituído de Estados nacionais plenamente equivalentes, dotados de territórios igualmente invioláveis. Em tal mundo, a transnacionalidade é administrada como um argumento do extravasamento do poder nacional sobre os espaços que se tornam funcionais à sustentação do poder hegemônico, fazendo caso omisso de soberania ou de continuidade cultural e mediante o controle de uma ideologia nacional unificadora, neste caso a dos Estados Unidos da América do Norte.

Para chegar a uma leitura realista do problema, torna-se imperativo situar historicamente a questão do território no contexto das transformações socioeconômicas e sociopolíticas do capital. Isso significa recolocar o território em seu verdadeiro contexto de manifestações dos processos do poder. Assim como há regiões que atraem capital e trabalho e há regiões que expelem capital e trabalho (PEDRÃO, 2002), varia a capacidade dos Estados nacionais de manter um território invariante.

A um olhar em perspectiva histórica, não há como ignorar que a atividade social em geral gera uma territorialidade, traduzindo-se em algumas demarcações precisas e outras fluidas e variáveis. Um e outras estão sujeitas a variações, bruscas ou suaves, ao longo do tempo, que registram as vicissitudes da história das sociedades concretas. O atual é uma linha divisória entre o passado, o que houve, e o futuro, o que pode haver. O momento é o limite temporal móvel, como colocou Simmel (1950).

Assim, os espaços dos movimentos sociais de grande expressão variam ao longo do tempo, refletindo as alterações dos projetos políticos que representam. Desse modo, quando se reconhece as diferenças entre os projetos de poder das nações mais poderosas e os das nações periféricas, torna-se indispensável rever o significado de fronteira. Nesse ponto, encontra-se um aspecto polêmico da construção de uma crítica do capitalismo de hoje, que é a contradição entre as fronteiras necessárias ao estatuto dos Estados nacionais e os limites, que são meras referências do agir social, nos planos da cultura, do poder político e dos movimentos do capital (JASPERS, 1958).

A incorporação do território na análise social está no cerne desse aspecto polêmico, que compreende os eixos temporais e espaciais da formação de experiências. A noção de tempo-eixo, trazida por Karl Jaspers, deve ser completada com uma visão espaço-tempo, ou com uma visão que se apropria da territorialidade das experiências contidas nesse tempo histórico. Isto quer dizer, por exemplo, que o contexto de internacionalidade e nacionalidade do período das cruzadas não é o mesmo que o do mundo pós-guerras napoleônicas, nem é o mesmo do mundo da atual hegemonia.

A contradição entre fronteiras e limites surge com a formação da sociedade capitalista, que precisa da institucionalidade dos Estados nacionais, ao mesmo tempo em que a nega, ao aspirar a uma mobilidade internacional dos capitais. Daí que a temática das fronteiras ressurge, não só em conexão com os movimentos da acumulação no capitalismo contemporâneo, como em razão das condições em que o capital se apropria dos recursos necessários à reprodução do capital já acumulado. A inserção dessa temática num contexto histórico específico pressupõe a compreensão de uma geografia socialmente produzida, ou de uma geografia da história. Assim como a relevância da geografia resulta de explicar a espacialidade do agir social, a geografia está historicamente situada quando coloca esse agir como condicionado pelos espaços criados que ele encontra. A separação de história e geografia revela-se como uma operação fundamental da alienação da visão geográfica, bem como uma operação restritiva da visão histórica.

A especificidade da territorialidade do capital suscita problemas peculiares do mundo moderno. Diante dos questionamentos do extravasamento do poder das grandes potências modernas, bem como de movimentos que perpassam as sociedades semi-industrializadas, ou subindustrializadas, como denomina Pierre Salama, impõe-se uma revisão dos fundamentos doutrinários da discussão de fronteiras e de limites¹.

Há um fundamento histórico na formação da cultura política ocidental, com sua trajetória de criação de Estados nacionais, e um outro fundamento na organização moderna da produção. A primeira,

1. A escatologia do limite foi pesquisada em sua expressão estética e em contraponto com a construção ideática de margem por Ângela West Pedrão, em sua dissertação intitulada *A margem e o limite* (FAU-UFBA, 1999).

claramente, vem da matriz romana, revelando o *pathos* da expansão incoercível do poder. A fragilidade do poder reside em ter de se expandir para se manter. Limite – *limes* – para os romanos era uma linha móvel, que poderia oscilar segundo circunstâncias militares ou refletindo injunções internas da luta pelo poder. Entretanto, era uma linha móvel que delimitava um espaço internamente unificado. Afinal de contas, a conquista das Gálias dependeu mais de imperativos de uma disputa de grupos pelo poder em Roma que de determinações da estruturação política da república.

A fluidez dos limites foi fundamental enquanto a República romana se expandia. No Império, esses limites, pelo contrário, deram lugar à formação de poderes de fronteira – as marcas –, que viriam a ser um componente essencial da estrutura feudal. A fluidez dos limites deixa de ser um fato político para indicar uma complexidade adicional, de territórios definidos pelo próprio fato da fronteira.

Na Idade Média ibérica, os limites eram, justamente, os lugares privilegiados da fusão cultural, quando a esfera islâmica de poder permitiu a convivência entre muçulmanos, cristãos e judeus. Na experiência da Península Ibérica, a prolongada alternância de luta e convivência entre o mundo cristão e o islâmico deu lugar a uma ampla e complexa fusão cultural, e as bases materiais e ideológicas do processo civilizatório deram lugar a esse outro tipo de expansão transcontinental, que passou para a América e para a África.

Submetidos ao teste da maturidade dos sistemas políticos, os velhos limites militares e administrativos revelaram-se espaços diferenciados de relacionamentos, por isso capazes de abrigar atividades criativas. As fronteiras costumam abrigar perfis de atividade que se distanciam dos espaços que separam. O limite não é apenas a transição entre dois campos de cores diferentes, que determina negativamente a linha, senão um espaço dotado de determinações próprias, que modifica os campos delimitados. Se as transformações do capital resultam em mudanças na compreensão de limite pelas sociedades organizadas, não há como desconhecer que essas mudanças se refletem no próprio modo de tratar os limites.

Essa condição da produção de espaço muda juntamente com a modernização do capitalismo. O modo de reprodução do capital muda juntamente com sua capacidade de usar trabalho qualificado e recur-

sos físicos, tal como aconteceu com a substituição do uso de recursos renováveis pela queima de petróleo.

Segundo os recursos energéticos que mobiliza, o capital gera espaços que se expandem e espaços que se contraem, criando novas condições de limites. O capital vê as fronteiras de modo diferente do Estado nacional, já que só reconhece fronteiras funcionais a interesses, isto é, fronteiras úteis aos seus propósitos. A compreensão geográfica de fronteiras móveis trabalhada por Milton Santos representa um corte entre essas duas situações, porque, facilmente, seleciona alguns processos do capitalismo, subentendendo que são esses processos especiais – planetários – que distinguem pautas de comportamento capazes de alterar a geografia do capital.

Vimos que o capital mercantil criou zonas fronteiriças, que foram espaços de atrito e ajuste. Substituiu a linha de fronteira pelo espaço fronteiriço, que se torna o lugar de atividades que não podem ser realizadas em nenhum outro lugar. A ampliação de escala da operação mercantil foi, essencialmente, transcontinental. Criou os mecanismos apropriados para extrair recursos e força de trabalho seletivamente, para sustentar o movimento de acumulação em seus centros de decisão. A rigor, o colonialismo criou dois tipos de fronteira, uma fronteira fixa das metrópoles e fronteiras variáveis das colônias. O Brasil herdou essa visão colonial das fronteiras, distinguindo fronteiras ativas, onde se acumularam conflitos e ajustes, e fronteiras inertes, negociadas, praticamente, como reservas de valor, que poderiam ser parte de uma geopolítica continental, mas que não afetariam a produção do poder nacional.

A sociologia histórica

A visão histórica tornou necessária uma visão sociológica da história, isto é, uma sociologia histórica, que seria a perspectiva disciplinar de estudo da formação das sociedades. As ciências sociais alternam movimentos de análise e de síntese, enfrentando necessidades, progressivamente maiores, de sínteses cada vez mais abrangentes, tendo de dar conta de estruturações mais complexas. Não se pode reduzir o significado atual de fronteira ao do limite romano, como não se pode separar a experiência do capitalismo industrial de suas raízes mercantis.

A mobilidade ou a fluidez das fronteiras é um fenômeno que interessa apenas à relação entre Estados nacionais independentes, que exprime relações simétricas de poder, quando na realidade essas relações são assimétricas (MARTINS, 1999). O modo de funcionamento do capitalismo avançado compreende essa assimetria, junto com os movimentos de capitais desiguais e combinados, como antecipou Trotsky.

Os processos de acumulação do mercantilismo avançado determinaram movimentos transcontinentais desde o século xv². Dirigiram-se, inapelavelmente, para um estilo de formação de capital sem limitações de fronteira. Os países condutores da acumulação mundial de capital, na passagem do mercantilismo avançado para o capitalismo industrial, definiram um novo mapa mundial dos recursos que pretendiam subordinar, para cuja eficiência passaram a romper os acordos de legitimidade dos governos, tal como hoje voltam a fazê-lo, quando se trata de países produtores de petróleo.

Há, portanto, questões mais profundas de territorialidade e de identidade, relacionadas com a revalidação da noção de fronteiras. As fronteiras são limites e são espaços específicos de seqüências de acontecimentos que não podem dar-se em nenhum outro lugar. Ao desenterrar os conteúdos espaciais do capitalismo, revelam-se referências da *práxis* do poder econômico, que estão além das condições de estruturação nacional. As fronteiras não são inertes, nem são meros objetos da ação do capital. São os lugares da diferenciação que se recupera para o conjunto nacional. Como se poderia entender a expansão da fronteira agrícola brasileira separadamente da acumulação de capital na economia rural em seu conjunto? E como se poderia compreender a acumulação na esfera rural sem os mecanismos de comercialização?

As fronteiras representam experiências que se acumulam de modo diferenciado, que se tornam parte da estruturação cultural da sociedade. Fronteiras ativas, como a fronteira entre a Colômbia e o Equador, ou entre o Brasil e o Paraguai, são parte essencial do perfil da mobilidade dos trabalhadores de cada um desses países.

2. O poder interpretativo da análise de Braudel está, justamente, em mostrar como a transcendência ou exteriorização do sistema econômico e político da Europa ocidental foi determinada por seus mecanismos de reprodução interna. Ao precisar sobrepor-se ao poderio feudal da Espanha, a Holanda seria levada a uma expansão transcontinental. Esta parece ser uma explicação bastante mais poderosa das invasões holandesas no Brasil que a pressão de capitalistas judeus emigrados.

A questão consiste, portanto, em incorporar a experiência das fronteiras como parte da identidade nacional. Que seria a experiência nacional do Brasil sem a compreensão de fronteiras reais em expansão? A fronteira com a Argentina e com o Uruguai foi sempre uma fronteira ativa, que desempenhou um papel incomparável com o das fronteiras com a Colômbia e com a Venezuela, que somente se tornaram funcionais depois de 1960. A fronteira é o lugar do intercâmbio e a linha do conflito.

As fronteiras são parte da estruturação nacional e evoluem com ela. As fronteiras móveis são a cara externa de processos do capital que quebram uma territorialidade “nacional”, ou que revelam o componente internacional da esfera nacional. Na realidade, não há unidade nacional alguma que se defina sem ser em relação com uma determinada equação internacional, e os processos nacionais se desenvolvem em contraponto com a equação de relacionamentos internacionais.

Assim, descobrem-se algumas contradições no plano social da produção dos Estados nacionais de hoje, embutidas na problemática de fronteiras em seu sentido mais amplo. As transformações que são próprias da esfera nacional projetam-se ao modo como os países realizam sua situação de fronteiras. Se, por um lado, os países mais ricos sentem-se em condições de vulnerar as fronteiras dos mais fracos, por outro lado tornam-se objeto de fluxos migratórios irrefreáveis, que em parte representam migrações seletivas, mas recebem pressões migratórias generalizadas, que alteram seu mercado de trabalho. No entanto, são órbitas diferentes.

Os países que controlam os fluxos internacionais de capital conduzem um processo genuinamente planejado, que é o da mobilidade do capital. Por seu intermédio, controlam a mobilidade do trabalho e a acumulação de valor no trabalho (PELIANO, 1990), que fica subordinada ao quadro de opções de absorção de trabalhadores estabelecido pelo capital. A mobilidade do trabalho surge de condições objetivas da composição do capital, que não podem ser simplesmente exportadas. Assim, os países mais ricos têm administrado as migrações como um dispositivo de correção de mercado, a ser desenhado segundo seus interesses.

A grande questão que se levanta, portanto, refere-se ao significado social das alterações do tratamento da questão de fronteiras. A mobilidade de fronteiras não é uma questão genérica de territórios

como tal, e sim uma condição da formação de território no ambiente do capitalismo. A novidade com que se nos apresenta decorre da especificidade da produção de território no capitalismo periférico. Por isso, representa um aspecto essencial da movimentação do capital entre conjuntos de opções de aplicações.

Na busca de ampliar suas opções, o capital tende a transgredir fronteiras, ao tempo em que procura estabelecer barreiras que o aparelham para defender seu próprio território, com seus componentes materiais e ideológicos, institucionais e simbólicos. A fronteira, mesmo quando é vulnerada, preserva referências de um *outro*, cuja presença é essencial no processo de produção do *próprio*, com sua capacidade de se manifestar em seus simbolismos (BOURDIEU, 1990).

O caráter desse outro é uma questão aberta, que recebe duas leituras: a inclusão do outro no âmbito das sociedades integradas (HABERMAS, 1999) e o reconhecimento de outros em sociedades não integradas ou desigualmente integradas. São situações historicamente incomparáveis: o outro nas sociedades ricas europeias, que são os imigrantes. E o outro em sociedades que foram colônias, nas quais esse outro é um plural, que são os grupos sociais marginalizados. Para países que foram colônias, há uma dupla questão de um outro, que é um outro deste outro ignorado pelas nações que escrevem a ideologia da história³.

O controle das fronteiras, portanto, passa a fazer parte do conjunto dos elementos envolvidos no processo do capital. Para os países que se reproduzem na periferia da acumulação, que passam por sucessivos movimentos negativos da concentração de capital, trata-se de ganhar controle de suas fronteiras, tanto como se trata de ganhar e manter a capacidade de ter uma moeda própria. A moeda é parte essencial da fronteira na sociedade do capital.

3. Em outro trabalho – *Raízes do capitalismo contemporâneo* (1995) – procurei mostrar como todos nós, latino-americanos, somos ignorados pela leitura histórica da formação da economia, apesar de estarmos registrados pelos historiadores da economia. A tese de que a revolução industrial surgiu no noroeste da Inglaterra, por ser o único lugar onde houve uma conjunção favorável suficiente de elementos para isso, aceita por autores como Maurice Dobb, reflete uma visão eurocêntrica, que desconsidera que tal conjunção favorável dependeu da extração direta de riqueza da Índia e indireta do Brasil. Entretanto, não haveria uma história econômica do capitalismo sem a participação das colônias, como tampouco haveria formação de capital sem trabalho mal pago.

A definição funcional das fronteiras, como componente positivo ou negativo da formação nacional, certamente é um aspecto da dinâmica da ligação entre nações que precisa ser examinado com maior cuidado. Os Estados nacionais precisam de fronteiras para estabelecer sua esfera de poder.

A política do espaço social

As fronteiras são parte dos espaços sociais que se constroem como parte dos Estados nacionais. Subjacente à questão das fronteiras está a questão mais profunda relativa ao significado do espaço social. As fronteiras dividem espaços sociais materialmente articulados, isto é, áreas povoadas, centros de produção, locais de consumo. A localização das fronteiras reflete essa geografia econômica, com seu significado de gestão de poder. Toda controvérsia e todo acordo sobre fronteiras de fato têm diante de si essas áreas ocupadas e organizadas.

Por isso, hoje, precisamos de uma conceituação do espaço social politicamente reconhecido, que nos mostre como funcionam essas linhas divisórias. Há uma diferença fundamental entre as fronteiras das grandes potências e as dos países que foram colônias, ou que se encontram em posição de subordinação.

As grandes potências continuam a modelar os espaços sociais dos países militarmente mais fracos, enquanto procuram consolidar seu próprio território. As contradições do capitalismo mais avançado aparecem nessa impossibilidade de manter fronteiras politicamente definidas, em face do assalto dos interesses particulares do capital⁴. Não somente é uma contradição entre as necessidades do Estado nacional perante as pretensões do capital, como é uma contradição entre os interesses particulares dos capitais e o interesse do grande capital em seu conjunto (OLIVEIRA, 1998).

As empresas transnacionais e a globalização financeira desenvolveram modos de funcionamento que escapam dos controles de

4. Essas contradições aparecem, especialmente, na impossibilidade de o grande capital continuar acumulando nas mesmas formas em que tem acumulado. A crise da economia global, tal como descrita por Beinstein (2001), é a expressão dessa necessidade de mudança qualitativa do capitalismo avançado.

fronteira, contornando as legislações nacionais, mas, paralelamente, criando contradições com esses contextos legais, que levam a situações de crise e ao desgaste da soberania comprometida com a sustentação das fronteiras. Estes são novos aspectos de crise da economia global, em seus fundamentos de internacionalidade (BEINSTEIN, 2001).

Assim como as sociedades modernas geram territórios, seu agir envolve espaços que as tornam reconhecíveis. O chamado Reino Unido é o resultado de uma apropriação de espaços por parte da Inglaterra, que lhe permitiu manejá-los confortavelmente a ambigüidade de uma identidade nacional e transnacional, tanto como a Iugoslávia sobreviveu durante algum tempo como uma experiência multinacional. Portugal continuou referindo-se a suas colônias como as províncias de ultramar e os Estados Unidos não reconhecem Porto Rico como colônia. O Brasil expandiu-se dentro de seu território político, tanto como os Estados Unidos, gerando um espaço social completamente diferente daquele com que adquiriu sua identidade ao superar sua situação de colônia.

Evidentemente, há uma pluralidade de experiências que têm de ser avaliadas em sua época respectiva. A questão de fronteiras evolui segundo mudam as condições de relacionamento entre países independentes. A inviolabilidade das fronteiras é uma noção que surge como parte do aparato ideológico dos Estados nacionais burgueses, mas que é vulnerada pelas práticas internacionais desses mesmos Estados. Cada nova onda de conservadorismo aparece como neoconservadorismo, porque se contrapõe ao diálogo necessário para sustentar o sistema já estabelecido. Na segunda metade do século XX, os sucessivos condicionamentos introduzidos, desde a existência de zonas de intervenção internacional até zonas de exclusão, são violações da soberania sobre as fronteiras, que se tornam contradições.

Na realidade, os Estados nacionais têm manejado seus espaços sociais como parte integrante de sua identidade. Como fica essa identidade quando submetida aos efeitos cumulativos da mobilidade das fronteiras? Estamos diante de nova ética, entre o diálogo e a imposição, entre as identidades produzidas pelas unidades nacionais e as identidades moldadas por vínculos de solidariedade que emergem da fragilização dos Estados nacionais. Podemos concluir com uma observação de Marx:

“A relação de hegemonia e subordinação ocupa no processo de produção o lugar da antiga autonomia anterior... a perda de autonomia anterior no processo de produção é ela mesma produto da implantação do modo capitalista de produção” (1969).

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni (1994). *O longo século XX*. São Paulo, Unesp.

BEINSTEIN, Jorge (2001). *Capitalismo senil*. Rio de Janeiro, Record.

BOURDIEU, Pierre (1982). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

BRAUDEL, Fernand (1998). *Civilização material: economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. 2. São Paulo, Martins Fontes.

DOBB, Maurice (1974). *Estudios sobre la evolución del capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.

FIORI, José Luís (1998). “Globalização, hegemonia e império”. In: TAVARES, M^a da Conceição e FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro*. Petrópolis, Vozes.

GAUDEMAR, Jean Paul de (1976). *Movilidad del trabajo y acumulación de capital*. México, Era.

GÓMEZ, José Maria (2000). *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis, Vozes.

HABERMAS, Jurgen (2002). *La inclusión del outro*. Madrid, Paidós, 1999.

JASPERS, Karl (1956). *Razón y existencia*, Buenos Aires, Nova.

____ (1958). *Origen y meta de la historia*. Madrid, Revista del Occidente.

MARTINS, Luciano (1999). “Ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder”. In: REIS VELLOSO, J. P. dos e MARTINS, L. (orgs.) (1999). *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro, José Olympio.

MARX, Karl (1969). *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo, Moraes.

OLIVEIRA, Francisco de (1998). *Os direitos do antivalor*. Petrópolis, Vozes.

PEDRÃO, Ângela West (1999). *A margem e o limite*, dissertação de Mestrado. Salvador, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

Universidade Federal da Bahia.

PEDRÃO, Fernando Cardoso (1999). “A dimensão regional da sociedade econômica”. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, junho.

_____. (1995). *Raízes do capitalismo contemporâneo*. São Paulo, Hucitec.

PELIANO, José Carlos (1990). *Acumulação de trabalho e mobilidade do capital*. Brasília, UnB.

SALAMA, Pierre (1976). *O processo de subdesenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século xxi*. Rio de Janeiro, Contraponto.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (1998). *Território, globalização, fragmentação*. São Paulo, Hucitec.

SIMMEL, Georg (1950). *Problemas de filosofía de la historia*, Buenos Aires, Nova.

WALLERSTEIN, Immanuel (2000). “A reestruturação capitalista e o sistema mundo”. In: *Globalização excludente*. Petrópolis, Vozes.

A mobilidade das fronteiras

Manuel Correia de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco

Academia Pernambucana de Letras

Importância e sentido da obra de Milton Santos

Considero da maior importância a realização deste seminário, promovido pela Fundação Perseu Abramo para discutir aspectos da obra de Milton Santos, que é, inegavelmente, uma das mais representativas figuras do pensamento geográfico no Brasil, com projeções pelo campo da filosofia e das ciências sociais em geral. Em verdade, o grande geógrafo baiano não poderia limitar-se aos territórios oficialmente estabelecidos como geográficos, mas se projetar por espaços mais amplos em busca da compreensão da totalidade, que não está delimitada em compartimento estanque, e Milton Santos, com sólida formação filosófica e dialética, dominou bem os caminhos que decidiu percorrer.

Assim, procurando percorrer os caminhos de Milton Santos, observa-se que, ainda jovem e formado em direito, ele procurou estudar o espaço do sul da Bahia, onde se estabeleceu em Ilhéus, tornando-se

professor do ginásio local. Procurou fazer a geografia dentro dos parâmetros dominantes, fazendo sua primeira tese sobre o povoamento da Bahia; em seguida, dedicou-se ao estudo da Zona Cacaueira, à qual dedicou o principal livro desta fase, e a estudos urbanos de cidades da região.

Em seguida, Milton Santos fixou-se em Salvador, como jornalista e professor da Universidade Católica, passando a concentrar os seus estudos naquela cidade – sua tese de doutorado, em Estrasburgo, foi sobre o centro da capital baiana –, e aprofundou os estudos de geografia urbana e regional. A temporada na França foi fundamental para que ele procurasse novos caminhos para o seu pensamento e adquirisse maior projeção no país.

Da reflexão filosófica da geografia

Suas atividades e os contatos feitos sobretudo com a geografia francesa levaram-no à reflexão teórico-filosófica, na qual ele pôde integrar a experiência que adquirira em seus estudos locais e regionais com a observação direta da realidade e com o contato com os que trabalhavam no campo e na cidade, partindo do empírico para a leitura dos geógrafos e filósofos que formularam as teorias sobre a formação da sociedade e, nela, a produção do espaço e a consolidação do território. Ele consolidou, assim, os conhecimentos adquiridos na análise geográfica, então dominantes no pensamento brasileiro, profundamente empírico, com as reflexões filosóficas em que se iniciara na Faculdade de Direito, então, no seu tempo de estudante, muito voltado para a reflexão filosófica. E, deste encontro, ele chegou à lógica dialética que nortearia as suas reflexões após a volta do exílio, nos anos 1970, em seus últimos livros e nos sucessivos seminários que promoveu.

Nos seus últimos trabalhos, após fixar-se em São Paulo, Milton Santos deu grande importância à reformulação do pensamento geográfico brasileiro e à análise dos aspectos políticos ligados à geografia. Na primeira linha, ele deu ênfase à necessidade de reformulação do pensamento geográfico, libertando-o dos cânones da geografia teórica ou quantitativa – que procurava suprimir a geografia clássica –, substituindo-os por uma análise matemático-estatística que levaria o geógrafo a tentar caminhar em uma linha econometrítica e justificar o

crescimento sem desenvolvimento, sem preocupações sociais, que resultou no neoliberalismo. Desta fase são sobretudo os livros *Por uma geografia nova* (1980) e *Novos rumos da geografia brasileira* (1982). Na segunda fase, Milton Santos procurou analisar os problemas básicos do país, em face da desigualdade regional e social existente, desenvolvendo uma geografia política e uma geopolítica em que analisava os impactos sociais sobre a cidadania, a importância da identidade do brasileiro, sua formação geopolítica e a caracterização do seu território, ou mais propriamente dos seus territórios, como se pode observar em livros como *O espaço do cidadão* (1987) e *Território, globalização e fragmentação*, organizado com a colaboração de Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira (1994).

E a análise do território leva, naturalmente, à tentativa de conceituação e de caracterização e delimitação das fronteiras. Fronteiras que não são estáticas nem apenas políticas, mas móveis, que flutuam ou mudam de posição conforme a evolução dos processos econômicos e políticos, com características próprias em cada ponto da superfície da Terra. Fronteiras que ora são rígidas e tensas, ora bem atenuadas entre áreas onde os países vizinhos já as consideram estáveis, sobretudo após a criação de uniões como a Européia ou de mercados comuns e de uniões aduaneiras. Milton Santos, por adotar uma filosofia dialética, foi muito sensível a estas modificações.

Território, fronteira e cidadania

Para chegar ao conceito de fronteira, é necessário caracterizá-la como uma linha de separação de territórios, ocupados por grupos humanos que exercem controle territorial. Estes grupos podem ser representados por Estados soberanos, nacionais ou multinacionais, ou por grupos étnicos. Assim, podemos salientar que no espaço brasileiro encontramos povos diversos, com origens e formações diversas, como os de origem ibérica, os latino-americanos, os afro-brasileiros e os indígenas. Além disso, existem grandes contingentes que chegaram ao país nos séculos XIX e XX e que formam áreas ora mais ora menos isoladas, espalhadas pelo território nacional, como os teuto-brasileiros, os ítalo-brasileiros, os polaco-brasileiros, os ucraniano-brasileiros, os letos, os nipônicos, os chineses, os coreanos, os judeus e os vários grupos árabes. Povos

que, em alguns casos, se concentram em certas áreas, mais ou menos delimitadas e, outras vezes, dispersam-se ao lado de outros grupos, geralmente nas grandes cidades. No caso nacional, existem linhas, fronteiras ou divisas que delimitam território, traçadas e estabelecidas juridicamente. No caso dos povos e etnias, essas linhas são consensuais e não têm representação jurídica.

As fronteiras traçadas juridicamente podem ser compreendidas como supranacionais, nacionais, regionais, estaduais e municipais. Assim, seriam supranacionais aquelas que dividem associações de países que formam uniões, áreas de livre comércio, mercados comuns etc., como a União Européia, o NAFTA, o Mercado Comum Latino Americano. Como são instituições organizadas na segunda metade do século XX, no pós-Segunda Guerra Mundial, elas foram traçadas recentemente e superaram às preexistentes fronteiras nacionais. São fronteiras que vêm sendo modificadas à proporção que novas unidades políticas ingressam no consórcio, ou que algumas se retiram dele.

Ao mesmo tempo em que surgem organizações supranacionais, também se dissolvem outras, como ocorreu em 1991 com a União Soviética, que, ao romper-se, se dividiu em 15 Estados soberanos; ou com o Paquistão, que se dividiu em dois países após a secessão de Bengala; ou mais recentemente, com a Iugoslávia, que se dividiu em cinco estados independentes; ou com a Etiópia, de que se desmembrou a Eritréia.

Vê-se assim que as linhas divisórias que pareciam permanentes são temporárias e obedecem à divisão de Estados soberanos ou ao avanço de um Estado sobre o território de Estado vizinho, menos poderoso. Assim, os Estados Unidos, no século XIX, conquistaram quase a metade do território mexicano e ainda adquiriram da Rússia o atual estado do Alasca.

As fronteiras que separam Estados soberanos provocam o desenvolvimento de políticas diferenciadas entre eles, como ocorreu durante mais de 40 anos no atual território da Alemanha, onde dominou o regime comunista na República Popular da Alemanha Oriental e o capitalismo na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), e como ocorre ainda hoje entre a Coréia do Norte e a Coréia do Sul.

Em escala menor ocorre que, em países mais extensos, o território seja dividido em estados ou em províncias, e estes, em distritos

e municípios. No caso brasileiro, tem ocorrido o desmembramento de estados de maior extensão territorial, como aconteceu em 1945 com a criação de cinco territórios e, posteriormente, de estados – Mato Grosso do Sul em 1975 e Tocantins em 1988, separados respectivamente de Mato Grosso e de Goiás. E há projetos de criação de novos estados, assim como regiões periféricas de estados de grande e médio porte que desejam a autonomia. Criam-se assim, fronteiras estaduais, também chamadas de divisas.

E se as divisões estaduais ou provinciais são freqüentes, observa-se com freqüência muito maior as divisões de municípios, feitas sempre que uma povoação ou aglomerado ganha certa importância e deseja autonomia local. No Brasil, em certas ocasiões, tem havido uma verdadeira epidemia de emancipações municipais. Como as divisões políticas estaduais ou provinciais – os Estados Unidos, o Brasil e o México são divididos em estados, enquanto o Canadá, a Argentina e a Austrália são divididos em províncias –, as fronteiras são freqüentemente refeitas com maior ou menor freqüência em determinados países e, à procura de uma racionalização administrativa, também os governos vêm agrupando estados e províncias em regiões, estabelecendo limites entre elas que nem sempre coincidem com os limites político-administrativos.

Assim, o Brasil foi dividido inicialmente em cinco grandes regiões geográficas – Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste –, mas posteriormente esta divisão foi modificada e adaptada à implantação de uma política de desenvolvimento regional. Além disso, foram criadas as chamadas regiões metropolitanas, correspondendo a aglomerações urbanas e até a conurbações.

Observando a dinâmica das delimitações de países, de estados e até mesmo de regiões, é-se levado a observar, dentro do pensamento dialético usado por Milton Santos nas suas reflexões científicas, que nenhuma fronteira é permanente, mas flutuam ao sabor do crescimento da influência dos pólos que comandam as várias circunscrições administrativas. Assim, a instabilidade, e não a estabilidade, é a regra dominante. Aliás, essa idéia já era aceita no começo do século xx pelo grande geógrafo francês Camilo Vallaux, em seu famoso livro *Geografia social. O solo e o estado* (1914), ao fazer uma classificação das fronteiras em três tipos, as esboçadas, as vivas e as mortas, afastando-as

um pouco do conceito mais tradicional de caracterização das fronteiras em naturais e artificiais.

Outros tipos de fronteiras

Mas, sendo a sociedade muito complexa, não podemos deixar de salientar que as fronteiras não são apenas políticas, havendo ao lado destas outras características e outros tipos de fronteiras. Assim, poderíamos, sem confrontar com o pensamento de Milton Santos, admitir que existem vários tipos de fronteiras de separação de territórios dentro de um mesmo país, como: a) fronteiras étnicas, que separam espaços nacionais dentro de um mesmo país, como ocorre na Bélgica entre Flandres e a Valônia; b) fronteiras religiosas, que separam dentro de um mesmo país adeptos de credos religiosos diversos e até hostis, como ocorre na Caxemira entre hindus e muçulmanos, entre cristãos e muçulmanos na Indonésia, entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte etc.; c) fronteiras econômicas entre áreas de povoamento antigo e áreas de ocupação recente em um mesmo país, como ocorre no Brasil, em que o povoamento caminha para o oeste e para o norte, criando frentes de expansão que se consolidam em fronteiras agrícolas. Fronteiras agrícolas que, nos anos 1930, avançaram para o oeste de São Paulo e norte do Paraná, e que, mais recentemente, avassalaram Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Acre e o sul do Amazonas. Estão penetrando agora em Roraima e no Amapá. Estas fronteiras econômicas são também étnicas, uma vez que se fazem pela destruição das populações indígenas e dos “homens da floresta”, criando fortes impactos naturais.

Finalmente, em qualquer estudo geográfico que fizermos, poderemos determinar as mais diversas linhas de separação, divisas ou fronteiras que têm ou não caracterização política.

E, para este tema, como para qualquer outro tema geográfico, pode-se aplicar o pensamento de Milton Santos, sempre levando-se em conta que ele é dinâmico e não estático, de vez que o mestre baiano disciplinava suas reflexões por uma metodologia filiada à lógica dialética e não à lógica formal.

Referências bibliográficas

SANTOS, M. (1980). *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec.

_____ et alii (1982). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

_____ et alii (1994). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.

VALLAUX, C. (1914). *Geografía social. El suelo y el estado*. Madrid, Daniel Jorro.

Tentando definir Salvador em um contexto de globalização

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Universidade Federal da Bahia

Universidade Salvador (UNIFACS)

No início do século XXI, a relação entre o global e a cidade deve passar necessariamente por uma visão bem definida do que significa a cidade e seus problemas e possibilidades colocados pela dinâmica externa, envolvendo diferentes elementos e escalas. Com efeito, a cidade abrange resumidamente, entre outros importantes aspectos, três sentidos classicamente bem diferenciados e que hoje devem ser vistos de forma integrada:

- a) o de *urbe*, como uma expressão material que se opõe ao *rus*, o mundo rural;
- b) o de *civitas*, como uma complexa comunidade humana concentrada, formada por diferentes grupos sociais e instituições;
- c) o de *polis*, no sentido político e administrativo.

É preciso considerar que a antiga dicotomia campo–cidade tem perdido significado diante da crescente e dinâmica integração cidade–campo, resultando muitas vezes num *continuum* urbano–rural,

integrando-se com a questão regional, o que suscita novos problemas de conceituação do que seriam hoje a cidade e o campo (ver, entre outros, VEIGA, 2002). Da mesma forma, a idéia de cidade como *civitas* e *polis* sofre também grandes transformações diante da globalização, com processos integrados por uma rede de cidades e regiões globais, o que ressalta aspectos estratégicos fundamentais.

Assim, a tese que defendo é a de que, caso não ocorra a definição de formas de inserção global dinâmicas, eficientes e justas, unindo a *urbe*, a *civitas* e a *polis*, haverá o agravamento das grandes questões urbanas e regionais, sobretudo nas áreas periféricas, resultando cada vez mais em aspectos prejudiciais para a maioria da população.

É nesse contexto que coloco o atual exemplo de Salvador, onde dramaticamente se inserem, de forma bem clara, duas opções: a de procurar um processo de desenvolvimento resultando em mais exclusão social e comprometimento ambiental, mesmo com soluções “cosméticas”, ou seja, setoriais e, por conseguinte, pouco abrangentes, ou a de tentar construir um outro tipo de desenvolvimento que possibilite ampliar a inclusão social e a valorização do meio ambiente. Para tanto, torna-se estratégico definir Salvador em nossos dias e a partir daí analisar seus desdobramentos analíticos e aplicados.

Penso que, até aqui, a trajetória do desenvolvimento de Salvador se aproxima, nos últimos 50 anos, muito mais da primeira opção, no sentido de que têm ocorrido fortes impactos externos (nacionais e globais) com uma dinâmica de adaptação interna e, muitas vezes, inovadoras formas endógenas de ação, mas com grande exclusão social e problemas ambientais. Isso explica o rompimento de Salvador, e de resto, de toda a Bahia, em termos gerais, com o chamado “enigma baiano”, dominante nos anos 1950, qual seja, o de que, apesar da grande importância histórica da Bahia e de seu potencial, ela não conseguia se desenvolver satisfatoriamente. Isso só vai mudar com o trinômio PETROBRAS – CIA – PÓLO PETROQUÍMICO, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, respectivamente, com seus múltiplos e diferenciados impactos, especialmente em Salvador e em sua região de influência imediata.

Por conseguinte, a proposta de definição de Salvador que coloco hoje para análise e discussão é a seguinte: Salvador, com o crescimento recente da base industrial e dos serviços, com destaque para os setores ligados à indústria automobilística e ao turismo, recreação e lazer, nela

mesma e em sua área de influência imediata, expande e diversifica a integração com sua região metropolitana, agora bem mais ampla e com tendência a uma maior autonomia relativa das partes componentes por meio de novos mecanismos de descentralização.

Essas mudanças passam a ser também expressivas no contexto urbano-regional de todo o estado, com o crescimento das cidades médias, acompanhando as dinâmicas transformações de diversas regiões, com destaque para o extremo-sul, oeste e Baixo-Médio São Francisco.

Ao mesmo tempo e de forma associada à sua região metropolitana, Salvador conhece a intensificação dos processos de ocupação urbana das últimas áreas livres do território municipal e a densificação da ocupação de outras áreas, com destaque para a verticalização. Isso provoca a forte tendência a uma contínua e rápida reestruturação hierárquico-funcional de áreas da cidade, com forte repercussão na circulação, gerando crises e conflitos socioespaciais e ambientais, acentuados pelos frágeis processos de planejamento e gestão do município. Também a centralidade torna-se mais difusa.

Assim, a cidade e a região implantam, de forma dinâmica, novas e importantes configurações espaciais sobre velhas desigualdades socioeconômicas e espaciais. Portanto, mais do que nunca, é preciso ver Salvador como uma grande, complexa e problemática cidade-região, ou seja, uma extensa área com forte integração, mesmo sem contiguidade espacial, com maior destaque no sistema urbano-regional brasileiro, e não mais isoladamente, como era possível fazer até pouco tempo atrás.

Finalmente, é necessário destacar a crescente fragilidade dos mecanismos de planejamento e gestão da região metropolitana de Salvador, o que contribui para a falta de solução para os velhos e novos problemas, justamente no momento em que essa região se consolida e se expande e em que cresce a competitividade intermetropolitana em um contexto nacional e internacional.

Em termos comparativos, Milton Santos, em 1959 (p. 192), tem uma definição exemplar para Salvador, no início das grandes transformações: Salvador é uma criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial antiga que ainda subsiste; ela conserva as funções que lhe deram um papel regional e, embora penetrada pelas novas formas de vida, devidas à sua participação nos

modos de vida do mundo industrial, mostra, ainda, na paisagem, aspectos materiais de outros períodos. Em outros trabalhos, Milton Santos fala também em Salvador como um traço de união entre um mundo subdesenvolvido que ficou para trás e o mundo desenvolvido à sua frente. Fala igualmente de Salvador como uma metrópole incompleta, comparando-a com outras metrópoles do Brasil e do mundo. Essas visões destacam, sintomaticamente, a tradicional integração de Salvador com sua região de influência, a Bahia e, em especial, o Recôncavo.

Em 1991 (p. 79), fiz a proposição de uma nova definição de Salvador, portanto já em plena efervescência dos processos de mudança: Salvador tornou-se nas últimas décadas cada vez mais dependente de uma nova base econômica – a de natureza industrial e de serviços –, localizada nela mesma e em seus arredores, profundamente inserida no contexto nacional e internacional e, em contrapartida, tornou-se cada vez menos dependente de sua antiga base econômica regional, a de natureza agrário-mercantil. Como corolário, foram alteradas suas relações intra e inter-regionais, repercutindo de forma dinâmica na densificação e ampliação da mancha urbana (com destaque para o processo de periferização), onde coexistem aspectos modernos e arcaicos da vida urbana, com padrões fortemente diferenciados de renda e qualidade de vida em uma complexa organização socioespacial e com expressivo comprometimento ambiental. Essa contribuição destaca a integração de Salvador ao quadro nacional e já também ao novo contexto internacional, constituindo-se em uma transição entre as duas primeiras definições.

Portanto, comparar as três definições, expressando diferentes momentos, é relevante para a compreensão das transformações recentes.

Assim, o espaço urbano-regional de Salvador tem sofrido intensa ampliação e significativas transformações pelos seguintes agentes, com maior ou menor integração entre eles: os proprietários dos meios de produção (externos e internos), os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, o Estado (em seus três níveis), e os diferentes grupos sociais excluídos, esses últimos, por sinal, responsáveis pela produção de bem mais da metade do espaço da cidade. Nesse sentido, Salvador destaca-se no Brasil por ter um espaço urbano majoritariamente produzido de modo informal, a sua dimensão “invisível”, como foi destacado em recente publicação da UFBA (LIMA, 2002). Apesar dos

numerosos estudos já produzidos sobre Salvador, reconheço também que é preciso avançar muito mais para conhecer bem toda a atual estrutura e a forma urbano-regional, resultado de diferentes processos e funções, sempre questionando sua eficiência e sua eqüidade. Nesse sentido, a valorização da análise crítica das questões ligadas à globalização é fundamental.

Assim, em nossos dias, a globalização, ao integrar de forma comum as cidades em um novo e acelerado tempo, exige ações e reações das cidades de forma contínua e também rápida. É por isso que nunca se falou tanto de cidades (e, recentemente, de cidades/regiões) globais, coordenando as complexas redes mundiais, como em nossos dias. Aliás, parece um retorno a séculos anteriores, quando o mundo era integrado por um sistema de cidades livres (Amsterdã, Veneza, Antuérpia, Hamburgo, Bremen etc.).

O perigo reside justamente no fato de as cidades poderem ser conduzidas por forças e mecanismos externos que não correspondem aos interesses da totalidade da sociedade urbana em seus contextos interno e externo. Assim, a cidade pode ser vista como um mundo em miniatura naquilo que ele tem de pior – o da crescente concentração com exclusão, a perversidade local – ou naquilo que ele tem de melhor, um complexo (janelas) de oportunidades.

Portanto, é fundamental pensar a cidade visando à construção de um projeto socioespacial eficiente e justo para a sua totalidade. A conexão local-global é, de fato, uma realidade cheia de contradições e perigos, o que exige ações concertadas e consequentes. Assim, Salvador e sua região devem buscar, hoje, formas mais eficientes e justas de inserção no nível global, repercutindo, inclusive, nas tradicionais formas de integração no nível nacional. Para tanto, alguns pontos são fundamentais no caso de Salvador-região.

O primeiro ponto, e básico para os demais, é o de que é preciso uma integração muito maior entre os três grande setores que resumidamente produzem (e vivem) o espaço da cidade e da região, o setor público (primeiro setor), o setor privado (segundo setor) e o setor da sociedade civil organizada (terceiro setor). O objetivo seria o de manter o controle social do presente e do futuro da cidade e da região, em sua totalidade. Caso isso não ocorra, a iniciativa privada terá sempre liberdade quase absoluta.

O segundo ponto é o de que é preciso construir um projeto para Salvador e região que assegure desenvolvimento com inclusão e formas compatíveis de governança urbano-regional unindo os três setores. No mundo inteiro e no Brasil, há diversificados e importantes exemplos de sucesso (Barcelona, Lisboa, Porto Alegre, Curitiba etc.), mas é preciso que Salvador encontre seu próprio caminho e que ele seja aberto, dinâmico e flexível. Infelizmente, não me parece que o chamado PDDU-A – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-Ambiental de Salvador (como se o ambiental já não estivesse contido necessariamente no meio urbano...), atualmente em fase final de elaboração, tenha essas características.

O terceiro ponto, já tocado anteriormente, é o de que é preciso trabalhar na escala da região urbana de Salvador (e não mais metropolitana, no sentido oficial, o do início dos anos 1970), em função da crescente integração socioespacial, da brevemente completa utilização das terras do município de Salvador e da necessidade de maior dimensão urbana e regional para participar com vantagens do sistema urbano nacional associado ao sistema de cidades em escala global. Entendo como região urbana de Salvador a área onde são muito intensas e predominantemente diárias as relações com outros municípios. Hoje, ela poderia ser definida como o território dentro de um grande arco que contorna Salvador por intermédio de uma linha que une os seguintes pontos: litoral do município de Mata de São João (Costa do Sauípe), Alagoinhas, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Valença e Morro de São Paulo (município de Cairu). Em outras palavras, é uma visão ampliada e renovada do tradicional Recôncavo, bastante estudado no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Hoje é uma área com intensas migrações pendulares, Salvador-região e região-Salvador, constituindo-se em uma bacia urbana de trabalho e serviços, expressando a integração de complexas redes. Assim, ônibus urbanos de Salvador saem de seus terminais, como o da Lapa, dirigindo-se para muitas localidades fora dos limites municipais, como Monte Gordo/Camaçari, a 60 quilômetros da capital, com a mesma tarifa que é cobrada em Salvador.

Em nível metropolitano, o estado da Bahia transformou, já há vários anos, a antiga Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador) em Companhia de Desenvolvi-

mento Urbano do Estado da Bahia. Ou seja, a Região Metropolitana de Salvador, mais concreta e problemática do que nunca, está entregue à sua própria sorte...

Concluindo, Salvador deve ser hoje entendida como um território urbano-regional (i) que expressa complexas relações entre os três setores da sociedade, que precisam ser reavaliadas e socialmente redirecionadas, (ii) que contém fortes elementos identitários no cenário nacional e internacional, que precisam ser mais conhecidos e estrategicamente preservados e valorizados, e (iii) que precisa construir uma organização socioterritorial compatível com a busca de um projeto urbano-regional mais justo e eficiente no contexto da globalização. Com efeito, hoje os territórios que têm a capacidade de abrir mais janelas de oportunidades para todos os seus habitantes são justamente os que estão conseguindo construir socialmente uma muito boa integração entre os três elementos citados.

Referências bibliográficas

BOISIER, S. (1996). “Modernidad y territorio”. *Cuadernos del ILPES*, 42. Santiago do Chile, ILPES.

HARVEY, D. (2000). *Spaces of Hope*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

LIMA, P. Costa *et alii* (2002). *Quem faz Salvador?* Salvador, UFBA.

SANTOS, M. (1959). *O centro da cidade do Salvador*. Salvador, Livraria Progresso Editora.

_____. (2000). *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record.

SASSEN, S. (1993). “A cidade global”. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da Frota; NABUCO, M. R. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, Hucitec/ANPUR, p. 187-202.

SILVA, S. Bandeira de Mello e (1991). “Processo de crescimento espacial de Salvador”. In: SILVA, S. Bandeira de Mello e; SILVA, B.-C. Nentwig. *Cidade e região no Estado da Bahia*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA.

_____. e SILVA, B.-C. Nentwig (1998). “Salvador e os novos processos de globalização”. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, SEI, n. 53, p. 4-9, out.

VEIGA, J. E. da. (2002). *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.* Campinas, Autores Associados.

Obra publicada

A bibliografia de Milton Santos comprehende 29 livros publicados, não contados 11 volumes constituindo edições múltiplas em francês, inglês ou espanhol e várias reedições, além de dois livros em colaboração, mais de 300 artigos em periódicos especializados, prefácios e pequenas publicações e a editoria das 15 coletâneas aqui relacionadas, entre as quais se destacam números temáticos, organizados por ele, de periódicos de prestígio como as revistas *Tiers Monde* e *Antipode*.

Livros

Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico. Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, Salvador, 1955 (1^a edição). Companhia Editora Nacional, São Paulo, Col. Brasiliana, vol. 296, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1957 (2^a edição).

O centro da cidade do Salvador. Universidade Federal da Bahia/ Livraria Progresso Editora, Salvador (17 mapas, 5 gráficos e 27 fotos), 1959.

Marianne em preto e branco (viagens). Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960.

A cidade nos países subdesenvolvidos. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés. I: Les données de base (320 p.); II: Milieux géographiques et alimentation (341 p.), Centre de Documentation Universitaire (CDU), Paris, 1967.

Aspects de la géographie et de l'économie urbaine des pays sous-

développés. 2 fasc. (100 e 92 p.), Centre de Documentation Universitaire (CDU), Paris, 1969.

Dix essais sur les villes des pays-sous-développés. Ophrys, Paris, 1970.

Le métier du géographe en pays sous-développés. Ophrys, Paris, 1971.

Edição em português: *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Hucitec/AGB, São Paulo, 1978 (4^a edição: 1996).

Les villes du Tiers Monde. Génin, Librairies Techniques, Géographie Economique et Sociale, tome x, Paris (figs., mapas e fotos), 1971.

Edição em espanhol: *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Oikos-Tau, Barcelona, Colección Ciências Geográficas (fig.), 1973.

Underdevelopment and Poverty: a Geographer's View. The Latin American in Residence Lectures, University of Toronto, 1972-1973, 1975.

L'espace partagé. Editions Librairies Techniques, M. Th. Génin, Paris, 1975. Edição em português: *O espaço dividido*, Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978; edição em inglês: *The Shared Space: The Two Circuits of the Urban Economy and its Spatial Repercussions*, Methuen, Londres, 1979.

Por uma geografia nova. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1978 (5^a edição: 1996). Edição em francês: *Pour une géographie nouvelle*. Editions Publisud, Paris, 1985 (2^a edição, 1986); edição em espanhol: *Por una geografía nueva*, Espasa-Calpe, Madrid, 1990.

A pobreza urbana. Coleção Estudos Urbanos, Hucitec/UFPE, São Paulo, 1978 (2^a edição: 1979).

Economia espacial: críticas e alternativas. Hucitec, São Paulo, 1978.

Espaço e sociedade. Vozes, Petrópolis, 1979 (2^a edição: 1982).

A urbanização desigual. Vozes, Petrópolis, 1980 (2^a edição: 1982).

Manual de geografia urbana. Hucitec, São Paulo, 1981 (2^a edição: 1989).

Pensando o espaço do homem. Hucitec, São Paulo, 1982 (3^a edição: 1991).

Ensaios sobre a urbanização latino-americana. Hucitec, São Paulo, 1982 (2^a edição: 1986).

Espaço e método. Nobel, São Paulo, 1985 (3^a edição: 1992). Edição em espanhol: *Espacio y metodo*, Geocritica nº 65, sep. 1986, Universidad de Barcelona; edição em francês: *Espace et méthode*, Publisud, Paris, 1990.

O espaço do cidadão. Nobel, São Paulo, 1987 (3^a edição: 1996, 4^a edição: 1997, 5^a edição: 2000).

Metamorfoses do espaço habitado. Hucitec, São Paulo, 1988 (5^a edição: 1997). Edição em espanhol: *Metamorfosis del espacio habitado*, Oikos Tau, Barcelona, 1996.

Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. Nobel, São Paulo, 1990.

A urbanização brasileira. Hucitec, São Paulo, 1993 (4^a edição: 1998).

Por uma economia política da cidade. Hucitec/PUC-SP, São Paulo, 1994.

Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. Hucitec, São Paulo, 1994 (4^a edição: 1998).

De la totalidad al lugar, Oikos Tau, Barcelona, 1996.

A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec, São Paulo, 1996 (3^a edição: 1999). Edição em francês: *La nature de l'espace: technique et temp, raison et émotion*, L'Harmattan, Paris, 1997; Edição em espanhol: *La naturaleza del espacio: técnica y tiemp, razón y emoción*, Ariel, Barcelona, 2000.

Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Record, Rio de Janeiro, 2000 (8^a edição: 2001).

Livros em colaboração com a equipe de Estudos Territoriais Brasileiros, Laboplan, Departamento de Geografia, USP

O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília, ABMES, 2000.

O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, Rio de Janeiro, 2001.

Livro-entrevista

Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. Entrevistado por Odette Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000 (2^a edição: 2000).

Editorias

Cidade do Salvador. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 1960.

“La ville et l’organisation de l’espace dans les en voie de développement”. *Revue Tiers Monde* nº 45, Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

“Modernisations et espaces derives”. *Revue Tiers Monde* nº 50, Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

“Underdevelopment in the Third World: I, Socio-Economic Formation and Space”. *Antipode*, v. 9, nº 1, Worcester, Massacussetts, fev. 1977.

“Underdevelopment in the Third World: II; Mode of Production and Third World_Urbanization; III, Geography and Planning”. *Antipode*, v. 9, nº 3, Worcester, Massachussets dez. 1977.

“Desarrollo y espacio”. *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, Caracas, nº 141-143, out.-dez. 1978.

“Le Venezuela, profusion et pénurie”. *Revue Tiers Monde*, nº 84, tomo XXI, Paris, out-dez 1977.

Novos rumos da geografia brasileira. Hucitec, São Paulo, 1982 (4^a edição: 1996).

A construção do espaço (em colaboração com M. Adélia de Souza). Nobel, São Paulo, 1986.

O espaço interdisciplinar (em colaboração com M. Adélia de Souza). Nobel, São Paulo, 1986.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano e ARROYO, Mônica. *Fim de século e globalização*. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1993 (3^a edição: 1996).

SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano e ARROYO, Mônica. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1993 (3^a edição: 1997).

SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e ARROYO, Mônica. *Globalização e espaço latino-americano*. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1993 (3^a edição: 1997).

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1994 (3^a edição: 1996).

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano e ARROYO, Mônica. *Problemas geográficos de um mundo novo*. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1995 (publicado em 1996).

Anexos

O papel ativo da geografia: um manifesto

Estudos Territoriais Urbanos
Laboplan – Laboratório de Geografia Política
e Planejamento Territorial e Ambiental,
Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

Este texto, pensado inicialmente por Milton Santos, que participou de sua redação e fez questão de assiná-lo em coletivo, foi trabalhado no gabinete por ele usado nos últimos anos em seus projetos mais recentes, com alunos e orientandos reunidos em torno do que ele designou Estudos Territoriais Brasileiros, parte integrante do Laboplan – Departamento de Geografia, USP, equipe que constitui a maioria dos signatários do Manifesto. Aí foram também produzidos, entre outros de seus trabalhos, os volumes O ensino superior público e particular e o território brasileiro (ABMES, Brasília, 2000) e O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. (Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001), este último com a colaboração de vários membros da mesma equipe.

O presente texto foi distribuído em livreto impresso, no formato a seguir – isto é, com margens diferenciadas – e com os nomes dos

signatários na ordem aqui reproduzida, no XII Encontro Nacional de Geógrafos – Os Outros 500 na Formação do Território Brasileiro, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, de 16 a 23 de julho de 2000. Posteriormente, em 4 de outubro de 2000, uma segunda discussão realizou-se sob o título “Debate sobre o Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto”, no prédio de Geografia e História, Cidade Universitária – USP, São Paulo.

Além da presente reprodução, o Manifesto está disponível em Território (ano v, n. 9, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, jul./dez. 2000, p. 103-9) e no periódico eletrônico Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales (n. 270, Barcelona, Universidade de Barcelona, 2001).

Maria de Azevedo Brandão

1

O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituarmos a disciplina e seu objeto.

Se tal conceituação não é abrangente de todas as formas de relação da sociedade com seu meio, as intervenções serão apenas parciais ou funcionais, e sua eficácia será limitada no tempo.

É verdade que, na linguagem comum e no entendimento de outros especialistas, assim como de políticos e administradores, a geografia é freqüentemente considerada como a disciplina que se preocupa com localizações. Aliás, um bom número de geógrafos trabalha com essa visão.

A geografia considerada como disciplina das localizações, posição aceita durante largo tempo, mostra-se todavia limitante do rol de relações que se dão entre o homem e o meio e, por essa razão, revela-se insuficiente.

Mas esse não é o único enfoque simplificador e deformador.

Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*; e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial.

Essa discussão deverá estar centrada sobre o objeto da disciplina – o espaço geográfico, o *território usado* – se nosso intuito for construir, a um só tempo, uma teoria social e propostas de intervenção que sejam totalizadoras. Entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados para trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em consideração. Ora, se as bases do edifício epistemológico são frouxas, as práticas políticas almejadas serão, no mínimo, enviesadas.

A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à idéia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. Com as noções de *território usado* e de *espaço banal*, saltam aos olhos os temas que o real nos impõe como objeto de pesquisa e de intervenção. Mas tal constatação não é suficiente. É indispensável afinar os conceitos que tornem operacional o nosso enfoque. A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os *objetos* (a materialidade) e as *ações* (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos

com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico.

O *território usado* constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

3

Cada vez que, em lugar de considerar o movimento comum da sociedade como um todo e do território como um todo, partimos de um dos seus aspectos, acabamos encontrando lineamentos que apenas são aplicáveis a uma determinada área de atuação – uma instância da vida social –, sem todavia autorizar uma intervenção realmente eficaz para o conjunto da sociedade. Em outras palavras, tais soluções são ocasionais, mas não duradouras, remédios parciais, mas não globais.

Qualquer proposta de análise e interpretação que pretenda inspirar ou guiar uma intervenção endereçada ao conjunto da sociedade não pode prescindir, então, de uma visão desse todo. Incapazes de gerar mudanças que englobem a totalidade do território e da sociedade, as intervenções parciais atendem a interesses particulares ou apresentam resultados efêmeros e inoperantes.

Uma posição parcial da geografia frente ao seu objeto encontra abrigo nas fragmentações e dicotomias presentes em seu próprio seio, o que a torna teoricamente frágil. Conhecimentos operatórios e parcelares podem tornar-se entraves ao desenvolvimento da disciplina e de seu papel como ramo do conhecimento, particularmente quando parecem tomar o lugar da geografia ou justificar autonomamente sua existência.

Por vezes é a própria formação do geógrafo que se torna um convite à fragmentação do conhecimento e do trabalho.

Quando se toma apenas uma parte do *corpus* da disciplina e assim mesmo o trabalho se torna exitoso, há nas pessoas reforço à crença numa disciplina parcializada. É comum a opinião de que propor intervenções é possível àqueles enfoques fundados em visões parciais, ainda que essas intervenções amiúde sejam funcionais à política das grandes empresas. Será esse o êxito que buscamos?

No ensino da geografia é menos freqüente do que seria desejável a consideração da totalidade do conhecimento geográfico. A geografia é quase sempre apresentada ao estudante, desde o primeiro momento, de forma segmentada, dificultando a apreensão de uma abordagem essencialmente geográfica e comprometendo a formação do profissional e o futuro da própria disciplina. Como resultado, muitas vezes o geógrafo especializa-se em um ramo operacional voltado ao restrito mercado de trabalho.

Acreditamos poder escapar à “parcialização” da disciplina (e, destarte, das intervenções a partir dela), com a busca firme e continuada de uma ontologia do espaço geográfico. Esta busca pode ser entendida como a construção de um conjunto de proposições epistemológicas que, formando um sistema lógico coerente, e sendo fundada nos avanços metodológicos já conseguidos pela disciplina no século XX, aprimoraria o que se pode chamar de “núcleo duro” da geografia, desembocando, necessariamente, numa visão geográfica totalizadora.

Conseguiríamos, desse modo, um rechaço à “indolência epistemológica” (situação que, aliás, não é só brasileira) na produção do conhecimento geográfico.

O espaço é freqüentemente considerado como espaço político, espaço econômico, espaço antropológico, espaço turístico. E esse é um grande problema para a disciplina.

Fragmentada, a geografia não oferece uma explicação do mundo e portanto passa a precisar, cada vez mais, de adjetivos que expliquem a sua finalidade. Ela perde substância e corre sérios riscos de não ser mais necessária nos currículos escolares. Tal fragmentação é decorrente, de um lado, da crescente impossibilidade, socialmente gestada, de percebermos que todos os elementos agem conjuntamente (e separações podem ser feitas apenas para fins analíticos). Soma-se a isto a consagração da fragmentação no ensino em todos os planos (nas aulas, nos livros, nas grades curriculares). A situação é agravada, ainda, quando no ensino superior – público e privado – adota-se uma especialização cujo fim é atender a uma certa política e ao mercado.

6

Tanto o mercado como a política às vezes inspiram soluções desse tipo. Não será o caso de certas propostas fundadas por exemplo nas geografias do turismo, do meio ambiente, da cultura, dos SIGs, ou de sugestões ditas de planejamento regional mas que, na verdade, beneficiam uma ou poucas atividades em um dado momento?

Não é demais assimilar estas proposições a uma fragmentação da disciplina geográfica em outras tantas geografias, que desejam, na prática, impor-se como autônomas, quando seu papel auxiliar apenas as qualifica como ramos operacionais de uma geografia mais complexa e unitária. Esta parece mais possível de alcançar através de uma perspectiva do *território usado*, uma vez que estamos levando em conta todos os atores.

Buscando atender às exigências na formação de profissionais para o mercado de trabalho, cursos de graduação têm privilegiado a especialização do saber em detrimento do conhecimento abrangente, afastando o profissional do cidadão. Por outro lado, políticas restritivas de financiamento provocam um distanciamento entre as várias áreas do saber, privilegiando-se aquelas que possibilitam investigações aplicadas, consideradas de maior relevância econômica ou política.

Nesse contexto, muitos geógrafos procuram adaptar-se às novas exigências por meio de saídas particularistas no ensino e

na pesquisa, enfatizando aspectos da realidade social como se fossem a totalidade do fenômeno geográfico. Em nome de uma modernização utilitária e produtivista, certos cursos de geografia correm o risco de jogar fora princípios que deveriam balizar e singularizar esta área do saber.

7

Na evolução do pensamento geográfico, a vontade de totalização e a formação dos respectivos enfoques têm sido presentes, ainda que contrariadas sempre por uma tendência à segmentação.

Vejamos um exemplo. Na época de Vidal de la Blache, a possibilidade de totalização, às vezes concretizada com a ajuda da política de um Estado necessitado de um conhecimento geográfico, não sofria as investidas do mercado tal como as conhecemos hoje. Desse modo, opunha-se um dique à fragmentação do saber geográfico e das suas propostas de ação.

Enfoques totalizadores tendem a buscar uma correspondência à unidade do mundo real. Todavia, no caso particular da geografia, essa idéia de unidade da Terra é contraposta por aqueles que se apóiam em realidades parciais para fundamentar argumentações também parciais ou redutoras. Assim, a geografia foi se firmando ao longo de sua história à base desse confronto entre duas vocações bem distintas. No plano do conhecimento ou das propostas de ação, a verdade teria sido tomada por diversas formas de engano.

E hoje? Quando a própria globalização é vista como um resultado da vontade de integrar mercados segundo um discurso único, ela não permite o reencontro de enfoques mais abrangentes.

8

O problema central é como utilizar os conhecimentos sistematizados por uma disciplina no delineamento de soluções práticas e caminhos frente aos problemas concretos da sociedade. Dependendo das filiações teórico-ideológicas dos autores, isso parece ter

sido possível a especialistas da ciência política, da economia etc., cuja tarefa ultrapassa, sem maiores dificuldades, o limite da simples interpretação dos fenômenos para sugerir mudanças, isto é, para se erigir como uma política.

Quando o esquema interpretativo da sociedade próprio à nossa província do saber dá conta da realidade concreta em sua totalidade, ele pode ser o fundamento da construção de um discurso novo para a ação política dos atores sociais responsáveis por sua prática, tais como partidos políticos, movimentos sociais, instituições etc. Um discurso socialmente eficaz pode ser o conteúdo, a base de intervenções “sistêmicas” na sociedade, em diferentes níveis do exercício da política, entre os quais o mais abrangente seria a contribuição para a elaboração de um projeto nacional, comprometido com a transformação da sociedade em benefício da maioria da população do país.

A idéia de intervenção supõe um interesse político, entendido como interpretação histórica mais ampla, que implica um ideal de futuro como espaço de resolução de problemas supostamente arraigados nas sociedades.

9

Não se trata de impor uma definição única. O conteúdo de uma geografia comprehensiva pode certamente responder a uma entre várias linhas teóricas, segundo a escolha do autor. Mas, a partir daí, é indispensável dispor de um conjunto coerente de proposições, onde todos os elementos em jogo sejam considerados em sua integração e em seu dinamismo.

A geografia deve estar atenta para analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial, sendo esta proposta um ponto de partida para a disciplina, possível a partir de um sistema de conceitos que permita compreender indissociavelmente objetos e ações.

O *território usado*, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos

revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Para os atores hegemônicos, o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando, levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonizados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares.

Os atores hegemonizados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade.

10

Somente assim responderemos à questão crucial de saber como e por que se dão as relações entre a sociedade como ator e o território como agido e, ao contrário, entre o território como ator e a sociedade como objeto da ação. É essa, ao nosso ver, a maneira de encontrar um enfoque totalizador, que autorize uma intervenção interessando à maior parte da população.

*Adriana Bernardes, Adriano Zerbini, Cilene Gomes,
Edison Bicudo, Eliza Almeida, Fábio Betoli Contel,
Flávia Grimm, Gustavo Nobre, Lídia Antongiovanni,
Maíra Bueno Pinheiro, Marcos Xavier, Maria Laura Silveira,
Marina Montenegro, Marisa Ferreira da Rocha,
Milton Santos, Mônica Arroyo, Paula Borin,
Soraia Ramos, Vanir de Lima Belo*

Anexo 2. Nota autobiográfica de Milton Santos, 1952

Nasci a 3 de maio de 1926, na cidade de Brotas de Macaubas, sítuada na Chapada Diamantina. Meus pais, que se haviam casado no ano anterior, ambos professores públicos primários, ali tinham ido atirar de lecionarem.

Não completei, naquela localidade, o meu primeiro ano de existência. Vindo para Salvador, os meus progenitores lograram transferir-se para cadeiras na vila de Itapira, hoje cidade de Ubaitaba, então pertencente ao município de Rio de Contas (hoje Itacaré), onde se demoraram cerca de dois anos.

Tomos, então, para Alcobaça, pequena cidade praiana do ^{extremo} sul do estado mal servida de navegação, nois alí

Nota autobiográfica escrita a pedido de Thales de Azevedo, Salvador, 1952, durante o processo de pesquisa para o livro *Les élites de couleur dans une ville brésillienne* (Paris, Unesco, 1953).

Acervo Thales de Azevedo.

3

dos barcos veleiros que chegavam ao seu porto, Sossego era visitada, duas vezes ao mês, pelos navios da linha regular da Navegação Bahiana, os quais ficavam ao largo.

Ali aprendi as minhas primeiras letras, mesmo em casa, com os meus pais. Somente aos oito anos de idade é que me matriculei no último ano do curso primário, (4º, aquela época), afim de obter o diploma de conclusão do respectivo curso, o que fiz através uma aprovação distinta.

Não pude, todavia, matricular-me num curso secundário, pelo impedimento da idade. Enquanto aguardava os dez anos, ~~figuei~~ em casa estudando, entre outras disciplinas, o Português, o Francês e Álgebra.

Em 1937, fevereiro, fiz o exame de admissão ao ginásio ^{no Instituto Bahiano de ensino} e logrando o 1º lugar entre os aprovados.

3

Em virtude de residirem os meus pais em ~~alcolhaca~~ e a despeito de severos parentes morando em Salvador, fiquei interno nesse ~~instituto~~ educandário.

Minha vida, ali, decorreu sem maiores incidentes, gozando eu de considerável prestígio entre meus condiscípulos em virtude das boas notas alcançadas nas matérias do currículo e das deferências com que ~~pois~~ ^{me} distinguíam os professores.

No 2º ano, fundei um jornal manuscrito, "O Pharol", ^{cuja matéria verava}, sobre fatos da vida escolar e cujos exemplares, poucos, aliás, facilmente se esgotavam.

No 3º ano, quando se reorganizou o Gremio do estabelecimento, deferiram-me uma função de destaque, em sua administração.

No 5º ano, fundei a seccas Hugo Balthazar do Gremio do Colégio (este,

alias, inexistente), havendo sido eleito orador e depois presidente da mesma.

Nesse ano, publicamos, dessa vez já imprensa, um jornalzinho "O Lixeiro" que como ~~sempre~~ ^{sempre} publicações estudantis, teve vida efêmera.

Nessa ocasião já eu me interessava pelo movimento estudantil em geral, mantendo intercâmbio com os grêmios dos diversos Colégios e com a A. E. B. (Associação dos Estudantes da Bahia, atual U. E. B.)

Em 1942, ~~—~~ quando se convocava o Conselho Estadual dos Estudantes, não concordei com as prerrogativas dadas aos estudantes secundários dentro da A. E. B., os quais ficariam subalternos ~~ao~~ seus colegas universitários, vez que constituiriam, apenas, um departamento dentro daquele órgão.

5-

Com a colaboração de alguns companheiros e a despeito da oposição de muitos, levantei a classe no sentido de exigir igualdade de representação e mundo, dentro da A. E. B., seu o que nos retiraríamos, formando uma entidade à parte.

Não vendo triunfante o nosso ponto de vista, fomos dividir-nos, então, a A. E. B. formando-se, então, a U. E. B. (dos universitários) e a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia.

Fui eleito vice-presidente da entidade.

Em 1943, o governo federal, que já havia criado da organização da chamada "Juventude Brasileira" copia autêntica das similares naziista e facista, através a diretora do ensino secundário, d. Lúcia de

6

Magalhães, entendeu de dar efetividade ao plano.

A esse tempo, já estávamos viajando pelos estados de todos os quadrantes do país, fundando novas associações de estudantes secundários e fazendo a propaganda do congresso nacional que convocaríamos para o mês de setembro, em Salvador.

Encontrávamos, nos colégios que visitávamos, cartas circulares ^{reservadas} de d. Lídia, onde recomendava o ~~o~~ desapreço à nossa organização, ordenando o apoio, só e exclusivamente à Juventude Brasileira.

Apesar disso, levamos a bom termo a nossa iniciativa e realizamos, com retumbante êxito, o 1º Congresso Nacional de Estudantes Secundários, ^{em Salvador} presidido

7.

do Conclave foi rotativa entre os chefes de delegações sendo eu unanimemente eleito coordenador geral do congresso.

Este mesmo ano, a partir de junho e até o fim do mandato da diretoria, ocupei a presidência da A.E.S.B.

No ano seguinte, 1944, fiz exame vestibular para a Faculdade de Direito sendo aprovado. ^{Neste mesmo ano, fui eleito para o Conselho fiscal da Academia, que o ano seguinte, 1945, fui} No ano seguinte, 1945, fui eleito secretário do Centro Acadêmico Rey Barboza.

Em 1946, levantei e coordenei a candidatura Mário dos Coelhos, para a União dos Estudantes da Bahia, & sua chapa foi vitoriosa e conquistou dela não participasse, em qualquer cargo, era um dos dirigentes mais ativos, dedicados e prestigiosos.

8.

Representei, esse ano, a U. E. B., no Congresso Nacional dos Estudantes, que se reuniu no Rio de Janeiro, havendo proferido dois discursos em nome da Bahia, na sessão inaugural e na de encerramento, assim como liderado a nossa delegação ao conclave.
Estive, também, no Recife, representando a U.E.B. em encontros com os estudantes pernambucanos. A essa época, ~~era~~^{era} professor substituto no Instituto Bahiano de Ensino, cargo que vinha ocupando desde o 5º ano ginásial.

Em 1947, passei a ocupar, em caráter definitivo, a cadeira de Geografia do Brasil naquele estabelecimento, o que fiz ainda em 1948, quando, também, lecionei ~~introd.~~ a mesma disciplina no Colégio Sofia Costa Pinto.

9.

Nesse último ano (1948) diplomei-me em Direito. Participei, também, de um concurso de oratória, na minha Faculdade, cujo resultado sofreu duras críticas da maioria dos condiscípulos, pela evidente parcialidade com que se conduziram, especialmente para comigo, os professores julgadores.

- Participei

Em 1949, fevereiro,呈rei concurso para catedrático do Colégio Municipal de Ilheus (então Grêmio Municipal de Ilheus), havendo sido aprovado e em seguida nomeado para a cadeira. A tese apresentada foi "sobre ^{trabalho} 6 Bocanauts da Bahia".

Nesse mesmo ano, comecei a colaborar em caráter efetivo, na "A TARDE", jornal de Salvador, assinando a crônica

90

"Bilhetes de Ilhéus", isto por solicitação
do seu ^{fundador e} então diretor, dr. Simões Filho.
Mais tarde essa ^{colaboração} ~~colaboração~~ foi ampliada na
seção "Sul do Estado", onde continuo,
as lados do noticiário regional a
publicar crônicas assinadas.

Desde 1951, colaborei, também, em
caráter efetivo, no "Diário da Pátria"
de Ilhéus, onde me responsabilizei
nella seção epimativa do jornal
Sou membro ^{da Ordem dos Advogados da Bahia} do Instituto Histórico
e Geográfico da Bahia da ^{da Sociedade} ~~da Sociedade~~
^{da Associação dos Municipios da Bahia, onde soube ensinar} Centro de Estudos Etnográficos, da Associação
Bahiana de Imprensa, sócio corres-
pondente da Sociedade Brasileira
de Geografia e membro da
Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Nesta ⁷¹ ultima qualidade compareci à II^o,
VI^o e VII^o Assembleias Gerais das ~~das~~
A. G. B., reunidas, respectivamente, em
1950, 51 e 52 em Belo Horizonte,
Nova Friburgo e Campina Grande.

Participei, ainda, do 1º Congresso dos
Municípios do Sul e Sudeste, reunido em
Jequié, em julho de 1951, onde
representei a Associação dos Municípios
da Bahia, o qual a Parada e
o município de Ilhéus,
sou, também, advogado militante em
Ilhéus.

Anexo 3. Carta a Gusmão Pinto, 11/9/1979

11/9/79
Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1979

Gusmão, meu caro

Conhecer-l-o e a Mercedes foi um prêmio. Queríamos agradecer-lhes a paciente tolerância e a agradável amizade com que nos ajudaram a desembalar na justiça, nela viver e... dela sair, embora que seja somente por um lapso. Aos dois desejos, como vocês bem sabem, tudo de melhor; na vida de trabalho e na vida. Será com saudade que sempre lembraremos os nossos encontros, mas também com a esperança de que os nossos encontros se repetam, com o mesmo calor. Muito aprendi com você, com vocês, e é com orgulho que me encontro na lista dos grandes, conhecidos, os teu como amigo e truto o adorava. Este sentimento é partilhado, seu reservas, por Marie-Hélène.

Não creio muito que já estejamos instalados em nosso novo endereço no

⑤

abado proximo (rua Lauro Müller, 96 apt. 1406). Há, ainda, alguns detalhes técnicos pra, talvez, nos prendam à cumbuca em que estamos: rua Ibirapuera 10 apt. 301. Lá ou aqui, Gusmão, contamos vê-lo.

Nas, o nosso propósito, a longo prazo, é reconciliar a Recômede com o Rio, nós que fomos definitivamente conquistados por São Paulo, arrazoadamente conquistados! Agora, só falta mesmo a reconciliação.

O trabalho aqui vai bem. As pessoas descobrem que o meu gênio não é tão ruim como espalham e eu próprio começo a acreditar nisso. Nas não vamos iniciar uma das suas conversas. Para isso, temos tempo.

Com a muita afetção nossa, para Recômede e para Gusmão,
de Rafael, René, Hélène e do
seu afetuoso amigo

Ricardo

Abraços, de várias gatas, aos amigos. Parauanóia na dihidrurada.
Tílano fala, de vez, nas despedidas, no alegre e à Beira-mar.
As dixi, à ~~Maracanã~~ saudade de
Porto e de Bahia.

Anexo 4. Carta a Gusmão Pinto e Mercedes, 16/8/1980

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1980

Meus caros Gusmão (Guga e Mercedes),

Estamos vayando, sextafeira que vem, rumo aos velhos continentes. É possível que lhe telepore amanhã, domingo, mas, também, queria lhe escrever. Até que lhe possa falar, do que, certamente, estou muito precisado.

Ainda não avaliei completamente este novo julho, mas que, desde tempos, me empurra a novas reflexões e, às vezes, para novos caminhos. É difícil ver claro no tumulto ouvir firas conclusões a partis do silêncio. Nesse caso, também avança falso: as interlocuções ou não ouvem ou não falam. Sabendo desse modo, ficas provado da falta de linguagem e inventar uma?

Os dias que passam, em nosso país, não me surpreendem, mas assustam e desgostam. Quando o fascismo levanta as suas armas, as chamadas vanguardas se entredeliram e não ouvem rugido. Diante da antropofagia, corre-se o risco do isolamento defensivo e de um corolário fóreal, o egoísmo. Será possível o isolamento ativo? Isso já seria uma forma de organização a serviço da correção das organizações. Mas quem garante nela nossa pura? Só mesmo a vigilância dos caminhantes de caminho, mas, se estes não são puros, sua crítica a nossos equívocos só aparecem em certas oportunidades ou para criar oportunidades. O que se passa no Rio, diante das crises todas que atravessamos, não é lá muito triste. E por ai? Resta-nos, apenas, contar desesperadamente na História, mas tem esperar que ele se faça sozinha.

Anexo 5. Carta a Gusmão Pinto e Mercedes, 19/9/1980

Bissau, Guiné, 19 setembro 1980

Queridos Guga e Mercedes,

Ali sempre devia estiverem-lhes, mas o tempo só está na Europa e mesmo assim onde estou só cito 12 dias e de onde desejão partir até o fim do mês. É possível que vá, logo, a Salvador, ao regressar, mas não só é coisa certa. Desejo, porém, dar um pulo em Bissau, logo que bocinhe, para, entre outras coisas, termos uma longa conversa.

Esta viagem me está sendo otima. Rever a France e a família de M.H., participar enquanto me tiveram, de um movimento vivo na Itália e de apoiar, ver o esforço titânico de um povo para construir uma Nação. Isso me reforça na necessidade de um outro "bond" em avant na geografia, a fim de redigir o fuso do avassalamento pelo discurso e do distanciamento da realidade. É minha preocupação cotidiana, que se prima vivamente ao Ruy, que parece haver subentendido voltaricus a falar disso.

Penso em vocês com carinho e desejão que tudo irá de bem, do ponto de vista da saúde e do trabalho: que sua nova etapa não chegue trazendo problemas de adaptações maiores.

Noté teuas notícias de M.H. e Rafael desde que deixei Paris. Deverim, peis, ir lá. Rafael se acostumou aos novos "espacos" e é acarinhado pelas avós, tios e primos. Mas se lembra da escola!

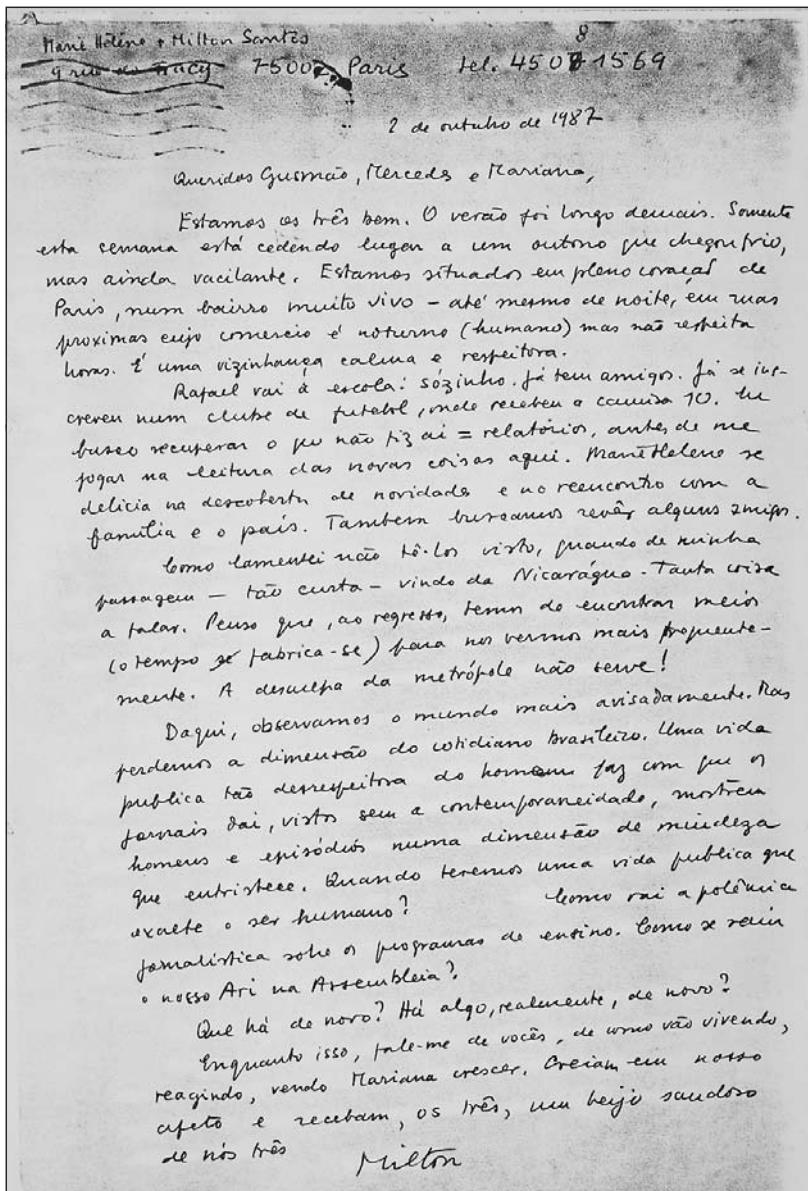
Hiltinho deixou a "direção" da "Tendência". Pretendeu, o que veiu, ir para a França estudar.

Dê um abraço nos amigos que você sabe e lembrencias dos demais.

Seu, afetuosamente, Milton

Acabado de cair,
sábado dia manhã, 20,
vai bem.

Anexo 6. Carta a Gusmão Pinto, Mercedes e Mariana, 2/10/1987



Anexo 7. Transcrição dos anexos 2 a 6

Nota autobiográfica de Milton Santos, 1952

Nasci a 3 de maio de 1926, na cidade de Brotas de Macahubas, situada na Chapada Diamantina. Meus pais, que se haviam casado no ano anterior, ambos professores públicos primários, ali tinham ido a fim de lecionarem.

Não completei, naquela localidade, o meu primeiro ano de existência. Vindo para Salvador, os meus progenitores lograram transferir-se para cadeiras na vila de Itapira, hoje cidade de Ubaitaba, então pertencente ao município de Rio de Contas (hoje Itacaré), onde se demoraram cerca de dois anos.

Fomos, então, para Alcobaça, pequena cidade praieira do extremo sul do estado, mal servida de navegação, pois além dos barcos veleiros que chegavam ao seu porto, somente era visitada, duas vezes ao mês, pelos navios da linha regular da Navegação Bahiana, os quais ficavam ao largo.

Ali aprendi as minhas primeiras letras, mesmo em casa, com os meus pais. Somente aos 8 anos de idade é que me matriculei no último ano do curso primário (4º, àquela época), a fim de obter o diploma de conclusão do respectivo curso, o que fiz através de uma aprovação distinta.

Não pude, todavia, matricular-me num curso secundário, pelo impedimento da idade. Enquanto aguardava os 10 anos fiquei em casa estudando, entre outras disciplinas, o Português, o Francês e Álgebra.

Em 1937, fevereiro, fiz o exame de admissão ao ginásio no Instituto Bahiano de Ensino, logrando o 1º lugar entre os aprovados.

Em virtude de residirem os meus pais em Alcobaça e a despeito de termos parentes morando em Salvador, fiquei interno naquele educandário.

Minha vida, ali, decorreu sem maiores incidentes, gozando eu de considerável prestígio entre meus condiscípulos em virtude das boas notas alcançadas nas matérias do currículo e das deferências com que por isso me distinguiam os professores.

No 2º ano, fundei um jornal manuscrito, “O Pharol”, cuja matéria versava sobre fatos da vida escolar e cujos exemplares, poucos, aliás, facilmente se esgotavam.

No 3º ano, quando se reorganizou o Grêmio do estabelecimento, deferiram-me uma função de destaque, em sua administração.

No 5º ano, fundei a seção Hugo Balthazar do Grêmio do Colégio (este, aliás, inexistente), havendo sido eleito orador e depois presidente da mesma.

Nesse ano, publicamos, desta vez já impresso, um jornalzinho, “O Luzeiro”, que, como sempre acontece às publicações estudantis, teve vida efêmera.

Nessa ocasião já me interessava pelo movimento estudantil em geral, mantendo intercâmbio com os Grêmios dos diversos colégios e com a A.E.B. (Associação dos Estudantes da Bahia, atual U.E.B.).

Em 1942, quando se convocara o Conselho Estadual dos Estudantes, não concordei com as prerrogativas dadas aos estudantes secundários dentro da A.E.B., os quais ficariam subalternos aos seus colegas universitários, vez que constituiriam, apenas, um departamento dentro daquele órgão.

Com a colaboração de alguns companheiros e a despeito da oposição de muitos, levantei a classe no sentido de exigir igualdade de representação e mando, dentro da A.E.B., sem o que nos retiraríamos, formando uma entidade à parte.

Não sendo triunfante o nosso ponto de vista, dividiu-se, então, a A.E.B. formando-se, então, a U.E.B. (dos universitários) e a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia. Fui eleito vice-presidente da entidade.

Em 1943, o governo federal, que já havia cuidado da organização da chamada “Juventude Brasileira” cópia autêntica das similares nazista e fascista, através da diretora do ensino secundário, d. Lúcia de Magalhães, entendeu de dar efetividade ao plano.

A esse tempo, já estávamos viajando pelos estados de todos os quadrantes do país, fundando novas associações de estudantes secundários e fazendo a propaganda do congresso nacional que convocamos para o mês de setembro, em Salvador.

Encontrávamos, nos colégios que visitávamos, cartas circulares reservadas de d. Lúcia, onde tacitamente recomendava o desapoio à nossa organização, ordenando o apoio, só e exclusivamente à Juventude Brasileira.

Apesar disso, levamos a bom termo a nossa iniciativa e realiza-

mos em Salvador com retumbante êxito, o 1º Congresso Nacional de Estudantes Secundários. A presidência do conclave foi rotativa entre os chefes de delegações sendo eu unanimemente eleito coordenador geral do congresso.

Nesse mesmo ano, a partir de junho e até o fim do mandato da diretoria ocupei a presidência da A.E.S.B.

No ano seguinte, 1944, fiz exame vestibular para a Faculdade de Direito, sendo aprovado. Nesse mesmo ano, fui eleito para o Conselho Fiscal do Centro Acadêmico Ruy Barbosa. No ano seguinte, 1945, fui eleito secretário do Centro Acadêmico Ruy Barbosa.

Em 1946, levantei e coordenei a candidatura Methodio Coêlho, para a União dos Estudantes da Bahia. A sua chapa foi vitoriosa e conquanto dela não participasse, em qualquer cargo, era um dos dirigentes mais ativos, dedicados e prestigiosos.

Representei, esse ano, a U.E.B., no Congresso Nacional dos Estudantes, que se reuniu no Rio de Janeiro, havendo proferido dois discursos em nome da Bahia, na sessão inaugural e na de encerramento, assim como liderado a nossa delegação ao conclave.

Estive, também no Recife, representando a U.E.B. em eventos conjuntos com os estudantes pernambucanos. A essa época, era, também, professor substituto no Instituto Bahiano de Ensino, cargo que vinha ocupando desde o 5º ano ginásial.

Em 1947, passei a ocupar, em caráter definitivo, a cadeira de Geografia do Brasil naquele estabelecimento, o que fiz ainda em 1948, quando, também, lecionei a mesma disciplina no Colégio Sofia Costa Pinto.

Nesse último ano (1948) diplomei-me em Direito. Participei, também, de um concurso de oratória, na minha faculdade, cujo resultado sofreu duras críticas da maioria dos condiscípulos, pela evidente parcialidade com que se conduziram, especialmente para comigo, os professores julgadores.

Em 1949, fevereiro, prestei concurso para catedrático do Colégio Municipal de Ilhéus (então Ginásio Municipal de Ilhéus), havendo sido aprovado e em seguida nomeado para a cadeira. A tese apresentada foi um trabalho sobre “O povoamento da Bahia”.

Nesse mesmo ano, comecei a colaborar em caráter efetivo na “A TARDE”, jornal de Salvador, assinando a crônica “Bilhetes de Ilhéus”, isto por solicitação do seu fundador e então diretor, dr. Simões Filho.

Mais tarde essa colaboração foi ampliada na seção “Sul do Estado”, onde continuo, ao lado do noticiário regional, a publicar crônicas assinadas.

Desde 1951, colaboro, também, em caráter efetivo, no “Diário da Tarde” de Ilhéus, onde me responsabilizo pela seção opinativa do Jornal.

Sou membro da Ordem dos Advogados da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do Centro de Estudos Etnográficos, da Associação dos Municípios da Bahia, onde ocupo lugar na diretoria da Associação Bahiana de Imprensa, sócio correspondente da Sociedade Brasileira de Geografia e membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Nesta última qualidade compareci às V^a, VI^a e VII^a Assembléias Gerais da A.G.B, reunidas, respectivamente, em 1950, 51 e 52 em Belo Horizonte, Nova Friburgo e Campina Grande.

Participei, ainda, do 1º Congresso dos Municípios do Sul e Sudeste, reunido em Jequié, em julho de 1951, onde representei a Associação dos Municípios da Bahia, o jornal A Tarde e o município de Ilhéus.

Sou, também, advogado militante em Ilhéus.

Carta a Gusmão Pinto
Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1979

Gusmão, meu caro

Conhecê-lo e à Mercedes foi um prêmio. Queríamos agradecer-lhes a paciente tolerância e a afetuosa amizade com que nos ajudaram a desembarcar na Paulicéia, nela viver e... dela sair, embora que seja somente por um lapso. Aos dois desejos, como vocês bem sabem, tudo de melhor: na vida de trabalho e na vida. Será com saudade que sempre lembraremos dos nossos saraus, mas também com a esperança de que os nossos encontros se repitam, com o mesmo calor. Muito aprendi com você, com vocês, e é com orgulho que me encontro na lista dos quantos, conhecendo-os, os têm como amigos e tanto os admiram.

Este sentimento é partilhado, sem reservas, por Marie-Hélène.

Não creio muito que já estejamos instalados em nosso novo endereço no sábado próximo (rua Lauro Müller, 96 ap. 1406). Há, ainda, alguns detalhes técnicos que, talvez, nos prendam à cumbuca em que estamos:

rua Inhangá, 10 apto. 301. Lá ou aqui, Gusmão, contamos vê-lo.

Mas, o nosso propósito, a longo prazo, é reconciliar a Mercedes com o Rio, nós que fomos definitivamente conquistados por São Paulo, arrasadoramente conquistados! Agora, só falta mesmo a reconquista.

O trabalho aqui vai bem. As pessoas descobrem que o meu gênio não é tão ruim como espalham e eu próprio começo a acreditar nisso. Mas não vamos iniciar uma daquelas conversas. Para isso, temos tempo.

Com a muita afeição nossa, para Mercedes e para Gusmão,
De Rafael, Marie-Hélène e do seu afetuoso amigo

Milton

Abraços, de variada gama, aos amigos. Parcimônia na distribuição. Ficamos felizes de ver, nas despedidas, ao Ary e à Bernardette, ao José, a A. Marangoni. Saudade de Mirna e do Bahiano.

Carta a Gusmão Pinto e Mercedes
Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1980

Meus caros Gusmão (Guga e Mercedes),

Estamos viajando, sexta-feira que vem, rumo aos velhos continentes. É possível que lhe telefone amanhã, domingo, mas, também, queria lhe escrever. Até que lhe possa falar, do que, certamente, estou muito precisado.

Ainda não avaliei completamente este novo julho, mês que, desde tempos, me empurra a novas reflexões e, às vezes, para novos caminhos. É difícil ver claro no tumulto ou tirar conclusões a partir do silêncio. Nesse caso, tampouco adianta falar: os interlocutores ou não ouvem ou não falam. Caberá, desse modo, tirar proveito da falta de linguagem e inventar uma?

Os dias que passam, em nosso país, não me surpreendem, mas assustam e desgostam. Quando o fascismo levanta as suas armas, as chamadas vanguardas se entredevoram e não ouvem razão. Diante da antropofagia, corre-se o risco de isolamento defensivo e de um corolário possível, o egoísmo. Será possível o isolamento ativo? Isso já seria uma forma de organização a serviço da correção das organi-

zações. Mas quem garante pela nossa pureza? Só mesmo a vigilância dos companheiros de caminho, mas, se estes não são puros, sua crítica a nossos equívocos só aparecem em certas oportunidades ou para criar oportunidades. O que se passa no Rio, diante das crises todas que atravessamos, não é lá muito brilhante. E por aí? Resta-nos, apenas, confiar desesperadamente na História, mas sem esperar que ela se faça sozinha. [...]

Carta a Gusmão Pinto e Mercedes
Bissau, Guiné, 19 setembro 1980

Queridos Guga e Mercedes,

Há tempos devia escrever-lhes, mas o tempo foi curto na Europa e mesmo aqui onde estou há uns 12 dias e de onde desejo partir até o fim do mês. É possível que vá, logo, a Salvador, ao regressar, mas isso não é coisa certa. Desejo, porém, dar um pulo em São Paulo, logo que possível, para, entre outras coisas, termos uma longa conversa.

Essa viagem me está sendo ótima. Rever a França e a família de M^a H., participar o quanto me foi dado, de um movimento vivo na Itália e já aqui, ver o esforço titânico de um povo para construir uma Nação. Isso me reforça na necessidade de um outro “bond en avant” na geografia, a fim de reduzir o perigo do avassalamento pelo discurso e do distanciamento da realidade. É minha preocupação cotidiana, que exprimi vivamente ao Ruy, que parece haver entendido. Voltaremos a falar disso.

Penso em vocês com carinho e desejo que tudo ande bem, do ponto de vista da saúde e do trabalho: que sua nova etapa não lhe tenha trazido problemas, de adaptação maiores.

Não tenho notícias de M. H. e Rafael desde que deixei Paris. Devem, pois, ir bem. Rafael se acostuma aos novos “espaços” e é acarinhado pelos avós, tios e primos. Mas se lembra da escola!

Miltinho deixou a “direção” da “tendência”. Pretende, ano que vem, ir para França estudar.

Dê um abraço nos amigos que você sabe e lembranças aos demais.

Seu, afetuosamente, Milton

Carta a Gusmão Pinto, Mercedes e Mariana
2 de outubro de 1987

Queridos Gusmão, Mercedes e Mariana,

Estamos os três bem. O verão foi longo demais. Somente esta semana está cedendo lugar a um outono que chegou frio, mas ainda vacilante. Estamos situados em pleno coração de Paris, num bairro muito vivo – até mesmo de noite, em ruas próximas cujo comércio é noturno (humano) mas não respeita horas. É uma vizinhança calma e respeitosa.

Rafael vai à escola sozinho. Já tem amigos. Já se inscreveu num clube de futebol, nele recebeu a camisa 10. Eu busco recuperar o que não fiz aí = relatórios, antes de me jogar na leitura das novas coisas aqui. Marie-Hélène se delicia na descoberta de novidades e no reencontro com a família e o país. Também buscamos rever alguns amigos.

Como lamentei não tê-los visto, quando de minha passagem – tão curta – vindo da Nicarágua. Tanta coisa a falar. Penso que, ao regresso, temos de encontrar meios (o tempo fabrica-se) para nos vermos mais freqüentemente. A desculpa da metrópole não serve!

Daqui, observamos o mundo mais avisadamente. Mas perdemos a dimensão do cotidiano brasileiro. Uma vida pública tão desrespeitosa do homem faz com que os jornais daí, vistos sem a contemporaneidade, mostrem homens e episódios numa dimensão de miudeza que entristece. Quando teremos uma vida pública que exalte o ser humano? Como vai a polêmica jornalística sobre os programas de ensino. Como se saiu o nosso Ari na Assembléia?

Que há de novo? Há algo, realmente, de novo?

Enquanto isso, fale-me de vocês, de como vão vivendo, reagindo, vendo Mariana crescer. Creiam em nosso afeto e recebam, os três, um beijo saudoso de nós três.

Milton

Anexo 8. Carta ao Dr. Spiridião Faissol, presidente da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 3/1/1981

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1981.

Dr. Speridião Faissol

Presidente da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional.

Prezado Colega,

Voltando de viagem, encontrei sua carta circular, datada em 27 de novembro próximo findo, a qual lhe agradeço.

Já lhe havia dito, em nosso breve encontro no Fundão, que somente poderia aceitar qualquer encargo desde que me fossem asseguradas as condições materiais e logísticas, de que pessoalmente não disponho, condições que, nessas circunstâncias, costumam ser postas à disposição dos organizadores de eventos, quando realmente se deseja que eles obtenham êxito na missão que lhes é atribuída. Ademais, o organizador deve ser, também, assegurado de poder tomar iniciativas autônomas, isto é, não deve correr o risco de se tornar, pelo jogo externo do uso dos recursos, um secretário “ad-hoc” de uma burocracia, organizada para o controle dos meios.

Sua circular, pedindo resposta urgente e escrita, antes mesmo de me serem oferecidas, ainda que verbalmente, as garantias verbalmente solicitadas, me assustou; e me fez indagar-me, vistas às circunstâncias, se a sua insistência não é meramente formal.

Retenho, também, de sua carta, a referência a uma Geografia Nacional. Todo mundo sabe que, felizmente, há no país, convivendo, diversas correntes de pensamento geográfico, nenhuma delas devendo ou podendo ser excluída de qualquer que seja o evento científico, por mais convencional que seja a sua origem. Se não se toma cuidado, uma “geografia nacional” assim denominada poderá, na boa ocasião, servir como argumento senão como arma contra os que discordem de preferências burocráticas, ou ser utilizada para amesquinhá a participação dos grupos que discordam e se afastem do que se convencionou chamar, no Brasil como alhures, de geografia oficial.

Os que conhecemos a forma quase clandestina de atuação, ao menos até bem recentemente, da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, não nos recusamos a uma colaboração científica desinteressada – se é isso mesmo o que nos pedem – mas nos obrigamos a uma justificada prudência, preferindo decidir sobre uma participação plena após que os acertos eleitorais que agora se estão fazendo estejam concluídos e o resultado das composições apareçam no curioso papel timbrado da Comissão.

Creia, firmemente, Caro Colega, que muitos outros geógrafos brasileiros, desinteressados das tricas da burocracia geográfica internacional, esperam, como eu, que a fase eleitoreira passe e que a fase propriamente construtiva possa, apesar disso, ter início, dando-lhes garantias de que podem oferecer uma cooperação desassustada.

Por isso, ser-lhe-ei muito grato se continuar a me enviar convocações para as novas reuniões e as respectivas pautas e, se julgar conveniente, o que me parece indispensável, também as notícias das resoluções que forem sendo tomadas, assim como dos resultados obtidos (inclusive eleitorais).

Atenciosamente,

Milton Santos

Anexo 9. Carta à coletividade geográfica solicitando
subsídios para atuação na comissão de consultores
do Ministério da Educação, 25/4/1981

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 1981.

Estimado Colega,

Conforme já é do seu conhecimento, fui incluído, juntamente com outros geógrafos, em uma comissão de consultores, formada na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Coordenação de Ciências Humanas e Sociais), com o objetivo de discutir as condições atuais do ensino e da pesquisa em Geografia. Diversas questões, como a estrutura curricular, a docência e a integração entre os graus de ensino, estão na pauta de trabalhos proposta, devendo ser discutidas em profundidade, para permitir que sejam elaboradas sugestões dirigidas ao seu aprimoramento. A primeira dessas reuniões terá lugar em Brasília, nos dias 5, 6 e 7 de maio próximo.

Como tenho feito em outras oportunidades, decidi dirigir-me à coletividade geográfica, na pessoa de alguns colegas, para solicitar que me enviem os subsídios que considerem úteis a uma boa desincumbência da tarefa. Escrevo-lhe em meu nome pessoal exclusivamente, mas estou certo também que os demais consultores apreciarão igualmente contar com ajuda semelhante.

Ninguém ignora as minhas posições quanto à necessidade de renovação da Geografia em nosso País e quanto ao imperativo de ser recriada uma Universidade despojada dos vícios que terminaram por descharacterizá-la, atropelando pessoas de boa vontade e freqüentemente impedindo que um trabalho correto possa, nela, ser empreendido. Todos sabem, igualmente, que me bato com todas as forças, juntamente com outros colegas, para que, afinal, possam ser assentadas as bases para que se crie, no Brasil, uma geografia descolonizada, comprometida com o futuro da Nação e preocupada (o que, infelizmente, só vem acontecendo raramente) com as vastas camadas da população vitimadas por injustiças sociais para cuja efetivação a geografia chamada oficial vem, sem remorsos, contribuindo, sobretudo nos últimos 15 anos.

Nossa disciplina está no centro da crise que ora atinge a Humanidade, porque o espaço humano é a grande dimensão filosófica e política do nosso tempo. E nosso país, pelo tamanho e características do seu território, tornou-se um dado-chave da resolução dessa crise. Por isso, nossa responsabilidade, como geógrafos, na construção do futuro, é clara.

Daí a necessidade de socializarmos, ainda mais, o grande debate iniciado há alguns anos e que, agora, prossegue em outros termos. Isso poderá ser obtido se somarmos esforços reunindo opiniões oriundas de vertentes diversas, de modo a produzir um trabalho onde a busca de um consenso não constitua um obstáculo à livre manifestação das idéias nas Universidades e nas Escolas e de forma, também, a que novas etapas se tornem, brevemente, possíveis.

Penso, também, que nas atuais condições de vida universitária e da pesquisa geográfica no Brasil, ambas marcadas por um renitente autoritarismo, é nosso dever buscar e apontar caminhos para que os recursos de trabalho acadêmico sejam postos, indiscriminadamente, à disposição de todos os docentes capazes.

O labor de um grupo de trabalho como o que agora se instala sómente será relevante se a Universidade se reformar estruturalmente, criando condições decentes para o recrutamento dos professores, dando-lhes remuneração condigna e oferecendo-lhes meios independentes de pesquisa, juntamente com a necessária infra-estrutura e independentemente de filiação a grupos universitários de pressão ou de convicções científicas e ideológicas.

Ficar-lhe-ei imensamente agradecido pelas sugestões que o Estimado Amigo e outros Colegas ao seu derredor tenham por bem enviar-me.

Cordialmente,

Milton Santos

Anexo 10. Memorandum aos membros da comissão do MEC sobre problemas do ensino e pesquisa em geografia

Memorandum dirigido aos membros da Comissão constituída no Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Ensino Superior, tendo em vista a análise dos problemas do ensino e pesquisa em Geografia e especialmente ao grupo restrito que deveria estar reunido em Brasília entre 7 e 11 de dezembro.

Continuo pensando que a elaboração de um currículo constitui uma atividade reguladora e administrativa, cuja validade depende da estrutura universitária em que se insere e dos objetivos mais gerais e profundos em que se baseia.

Tenho observado, das duas reuniões do grupo de consultores de que participei, que as longas e às vezes desgastantes discussões em termos de conteúdo levam a aparentes consensos, logo desmanchados a seguir, quando medidas de ordem prática são sugeridas e às vezes tomadas. Por isso, tomo a iniciativa de redigir estas notas que limitarei, por enquanto, a um problema preciso, sem que isso constitua uma inibição à discussão de outros temas, em momento oportuno.

Meu ponto de vista, para o qual imaginava haver unanimidade entre os colegas do grupo de trabalho, é o de que, em vista das grandes transformações operadas na organização do espaço mundial e na do espaço brasileiro, como consequência das grandes mudanças envolvidas com a universalização do que podemos intitular de “período científico-técnico” da história humana, a organização do ensino e da pesquisa deveria ser, igualmente, profundamente revista. Isso permitiria levar em conta: os enormes progressos científicos obtidos e sua incorporação à nossa disciplina; o formidável impacto desses progressos e sua geografização diferenciada na mudança das condições de vida na face do Planeta, levando à elaboração de uma geografia inteiramente diversa da que regia há alguns decênios (mas infelizmente ainda não incorporada, senão muito parcialmente ou de forma extremamente fragmentária, no ensino e na pesquisa); o papel das relações internacionais na difusão desses progressos técnicos e científicos e na significação que ganham para as nações e suas populações, em virtude dos sistemas socioeconômicos e políticos que interferem entre a ação do sistema internacional e as realidades territoriais nacionais.

Essas nossas realidades constituem ao mesmo tempo questões polêmicas, cujos aspectos novos ou renovados estão a merecer uma atenção substantiva e não adjetiva, profunda e não superficial, da

comunidade dos geógrafos, antes de nos lançarmos à redação de uma lista, eufemisticamente chamada de *currículo*. Este deve resultar de um amplo debate, em que as realidades novas, muitas delas inaparentes, sejam postas à luz das mais diversas correntes de opinião. Um grande debate sobre o que é hoje a *geografia no mundo* e sobre o que é hoje a *geografia no Brasil* terá que levar em conta, de um lado, os progressos científicos obtidos, muitos dos quais nos passam despercebidos; as novas realidades resultantes de sua aplicação à construção-reconstrução do espaço; as formas novas de uso do território que as “formas”, algumas delas aparentemente imutáveis, nem sempre revelam, a menos que nos valhamos do instrumental que são as relações internacionais e as relações sociais dentro de um País. Sem tal exercício, estaremos ensinando e pesquisando apenas o velho, e nossa disciplina continuará o que mais freqüentemente ela sempre foi, um catálogo de constatações sem força para influenciar na construção do futuro.

A melhor forma de fazer esse debate é através de reuniões em que estejam presentes alguns especialistas, em número cuja dimensão permita um estudo aprofundado de cada problema considerado chave (no sentido de abrangente de outros problemas e em função de sua conexão com outros problemas-chave) de maneira que todos os espectros da problemática que nos concerne seja objeto de uma prospecção sistemática e ajuizada. Esses grandes temas devem formar um verdadeiro *sistema*, no sentido de que cada um contém os demais e é por eles contido, mas levando em conta também que a sua relevância é suficiente para lhes conferir a preferência, devida unicamente à sua especificidade intrínseca. Tais temas devem, por outro lado, ser escolhidos de tal forma que permitam a livre manifestação – livre e fecunda – de todas as tendências atualmente presentes na geografia brasileira, mas de maneira a exigir que o debate seja objetivo e produtivo e não conduza meramente à formulação de um *discurso*. O exame profundo de cada tema poderá ir dos seus fundamentos históricos atuais, como sinônimo de teórico, às questões epistemológicas e metodológicas que envolve.

O resultado de tais reuniões, pelo fato mesmo de haverem sido cuidadosamente preparadas com antecedência e de reunirem especialistas vindos de vertentes diversas, poderá constituir uma série de volumes a serem editados, não apenas para ao registro acadêmico do que foi dito, mas como material auxiliar para o uso de centenas de colegas espalhados pelo país inteiro. Isso se impõe tanto mais quanto o êxito de uma nova sistemática de ensino de geografia vai depender da existência desse instrumental. Vale a pena insistir igualmente no fato de que já é

tempo de adotarmos uma atitude adulta e de buscarmos fornecer, de dentro do Brasil, uma literatura sisuda e de cunho universal, numa área onde os espíritos já estão por demais corrompidos por uma literatura estrangeira cuja forma de seleção escapa à comunidade, mas nem por isso deixa de distorcer o ensino e a pesquisa.

Por tudo isso, proponho que a Comissão se debruce com disposição e coragem sobre as tarefas que são as suas, em todos os seus aspectos, de modo a retomar a iniciativa perdida. Voltarei, possivelmente, a comentar, em outras oportunidades, alguns desses ângulos. Por enquanto, atenho-me ao problema dos temas para debate que estão sendo propostos. Creio que se poderiam pedir alguns documentos a membros da Comissão e a outras personalidades. Mas para os temas *polêmicos* ou *novedosos* (novedoso quanto aos aportes recentes devido à evolução histórica e aos progressos científicos), é *indispensável* pôr juntos em torno de uma mesa, durante uns dois ou três dias, aqueles que efetivamente já trabalham sobre eles. Mas há que cuidar para que seja absolutamente evitado um temário que possa induzir à repetição de chavões ou a raciocínios assistemáticos que farão muito mais mal do que bem à nossa disciplina, além de fazer perder tempo e dinheiro preciosos. Que faremos depois com discursos, já repetidos à sociedade, sobre assuntos como Sociedade e Geografia, Sociedade e Currículo, se não forem tratados através de temas precisos, substantivamente analisados? Absolutamente nada.

A idéia de substituir reuniões sisudas de trabalho por um grande Simpósio é, igualmente, de uma infelicidade total. Será uma atividade extremamente dispersiva, possivelmente marcada pelo espírito das reuniões de massa em que certos intelectuais se deleitam com a sua própria voz. Um Simpósio desse gênero pode ser interessante e profícuo, mas como coroamento a um trabalho realmente estudos, profundo, silencioso e sério, como me parece deva ser uma tarefa do porte a que se propõe a Comissão.

Fico esperando as reações dos prezados colegas, a quem peço, em nome da amizade que nos une, a maior benevolência para os propósitos aqui enunciados e que refletem, em um péssimo estilo e talvez igualmente má gramática, as minhas convicções mais profundas e a minha grande preocupação com as possibilidades de sobrevivência útil e digna da nossa Comissão.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1981

Milton Santos

Anexo 11. Carta à Zahar Editores

Senhorita Ana Cristina Zahar
Zahar Editores S. A.
Rua México 31, Sobreloja – Rio de Janeiro, R. J.

12 de outubro de 1981.

Estimada Senhorita,

Recebi o livro *Geographical Economics*, de Patrick O. Sullivan, editado por Penguin Books, sobre o qual me havia consultado quanto à possibilidade de uma apresentação. Agradeço-lhe, igualmente, o envio do livro do nosso comum amigo Florestan Fernandes.

Quanto ao livro de P. O. Sullivan, fiquei agradecido pela gentileza de sua lembrança, mas não se trata de obra que deseje apresentar. Sem menosprezar o livro em si, que é formalmente bem apresentado, a contribuição que ele trará à formação dos nossos geógrafos e ao conhecimento da realidade brasileira e mundial não me parece relevante e pode contribuir para agravar uma situação que deploro, isto é, o estado de alienação em nossa disciplina, causado em grande parte pelo gênero de literatura estrangeira com que o público brasileiro vem sendo brindado. A estimada patrícia conhece bem qual a minha posição a esse respeito.

A propósito, essa Editora, pelo grande número de títulos geográficos que ostenta, tem tido um papel significativo na evolução da geografia brasileira. Esse papel é, ao meu ver, negativo. Sua lista é, sobretudo, formada de títulos estrangeiros que, em maioria, são, ao meu gosto, de pequena ou nenhuma relevância para uma formação adequada dos geógrafos brasileiros, quando não lhes acarretam um suplemento de alienação e desorientação. Além disso, impondo-se ao mercado por razões que nem sempre são as do valor genuíno, terminam por impedir a elaboração de uma literatura brasileira. E não se diga que não há, no país, bons autores e vocações autênticas à espera de incentivo.

Aproveitando a oportunidade que me abriu, gostaria de lhe dizer que se a Zahar pudesse rever sua orientação estaria, ainda, em tempo de prestar um serviço importante à geografia brasileira. Não se trata, porém, de publicar um que outro autor do país e prosseguir numa linha

prioritária de traduções sem interesse. Isto seria agravar, ainda mais, a situação atual, por motivos notórios. A questão que se põe é a da criação de uma linha nacional de produção geográfica, com garantia de autenticidade e continuidade. Isso não exclui a publicação de livros estrangeiros, pois em ciência não pode haver chauvinismos, embora possamos e devamos ser vigilantes quanto aos objetivos de qualquer programa editorial orientado para traduções.

Creio, porém, que as grandes casas editoras têm deveres para com a produção intelectual nacional, sobretudo numa área que se expande e busca se afirmar com orientação própria, visando a uma melhor formação do cidadão.

Peço-lhe que receba estas minhas sugestões como elas são e que acredite em minha sinceridade ao formulá-las. Ficarei bem contente se as acolher, caso a Editora esteja convencida do seu bom fundamento.

Com minhas melhores saudações e minha estima

Milton Santos

Anexo 12. Fac-símiles de projetos, esboços e rascunhos de Milton Santos

MÉTA GEOGRAFIA: PENSAR O MUNDO

GEOGRAFIA e FILOSOFIA

- Língua global ou língua vertical?

- "A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar" - Anais de Geog. da Univ. Complutense, n.º 15, pp. 695-705, 1995

○ - Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência! - Boletim fechado de Geografia, n.º 21-22, pp. 7-14 agosto 1996

○ - "O Espaço como categoria filosófica" Terra firme n.º 5, 1987, n.º 9-20
= Há, mesmo, um espaço virtual?

- 1992: "A redescoberta da natureza" - Humanitas, Publicações, FFLCH, USP, 1998

○ - Os novos mundos da geografia (ver esquema na parte do sobre da guarda roupas e mais o texto da Complutense) (ver também, na mesma parte sobre, esquema desenhístico com redação Dalfeneu, 21 páginas)

○ - O espaço na vida social: Espaço e relações: com economia, política, cultura, ideologia, sociedade (na parte sobre)

○ - O espaço banal, uma epistemologia da existência. Barcelona

- Salvador: "Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea?" in H.A. A. de F. Gomes, Pele Pele, história, cultura e ciência, 1995

- "O espaço como identidade", Geografia, UF da Católica, 1982, n.º 2-3

- A responsabilidade social da geografia - Revista Geografia, n.º 1, fev. 1993, pp. 41-45

- Para pre a geografia mundo não tem a mesma cara, Bol. Paul. fcs, 2.º 59, pp. 5-22

- Por um espaço transformador, Arquitetura e Urbanismo, n.º 5, n.º 21, dez 1988, pp. 81

- O tempo nas cidades, Série Estudos sobre o Tempo, n.º 2, 1.º de E. Avendaño, 1991

- Espaço, mundo globalizado, pôs modernidade, Revista Geografia, n.º 2, 1993, pp. 9-20

- (O Território como limite, um mundo sem fronteiras: 5, espaço Horizonte 30.07.99)

- Língua global ou língua vertical? (Assembleia Nacional, França, 1999)

○ - El Territorio: son agregados de espacios banalos.

- O lugar: encontrando o futuro - RUA n.º 6

livro outo Metogeografia(6), Infraterritorial(3)

- Artigo para a revista da UNESCO
- Artigo do livro sobre Regionalidade da Am. Latina
- Conferência Outubro 97, artigo no fórum da Terra ?
- Regionalidade no Espaço,
- Transcrição palestra no Seminário Ama Llana, Rio
- Transcrição palestra no Seminário Fronteiras
- Linhas Verticais, linhas horizontais
- 10th Conference Belo Horizonte
- Verbetes para a Folha
- O pensamento.

Filosofia e Geografia

Artigo Teoria Lure sobre filosofia e geografia
Discursos Investidura Madrid
discursos Investidura Barcelona
Conferência Porto Alegre
• Regionalidade no espaço (a revisar)
Discursos St. Dié (?)

• Lugar: encontro de o futuro (de la Totalidad al lugar) Revista Rua nº 6
el espacio de Territorio (de la Totalidad al lugar)

Artigo na revista RUA -

Uma epistemologia da existência. O espaço banal
A questão do meio ambiente: deserto f² a condição de uma pergunta, para
intencionalmente de

• linhas Verticais, linhas Horizontais
• é, mesmo um espaço virtual?
Um mundo satélite

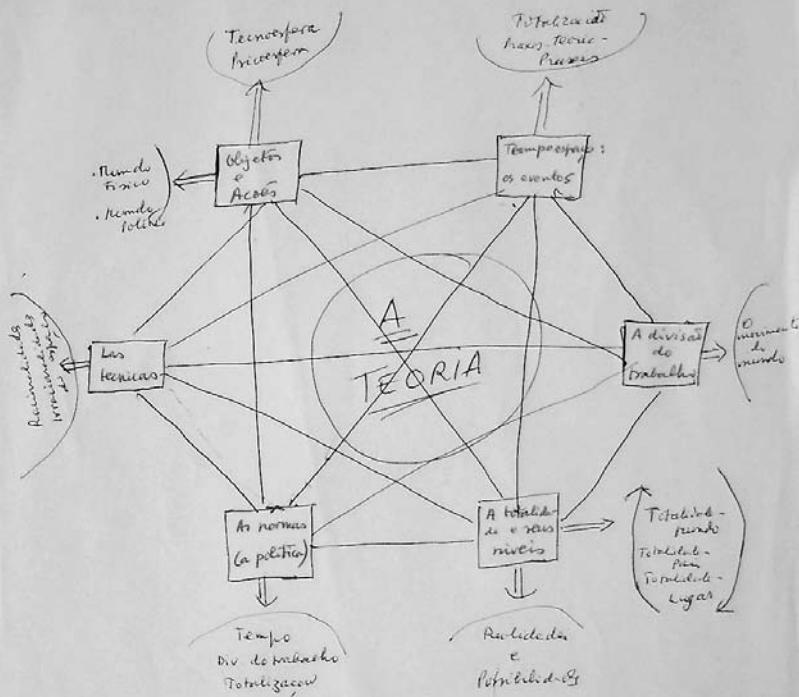
Milton Santos

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE

- 9 Território Usado
- 9 Dois Circuitos da Economia
- 1 Objetos e Ações
- 11 Paisagem x Espaço
- 2 Configurações Territorial x Sociedade
- 3 Fixos e Fluxos
- 8 Forma - Conteúdo
- 9 Inércia dinâmica
- 6 Eventos (um ponto no tempo - empiricizado) ^{Tempo/Espaço.}
7 um ponto no espaço)
- 11 Acontecer solidário
- 13 Densidades; técnica, informacional, comunicacional
- 14 Tecnosfera, Psicosfera
- 10 Cotidiano como 5^ª dimensão do espaço
- 12 Meio técnico- científico- informacional
- 17 Verticalidades (Roda) e Horizontalidades (forças centrifugas e centrípetas) ^(dimensão organizacional) (Intervenções V. e H.)
- 5 Rugosidades (um momento socio-territorial só se pode realizar nela)
- 7 Tempo empírico, empiricizado (periodizações)
- 19 Alargamento dos contextos
- 16 Produtividade espacial
- 15 Espaços de racionalidades
- 18 Tempos (lentos) e rápidos
- 20 Ordem Global, ordem local (espaço nacional da economia informacional)

Os conceitos e o
sistema de conceitos
de M. S.

Bogotá 07.10.97



- Pertinentes
- Autónomos e Intercambiáveis
- Universais e Locais
- Simples e Complexificáveis
- Movimentos singulares e conjuntos (sistema)

-10 maio 2000

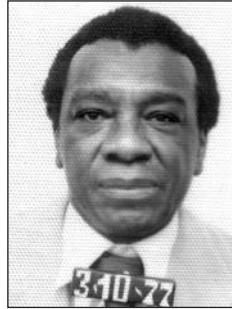
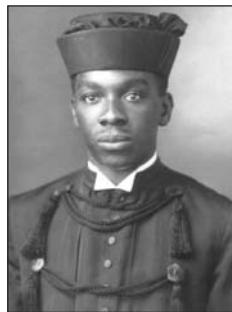
TEMAS RELEVANTES PARA UMA CONVERSA
com o PRESIDENTE DO CNPQ

- 1- Globalização e ampliação da fratura entre práticas existentes nas ciências exatas e nas ciências sociais
- 2- A renovação necessária das ciências sociais em uma nova época: a pressuposição da independência do homem de saber; a confusão passível entre interesses do governo e da sociedade; a distinção entre a obediência e regulamentação e a originalidade do pensamento. Redefinição da "liberdade de cátedra".
- 3- Técnica e conteúdo. Os riscos de burocratização da pesquisa.

Milton Santos

Caderno de fotos

Fotos: Arquivo Milton Santos



Fotos: Arquivo Wilton Santos



Os professores Francisco Irineu dos Santos e Adalgisa Umbelina Almeida dos Santos, pais de Milton Santos – que aparece ao lado em foto com cerca de 3 anos de idade.



Abaixo, a casa da família em Salvador, na Estrada da Rainha, 55, bairro Liberdade, nos anos 1940-1950.



Ao lado, Milton Santos presidindo reunião da Associação dos Estudantes Secundários da Bahia (AESB), por volta de 1943.

Milton Santos em Salvador na década de 1940.



Abaixo, em atividades com companheiros da AESB, no começo dos anos 1940.



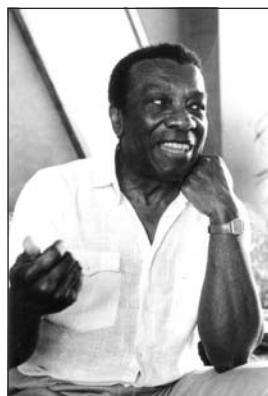
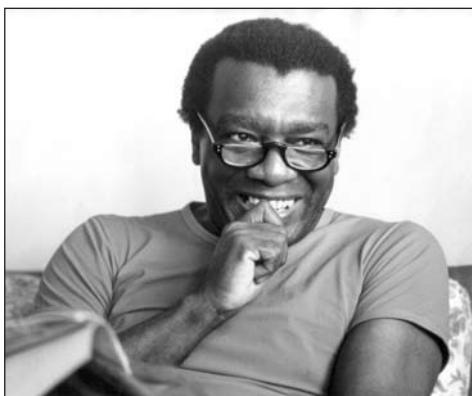


Vários momentos da vida de Milton Santos: acima, na Venezuela, em 1968; à direita, em Boston, no começo dos anos 1970. Abaixo, em Salvador, na segunda metade dos anos 1970.



Fotos: Arquivo Milton Santos

Akira Iksima



Ao lado, com Milton Santos Filho, falecido em 1996. Abaixo, com o filho Rafael, em Paris, 1988.
Na foto menor, em Buenos Aires.





Fotos: Arquivo Milton Santos

Acima, com Bernard Kayser, ao receber o título de doutor *honoris causa* em Toulouse, 1980. Abaixo, à esquerda, recebendo título de *doutor honoris causa* em Sergipe, 1995, e à direita em Brasília, 1999.



Fotos: SiAtem



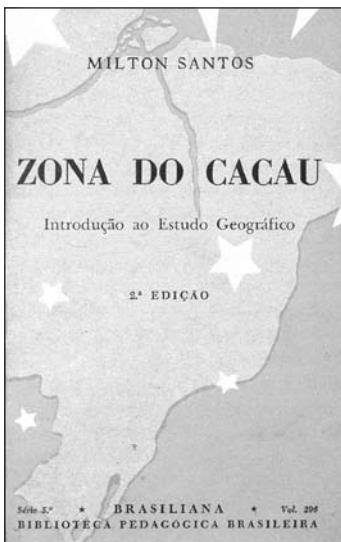
Milton Santos durante entrevista em sua casa, em São Paulo, 2000. Os entrevistadores são Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite e Odette Seabra. Abaixo, em foto na mesma ocasião.



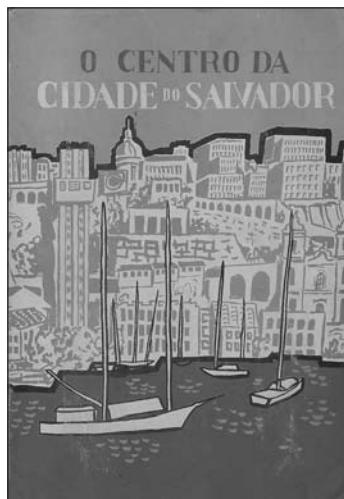
Ao lado, Marie-Hélène Tiercelin Santos, esposa de Milton, em sua casa em São Paulo, 2004.



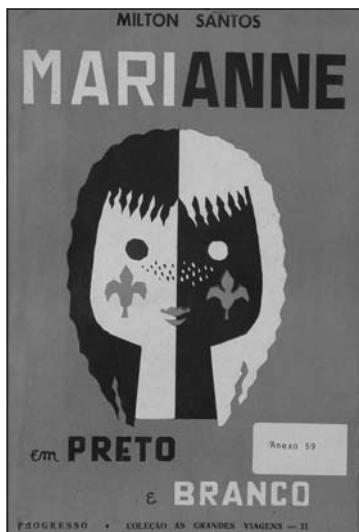
Regis Filho



Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico, 1957.



O centro da cidade do Salvador, 1959.



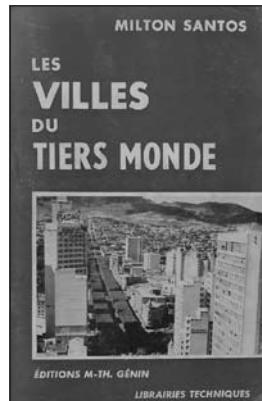
Marianne em preto e branco, 1960.



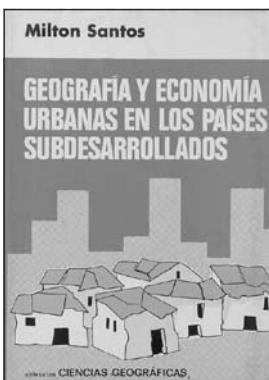
A cidade nos países subdesenvolvidos, 1965.



*Dix essais sur les
villes des pays-sous-
développés,
França, 1970.*



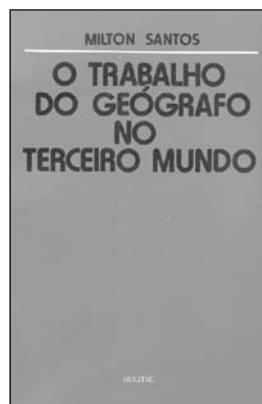
*Les villes du Tiers
Monde, França, 1971.*



*Geografia y economía
urbanas en los países sub-
desarrollados,
Espanha, 1973.*



*Le métier du géographe
en pays sous-développé,
França, 1971.*



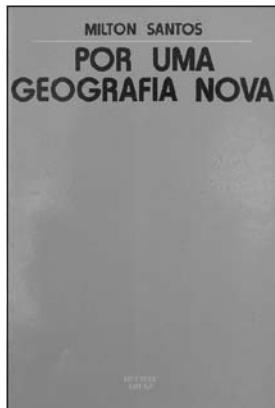
*O trabalho do geógrafo no
Terceiro Mundo, 1978*



L'espace partagé,
França, 1975.



O espaço dividido, 1978

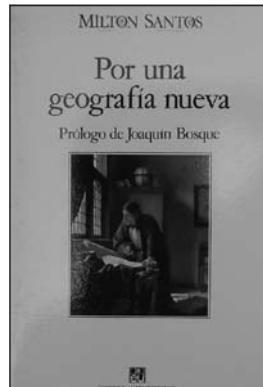


*Por uma geografia
nova*, 1978



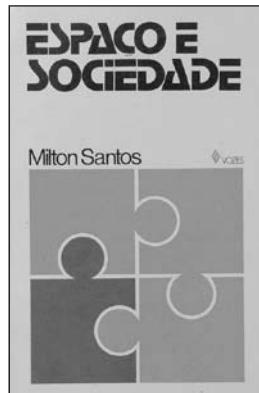
*Pour une gé-
ographie nou-
velle*.
França, 1985

*Por una
geografía nueva*,
Espanha, 1990.

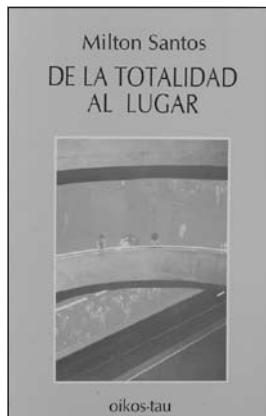




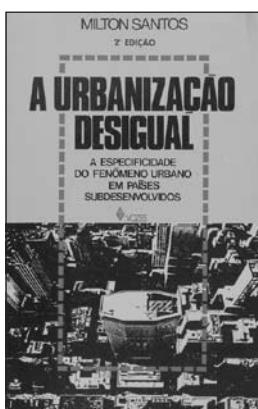
A pobreza urbana, 1978.



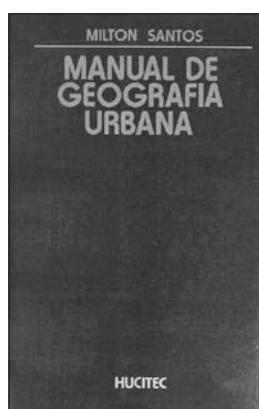
Espaço e sociedade, 1979.



De la totalidad al lugar, Espanha, 1996.



A urbanização desigual, 1980.



Manual de geografia urbana, 1981.



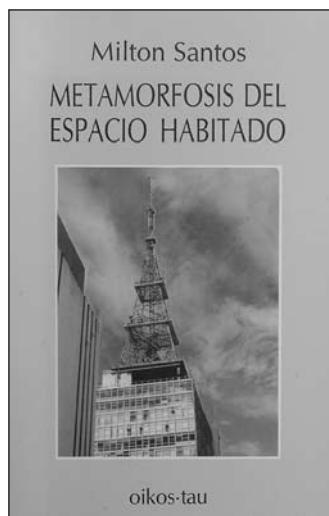
Pensando o espaço do homem, 1982.



O espaço do cidadão, 1987.



Metamorfozes do espaço habitado, 1988.



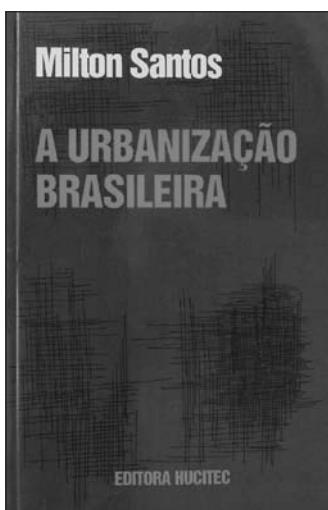
Metamorfosis del espacio habitado, Espanha, 1996.



*Metrópole corporativa
fragmentada: o caso
de São Paulo, 1990.*

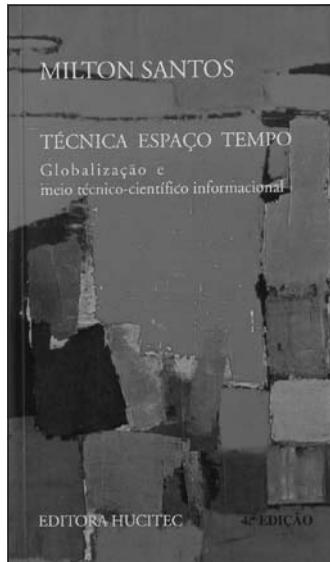


*Espace et méthode,
Paris, 1990.*



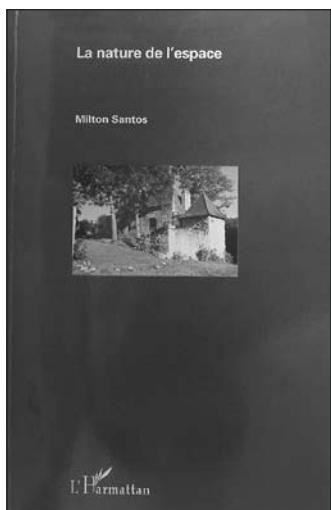
A urbanização brasileira, 1993.

*Técnica, espaço, tempo: Globaliza-
ção e meio técnico-
científico informacional, 1994.*





*A natureza do
espaço. Técnica
e tempo. Razão e
emoção.* 1996.



*La nature de
l'espace. Technique
et temps. Raison et
émotion.* Paris, 1997.

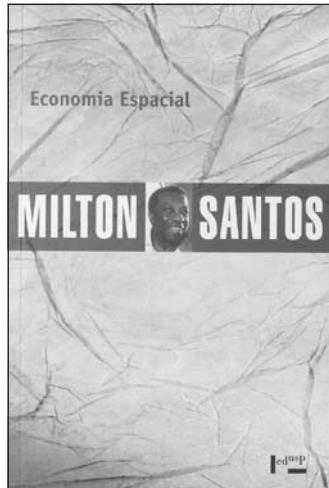


*La naturaleza del
espacio. Técnica
y tiempo. Razón
y emoción.* Espa-
nha, 2000.



Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal, 2000.

*Economia
espacial, 2002.
(1ª edição 1978)*



*Território e
sociedade.
Entrevista
com Milton
Santos, 2000.*